

PROGRAMA NACIONAL DE  
**PNPE**  
PESQUISA ECONÔMICA

A ECONOMIA DA ESCRAVIDÃO  
NAS FAZENDAS DE CAFÉ:  
1850 - 1888

Vol. I

Pedro Carvalho de Mello

PROGRAMA NACIONAL DE  
**PNPE**  
PESQUISA ECONÔMICA

---

A ECONOMIA DA ESCRAVIDÃO  
NAS FAZENDAS DE CAFÉ:  
1850 - 1888

Vol. I

Pedro Carvalho de Mello

*PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA  
(PNPE)*

Criado em 1973, o PNPE tem como finalidade precípua estimular a produção científica, através da promoção da pesquisa acadêmica individual na área de Economia. As entidades promotoras do PNPE são: Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA, Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. A princípio, o Programa foi administrado pelo antigo BNDE e, a partir de 1975, passou a ser gerido pelo IPEA/INPES.

*PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA  
(PNPE)*

Criado em 1973, o PNPE tem como finalidade precípua estimular a produção científica, através da promoção da pesquisa acadêmica individual na área de Economia. As entidades promotoras do PNPE são: Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA, Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. A princípio, o Programa foi administrado pelo antigo BNDE e, a partir de 1975, passou a ser gerido pelo IPEA/INPES.



PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA - PNPE

Série Fac-Símile nº 16

A ECONOMIA DA ESCRAVIDÃO  
NAS FAZENDAS DE CAFÉ:

1850 - 1888

Vol. I

Pedro Carvalho de Mello

(Versão apresentada ao PNPE em novembro/82)

Rio de Janeiro

Outubro - 1984

Os trabalhos reproduzidos na *Série Fac-Simile* são produto de pesquisas financiadas pelo PNPE e a tiragem deste volume é de 30 exemplares. Os textos não são submetidos a nova revisão dos autores e representam a cópia fiel dos originais datilográficos entregues ao INPES/IPEA por ocasião do término dos projetos.

As opiniões emitidas neste trabalho são da inteira e exclusiva responsabilidade de seu(s) autor(es), e não exprimem necessariamente o ponto de vista das entidades promotoras do PNPE.

## SUMÁRIO

### VOLUME I

Introdução .....	1
Capítulo 1: A Economia do Café .....	9
Capítulo 2: Demografia da Mão-de-Obra Escrava .....	59
Capítulo 3: Compra, Venda e Aluguel de Escravos no Rio de Janeiro .....	95
Capítulo 4: Características do Mercado Local de Escravos na Região Cafeeira .....	133
Capítulo 5: Estimativa da Longevidade de Escravos no Brasil na Segunda Metade do Século XIX - Anexos 1 e 2 .....	165

### VOLUME II

Capítulo 6: Os Fazendeiros de Café e o Mercado Financeiro e de Capitais, 1871-1888 .....	223
Capítulo 7: Lucratividade da Escravidão .....	253
Capítulo 8: Viabilidade Econômica da Escravidão .....	287
Capítulo 9: Papel dos Fatores Econômicos na Abolição da Escravidão .....	323

<u>BIBLIOGRAFIA</u> .....	398
---------------------------	-----

## INTRODUÇÃO

Dentre os principais aspectos da história da mão-de-obra escrava e da economia do café no Brasil, durante a segunda metade do século XIX, podemos destacar quatro temas de grande importância para a discussão do processo de desagregação do trabalho servil, temas esses que assumem um particular interesse no contexto da Abolição da Escravatura em outros países das Américas.

Devemos ressaltar, em primeiro lugar, que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão. A abolição foi gradual e pacífica, consolidada institucionalmente por quatro leis. A primeira delas, publicada em 4 de setembro de 1850, fez cessar o tráfico de escravos. Esta lei efetivamente eliminou a oferta de escravos do exterior para o país, com exceção de alguns casos esporádicos e insignificantes de importação ilegal, tendo sido, portanto, integralmente cumprida. Em 28 de setembro de 1871 foi posta em vigor a Lei do Ventre Livre que declarou livres os filhos de escravas, nascidos a partir dessa data,<sup>1</sup> eliminando, assim, a outra fonte possível de oferta interna, determinada pelos fatores demográficos. Quatorze anos de-

---

<sup>1</sup>A Lei do Ventre Livre não oferecia uma liberdade absoluta, mas sim, uma liberdade restrita a cláusulas determinadas. Os donos das mães escravas tomavam sob sua responsabilidade os recém-nascidos até estes atingirem a idade de oito anos, quando o proprietário optaria ou pela indenização do Estado no valor de 600\$000 (em apólices de trinta anos e juros anuais de 6%), ou pelo uso gratuito de seus serviços até que atingissem a idade de vinte e um anos, sem receber neste caso, qualquer indenização. A escolha dos proprietários tendeu predominante para a segunda alternativa. Esses menores, chamados de ingênuos, eram virtualmente transacionados da mesma forma que os outros escravos, com preços declarados, como pode ser visto nos inventários do período.

pois, em 28 de setembro de 1885, surgiu a lei que tornou livres os sexagenários, não concedendo aos proprietários de escravos de 60 anos ou mais o direito de qualquer indenização.<sup>2</sup> A quarta lei - Lei Áurea -, assinada em 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel, libertou incondicionalmente todos os escravos do Brasil a partir dessa data, sem nenhuma indenização.

O processo de abolição do trabalho servil, salvo alguns pequenos incidentes, foi inteiramente pacífico. Essa transição pacífica, sem indenização aos proprietários de escravos, adquire uma importância maior quando comparada com a experiência de outros países das Américas, já que o Brasil, possuidor de 1.510.806 escravos em 1872,<sup>3</sup> foi, após os Estados Unidos, a maior sociedade escravagista do século XIX. Com efeito, nos países das Américas onde o trabalho servil assumiu grande importância econômica, a abolição foi realizada ou num contexto de uma guerra civil - tal como a trágica experiência dos Estados Unidos -, ou então em colônias dependentes das políticas de suas metrópoles européias e nas quais os proprietários de escravos foram total ou parcialmente indenizados - tais como as colônias inglesas e holandesas nas Antilhas - ou, finalmente, no contexto das guerras de independência, como em algumas colônias espanholas.

---

<sup>2</sup>Como forma de compensação para os proprietários, havia uma cláusula da qual fariam o uso gratuito dos serviços dos escravos por mais de três anos, porém fixando o limite de 65 anos para cessar esse trabalho adicional sem pagamento.

<sup>3</sup>Brasil. Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 19 de agosto de 1872: quadros estatísticos. Rio de Janeiro, 1870 a 1876. 23 v.

No Brasil, a abolição foi feita por iniciativa de seus próprios habitantes, por meios parlamentares.<sup>4</sup> Não obstante a instituição do trabalho servil fosse muito importante para os fazendeiros de café, e estes sem dúvida detivessem - em grau ascendente durante esse período - uma ponderável parcela do poder político do país, as leis que gradualmente eliminaram a escravidão foram assinadas e cumpridas sem resistência violenta.

O segundo item de grande importância, que resultou na desagregação do trabalho servil, foi o fato de a escravidão negra no Brasil ter sido a forma dominante de organização do trabalho durante o período colonial (1500-1822). Durante as três últimas décadas do período imperial (1822-89), embora sua importância tivesse declinado em algumas regiões do País, o trabalho servil foi o modo predominante de organização do trabalho na região formada pelas províncias produtoras de café,<sup>5</sup> onde as fazendas cafeeiras utilizavam, em sua quase totalidade, trabalhadores escravos, até a abolição final em 1888. A população escrava superou a população livre no Brasil durante quase todo o período colonial. Em meados do século XVIII, os escravos perfaziam mais de 60% da população do País, constituindo, em 1800, cerca da metade dessa população.<sup>6</sup> Em 1850, essa proporção era de 30% e, em 1872, de 15%. O Brasil também foi o principal importador de escravos africanos, no período de 1500 a 1852 (quan

---

<sup>4</sup>A Lei de 4 de setembro de 1850 pode ser considerada em parte uma exceção a essa afirmativa, pois foi promulgada após anos de uma crescente pressão da Inglaterra.

<sup>5</sup>Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, e o Município Neutro, onde se localizava a cidade do Rio de Janeiro.

<sup>6</sup>Prado Junior, Caio. História econômica do Brasil. 8.ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1962, p. 351.

do efetivamente terminou o tráfico negreiro), detendo um total estimado de 3.647 milhões de africanos, o que representou cerca de 38% do total de escravos importados para as Américas.<sup>7</sup>

A totalidade do processo abolicionista foi realizada durante a fase ascendente do ciclo do café na economia brasileira. Na segunda metade do século XIX, o cultivo do café já se tornara a atividade econômica mais importante do país, com a participação brasileira na produção mundial de café aumentando de 18% na década de 1820 para 56% na década de 1880. As exportações de café aumentaram de 2.485 milhões de sacas de 60 kg. em 1850 para 4.515 milhões de sacas em 1888, com uma taxa anual de crescimento de 2,09%.

A demanda do café crescia com estabilidade, sobretudo nos Estados Unidos, com os preços (valor médio por saca de 60 kg. em libras esterlinas ouro) também crescendo no período, a uma taxa anual de 1,10%; do mesmo modo, as áreas de cultivo do café no País expandiam-se continuamente. Entretanto, a produção de café no Brasil continuou a aumentar - contrastando novamente com quase todas as experiências abolicionistas em outros países -<sup>8</sup> e, salvo uma pequena desorganização em 1888, cresceu em termos globais, mesmo nos anos após a abolição final, a uma taxa maior do que a do período escravocrata.

Como último item de grande importância para nossa discussão, temos as fazendas de café que, durante o período do ca-

---

<sup>7</sup>Curtin, Philip D. The Atlantic slave trade: a census. Madison, University of Wisconsin Press, 1969, p. 39.

<sup>8</sup>Veja, como exemplo, RIVIERE W. Emanuel. Labour shortage in the British West Indies after emancipation, Journal of Caribbean History, 4:1-30, May 1972.

tiveiro, dependiam quase completamente de escravos para suas diversas atividades. Com a abolição, entretanto, ao invés de uma simples mudança do status legal dos trabalhadores - de escravos para trabalhadores livres - houve uma alteração mais complexa, com uma substancial substituição de escravos negros e pardos por trabalhadores livres europeus, principalmente nas áreas de cultivo do café em expansão. A maior parte dos imigrantes era total ou parcialmente subsidiada pelos governos das províncias e do Império, tendo o maior contingente originado do Norte da Itália.

Entre 1887 e 1897, cerca de 837.500 imigrantes (dos quais 71,6% eram italianos) chegaram à província de São Paulo, a mais importante província produtora de café do país após 1890. Durante todo o período de 1827-86, no entanto, a imigração total de europeus na província foi de somente 52.890 pessoas.<sup>9</sup> Esta experiência brasileira, com um grande número de fazendas de café empregando quase exclusivamente trabalhadores europeus, foi também única no contexto das conseqüências e dos acontecimentos que se seguiram à abolição em outros países.

Dada a grande importância de escravidão, não constitui surpresa ter sido a abolição um dos principais episódios de nossa história, além de sua interpretação consistir num dos te-

---

<sup>9</sup> Para os dados referentes à imigração, veja Franceschini, Antonio, L'emigrazione italiana nell'America del Sud: studi sulla espansione coloniale transatlantica, Roma, 1908, p. 512-15. Para um estudo da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, em São Paulo, e o papel da imigração européia, veja: Carmargo José Marcio A. Guimarães de, The role of labor in the transition to capitalism: the case of the coffee plantations in Sao Paulo, Brazil (1880-1925). (Ph.D. Dissertation, Massachusetts Institute of Technology, 1977).



mas mais polêmicos e atuais da historiografia brasileira.<sup>10</sup> De modo geral, as causas explicativas baseiam-se, com variada importância, principalmente em fatores institucionais, políticos, demográficos e econômicos.<sup>11</sup> Embora alguns desses estudos contenham elementos de uma análise de história econômica e alguns historiadores econômicos tenham escrito sobre o tema da escravidão e o processo de abolição nas fazendas de café acreditamos que a análise econômica da escravidão no Brasil, em particular

---

<sup>10</sup> Para uma revisão do debate sobre a escravidão e a abolição, veja Graham Richard, Brazilian slavery re-examined: a review article, in Journal of Social History, Summer 1970, vol. 3, n. 4.

<sup>11</sup> Para uma apreciação dos trabalhos mais importantes, veja: Costa Emilia V. da, Da Senzala à Colônia. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966. Conrad Robert, The destruction of Brazilian slavery: 1850 a 1888. Berkeley, The University of California Press, 1972 e Gorender Jacob, O escravismo colonial. São Paulo, Attica, 1978. Outros trabalhos sobre o tema de escravidão nas fazendas de café e a abolição são: Calmon Pedro, A Abolição, Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 4:127-46, maio 1938; Martin Percy A., Slavery and abolition in Brazil; Hispan - American Historical Review, 13(2):151-96, May 1938; Gouveia Maurício de, História da escravidão. Rio de Janeiro, Gráfica Tupy, 1955; Toplin Robert B., The abolition of slavery in Brazil. New York, Atheneum, 1975; Stein Stanley, Vassouras: a Brazilian coffee county, 1850-1900. 2.ed. New York, Atheneum, 1970; Beiquelman Paula, A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1966; Furtado Celso, Formação econômica do Brasil, 5. ed. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1963; Ianni Otávio, O progresso econômico e o trabalhador livre, em História Geral da Civilização Brasileira, ed. Sergio B. de Hollanda, Tomo II, III. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969, p. 297-319; Graham Richard, Causes for the abolition of negro slavery in Brazil: an interpretative essay, Hispan - American Historical Review, 46(2):123-37, 1966; Genovese Eugene D., The world the slave holders made. New York, Vintage Books Edition, 1971; Costa Emilia V. da. O escravo na grande lavoura, em História Geral da Civilização Brasileira, ed. Sergio B. de Hollanda, Tomo II, III. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969, p. 135-88; Gerson Brasil, A escravidão no Império. Rio de Janeiro, Pallas S.A., 1975; Luna Luiz, O negro na luta contra a escravidão, 2. ed., revista. Rio de Janeiro, Livraria Ed. Catedra, 1976; Costa Emilia Viotti da, Da escravidão ao trabalho livre, em Da Monarquia à República: momentos decisivos, ed. Costa Emilia V. da. São Paulo, Editorial Grijaldo Ltda., 1976, p. 209-26.

os aspectos econômicos que tratamos no presente trabalho, não receberam ainda um tratamento compatível com a importância do tema na História do Brasil.<sup>12</sup>

Apresentamos uma análise econômica da escravidão nas fazendas de café, durante o período 1850-88, com ênfase nos anos que se seguiram à Lei do Ventre Livre. Nosso propósito não foi o de apresentar um estudo completo dos aspectos econômicos do processo de emancipação da escravidão, mas sim o de estudar a escravidão do ponto de vista da demanda de trabalhadores agrícolas por parte dos fazendeiros de café. Nesse sentido, interpretamos o processo gradual de abolição como uma mudança institucional no sistema de direitos de propriedade vigente no mercado de trabalho, tentando avaliar de que forma os fazendeiros de café perceberam e reagiram às mudanças observadas e antecipadas na instituição do trabalho escravo na agricultura.

A metodologia utilizada foi a de combinar o emprego da análise econômica com métodos quantitativos, e, fazendo uso de pesquisas em diversas fontes de documentos manuscritos e impressos, levantar e estudar algumas hipóteses dentro de um quadro geral de interpretação. Não foi nossa intenção produzir um trabalho abrangente dos aspectos sociais, políticos, econômicos, demográficos e institucionais necessários para um conhecimento histórico do processo da abolição. Por outro lado, também não acreditamos que isso possa ser feito num único trabalho, pois seria negar a complexidade dos temas envolvidos e o pró-

---

<sup>12</sup>Para uma análise quantitativa, principalmente dos aspectos demográficos e econômicos, veja a dissertação de Slenes Robert W., *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888* (Ph.D. Dissertation. Stanford University, 1975).

prio método científico de conhecimento. Dada a permanência do caráter polêmico dos diversos temas do debate sobre a escravidão, acreditamos, no entanto, que a discussão e a pesquisa empírica na área têm ajudado a esclarecer muitos desses tópicos, mas ao mesmo tempo têm ampliado e conduzido o debate para outros temas. Foi com esse objetivo que realizamos o trabalho em pauta.

A maior parte da pesquisa em fontes primárias concentrou-se na província do Rio de Janeiro. Uma vez que esta província foi a região de produção de café mais importante no País durante este período, não haverá nenhuma perda essencial quanto à interpretação analítica dos problemas levantados. Além disso, essa província tem recebido relativamente uma menor atenção por parte dos estudos realizados do que a província de São Paulo. Portanto, nossa pesquisa empírica pode contribuir para um aumento do conhecimento sobre esta região.

## CAPÍTULO I

### A ECONOMIA DO CAFÉ

#### 1.1 Área de produção

A quase totalidade da produção comercial de café na segunda metade do século XIX, de modo geral, concentrava-se nas províncias localizadas no sudeste do Brasil, muito embora o seu cultivo fosse possível, por razões de clima e de solo, em outras partes do país. Denominemos, portanto, de região cafeeira o conjunto formado pelas províncias produtoras de café do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo<sup>1</sup>. Podemos incluir ainda, o Município Neutro, onde situava-se a cidade e o porto do Rio de Janeiro. De um ponto de vista geográfico e econômico, este Município representava a metrópole regional, funcionando como pólo financeiro e comercial dessa região. Entretanto esta função, estava gradualmente se dividindo e deslocando para o pólo formado pela cidade de São Paulo, o porto e a cidade de Santos,

---

<sup>1</sup> O trabalho mais completo sobre os diversos aspectos do cultivo de café durante este período é o de Affonso d'Escragnoille TAUNAY, História do Café no Brasil. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939-1943. 15 vols. Veja também Roberto C. SIMONSEN, Aspectos da história econômica do café, em Anais do Terceiro Congresso de História Nacional, ed. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941, IV, p. 211-304; Departamento Nacional de Café, ed. O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1934, 2 vols., Heitor Ferreira LIMA, Evolução da produção cafeeira no Brasil. Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia, 12 (123): 384-408, nov./dez. 1954.

principalmente a partir da contínua expansão da região oeste de São Paulo, nos anos de 1890.

A área total da região cafeeira tinha 980 mil km<sup>2</sup>, representando cerca de 11,8% da superfície total do país. Somente uma pequena parte dessa região, entretanto, era dedicada à cultura cafeeira. Para demarcar seus limites, vamos adotar a caracterização de Van Delden Laërne, um holandês especializado em questões cafeeiras, que visitou o Brasil no período de setembro de 1883 a abril de 1884, realizando uma extensa e excelente pesquisa sobre diversos aspectos de nossa cultura cafeeira<sup>2</sup>.

Segundo Laërne, durante este período, a área geográfica cultivada com café — seguindo-se para essa agregação os limites de municípios e províncias — totalizava 380 mil km<sup>2</sup> e podia ser dividida em duas zonas ou áreas de influência, respectivamente, dos portos do Rio de Janeiro e Santos.

Na área do Rio predominava o clima marítimo e a área de produção cafeeira situava-se numa altitude média de 200 a 550 m acima do nível do mar, com 155 mil km<sup>2</sup> de extensão, contendo toda a província do Rio de Janeiro e parte do Espírito Santo (70 mil km<sup>2</sup>), os municípios do nordeste de São Paulo (30 mil km<sup>2</sup>) e os municípios do leste de Minas Gerais (Zona da Mata), limitados a leste pelo Rio Paraíba e a oeste pela Serra da Mantiqueira (55 mil km<sup>2</sup>). A área do Rio incluía, portanto, todos os municípios pertencentes geograficamente ao Vale do Rio Paraíba.

---

<sup>2</sup> LAERNE, C.F. Van Delden. Brazil and Java: report on coffee culture in America, Asia and Africa. London, W.M. Alden, 1885. Oficial do Ministério do Interior em Batávia (Java), foi encarregado pelo governo holandês com uma missão especial no Brasil: a de colher informações úteis para o desenvolvimento do cultivo e comércio do café nas províncias holandesas na Ásia.

Na área de Santos predominava o clima continental, pois situava-se mais distante do litoral e numa altitude média maior, de 600 a 1.000<sup>m</sup> acima do nível do mar. Com 225 mil km<sup>2</sup> de extensão, abrangia as regiões Centro, Noroeste e Oeste de São Paulo (200 mil km<sup>2</sup>) e os municípios do Sudeste de Minas Gerais (25 mil km<sup>2</sup>)<sup>3</sup>.

Mas, se a área geográfica de cultivo do café totalizava 380 mil km<sup>2</sup>, a área efetivamente plantada com café era, evidentemente, apenas uma fração disso. Laërne estimou-a como apresentando 832 mil ha, o que é equivalente a 2,2% desse total. Dessa área efetivamente plantada com café, em 1884, a área do Rio possuía 700 mil ha (80,5%) e a de Santos 132 mil ha (19,5%).

A extensão de terras plantadas com café estava crescendo no período de 1871-1888. Calculou-se que em 1874 cerca de 607.300 ha eram utilizados para o cultivo de café<sup>4</sup>. Pode-se portanto estimar, fazendo-se uso da informação de Laërne para 1884, de 832 mil ha, que nessa década o aumento da área plantada com café foi de cerca de 37%.

## 1.2 O capital café

Como a quantidade de pés de café guardava uma relação bastante aproximada com a área plantada - o espaço médio entre as árvores era de aproximadamente 12 por 14 palmas na área do Rio, dando um pouco mais de 1.200 árvores/ha, e de 14 por 14 na área de Santos, ou pouco mais de mil árvores/ha - seu número também crescia no período<sup>5</sup>. Calculou-se que em 1874 o número de pés de

---

<sup>3</sup> LAERNE. Brazil and Java, p. 261-3.

<sup>4</sup> C.G. Warnford LOCK. Coffee: its culture and commerce in all countries. London, E.F.N. Spon, 1888, p. 172.

<sup>5</sup> LAERNE. Brazil and Java, p. 367.

café existentes no Brasil era de cerca de 530 milhões<sup>6</sup>. Em 1884 Laërne fez a seguinte estimativa, demonstrando que o total de pés de café nesse ano foi de 922 milhões, o que indica um aumento de 87% em pouco mais de uma década:

Tabela 1 - Número de pés de café na região cafeeira, 1884  
(Em milhares)

Área	Produzindo frutos	Sem atingir a idade de produzir frutos	Total
Rio	756.757	93.509	850.265
Santos	100.845	40.434	141.279
Total	857.602	133.943	991.545

Fonte: Laërne, C.F. Van Delden. Brazil and Java: report on coffee culture in American, Asia and Africa London, W.H. Alden, 1885. p. 367.

Os pés de café possuem uma característica de bens de capital, pois uma vez plantados, podem produzir frutos de café por muitos anos. Este é um aspecto muito importante do cultivo do café, pois quando atingia a idade de produzir frutos, a árvore havia acumulado o custo dos anos de investimento necessários ao seu cultivo e alcançava um preço que equivalia ao valor capitalizado dos rendimentos líquidos esperados com a venda do café produzido nos seus anos de vida produtiva. Não se podia, pois, abandonar a cultura, sem que isso representasse graves perdas de capital, o que contrastava com o algodão e a cana-de-açúcar.

<sup>6</sup> LOCK. Coffee: its culture and commerce, p. 172.

Mesmo com os preços em baixa, os fazendeiros continuavam a cuidar das árvores já plantadas, na expectativa de aumentos futuros no preço do café.

Para o plantio do café, utilizavam-se dois sistemas. Num, as sementes eram lançadas diretamente no local de plantio dos cafeeiros. No outro, geralmente utilizado, as sementes eram plantadas em viveiros e, após atingirem uma altura de 45 a 60 cm, de doze a quatorze meses após a sua germinação, eram transplantadas para as plantações definitivas, em covas com intervalos de 2 a 3,30<sup>m</sup>, variando conforme o município, a área e as condições agrícolas<sup>7</sup>. O plantio do café era feito nos meses de setembro, outubro e novembro. Fazia-se a carpa ou capina, em geral, três vezes ao ano: em abril ou maio — antes do começo da colheita; em setembro e em dezembro. A poda ou decote era efetuada de dois em dois anos, alternadamente, nos anos de maior produção, logo após ou junto com o final da colheita. A colheita começava imediatamente após a carpa e a limpa, nos meses de abril ou maio, terminando em agosto ou, quando era grande, em meados de setembro. Plantavam-se vários produtos agrícolas entre os novos pés de café, tais como o milho (nos meses de setembro, outubro e novembro), o feijão e a mandioca (em fevereiro e março)<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> José Silvestre REBELLO, Memória sobre a cultura do cafeeiro. In: O auxiliador da indústria nacional. Rio de Janeiro, 1833; Paulo PORTO ALEGRE, Monografia do café: história, cultura e produção. Lisboa, Viuva Bertrand & Cia., 1879, p. 81-101, 151-5.

<sup>8</sup> PORTO ALEGRE. Monografia do café, p. 153-4, 156, 161, 163, 166.



De modo geral não se esperava a colheita para antes de quatro anos após o plantio das mudas, a menos que elas já tivessem de 18 meses a dois anos na época do seu transplante. Então, tinha-se uma colheita parcial ao fim do terceiro ano. Em média, a produção plena dos cafeeiros se dava quando as árvores atingiam a idade de seis anos.

A vida econômica dos pés de café — em oposição à sua vida biológica — era o período durante o qual o fazendeiro achava vantajoso manter a plantação, isto é, o período de produção com rendimentos líquidos positivos. Segundo LAERNE<sup>9</sup> variava em média de 25 a 30 anos. Ou, segundo WALSH<sup>10</sup>, identificava-se com um período de 15 a 20 anos, em que as árvores estavam produzindo frutos.

A produção por árvore de café também apresentava um padrão de ciclo de vida econômica, atingindo a produtividade plena com meia idade. Isto se refletia na distribuição do valor das árvores segundo a idade. Assim, o ciclo de vida da produtividade das árvores, juntamente com a capitalização dos seus rendimentos líquidos esperados, resultava num perfil de preço, segundo a idade, para as árvores de café.

Eis o valor médio, em mil-réis, dos pés de café segundo a idade, para três diferentes períodos de tempo:

---

<sup>9</sup> LAERNE., op. cit., p. 296.

<sup>10</sup> WALSH, Joseph M. Coffee: its history, classification and description. Philadelphia, J.M. Walsh, 1894, p. 174.

Tabela 2 - Valor médio dos pés de café segundo a idade  
(valores reais em mil-réis)\*

Idade dos pés de café (em anos)	1868-69 <sup>a</sup>	1877 <sup>b</sup>	1886 <sup>c</sup>
1	84\$000	59\$000	
2 - 3	125\$000	98\$000	96\$000
3 - 5	146\$000	157\$000	240\$000
5 - 8	211\$000	196\$000	290\$000
8 - 16	211\$000	274\$000	290\$000
16 - 20	136\$000	176\$000	240\$000
20 - 25	104\$000	117\$000	192\$000
mais de 25	104\$000	59\$000	101\$000

\* Índice de Preços de Buescu, 1870:100 (este índice foi estimado por Mircea Buescu. Foi publicado em BUESCU, Mircea. 300 anos de inflação. Rio de Janeiro, Apec, 1973, p. 223; daqui por diante nos referiremos a ele como Índice de Preços de Buescu).

Fontes: <sup>a</sup>Brasil. Museu do Banco do Brasil, Brasília, Hipotecas de fazendas de café. In: \_\_\_\_\_. Atas da gerência do Banco do Brasil, 1867 - 1870; n. 68 de 21 de janeiro de 1868; n. 177 de 9 de setembro de 1869.

<sup>b</sup>Valores de fazendas de café em torno de 1877, mencionados em Laërne, C. F. Van Delden. Brazil and Java: report on coffee culture in America, Asia and Africa. London, W.H. Alden, 1885, p. 297.

<sup>c</sup>Fazenda Bella Vista, Vassouras, Rio de Janeiro. Inventário de 13 de dezembro de 1886. In: BRASIL, Vassouras. Cartório do Primeiro Ofício, Rio de Janeiro. Inventário de fazendeiros de café.

A comparação dos perfis de preços segundo a idade dos pés de café, entre 1868/69, 1877 e 1886, mostra que os preços reais das árvores mais novas, em 1886, eram mais altos do que nos outros períodos considerados. Uma vez que os pés de café eram ativos, com vida econômica relativamente longa, refletindo em seu preço as expectativas de seus donos quanto ao futuro, em meados da década de 1880 os fazendeiros de café previam uma continuação, para os anos de 1890, das condições de grande progresso que prevaleceram nas décadas anteriores — em oposição às suas expectativas sobre o futuro da escravidão.

### 1.3 As fazendas

Pesquisando as Atas da Gerência do Banco do Brasil, do período de 1867-1870, em que havia transcrições sumárias dos pedidos de hipoteca por parte dos fazendeiros de café, assim como a avaliação dos técnicos do banco, chegamos à seguinte sùmula de informações:

VER TABELA 3

Tabela 3 - Fazendas de café do Rio de Janeiro, 1867-1870, classificadas segundo o tamanho em número de alqueires e de acordo com diversas características

Tamanho da fazenda de café (Classificada segundo o número de alq)	Número de fazendas	Número de alqueires/fazenda	Número médio de escravos/fazenda	Número médio, em milhares, de pés de café/fazenda	Valor médio das fazendas (em mil-réis)	Número médio de pés de café/escravo	Número médio de pés de café/alq
0 - 74	11	47,0	20	99,0	63.398\$000	4.955	2.106
75 - 149	11	106,8	37	156,4	100.135\$000	4.216	1.464
150 - 299	6	182,0	52	214,5	147.422\$000	4.138	1.179
300 - 599	6	432,2	95	362,0	252.790\$000	3.824	838
600 - 1.199	5	825,0	132	426,8	351.533\$000	3.243	517
Mais de 1.200	2	1.825,0	310	921,0	754.300\$000	2.976	505
TODAS	41	320,8	68	249,9	182.107\$000	3.728	799

Fonte: Banco do Brasil, Brasília. Museu do Banco do Brasil. Atas da Gerência do Banco do Brasil, 1867 - 1870.

As propriedades agrícolas produtoras de café eram classificadas segundo a extensão da terra possuída, medida em alqueires, e, conforme o tamanho e importância, eram denominadas fazendas (com um tamanho médio de 300 a 400 alq.), fazendolas (150 alq.), sítios (100 alq.) e situações (não excedendo a 50 alq.). As fazendas e fazendolas constituíam, portanto, os segmentos maiores e menores, respectivamente, das grandes unidades produtoras de café. Era relativamente comum, como mostram as solicitações de hipotecas, um mesmo fazendeiro possuir mais de uma propriedade, em geral uma fazenda e um ou dois sítios ou situações, geralmente no mesmo município e, em muitos casos, como propriedades contíguas. Era também relativamente freqüente que um mesmo fazendeiro possuísse duas ou três fazendas, das quais uma ou duas situadas no Vale do Paraíba e a outra na fronteira de expansão agrícola do café, em Minas Gerais ou Espírito Santo.

Para o ano de 1883, conseguimos as seguintes informações, baseadas numa amostra maior de hipotecas solicitadas ao Banco do Brasil:

VER TABELA 4

Tabela 4 - Fazendas de valor de hipotecas inferiores a 1000, classificadas segundo as províncias e de acordo com o sistema de classificação.

Província ou Município	Número de fazendas	Área média das fazendas em ha	Número médio de escravos/fazenda	Número médio de pes de café/ fazenda	Valor médio das fazendas (em mil-réis)	Número médio de pes de café/ escravo	Número médio de pes de café/ha	Porcentagem do valor dos escravos em valor das fazendas
<u>Estado do Rio</u>	<u>371</u>	<u>603</u>	<u>44</u>	<u>334</u>	<u>113:2505000</u>	<u>3:339</u>	<u>122,1</u>	<u>43,2</u>
Estado de Janeiro	191	616	36	397	139:5355000	3:514	313,6	47,0
Minas Gerais	163	608	37	330	96:0548000	3:491	185,9	41,6
Estado Paulista (Sudeste)	218	746	37	334	101:7235000	3:607	186,1	43,6
<u>Estado do São Paulo</u>	<u>146</u>	<u>633</u>	<u>36</u>	<u>82</u>	<u>82:6055000</u>	<u>2:450</u>	<u>139,6</u>	<u>38,2</u>
São Paulo (Centro e Oeste)	146	633	36	82	82:6055000	2:450	139,6	38,2
TOTAL	726	661	42	141	99:7645000	3:348	219,2	43,6

\* Inclui apenas aqueles municípios listados por LeRene como exclusivamente produtores de café. Fazendas de café hipotecadas ao Banco do Brasil em 30 de Junho de 1883. (Ver LeRene, C.F. Van Heiden. Brazil and Java: Economy and Society in America, Asia and Africa. London, W.H. Allen, 1985. p. 218-23.

Baseados numa amostra de fazendas de café visitadas por Laërne no final de 1883 e no início de 1884, chegamos a definir o tamanho da fazenda, usando como indicador o número de escravos a ela pertencentes:

VER TABELA 5

Item 5 - Fazendas de café da região cafeeira, 1883-1884, classificadas segundo o número de escravos e de acordo com diversas características

Mano das fazendas de café, definida pelo número de escravos em cada fazenda	Número de Fazendas	Número de escravos/fazenda	Porcentagem de escravos adultos da roça no total da força de trabalho escrava	Número médio em milhares de pés de café/fazenda	Número médio de ha/fazenda	Porcentagem das terras do fazendeiro da plantação de café	Número médio de sacas de café (60 kg) produzidas anualmente por um escravo adulto da roça	Número médio de pés de café por escravo adulto da roça, em milhares	Produção anual em sacas (ou kg) por 1.000 pés de café
Menos de 49	1	32	71,4	61,0	120,0	50,8	31,8	2,4	13,0
50 - 99	9	74	63,9	302,1	1.072,8	49,3	38,5	6,4	6,0
100 - 149	8	123	56,7	439,6	1.186,6	29,7	30,5	6,3	5,8
150 - 199	8	165	59,2	539,6	1.299,4	34,4	29,7	5,5	5,4
200 - 249	6	225	57,1	785,9	2.097,2	31,5	34,1	6,1	5,6
Mais de 250	6	320	53,4	1.036,2	2.320,2	35,4	32,6	6,1	5,4
Média para todas	38	165	57,1	567,1	1.466,3	35,7	33,6	6,0	5,6

Nota: A amostra de fazendas de café inclui 29 fazendas de café da área do Rio e 9 fazendas de café na área de Santos.

Fonte: Esta tabela foi adaptada de Latrune, C.F. Van Delden. *Brazil and Java: report on coffee culture in America, Asia and Africa*. London, W.H. Alden, 1885. p. 328-9, 334-5.



A seguir, apresentamos uma lista contendo os principais ativos pertencentes a uma fazenda de café de Vassouras (município da província do Rio de Janeiro), que compilamos de um inventário de 1882<sup>11</sup>. Deve-se considerar que, para um determinado ano, o valor relativo dos escravos, pés de café e terra variava de acordo com a fazenda, principalmente em função da localização geográfica, do tamanho e da idade média dos ativos da fazenda. Além disso, as proporções relativas também mudaram no decorrer do período, principalmente a partir de meados da década de 1880, quando o preço dos escravos começou a decrescer, numa tendência contínua.

VER TABELA 6

---

<sup>11</sup> O inventário dos bens da Fazenda Oriente faz parte dos "Documentos da família Werneck", Códice 112, Arquivo Nacional.

Tabela 6 - Inventário do valor dos bens da fazenda Oriente, 1862

(1) TERRA		
59 alqueires de terras em cafezais e pastos		8:260\$000
(2) PÉS DE CAFÉ		
16.000 com 2 anos	1:920\$000	
12.000 com 4 anos	2:160\$000	
18.000 com 5 anos	5:400\$000	
17.000 com 6 anos	3:910\$000	
30.000 com 8 anos	6:600\$000	
55.000 com 15 anos	16:500\$000	
13.000 com 18 anos	2:600\$000	
34.000 com 25 anos	6:800\$000	
10.000 com 30 anos	1:200\$000	
12.000 com 38 anos	720\$000	
15.000 com 34 anos	1:200\$000	49:010\$000
(3) PREDIOS		
Casa, com assoalho de madeira e telhas	10:000\$000	
1 casa de madeira <u>ser</u> vindo de enfermaria	1:800\$000	
30 lances de senzalas de madeira	2:400\$000	
7 lances de casas de empregados e paiois de milho	1:050\$000	
9 lances de casas que servem de armazéns de café	2:400\$000	
1 casa de madeira com tanques de lavar roupa e 2 quartos	400\$000	
1 casa de madeira para guardar troles	400\$000	
1 seva de madeira para porcos	100\$000	
1 casa para cozinha dos escravos	80\$000	18:630\$000
(4) ESCRAVOS		
42 escravos do sexo <u>mas</u> culino e 60 do sexo feminino	123:510\$000	
51 ingênuos	4:501\$000	128:011\$000
(5) ANIMAIS		
80 porcos de campo	400\$000	
30 porcos de seva	900\$000	
27 bois de carro	1:620\$000	
12 vacas leiteiras com filhos	600\$000	
10 garrotes, 1 touro e 9 novilhos	435\$000	
5 burros, 2 parelhas de bestas de trole, 2 bestas de carga e 1 cavalo de sela	1:490\$000	5:545\$000
(6) OUTROS		
Estoque de <u>man</u> timen tos e café	29:620\$000	
Máquinas para o <u>pre</u> paro de café	7:000\$000	
Móveis e objetos de prata	8:065\$000	44:685\$000
TOTAL GERAL		254:041\$000

Fonte: Kerneck, Família. Documentos ... 1840-1882. In: Brasil. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Código 112.

Com base na pesquisa que fizemos sobre as fazendas de café em Vassouras, utilizando inventários de fazendeiros de café, apresentamos as proporções relativas dos valores desses ativos para diversas fazendas e em anos diferentes:

Tabela 7 - Participação do valor de escravos, terra e pés de café no valor total dos ativos das fazendas de café em Vassouras ( Em % )

Ativos	1839	1846	1851	1853	1874	1875	1882
Escravos	37,4	56,8	46,8	76,4	68,6	40,4	50,4
Terra	Alugada	23,1	Alugada	8,2	11,3	23,9	3,3
Pés de café	39,0	5,2	33,0	5,9	0,2	26,8	19,3
Outros	23,6	14,9	20,2	9,5	19,9	8,9	27,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: Vassouras. Cartório do Primeiro Ofício, Rio de Janeiro. Inventários de fazendeiros de café; 1825-1886, manuscritos.

A proporção do valor dos escravos situava-se em média acima de 50%, em relação ao valor total de ativos das fazendas de café. Embora não fique muito claro na tabela 7<sup>12</sup>, a participação relativa do valor dos escravos no valor total dos ativos da fazenda aumentou na década dos 1850, em consequência do grande aumento nos preços de escravos que se seguiu ao término do tráfico africano, e permaneceu na proporção de 40 a 50% até o começo dos anos de 1880, quando então começou a declinar.

As fazendas de café, que os contemporâneos chamavam de grande lavoura, eram responsáveis pela maior parte da produção comercial de café do país. De fato, elas tinham a natureza de uma unidade mista agrícola e industrial, em que o café era a colheita destinada à comercialização, mas outros bens e serviços também eram produzidos e, em geral, destinados ao consumo próprio. Como observou Laërne:

---

<sup>12</sup> A tabela 7 deve ser interpretada considerando-se as deficiências quanto à comparatibilidade dos dados originais. Nossa intenção foi apenas fazer uma ilustração do valor dos ativos em diferentes anos e em diferentes circunstâncias. Algumas fazendas utilizavam parte ou, em alguns casos, a totalidade de suas terras em arrendamento, e, portanto, possuíam pequena ou até mesmo nula participação da terra no valor total dos ativos. Outras estavam apenas começando o plantio do café, com uma grande proporção de mudas e árvores novas, e apresentavam, portanto, um valor total dos pés de café relativamente baixo. Finalmente, devemos também levar em conta que algumas fazendas utilizavam escravos por contrato de aluguel, não sendo proprietários deles, o que se refletia na participação do valor dos escravos no valor total dos ativos.

"The appearance of a Brazilian fazenda factory is seldom cheerful. Huge buildings of two stories, surrounded by rows of smaller buildings arranged in a quadrangle which constitute the dwellings of the slaves and free laboreurs, the apothecary's house, sick wards and warehouses, besides the extensive terreiros of drying fields of cemented or paved floors ... The surrounding hills of the fazenda are all denuded of wood, and sown with grass so as to supply pasture for horses, mules, sheep, cattle and pigs. The pigs on a fazenda yield the staple food of the master as well as the slaves ... A slave, besides maintaining the roads and bridges, has to attend the planting of maize, beans, mandioc, potatoes, in short, all that is needed on a fazenda for the consumption of the work people ...<sup>13</sup>"

---

<sup>13</sup> LAERNE, op. cit., p. 277-90.

"A aparência da sede de uma fazenda brasileira raramente é agradável. Grandes prédios de dois pavimentos, cercados por filas de prédios menores arranjados de forma quadrangular que constituem-se nos domicílios dos escravos e dos trabalhadores livres, um prédio com farmácia e enfermaria e os armazéns, além dos extensos terreiros para secagem, com chão cimentado ou pavimentado ... As colinas que circundam o conjunto da sede são todas desnudas de árvores, e cobertas com capim para prover pastagem para cavalo, mulas, ovelhas, bois e porcos. Os porcos da fazenda produzem o alimento básico de carne tanto para os donos quanto para os escravos ... Os escravos, além de manterem as estradas e pontes, ajudam no plantio do milho, feijão, mandioca, batatas, em resumo, de tudo que é necessário numa fazenda para o consumo dos trabalhadores ..." (T. do Autor). Veja também a descrição da Fazenda Santa Fê, em Cantagalo, feita por A.P. CORREIA JÚNIOR, Da Corte à Fazenda de Santa Fê: impressões de viagem. Rio de Janeiro, Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1870, p. 85-97.

#### 1.4 O trabalho

O regime de trabalho escravo proporcionava muitas vantagens aos fazendeiros de café: tinham oferta de trabalho garantida, podiam obter um alto coeficiente de pessoas economicamente ativas no total da população de escravos da fazenda, pois organizavam o trabalho de modo a ocupar crianças, mulheres e velhos<sup>14</sup>, podiam minimizar as disputas relacionadas com problemas trabalhistas, etc...

Em suma, a escravidão fornecia aos fazendeiros uma mão-de-obra disciplinada, especializada e coordenada<sup>15</sup>. Como descreve Laërne:

---

<sup>14</sup> Isto podia ser observado mais claramente durante a colheita, conforme descreve Porto Alegre: "De ordinário, emprega-se nas Fazendas do Brazil toda a especie de braços para a colheita: homens, mulheres, rapazes e crianças de ambos os sexos, preferindo-se contudo para isso, o pessoal da fazenda que foi menos apto para outros trabalhos braçaes grosseiros". Porto Alegre, op. cit., p. 167.

<sup>15</sup> Para uma descrição do trabalho escravo nas fazendas de café, veja STEIN, Vassouras, p. 161-89; PORTO ALEGRE, Monografia do café, p. 167; João Joaquim Ferreira de AGUIAR, Pequena memoria sobre a plantação, cultura e colheita do café, na qual se expõe os processos seguidos pelos fazendeiros d'esta Província, desde que planta até ser exportado para o Commercio Rio de Janeiro, Sociedade Promotora da Civilização e Industria da Villa de Vassouras, 1836, p. 11-5.

"The slaves are awakened by a bell at four o'clock in the morning, to get ready to go to work. At half past four or five they must march to their labours in troops or turmas from twenty-five to thirty souls — in order to start work at half past five or six. They toil on — dinnertime excepted — till at least seven o'clock; then the troop marches homeward. This is in the less busy season; in harvest they have generally to work by artificial light, whether in the drying fields, the terreiros or in the factories (engenhos)"<sup>16</sup>.

Uma característica marcante da escravidão nas fazendas de café era a organização dos trabalhadores em turmas. Observando-se o trabalho de turmas de escravos na capina dos cafezais, Laërne comentou:

---

<sup>16</sup> LAERNE, op. cit., p. 91-2.

"Os escravos eram acordados pelo sino às quatro horas da manhã, e se preparavam para a jornada de trabalho. Às quatro e meia ou cinco horas, partiam para os cafezais em turmas de 25 a 30 trabalhadores, para darem início ao trabalho às cinco e meia ou seis horas. Eles laboravam — excetuando-se o intervalo para refeições — até pelo menos as dezenove horas, quando a turma retornava à casa. Isto acontecia na estação do ano menos atribulada; no tempo da colheita trabalhavam inclusive com luz artificial nos terreiros de secagem e nos engenhos". (T. do Autor); veja também F. A. Veiga de CASTRO, Um fazendeiro do século passado. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 10 (47): 35-44, jul./ago. 1944.

"It is a curious thing to see those turmas or gangs of slaves working in the field. A turma consists usually of from 20 to 25 slaves, male and female, under charge of a feitor or overseer, who is generally himself a slave. Every turma has a male or female cook, who prepares their food on the spot. If several turmas have to work together (I have seen gangs from 100 to 125 souls) there is a Portuguese overseer, often termed administrador to superintend the work"<sup>17</sup>.

Um técnico francês, COUTY<sup>18</sup>, fazendo um levantamento de fazendas de café em 1883, mostrou a distribuição das profissões dos escravos de uma fazenda típica de Campinas, um importante município produtor de café da área de Santos:

VER TABELA 8

---

<sup>17</sup> LAERNE. op. cit., p. 91-2.

"... uma coisa curiosa observar estas turmas de escravos trabalhando no campo. Uma turma normalmente consiste de 20 a 25 escravos, masculinos e femininos, sob a direção de um feitor, que geralmente também é um escravo. Cada turma tem seu próprio cozinheiro ou cozinheira que prepara a comida no local. Se várias turmas trabalham juntas (pude observar turmas com 100 a 125 escravos), há um feitor português, geralmente denominado administrador, que supervisiona o trabalho". (T. do Autor).

<sup>18</sup> Louis, COUTY era professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e fez diversos estudos sobre o café e o problema da mão-de-obra.



Tabela 8 - Ocupação de escravos em fazendas de café

Ocupação	Número de escravos
Pedreiros	4
Carpinteiros	2
Ferreiros	2
Carroceiros	3
Carreiros	2
Tratadores de Bois	2
Tratadores de Cavalos	2
Mecânicos	3
Matadores de Formigas	2
Jardineiros	3
Cozinheiros da Roça	2
Cozinheiros da Casa Grande	1
Ajudantes de cozinheiro	2
Porqueiros	2
Tratadores de aves	1
Carregadores de comida	2
Lavadores de café	13
Concertadores de Roupa	2
Fabricantes de sabão	1
Farinheiros	1
Enfermeiras, feitores, etc.	14
Trabalhadores do eito	118
Doentes e inválidos	22
Escravos domésticos, cocheiros, etc.	12

Fonte: Couty, Louis. Étude de biologie industrielle sur le café; rapport adressé à M. le Directeur de L'Ecole Polytechnique. Rio de Janeiro, Imprensa do Messenger du Brésil, 1883.

Tabela 8 - Ocupação de escravos em fazendas de café

Ocupação	Número de escravos
Pedreiros	4
Carpinteiros	2
Ferreiros	2
Carroceiros	3
Carreiros	2
Tratadores de Bois	2
Tratadores de Cavalos	2
Mecânicos	3
Matadores de Formigas	2
Jardineiros	3
Cozinheiros da Roça	2
Cozinheiros da Casa Grande	1
Ajudantes de cozinheiro	2
Porqueiros	2
Tratadores de aves	1
Carregadores de comida	2
Lavadores de café	13
Concertadores de Roupa	2
Fabricantes de sabão	1
Farinheiros	1
Enfermeiras, feitores, etc.	14
Trabalhadores do eito	118
Doentes e inválidos	22
Escravos domésticos, cocheiros, etc.	12

Fonte: Couty, Louis. Étude de biologie industrielle sur le café; rapport adressé à M. le Directeur de L'Ecole Polytechnique. Rio de Janeiro, Imprensa do Messenger du Brésil, 1883.

Além dos escravos, as fazendas de café também empregavam trabalhadores livres. A maior parte dos cargos de administração e controle da disciplina, além de outros que exigiam um maior nível de especialização, era desempenhada por homens livres. Em nove fazendas de café do Rio de Janeiro, pesquisadas com grande detalhe por Laërne em 1884, num total de 1.596 escravos havia 57 homens livres na administração e 23 trabalhadores especializados livres, empregados como carpinteiros, pedreiros, ferreiros, maquinistas e construtores ferroviários.

Além dessas ocupações, os homens livres também executavam tarefas que tradicionalmente eram atribuídas aos escravos. De modo geral esses indivíduos eram chamados de camaradas ou agregados, embora houvesse diferenças regionais de nomenclatura. Os camaradas e agregados eram os meeiros e os trabalhadores avulsos, que muitas vezes moravam com suas famílias nas terras da fazenda, praticando uma agricultura de subsistência e ajudando nas tarefas gerais, durante os períodos de cultivo que demandavam uma grande quantidade de trabalhadores. Os camaradas e agregados, de modo geral, eram dependentes política e socialmente dos fazendeiros de café<sup>19</sup>.

O número de camaradas e agregados nas fazendas de café era relativamente pequeno. Em 1854, um levantamento efetuado em toda a província de São Paulo sobre a força de trabalho existente em estabelecimentos agrícolas (fazendas de açúcar, café e gado) consistindo de escravos, colonos (imigrantes europeus) e camaradas de agregados, revelou que das 62.216 pessoas que trabalhavam em fazendas de café, mais de 93% eram escravos. Esta proporção

---

<sup>19</sup> FURTADO. Formação econômica do Brasil, p. 143-6; Maria Sylvania de Carvalho FRANCO. Homens livres na ordem escravocrata. 2. ed. São Paulo, Ática, 1976, p. 91-106.

foi de 95,8% em fazendas de açúcar (empregando 15.641 escravos) e de 71% nas fazendas de gado (empregando 4.347 escravos) <sup>20</sup>. Simonsen estimou que, entre 1870 e 1880 cerca de cinco sextos da produção de café e dois terços da produção de açúcar eram produzidos por escravos <sup>21</sup>.

Em 1884 LAËRNE comentou que "There is not a trace of actual free labor just now in Central Brazil ... as yet everything there depends on slave labor <sup>22</sup>".

Isto nos parece um exagero, uma vez que Laërne por várias vezes se referiu aos diversos estágios do cultivo do café em que trabalhadores livres eram utilizados. Portanto, podemos razoavelmente concluir que, durante todo o período considerado, havia trabalhadores livres, mas que representavam apenas uma pequena proporção da força de trabalho das fazendas de café.

### 1.5 A tecnologia

As novas fazendas de café, de modo geral, tinham grande parte de suas terras como mata virgem. A área cultivada, entretanto, progressivamente aumentava com o correr do tempo. Os velhos cafezais, quando deixavam de ser economicamente produtivos, eram abandonados e uma nova vegetação selvagem crescia na terra.

---

<sup>20</sup> TAUNAY, Historia do café no Brasil, op.cit. vol.3, p.135

<sup>21</sup> SIMONSEN op. cit., p.269.

<sup>22</sup> LAËRNE, op. cit., p. 89.

" ... não existe nenhum indício de fato de trabalho livre no Brasil Su-  
deste nesse momento ... como sempre tudo depende do trabalho escravo".  
(T. do Autor).

A técnica de uso do solo empregada pelos fazendeiros, para prepará-lo isto é, desbastar a mata virgem — era a da derrubada e queimada subsequente. Apõs a queimada, eram plantados os pês de café. O solo, apõs sua exaustão, não era mais utilizado para esse plantio. Geralmente, os cafezais com doze a quinze anos de idade eram fertilizados com adubo animal<sup>23</sup>. O problema da erosão do solo, devido às grandes chuvas e dos terrenos montanhosos, era mais severo na área do Rio que na de Santos.

Os progressos técnicos faziam-se sentir mais nas atividades ligadas ao processamento dos frutos de café. Os terreiros de secagem dos frutos de café, a princípio tendo o pavimento de chão batido, passaram a ser feitos de pedra, macadame ou cimento, durante os anos de 1870 e 1880. Os processos de moagem dos frutos e seleção dos grãos também tiveram grande progresso tecnológico, uma vez que isto melhoraria a qualidade do café e, portanto, o preço alcançado no mercado. Devido a este fato, durante este período, diversas máquinas, aparelhos e processos técnicos foram introduzidos e adotados em larga escala nas fazendas de café, tais como estufas, ventiladores, depolpadoras, brunidores, descascadoras, etc...<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> REBELLO descreve nas seguintes palavras a construção de estrumeiras para a fazenda: "esta deve ser feita principalmente com as cascas de café, bananeiras caídas e o estrume dos animais". REBELLO, José S. Memoria sobre a cultura do cafeeiro. In: O auxiliador da indústria nacional. Rio de Janeiro, 1833. p. 170.

<sup>24</sup> LEZÉ, M.R. Cultura e indústria do café do Brazil. Revista Agrícola do Instituto Fluminense de Agricultura, 22 (3): 13-26, set. 1891. Esta revista, quando sob o nome de Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, devotava uma parte importante de suas páginas para informar aos fazendeiros da província os progressos técnicos no cultivo e processamento do café.

## 1.6 O transporte

Antes da existência das ferrovias, a produção de café, após o seu processamento para a obtenção dos grãos, era transportada por terra até um dos muitos pequenos portos ao longo da costa fluminense e dali transportada novamente, por via marítima, até o porto do Rio de Janeiro. As fazendas de café estavam localizadas em terreno montanhoso e havia longa e íngreme descida até os portos localizados na costa. Portanto, antes da implantação das ferrovias, o transporte era muito caro e necessitava um uso intensivo do trabalho. Era efetuado geralmente com a utilização de mulas, cada mula carregando cerca de duas sacas de café, de 60kg cada uma. As estradas e caminhos rurais estavam sempre em más condições de conservação, devido às chuvas e à passagem sucessiva das tropas de mulas. Uma jornada de 100 a 300 km até o porto do Rio de Janeiro, típica para quase todas as fazendas de café situadas no Vale do Médio Paraíba, levava de uma a pouco mais de três semanas, dada a média de 12,6 km/dia de transporte por mulas ...<sup>25</sup>.

O transporte do café, das fazendas para o porto, era sujeito a acidentes e perdas. De acordo com o relatório feito em 1857, contendo o projeto de viabilidade técnica e econômica da Estrada de Ferro Dom Pedro II, a distância média entre a região produtora de café e o Porto do Rio de Janeiro era de 25 a 30 léguas (ou 164 a 196,8 km), com uma distância mínima de 15 léguas (98,4km.) e uma distância máxima de 45 léguas (295,2km.)<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Segundo LAERNE, era necessário mais ou menos um mês, nessa época, para ir-se de Barbacena (Minas Gerais) ao Rio de Janeiro. A distância média era de 379km., o que representa uma média de 12,6km/dia. LAERNE, Brazil and Java, p. 101; CORREIA JÚNIOR também tece comentários sobre o modo de transporte utilizado nas fazendas e os grandes custos envolvidos. CORREIA JÚNIOR, Da Corte à Fazenda de Santa Fé, p. 94-5.

<sup>26</sup> RIO DE JANEIRO. Estrada de Ferro Dom Pedro II. Terceiro relatório apresentado pela diretoria aos accionistas da Estrada de Ferro Dom Pedro II, em 31 de janeiro de 1857. Rio de Janeiro, 1857. p. 51.

Segundo as estimativas do engenheiro inglês encarregado do projeto, somente o custo do transporte por mulas (isto é, não incluindo o custo do transporte marítimo dentro da baía de Guanabara) era acima de 1\$000 por arroba (de 14,4kg.) ou 4\$000 por saca (de 60kg.). Com a ferrovia planejada, este custo cairia para a metade.

De fato, o transporte ferroviário teve um rápido progresso no Brasil, principalmente na região cafeeira e após 1876<sup>27</sup>. Em 1883, a viagem de 379km, de Barbacena à cidade do Rio de Janeiro, antes feita em um mês, levava apenas 12 horas com a ferrovia. Observemos esse desenvolvimento.

Tabela 9 - Crescimento do transporte ferroviário no Brasil, medido pela extensão do leito ferroviário, 1854-1892

Ano	Quilômetros	Ano	Quilômetros
1854 <sup>a</sup>	15,2	1873 <sup>c</sup>	1.120,0
1860 <sup>b</sup>	240,8	1888 <sup>b</sup>	3.379,2
1863 <sup>a</sup>	424,0	1882 <sup>a</sup>	4.428,8
1870 <sup>b</sup>	739,2	1890 <sup>b</sup>	9.916,8
1872 <sup>a</sup>	924,8	1892 <sup>a</sup>	11.239,2

Fontes:<sup>a</sup> Angel, Frank St. British investment in brazilian railroads, 1880-1913. Chicago, University of Chicago, 1948. Tese.

<sup>b</sup> Brasil. Ministério da Fazenda. Economical data about Brazil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924.

<sup>c</sup> Ice Jr., Orva Lee. British direct investments in Brazil up to 1901. Chicago, University of Chicago, 1948. Tese.

<sup>27</sup> Para uma melhor apreciação deste fato veja Odilon N. de MATTOS, Café e Ferrovias, São Paulo, Editora Alfa Omega, 1974.

Com o progresso nos transportes e nas comunicações, as terras situadas mais no interior se tornaram acessíveis, em termos econômicos, para o plantio do café, e as fazendas se multiplicaram, principalmente nas terras roxas — um dos melhores solos para o cultivo do café — do Oeste de São Paulo.

Estas melhorias no sistema de transporte também tiveram um grande impacto na organização do trabalho escravo nas fazendas de café, pois liberaram uma parte substancial dos escravos que se empregavam como tropeiros. Segundo Stein, representavam cerca de 20% da força efetiva de trabalho masculino da fazenda e eram sempre escolhidos dentre os melhores<sup>28</sup>.

### 1.7 A comercialização

A produção comercial de café era quase totalmente exportada<sup>29</sup>, pois o consumo interno era abastecido com a qualidade denominada escolha. Como a escolha era uma qualidade inferior de café, de difícil comercialização no mercado externo e praticamente um subproduto da produção, podemos considerar as exportações de café como um indicador bastante bom da sua produção.

A figura 1 mostra a evolução das exportações de café do Brasil no período de 1821 e 1899.

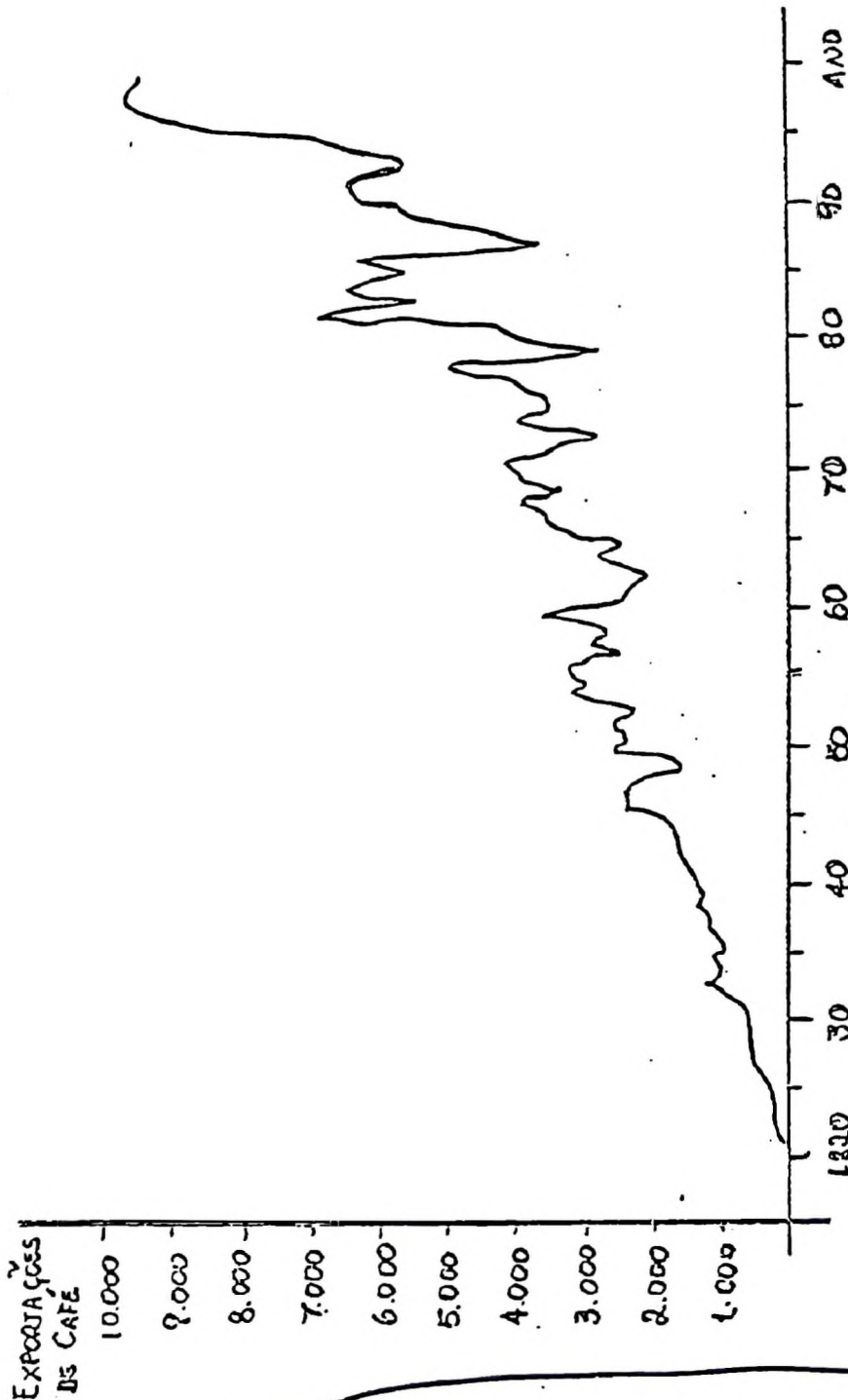
---

<sup>28</sup> STEIN, op. cit., p. 91.

<sup>29</sup> Para uma análise das exportações de café no período, veja F.L.C. BURLAMAQUE. Monografia do cafeeiro e do café. Rio de Janeiro, M.L. Vianna e Filhos, 1860, p. 57-62; Nicolau Joaquim MOREIRA. Breves considerações sobre a história e cultura do cafeeiro e consumo do seu produto, Rio de Janeiro, Typ. Imperial Instituto Artístico, 1872; Augusto RAMOS, O café no Brasil e no estrangeiro. Rio de Janeiro, 1923.



Figura 1 - BRASIL - EXPORTAÇÕES DE CAFÉ (1.000 SACAS DE 60 Kg), 1821-1899 (cb)



Fonte: BRASIL - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro, 1939-40. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, Rio de Janeiro, 1941, a. 5.

Exportações de café

10.000

8.000

6.000

4.000

2.000

1.000

500

200

100

50

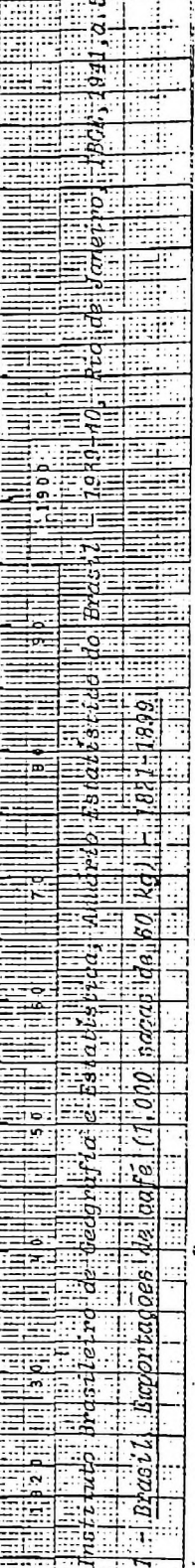
20

10

5

2

1



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Anuário Estatístico do Brasil - 1940-40, Rio de Janeiro, 1941, 2, 8

Figura 1 - Brasil, Exportações de café (1.000 sacas de 60 kg) - 1887-1941

Durante todo este período, a produção de café do Brasil apresentou uma tendência contínua de aumento. Entre 1821 e 1850, a taxa média de crescimento das exportações de café foi de 8,47% ao ano<sup>30</sup>. Entre 1850 e 1888 as exportações cresceram a uma taxa média de 2,09% por ano<sup>31</sup>. De 1871 até 1888 essa taxa média de crescimento foi de 2,7% ao ano<sup>32</sup>. Na década imediatamente posterior à Abolição da Escravidão, 1889 a 1899, a taxa de crescimento das exportações de café foi de 6,4% ao ano<sup>33</sup>.

Quando analisamos as flutuações anuais da quantidade exportada de café, devemos considerar que muitos fazendeiros mantinham estoques armazenados em suas fazendas, de um ano comercial para o outro, com o objetivo de especular com preços. Esses estoques, entretanto, perfaziam uma percentagem muito pequena da colheita anual do país, pois os fazendeiros de modo geral não possuíam nem instalações de armazenagem, nem disponibilidade de crédito e recursos para financiar o acúmulo desses estoques, nem relações de contato e conhecimento técnico para especular em grande escala com sua produção de café.

Geralmente, o acúmulo de estoques de um ano comercial para o seguinte era efetuado ao nível dos exportadores de café (muitos deles estrangeiros), nas cidades - porto do Rio de Janeiro e Santos. Estes estoques eram de 347 mil sacas (de 60 kg) por ano,

---

$$^{30} \text{ Log } E_c = 5,42257 + 0,08472t \quad r^2 = 0,913 \quad E_c = \text{exportação de café.}$$

$$^{31} \text{ Log } E_c = 7,69487 + 0,02094t \quad r^2 = 0,585 \quad E_c = \text{exportação de café.}$$

$$^{32} \text{ Log } E_c = 8,08222 + 0,02700t \quad r^2 = 0,285 \quad E_c = \text{exportação de café.}$$

$$^{33} \text{ Log } E_c = 8,45747 + 0,06395t \quad r^2 = 0,847 \quad E_c = \text{exportação de café.}$$



em média, nos anos de 1880, o que representava cerca de 7% das exportações médias anuais durante essa década<sup>34</sup>. Portanto, a quantidade de café exportada não representa exatamente a produção de café daquele ano e sim o resultado da soma do café transportado para os portos e da variação-líquida dos estoques no ano comercial. Esta diferença, todavia, era pequena, não excedendo a 5% das exportações anuais<sup>35</sup>.

A maior responsável pelo aumento na produção de café durante o período de 1871-88, principalmente na década de 1880, foi a área de Santos. É o que se torna claro na leitura da tabela seguinte:

VER TABELA 10

---

<sup>34</sup> J. P. WILEMAN, Brazilian year book, I e II. Rio de Janeiro, The Offices of the Brazilian Year Book, 1908/1909, vol. 1, p. 630.

<sup>35</sup> A variação anual de estoques, em valores absolutos, era em média 35% nesse período, em relação aos estoques anuais. Portanto,  $35\% \times 7\% = 2,5\%$ . Se assumirmos para os fazendeiros de café esse mesmo percentual - o que constitui uma superestimação, pois pelas razões apresentadas acima, os fazendeiros não possuíam as mesmas facilidades e grau de informação dos exportadores - obtemos então o resultado de 5%.

Tabela 10 - Exportações de café do Brasil, em 1.000kg, segundo as áreas e províncias da região cafeeira, 1870-1890

Ano	Áreas da região cafeeira						Total da região cafeeira
	Área do Rio <sup>a</sup>					Área de Santos <sup>b</sup>	
	Rio de Janeiro	Minas Gerais	Espírito Santo	São Paulo	Total		
1870	109.968	31.704	5.759	17.518	164.949	28.207	193.156
1871	113.437	35.152	7.916	19.153	175.658	25.266	200.924
1872	102.586	26.199	6.101	13.057	147.943	25.434	173.377
1873	92.584	28.308	6.966	17.964	145.822	33.305	179.127
1874	105.175	37.116	5.137	18.221	165.649	44.801	210.450
1875	119.269	41.637	8.033	17.635	186.574	47.443	234.017
1876	111.562	36.403	5.787	17.381	171.133	41.517	212.650
1877	107.252	38.346	8.569	17.118	171.285	48.835	220.120
1878	109.608	47.926	6.222	24.018	187.774	66.273	254.047
1879	120.419	51.233	7.856	21.570	201.078	67.569	268.647
1880	133.765	54.782	9.086	21.807	219.440	67.394	286.834
1881	148.008	73.773	11.096	26.508	259.385	81.864	341.249
1882	156.124	66.974	10.103	25.473	258.674	100.870	359.544
1883	113.085	67.346	11.471	26.375	218.277	113.006	331.283
1884	130.429	62.994	8.495	20.719	222.637	122.824	352.461
1885	110.214	85.457	12.425	17.767	225.863	114.669	340.532
1886	122.569	64.741	11.516	16.749	215.575	124.070	339.645
1887	61.937	46.364	8.805	14.426	131.532	113.653	245.185
1888	109.478	66.507	9.140	14.970	200.095	115.669	315.764
1889	80.090	69.465	9.191	18.646	177.392	137.616	315.008
1890	78.643	59.770	7.965	13.944	160.322	152.749	313.071

**Notas:** <sup>a</sup> Café exportado pelo Porto do Rio de Janeiro. Os resultados para a Província de Minas Gerais excluem a parcela produzida pela região da província pertencente à área de Santos. Os dados foram obtidos em Rio de Janeiro (Estado). Mappa demonstrativo da exportação de café, n.11. In: \_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Sr. Vice-Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Manoel Martins Torres, pelo Secretario das Finanças, Joaquim Antunes de Figueiredo Junior em Nictheroy, em 31 de julho de 1893. Rio de Janeiro, 1893.

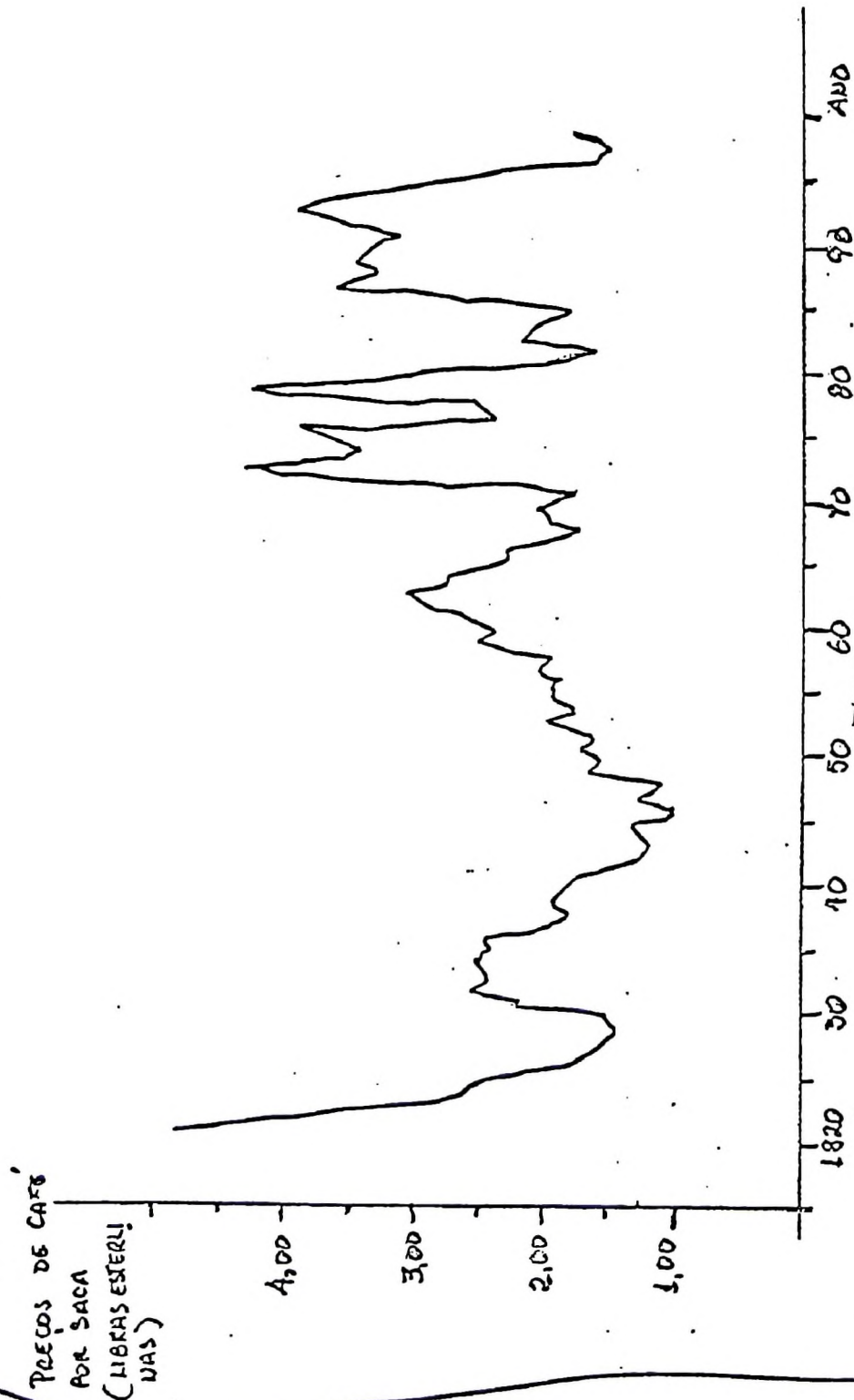
<sup>b</sup> Baseado em Wileman, *Brazilian Year Book*, 1908. Os dados foram transformados de ano comercial para ano calendário. v. I. p. 629.

· Observemos a evolução dos preços do café (valor médio em libras esterlinas ouro por saca de 60kg ), no período de 1821 a 1899. De 50 a 1888 a tendência foi positiva, com uma taxa média de crescimento de 1,1% ao ano<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup>  $\text{Log } P_c = 0,65163 + 0,01096t$   $r^2 = 0,19$   $P_c = \text{preços de café.}$

Figura 2  
 FIGURA 2  
 BRASIL: PREÇOS DO CAFÉ (VALOR MÉDIO EM LIBRAS ESTERMINAS OUREO) POR SACA DE 60 Kg, 1821-1899

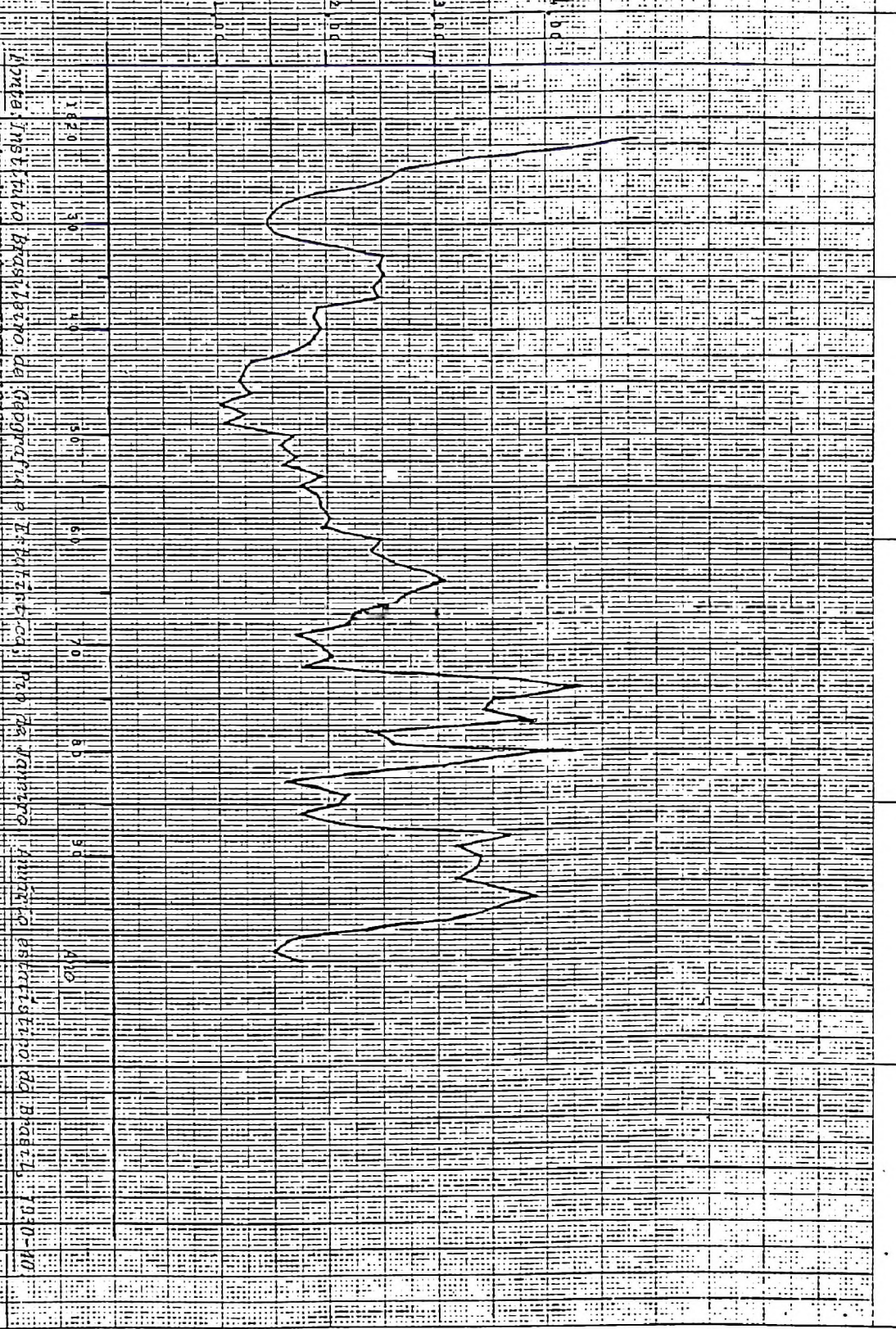


FCCSP  
 FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1830-40  
 CAB (CENSAMENTO) e ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1830-40  
 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1830-40  
 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1830-40



Figura 2 - Brasil. Inepos do tipo (valor médio em litros esterilizados) por saca de 60 kg., 1981-1999

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2000. Projeção estatística de 2000-2009.





Observando a tendência dos preços de café no período dos anos comerciais de 1871/72 a 1887/88, não constatamos nenhuma tendência secular de acréscimo ou decréscimo, mas sim flutuações em torno da média, que se manteve estável no período<sup>37</sup>. Em termos reais, a tendência dos preços em mil-réis é levemente negativa e, em libras esterlinas ouro, levemente positiva, mas em ambos os casos não significativas<sup>38</sup>. Para o período crítico entre os anos de 1881/82 e 1887/88, entretanto, os preços reais em mil-réis cresceram a 10,3% ao ano<sup>39</sup>.

VER TABELA 11

Ao analisar as flutuações nos preços de café durante este período, precisamos levar em conta que os contemporâneos<sup>40</sup> - e também alguns autores modernos - sempre chamaram a atenção para o fato de que os movimentos internacionais dos preços de café não eram aqueles necessariamente experimentados pelos fazendeiros de café<sup>41</sup>. Com efeito, a constante depreciação da taxa de câmbio mil-réis/libras esterlinas serviu para amortizar os efeitos dos preços em baixa e permitiu aos fazendeiros transferir parte deste peso ao resto da economia, em particular às populações urbanas consumidoras de bens importados, tais como as do Rio de Janeiro e de São Paulo.

<sup>37</sup> Para uma análise dos preços do café durante o período de 1857 a 1906, veja Antonio DELFIM NETTO, O problema do café no Brasil, São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1959.

<sup>38</sup>  $\text{Log } P'_c = 3,41263 - 0,0076t \quad r^2 = 0,017 \quad P'_c = \text{preço em mil-réis.}$   
 $\text{Log } P''_c = 1,08327 + 0,00776t \quad r^2 = 0,016 \quad P''_c = \text{preços em libras esterlinas.}$

<sup>39</sup>  $\text{Log } P'_c = 2,78919 + 0,10279t \quad r^2 = 0,559 \quad P'_c = \text{preços em mil-réis.}$

<sup>40</sup> RIO DE JANEIRO, Directoria de Fazenda da Província do Rio de Janeiro. Relatório. 1882, p. 8.

<sup>41</sup> Ronaldo COES, Brazil. In: Tropical development, 1880-1913, ed. W.A. Lewis. Evanston, Ill. Northwestern University Press, 1970, p. 100-27.

Tabela 11 - Preços médios e valores reais e nominais das exportações de café, expressos em mil-réis e libras esterlinas; taxa de câmbio, anos comerciais de 1870/71 a 1889/90

Anos Comerciais	(preços por sacas de 60kg)						
	Preço médio (mil-réis)			Preço médio (Libras Esterlinas)			
	Valores nominais <sup>c</sup>	Índice de preços <sup>d</sup>	Valores reais	Valores nominais <sup>c</sup>	Índice de preços <sup>e</sup>	Valores reais	Taxa de câmbio \$/f
1870-71	20\$081	100,0	20\$081	2,03	100,0	2,03	10\$878
71-72	17\$647	99,9	17\$665	1,76	97,8	1,80	9\$987
72-73	32\$967	99,8	33\$033	3,43	107,5	3,19	9\$600
73-74	39\$716	99,8	39\$796	4,31	110,6	3,90	9\$198
74-75	32\$653	99,7	32\$751	3,50	105,0	3,33	9\$309
75-76	34\$718	99,6	34\$857	3,39	99,1	3,42	8\$817
76-77	31\$440	100,9	31\$160	3,90	92,5	4,22	9\$470
77-78	28\$740	102,2	28\$121	2,34	90,7	2,58	9\$771
78-79	27\$331	103,5	26\$407	2,61	86,2	3,03	10\$463
79-80	48\$230	104,9	45\$997	4,29	81,5	5,26	11\$228
1880-81	34\$463	106,3	32\$421	3,17	84,8	3,74	10\$862
81-82	25\$669	107,9	23\$790	2,34	81,7	2,86	10\$956
82-83	18\$341	109,5	16\$750	1,61	82,9	1,94	11\$344
83-84	24\$448	111,1	22\$025	2,19	80,4	2,72	11\$130
84-85	24\$436	108,9	22\$459	2,10	77,1	2,72	11\$601
85-86	22\$957	106,7	21\$515	1,77	73,7	2,40	12\$908
86-87	30\$770	104,4	29\$473	2,39	70,0	3,41	12\$843
87-88	43\$926	102,3	42\$938	4,10	69,8	5,87	10\$696
88-89	29\$967	104,4 <sup>a</sup>	28\$704	3,15	69,9	4,51	9\$505
1889-90	30\$888	103,7 <sup>b</sup>	29\$786	3,39	71,3	4,75	9\$078

Notas: <sup>a</sup> Média dos últimos três anos.

<sup>b</sup> Taxa de câmbio média anual, ano calendário do Rio de Janeiro.

Fonte: <sup>c</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro. Anuário Estatístico do Brasil, 1939/1940, Rio de Janeiro, IBGE, 1941. p. 1353, 1375-80.

<sup>d</sup> Buescu, Mircea. 300 anos de inflação. Rio de Janeiro, Apec, 1973. p. 223.

<sup>e</sup> Utilizamos o Índice de Preços de Exportação de Bens e Serviços, para as principais categorias de bens e serviços, 1870 - 1965 em Feinstein, C.H. Studies in the National income and expenditures of the United Kingdom. In: National income, expenditures and output of the United Kingdom, 1855-1965. Cambridge, Cambridge Univ. Press, v. 6, p. 258-369.

Além disso, havia uma diferença entre estes preços e os preços de café recebidos pelo fazendeiro em sua fazenda. O café produzido nas fazendas, após o processamento dos frutos - secagem, moagem e seleção - e obtenção dos grãos, era transportado das fazendas para os armazéns dos Comissários de Café no Rio de Janeiro e Santos.

O Comissário geralmente representava várias fazendas e vendia as respectivas colheitas para os ensacadores, que faziam a mistura e vendiam as sacas para o exportador.

O preço bruto recebido pelo fazendeiro dependia da qualidade do café produzido. Deste preço eram deduzidos os custos de transporte, as diversas comissões para os intermediários (como os comissários e ensacadores) e os impostos provinciais e do Governo do Império - o que devemos levar em conta para estimarmos o preço líquido recebido pelo fazendeiro.

#### 1.8 A qualidade do café

Havia uma grande margem de arbítrio, ao nível da fazenda, quanto à escolha de alternativas referentes à maior ou menor qualidade e à menor ou maior quantidade de café produzido, supondo-se constante sua força de trabalho. Uma melhor qualidade necessitaria maior cuidado com o trato, a carpa e a capina dos cafezais, assim como maior cuidado durante a colheita dos frutos. Isso representava um aumento no número de escravos-dia para o cultivo dos cafezais existentes, o que se refletiria numa diminuição da disponibilidade de escravos-dia para o plantio de novos cafezais<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> PORTO ALEGRE. Monografia do café, p. 178-86.

Os grãos de café eram classificados e arbitrados em preço segundo sete tipos diferentes: lavado, superior fino, primeira boa, primeira regular, primeira ordinária, segunda boa e segunda ordinária. Em 1880, para exemplificar a dispersão dos preços segundo o tipo de café, os preços extremos (por 10 kg) para o café tipo lavado, no Rio de Janeiro, alcançavam de 4\$750 a 7\$800, enquanto que os de tipo segunda ordinária variavam de 3\$000 a 4\$700. Isto sugere uma diferença de 62% entre a média dos preços dos tipos de café produzidos, da mais alta e da mais baixa qualidade, respectivamente<sup>43</sup>.

Em geral, uma fazenda de grande porte produzia mais de um tipo de café. Além dos seis tipos exportáveis, existia um tipo de qualidade bem inferior, conforme já dissemos, chamado de escolha. Somente uma parcela bem reduzida dessa produção de café tipo escolha era eventualmente exportada, já que ela se destinava primordialmente ao consumo interno<sup>44</sup>.

O preço recebido pelo fazendeiro de café era geralmente de 30 a 40% mais baixo que o preço F.O.B. recebido pelo exportador<sup>45</sup>. Dessa diferença de preços, os custos de transporte entre a fazenda e o porto eram responsáveis por 25% desse total, a tributação provincial e do governo do Império representavam mais 25%, e os 50% restantes eram representados por comissões e outros pagamentos a intermediários, seguros, perdas na viagem etc ...

---

<sup>43</sup> Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1880, p. 41.

<sup>44</sup> RIO DE JANEIRO. Directoria da Fazenda da Província do Rio de Janeiro. Relatório. 1879, p. 42.

<sup>45</sup> O percentual de 40% foi baseado nas estimativas apresentadas detalhadamente por LAERNE. op. cit., p. 248-50, o percentual de 30% foi baseado em CASTRO, incluindo, entretanto, um adicional de 6% para contabilizar os impostos pagos ao Governo. CASTRO, Helio O.P. de. Viabilidade econômica da escravidão no Brasil, 1880-1888. Revista Brasileira de Economia, 27 (1): 50, jan./mar. 1973.

## 1.9 A exportação

Observemos a tabela:

VER TABELA 12

Tabela 12 - Exportação de café (em 1.000 sacas de 60 kg), receitas da exportação de café (em milhares de mil-réis e libras esterlinas) e participação das exportações de café no total de exportações do Brasil, anos comerciais de 1821-1869 (médias anuais por quinquênio) e 1870-1890 (anuais)

50

Anos Comerciais	Quantidade exportadora (1.000 sacas)	Receitas da exportação de café		Participação das exportações de café no total de exportações do Brasil (%)
		Mil-réis (1.000)	Libras esterlinas (1.000)	
a) Média anual por quinquênio				
1821-1829 <sup>a</sup>	300	4:150\$000	725	18,5
1830-1834	772	12:582\$000	1.769	37,5
35-39	1.165	17:787\$000	2.428	46,0
40-44	1.417	17:866\$000	2.279	42,3
45-49	2.002	22:558\$000	2.471	40,9
50-54	2.514	36:678\$000	4.313	48,6
55-59	2.736	51:200\$000	5.635	48,7
60-64	2.255	62:650\$000	6.863	49,3
65-69	3.240	76:420\$000	6.737	42,4
b) Anos				
1870	3.827	84:504\$000	7.766	50,3
71	4.060	71:646\$000	7.172	37,6
72	3.497	115:285\$000	12.013	53,6
73	2.774	110:173\$000	11.976	58,1
74	3.853	125:812\$000	13.512	60,3
75	3.407	118:286\$000	13.414	64,4
76	3.553	111:707\$000	11.752	57,1
77	3.843	110:447\$000	11.299	59,3
78	4.909	134:629\$000	12.613	65,7
79	2.618	126:260\$000	11.237	56,8
1880	3.660	126:134\$000	11.604	54,6
81	4.081	104:753\$000	9.553	49,9
82	687	122:643\$000	10.187	62,2
83	5.316	130:033\$000	11.681	59,9
84	6.238	152:434\$000	13.140	67,4
85	5.436	124:792\$000	9.671	64,0
86 <sup>b</sup>	6.075	186:925\$000	14.543	70,9
87 <sup>c</sup>	1.964	74:411\$000	6.958	59,4
88 <sup>c</sup>	3.444	103:205\$000	10.857	50,0
89 <sup>c</sup>	5.586	172:358\$000	18.853	69,7
1890 <sup>c</sup>	5.109	189:894\$000		

Nota: a Média anual para o período de 9 anos.

b Segundo semestre de 1887.

c Anos-calendário.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro. Anuário estatístico do Brasil, 1939/1940. Rio de Janeiro, 1941, p. 774-80.

Durante o período de 1871 a 1888 (anos comerciais)<sup>46</sup>, as receitas em libras esterlinas ouro cresceram (em tendência) a uma taxa de 1,17% ao ano<sup>47</sup>. A participação das exportações de café no total das exportações do Brasil aumentou de 16,3% em 1821 para 67,7% em 1890. Isto mostra a crescente importância desta atividade econômica no Brasil.

Podemos observar, pela tabela seguinte, que o Brasil tornou-se durante este período o produtor dominante de café no mercado mundial. A participação brasileira na produção mundial do café aumentou de 18% nos anos de 1820 para 56% nos anos de 1880. A demanda por café crescia numa tendência estável durante este período, principalmente nos Estados Unidos e na Europa.

VER TABELA 13

---

<sup>46</sup> O ano comercial vai de 1º de julho a 30 de junho do ano seguinte.

<sup>47</sup>  $\text{Log } R_c = 9,25656 + 0,01167t$      $r^2 = 0,121$      $R_c = \text{receitas.}$

Tabela 13 - Participação do Brasil no mercado mundial do café

a) Produção do Brasil, do total dos outros países produtores e total mundial (sacas de 60 kg) e participação do Brasil no total mundial, triênios (anos comerciais)  
(milhares de sacas)

Anos comerciais	Brasil	Outros países	Total da produção mundial	Participação do Brasil no total mundial (%)
1852-1854	7.750	7.133	14.883	52,1
55- 57	8.422	7.334	15.756	53,5
58-1860	8.830	7.697	16.527	53,4
1861- 63	6.560	8.252	14.812	44,3
64- 66	8.238	9.325	17.563	46,9
67- 69	10.478	10.284	20.762	50,5
1870- 72	11.384	11.511	22.895	49,7
73- 75	10.034	10.799	20.833	48,2
76- 78	12.300	12.809	25.109	49,0
79-1881	10.359	12.395	22.754	45,5
1882- 84	18.241	13.072	31.313	58,3
85- 87	14.923	11.831	26.754	55,8
88-1890	17.089	12.824	29.913	57,1

Fonte: Wileman, J.P. Brazilian year book, 1908. Rio de Janeiro, The Office of the Brazilian Year Book, 1908. v.1, p. 269.

b) Destino dos embarques de café dos Portos do Rio de Janeiro e Santos, total para o triênio (anos comerciais). Total em milhares de sacas de 60kg

Triênio	Anos comerciais	Europa	Mediterrâneo	Estados Unidos	Outros países	Total
1872-1874		4.548	4	4.981	717	10.250
75- 77		4.647	110	5.168	762	10.687
78-1880		6.843	118	6.853	1.090	14.904
1881- 83		7.271	450	8.002	1.262	16.985
84- 86		7.419	587	8.754	945	17.705
87- 89		6.583	193	6.821	760	14.357

Fonte: Wileman, J.P. Brazilian year book, 1908. Rio de Janeiro, The office of the Brazilian Year Book, 1908. v. 1, p. 630.



Além de café, as exportações mais importantes do Brasil eram açúcar, algodão, couro, borracha, fumo e outros produtos extrativos. As províncias de café, no período de 1881 a 1885, contribuíram em média com 64,2% do valor da produção agrícola total do País, de acordo com o Relatório do Ministério da Agricultura:

VER TABELA 14

Tabela 14 - Exportações do Brasil e produção agrícola da região cafeeira

a) Valor das principais exportações do Brasil, anos comerciais de 1876 a 1886  
(em mil-réis)

Exportação	1876-1877		1886-1887	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Café	112.111:600\$	57,3	152.433:500\$	67,4
Açúcar	29.992:300\$	15,3	22.699:500\$	10,0
Algodão	12.084:700\$	6,2	10.944:100\$	4,8
Borracha	11.033:900\$	5,6	10.623:000\$	4,7
Couros	8.137:300\$	4,2	5.132:800\$	2,3
Fumo	6.875:600\$	3,5	6.759:300\$	3,0
Outros <sup>a</sup>	<u>15.327:900\$</u>	<u>7,9</u>	<u>17.678:300\$</u>	<u>7,8</u>
	195.563:300\$	100,0	226.269:700\$	100,0

Nota: <sup>a</sup> Cacau, erva-mate, ouro, diamantes, madeira, castanha, etc.

Fonte: Brasil. Ministério da Fazenda. Relatório, 1880; quadro 45.

Brasil. Ministério da Fazenda. Relatório, 1887; quadro 34.

b) Valor oficial da produção agrícola do Império do Brasil; total para o quinquênio 1881-1885 (anos comerciais)  
(em mil-réis)

Regiões	Valor	Em %
<u>Região cafeeira</u>	<u>704.657:300\$</u>	<u>64,2</u>
Rio de Janeiro <sup>a</sup>	321.891:200\$	29,3
São Paulo	242.436:800\$	22,1
Minas Gerais	118.466:700\$	10,8
Espírito Santo	21.862:600\$	2,0
<u>Outras províncias</u>	<u>393.616:000\$</u>	<u>35,8</u>
<u>Império do Brasil</u>	<u>1.098.273:300\$</u>	<u>100,0</u>

Nota: <sup>a</sup> Inclui o Município Neutro.

Fonte: Ministério da Agricultura. Relatório, 1887. p. 6

Em conclusão, os dados indicam que, na segunda metade do século XIX, o cultivo do café era a atividade econômica mais importante do País. As exportações de café estavam aumentando aceleradamente, os preços tendo um comportamento satisfatório e o aumento da oferta se efetuava através da utilização de terras virgens, a fronteira do café marchando principalmente para os férteis solos do Oeste Paulista, na área de Santos. Sintetizando em gráficos:

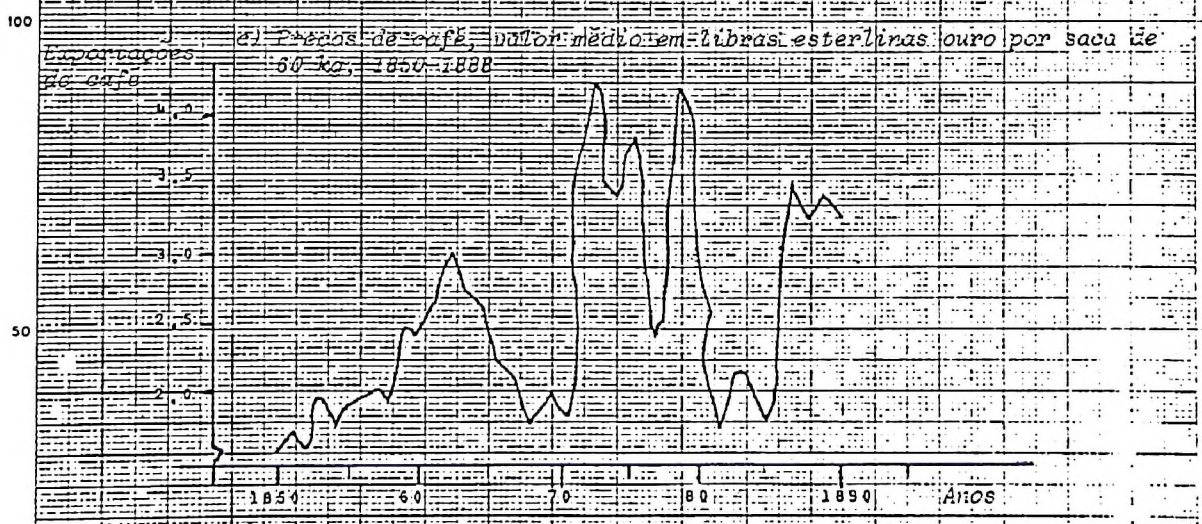
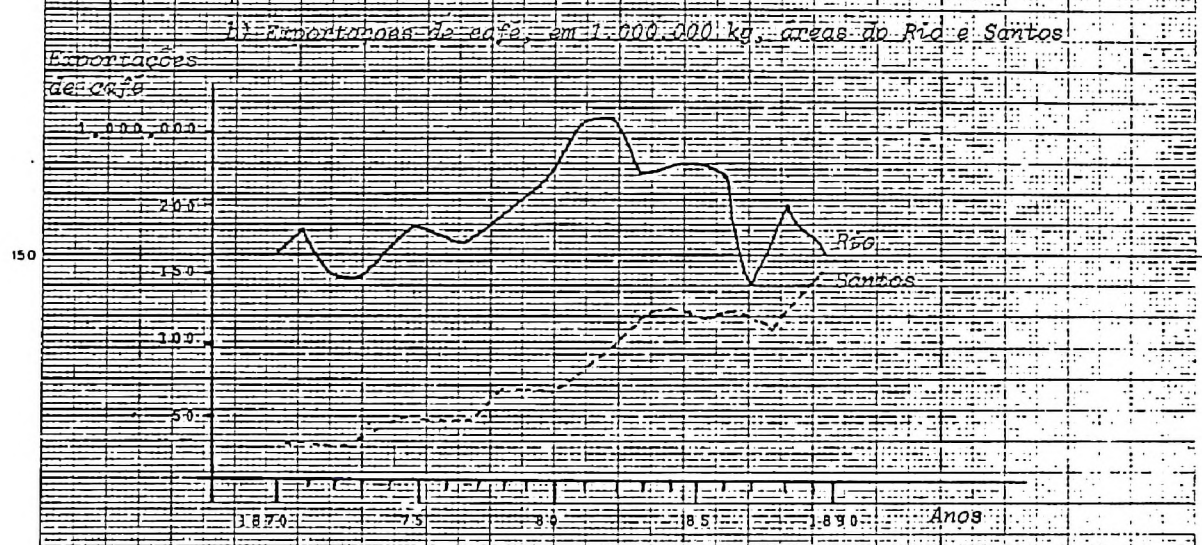
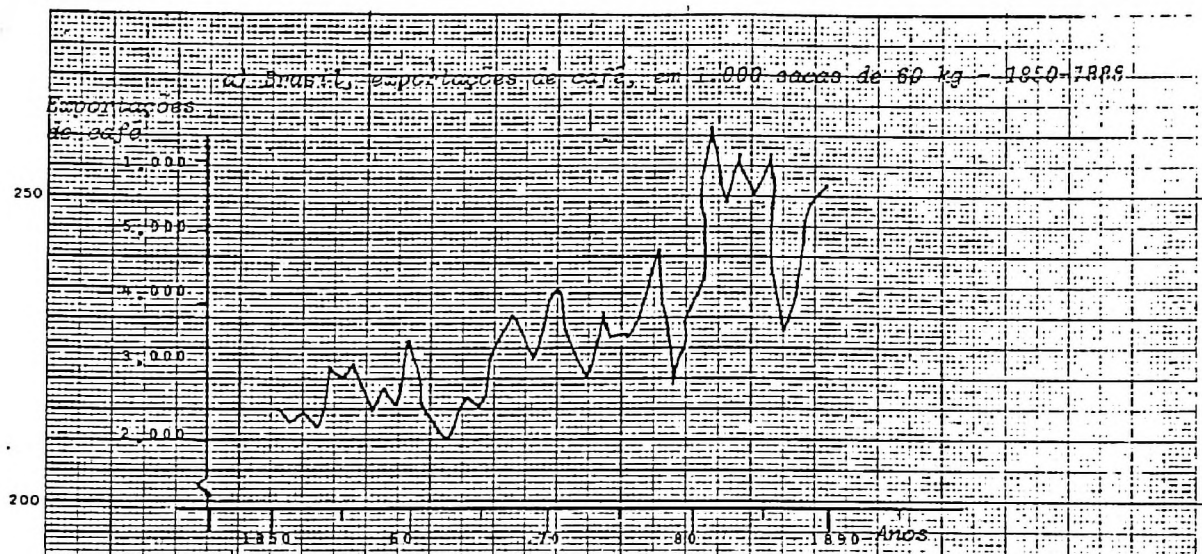


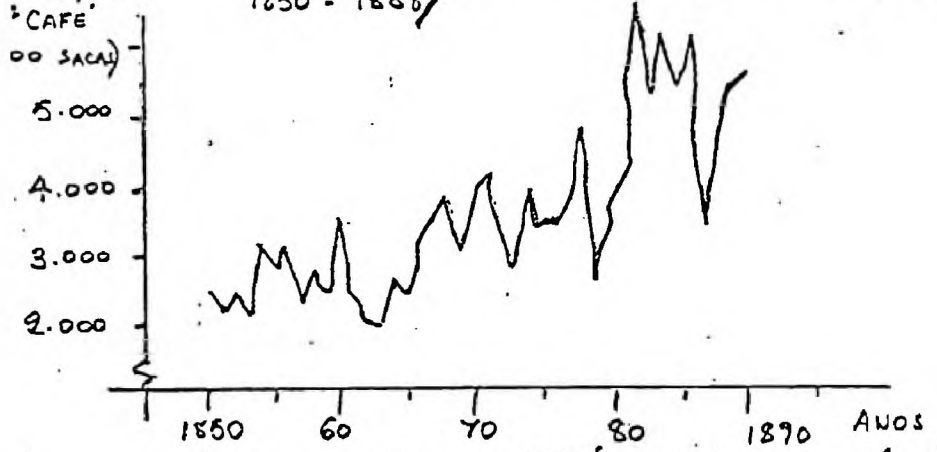
Figura 5 - Brasil. Exportações de café, 1850-1898; áreas do Rio e Santos. Exportações de café, 1870-1895, preços de café, 1850-1888



BRASIL, EXPORTAÇÕES DE CAFÉ, 1850-1888; ÁREAS DO RIO E SANTOS.  
 EXPORTAÇÕES DE CAFÉ, 1870-1890; PREÇOS DE CAFÉ, 1850-1888

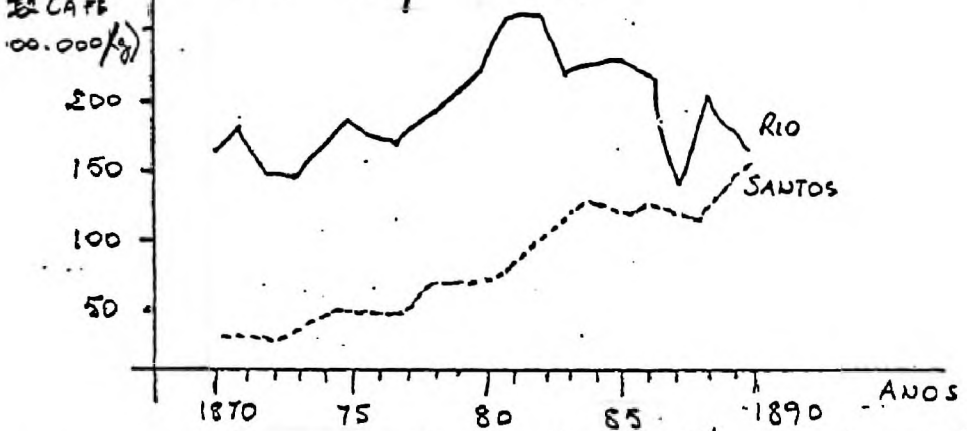
FIGURA 3  
 EXPORTAÇÕES DE CAFÉ  
 EM SACAS

a) BRASIL, EXPORTAÇÕES DE CAFÉ, EM 1.000 SACAS DE 60 kg, 1850-1888



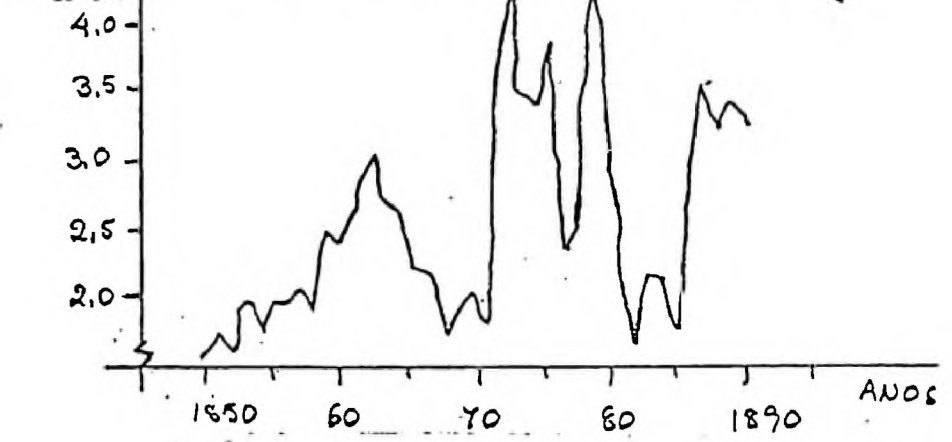
EXPORTAÇÕES DE CAFÉ  
 EM 1.000.000 kg

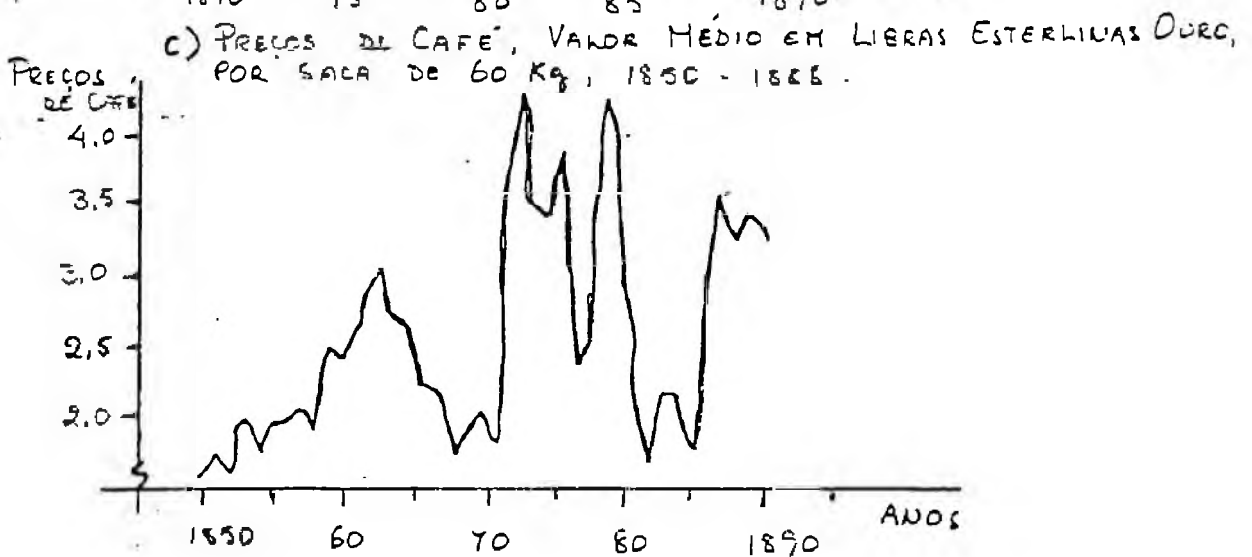
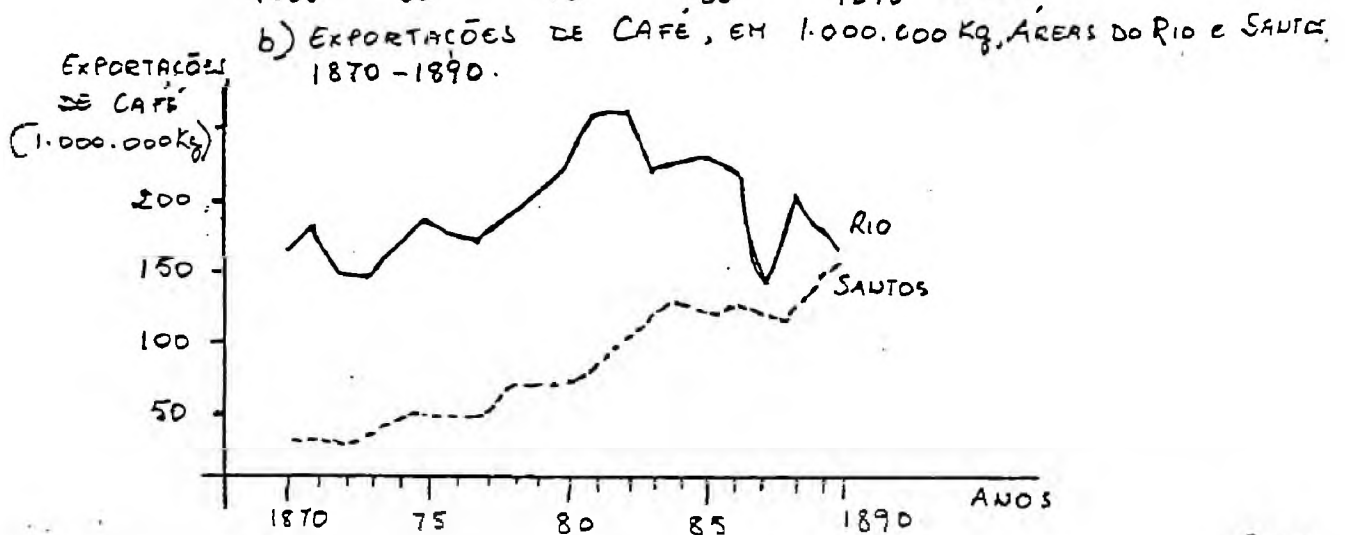
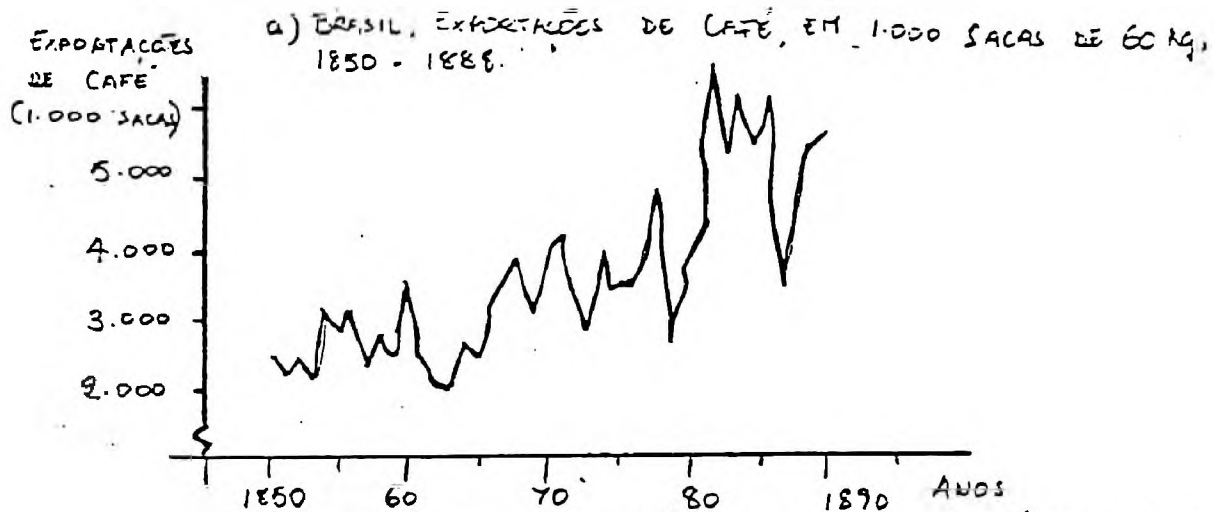
b) EXPORTAÇÕES DE CAFÉ, EM 1.000.000 kg, ÁREAS DO RIO E SANTOS, 1870-1890



PREÇOS DE CAFÉ

c) PREÇOS DE CAFÉ, VALOR MÉDIO EM LIBRAS ESTERLINAS DURO, POR SACAS DE 60 kg, 1850-1888





## CAPÍTULO 2

### DEMOGRAFIA DA MÃO-DE-OBRA ESCRAVA

#### 2.1 Concentração na região cafeeira

A lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, impediu o crescimento interno da população escrava, fazendo com que, desta data em diante, esta população se tornasse um estoque de escravos, sujeito a sofrer alteração em seu número somente por mortalidade, manumissões e fugas.

Embora o estoque de escravos fosse decrescendo progressivamente, isto não implica que a mão-de-obra escrava não pudesse crescer, numa determinada ocupação ou região. Ou seja, um declínio na mão-de-obra escrava total não implica numa queda do número de escravos utilizados em certa região ou ocupação.

Na realidade, queremos demonstrar que este processo de concentração de mão-de-obra escrava estava ocorrendo na região cafeeira e seus municípios produtores de café, durante a maior parte do período de 1871-88. O número de escravos em municípios produtores de café cresceu no período de 1871 a 1881-83, sofrendo, posteriormente, um declínio. Além disso, este era um processo de concentração seletiva de escravos jovens e do sexo masculino, que possuísem treinamento agrícola.

Observemos os dados:

VER TABELA 1

Tabela 1 - População escrava no Brasil segundo as províncias e as regiões, 1823, 1872, 1872/1873 e 1886/1887

Províncias	1823	1872	1872/73	1886/87
<u>Região do café</u>	<u>446.549</u>	<u>891.306</u>	<u>881.417</u>	<u>482.571</u>
Espírito Santo	60.000	22.659	22.738	13.381
Rio de Janeiro	150.549 <sup>a</sup>	292.637	304.744 <sup>d</sup>	162.427
Minas Gerais	215.000	370.459	336.711 <sup>d</sup>	191.952
São Paulo	21.000	156.612	169.964	107.329
Município Neutro	-	48.939	47.260	7.483
<u>Outras províncias</u>	<u>717.197</u>	<u>623.500</u>	<u>667.215</u>	<u>240.848</u>
Amazonas	6.040 <sup>b</sup>	979	1.183	-
Pará	40.000	27.458	30.989	10.535
Maranhão	97.132	74.939	74.939	33.445
Piauí	10.000	27.795	25.533	8.970
Ceará	20.000	31.913	33.960	100
Rio Grande do Norte	14.376	13.020	13.484	3.167
Paraíba	20.000	21.526	27.245	9.448
Pernambuco	150.000	39.028	93.496	41.122
Alagoas	40.000	35.741	33.242	15.269
Sergipe	32.000	22.523	32.974	16.875
Bahia	237.458 <sup>b</sup>	167.824	173.639	76.888
Paraná	10.191 <sup>b</sup>	10.560	10.715	3.573
Santa Catarina	2.500	14.984	14.730	4.927
Rio Grande do Sul	7.500	67.791	83.370	8.422
Mato Grosso	6.000	6.667	7.064 <sup>c</sup>	3.253
Goiás	24.000	10.652	10.652 <sup>c</sup>	4.955
<u>Total do Brasil</u>	<u>1.163.746</u>	<u>1.510.806</u>	<u>1.548.632</u>	<u>723.419</u>

Notas: a. Rio de Janeiro e Município Neutro

b. Como esses dados não foram publicados, estamos usando os dados do Recenseamento de 1819

c. Usando o dado do Recenseamento de 1872

d. Obtido como resíduo, pois o dado original não se encontra disponível

Fontes:

. Vianna, F.J. Oliveira. Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil; Recenseamento de 1919 e 1923. in: Brasil. Recenseamento do Brasil, 1920. Rio de Janeiro, 1922, vol. 1, p. 404-5, 414

. Recenseamento de 1872. In: Brasil. Recenseamento da população do Brasil a que se procedeu no dia 19 de agosto de 1872. Rio de Janeiro, 1872-76.

. Matrícula 1872/73. In: Brasil. Ministério dos Negócios do Império. Diretoria Geral de Estatística. Relatório e trabalhos estatísticos... 30 de abril de 1875. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1875.

. In: \_\_\_\_\_. Relatório e trabalhos estatísticos... 31 de dezembro de 1876. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1877.

. In: \_\_\_\_\_. Relatório e trabalhos estatísticos... 20 de novembro de 1878. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1878

. Matrícula 1886/87. In: Brasil. Ministério da Agricultura. Relatório 1888. p. 24.



Esses dados são provenientes de quatro recenseamentos de escravos, feitos durante o século XIX<sup>1</sup>: (1) O Recenseamento de 1823 foi o melhor recenseamento de escravos realizado no período anterior à abolição do tráfico de escravos africanos; (2) o Recenseamento de 1872 foi o único recenseamento geral da população, feito durante o período de escravidão, abrangendo a população livre e a escrava: é bastante fidedigno e foi realizado em agosto de 1872, embora em algumas províncias (por exemplo, São Paulo) tenha sido concluído apenas dois anos mais tarde; (3) a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 continha uma cláusula exigindo um registro ou contagem de escravos (Matrícula dos Escravos). Este Recenseamento é também de grande fidedignidade, já que a Matrícula forneceria ao proprietário de escravos uma prova legal da sua propriedade, incentivando-o, portanto, a fazer um registro honesto e completo. A Matrícula foi feita entre 19 de abril de 1872 e 30 de setembro de 1873. Era considerada um registro legal de propriedade de escravos, originando um documento a ser utilizado em vendas, transferências, inventários, heranças e outras transações que envolviam escravos. A Matrícula de escravos foi feita independente do Recenseamento da população de 1872, e por diferentes órgãos do governo e pessoal. Portanto, pode ser comparada com o Recenseamento de 1872 para testar sua consistência e precisão. A Matrícula foi atualizada muitas vezes nos anos subsequentes e seus resultados foram publicados em relatórios do Ministério da Agricultura; (4) a segunda Matrícula dos Escravos foi realizada entre 30 de março de 1886 e 30 de março de 1887, em cumprimento a uma cláusula da Lei dos Sexagenários. Do mesmo modo que a primeira Matrícula, e pelas mesmas razões, é bastante fidedigna.

---

<sup>1</sup> Para uma análise criteriosa e aprofundada das fontes demográficas deste período, veja SLENES 'The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888', cap. 2.

Assim, estes quatro Censos constituem a melhor fonte de informações sobre a população escrava, no Brasil do século XIX.

Podemos observar na tabela 1, deste anexo, que o número de escravos do Brasil elevou-se de 1823 a 1872, a uma taxa média geométrica de crescimento de 0,54% ao ano, declinando, porém, de 1872/73 a 1886/87 a uma taxa de (-5,44%) ao ano.

A população da região produtora de café apresenta a mesma evolução da população total de escravos do Brasil, mas, com uma importante diferença: apresenta uma taxa de crescimento mais alta (1,44%) ao ano, durante a tendência ascendente.

Se considerarmos o agregado de outras regiões, entretanto, surgirá um quadro diferente. A população escrava diminuiu em ambos os períodos. De 1823 a 1872 decresce a uma taxa negativa de (-0,29%) ao ano, e de 1872/73 a 1886/87 à taxa de (-7,28%) ao ano.

Portanto, a população escrava, em termos relativos, concentrava-se na região produtora de café, passando de 38,4% do total da população escrava brasileira, em 1823, para 59,0%, em 1872. Em 1886/87, às vésperas da abolição final, concentrava 66,7% do número total de escravos do Brasil.

Embora os dados agregados possam indicar os efeitos das migrações do restante do Brasil para a região produtora de café, não apontam as importantes migrações internas na região produtora de café<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Veja Herbert KLEIN, *The internal slave trade in Nineteenth Century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852*. Hispanic American Historical Review, 2 (4): 567-85. Douglas H. GRAHAM e Sergio Buarque de HOLANDA FILHO, Migration, Regional and Urban growth and development in Brazil: a selective analysis of the historical record 1872-1970, vol: 1 São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, 1974; LAERNE, Brazil and Java, p. 118-9.

Um bom indicador, entretanto, pode ser obtido pela análise dos dados ao nível dos municípios. As tabelas 2 e 3 seguintes, apresentam a evolução da população escrava nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, agrupando-as de acordo com os municípios produtores de café.

VER TABELAS 2 e 3

A tabela 2 inclui 21 dos 30 municípios produtores de café mais importantes em São Paulo, no início da década de 80<sup>3</sup>. Pode-se notar que a população escrava dos municípios produtores de café cresceu rapidamente em termos agregados, entre 1836 e 1854, a uma taxa média geométrica de 4,3% ao ano, e continuou a crescer, a uma taxa menor, porém positiva, no período de 1854-74 (1,8% ao ano) e no período de 1874-83 (0,4% ao ano). No período total de 1836 a 1883, a população escrava, em termos agregados, aumentou a 2,4% ao ano. De 1883 a 1886, contudo, esta população diminuiu rapidamente, a uma taxa de (-14,4%) ao ano.

A evolução da população escrava nos maiores municípios produtores de café de São Paulo, ao agruparmos os municípios de acordo com a Área do Rio (Vale do Paraíba no Norte do Estado) e a Área de Santos (Centro e Oeste), apresenta um crescimento diferencial durante este período.

Apesar do pretensu caráter capitalista e moderno dos fazendeiros do Oeste Paulista e da pretensa implicação desta atitude na demanda de escravos, a população escrava na região Oeste (Mogianna e Paulista) crescia num ritmo maior durante o período de tendência ascendente e diminuía num ritmo menor no período de tendência descendente, conforme se pode observar na Tabela 4<sup>a</sup> em comparação com as outras regiões da Província:

---

<sup>3</sup> LAMÉRNE, Brazil and Java, p. 118-9.

Tabela 2 - População escrava dos principais municípios produtores de café das regiões do Vale do Paraíba, Centro e Oeste (Mogiana e Paulista) da província de São Paulo, anos selecionados

Municípios	1836	1854	1874	1883	1886
<u>Vale do Paraíba</u>	<u>15.434</u>	<u>28.572<sup>a</sup></u>	<u>32.630</u>	<u>28.380</u>	<u>20.432</u>
Bananal	1.679	7.621	8.281	7.168	4.182
Guaratinguetã	1.158	- -	4.352	5.312	3.165
Jacareí	2.315	2.586	2.541	1.478	1.124
Lorena	3.824	2.508	4.176	2.464	3.089
Mogi das Cruzes	1.872	1.802	1.657	1.048	539
Pindamonhangaba	524	5.628	4.419	4.177	2.914
São José dos Campos	458	928	1.390	1.618	976
Taubaté	3.604	- -	5.814	5.115	4.443
<u>Centro</u>	<u>11.289</u>	<u>15.268</u>	<u>26.301</u>	<u>26.748</u>	<u>19.257</u>
Campinas	3.917	8.190	13.685	15.665	9.956
Capivari	1.674	3.707	3.189	3.612	2.503
Jundiaí	2.051	1.945	3.800	1.631	3.548
Piracicaba	3.647	1.426	5.627	5.840	3.820
<u>Oeste (Mogiana)</u>	<u>1.122</u>	<u>9.920</u>	<u>10.836<sup>b</sup></u>	<u>13.963</u>	<u>10.527</u>
Amparo	- -	986	2.130	4.630	3.524
Mogi-Mirim	1.122	5.073	5.006	3.429	2.300
Mogi-Guaçu	- -	1.052	- -	795	559
Casa Branca	- -	1.782	2.093	3.915	3.004
São Simão	- -	1.027	777	1.194	1.140
<u>Oeste (Paulista)</u>	<u>- -</u>	<u>3.947</u>	<u>11.272</u>	<u>14.801</u>	<u>12.591</u>
Rio Claro	- -	1.955	3.935	4.852	3.404
Descalvado	- -	409	2.715	2.860	3.931
Limeira	- -	1.583	3.054	3.624	2.374
São Carlos	- -	- -	1.568	3.465	2.982
<u>Total</u>	<u>27.845</u>	<u>57.887</u>	<u>81.089</u>	<u>83.892</u>	<u>62.907</u>

Notas: <sup>a</sup> As interpolações lineares para Guaratinguetã (2.750) e Taubaté (4.709), entre 1836 e 1874, estão incluídas no total.

<sup>b</sup> A interpolação linear para Mogi-Guaçu (880), entre 1854 e 1883, está incluída no total.

Fontes: Para os anos de 1836, 1854, 1874 e 1886 os dados sobre a população escrava foram obtidos em Camargo, José Francisco. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo, USP, 1952. v. 2; para 1885. Laërne, C.F. Van Delden. Brazil and Java: report on coffee culture in America, Asia and Africa. London, W.H. Alden, 1885. p. 118-9.

Tabela 3 - População escrava da Província do Rio de Janeiro de acordo com os municípios produtores de café mais importantes (zonas leste e Oeste do Vale do Médio Paraíba) e o total agregado dos outros municípios, anos selecionados

Municípios	1872 <sup>a</sup>	1872/73 <sup>b</sup>	Dez. <sup>c</sup> 1878	Jun. <sup>d</sup> 1881	Jul. <sup>e</sup> 1882	Jun. <sup>f</sup> 1884	Jun. 1885 <sup>g</sup>	Mar. <sup>h</sup> 1886
<u>Municípios produtores de café</u>	<u>132.233</u>	<u>143.725</u>	<u>152.672</u>	<u>158.351</u>	<u>155.722</u>	<u>150.225</u>	<u>145.463</u>	<u>101.482</u>
<u>Zona Leste do Vale do Médio Paraíba</u>	<u>45.346</u>	<u>47.824</u>	<u>61.774</u>	<u>65.246</u>	<u>64.820</u>	<u>62.497</u>	<u>60.775</u>	<u>44.474</u>
Cantagalo <sup>1</sup>	16.305	17.562	19.854	21.502	21.621	19.140	18.274	12.232
Nova Friburgo	6.684	4.576	4.264	4.957	4.937	5.269	5.500	6.094
Santa Maria, Madalena	7.502	10.003	12.307	13.010	12.891	12.499	11.539	8.623
São Fidélis <sup>2</sup>	14.815	15.693	17.528	19.078	18.994	18.427	18.041	12.424
Sapucaia			7.108	7.399	7.377	7.142	7.021	5.061
<u>Zona Oeste do Vale do Médio Paraíba</u>	<u>24.627</u>	<u>100.361</u>	<u>95.228</u>	<u>92.405</u>	<u>89.212</u>	<u>87.272</u>	<u>84.688</u>	<u>57.046</u>
Barra Mansa	10.944	11.397	11.726	11.441	11.246	11.036	10.794	7.526
Paraíba do Sul	17.107	18.801	15.945	15.816	15.369	14.366	13.990	10.095
Pirahi	13.475	13.336	11.636	11.629	11.360	11.054	10.780	6.028
Resende	9.437	9.185	9.124	8.689	8.240	8.209	7.880	4.899
Valença	23.496	27.099	26.779	25.965	25.314	24.223	23.731	17.607
Vassouras	20.168	21.093	21.648	19.065	18.630	18.891	17.523	10.481
<u>Outros municípios</u>	<u>152.704</u>	<u>152.725</u>	<u>141.540</u>	<u>117.496</u>	<u>113.092</u>	<u>107.942</u>	<u>105.443</u>	<u>60.941</u>
<u>Total (Rio de Janeiro)</u>	<u>292.637</u>	<u>296.450</u>	<u>299.439</u>	<u>275.847</u>	<u>268.814</u>	<u>258.167</u>	<u>250.906</u>	<u>162.423</u>

Notas: <sup>1</sup> Inclui o Município do Carmo após 1883.

<sup>2</sup> Inclui o Município de Santo Antônio de Pádua após 1884.

Fontes: a) Recenseamento de 1872. In: Brasil. Recenseamento da população que se procedeu no dia 1º de Agosto de 1872. Rio de Janeiro, 1872-76.

b) Matrícula de 1872/73. In: Rio de Janeiro (estado). Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1881; 13 de dezembro de 1881

c) Foi publicado em Brasil. Ministério da Agricultura. Relatório, 1891. v. 1.

d, f, g) Foram publicados em: Rio de Janeiro (estado). op. cit., respectivamente em 13 de dezembro de 1881, 8 de agosto de 1885 e 8 de agosto de 1886\*.

e) Foi publicado em Labrue, C.F. Van Delden. Brazil and Java: report on coffee culture in America, Asia and Africa. London, W.H. Alden, 1885. p. 120-1\*.

h) f) a nova matrícula de 1886/87, publicada em Rio de Janeiro (estado). Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1887; 12 de setembro de 1887

\* Resultados revisados da Matrícula de 1872/73.

Em consequência, a participação de escravos da região Oeste, na população escrava agregada de municípios produtores de café em São Paulo, aumentou de 4,0% em 1836 a 27,3 em 1874 e 36,7 em 1886. Em relação ao número total de escravos da Província de São Paulo, a participação do Oeste de São Paulo elevou-se de 14,1% em 1874 para 21,5 em 1886<sup>4</sup>.

Portanto, o deslocamento da população escrava nesta província coincide com os deslocamentos regionais da produção de café durante este período e com a demanda derivada de mão-de-obra escrava<sup>5</sup>.

A tabela 3 deste anexo, classifica os municípios produtores de café da Província do Rio de Janeiro em dois grupos. A Zona Oeste do Vale do Médio Paraíba representa a região onde existiram as primeiras fazendas de café nas décadas de 20 e 30, e durante as décadas de 70 e 80 podia ser chamada de "velha" região produtora de café da província<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> A população escrava de São Paulo montava a 107.329 em 1886. Veja CAMARGO, Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos, vol. 1; p. 56.

<sup>5</sup> Veja CAMARGO, Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos, 3 vols; Sergio MILLIET, Roteiro do café. In: Roteiro do café e outros ensaios, São Paulo, Coleção Departamento de Cultura, 1939, p. 7-70.

<sup>6</sup> Stanley STEIN escreveu uma excelente monografia sobre um dos municípios desta área, Vassouras: Veja STEIN, Vassouras.

A Região Leste do Vale do Médio Paraíba apresentou seu melhor desempenho durante as décadas de 60 a 80. Expandia-se ao Norte em direção à Província do Espírito Santo, e a Oeste em direção a Minas Gerais<sup>7</sup>.

Utilizando os dados apresentados na tabela 3, a tabela 4, mostra as taxas de crescimento da população escrava entre 1872/73 e 1881 e entre 1881 e 1886. Observamos que a população escrava de municípios não-produtores de café decresceu durante todo o período; mas a população escrava da Zona Oeste do Vale do Médio Paraíba cresceu até 1878, declinando posteriormente; enquanto isso, a população escrava da Zona Leste do Vale do Paraíba cresceu até meados de 1881, também decrescendo posteriormente. Em termos relativos, a participação da população escrava dos maiores municípios produtores de café na população escrava total da Província cresceu continuamente, de 49,4% em 1872/73 para 62,5 em 1886.

#### VER TABELA 4

Até o momento, observamos que a população escrava, em termos relativos, concentrou-se tanto na região do café quanto, internamente, nos municípios produtores de café, durante todo o período compreendido entre 1871 e 1888.

Em termos absolutos, entretanto, notamos que o número de escravos em municípios produtores de café - que é uma unidade menos agregada, e portanto, mais representativa da escravidão em fazendas de café - elevava-se até os anos de 1881-83, apresentando, posteriormente, um declínio.

---

<sup>7</sup> Para uma descrição dos Municípios produtores de café das províncias do Rio de Janeiro, veja Alberto L. LAMEGO, O homem e a serra, Rio de Janeiro, Divisão Cultural do IBGE, 1963.

Tabela 4 - Taxas de crescimento da população escrava nos municípios produtores de café de São Paulo e Rio de Janeiro  
(Taxas Percentuais)

(a) Província de São Paulo	<u>1836/74</u>	<u>1836/83</u>	<u>1874/83</u>	<u>1883/86</u>
Área do Rio: Norte (Vale do Paraíba)	+2,02	+1,32	-1,74	-16,43
Área de Santos: Centro	+2,29	+1,88	+0,21	-16,17
Oeste	+8,06	+7,05	+3,26	-10,93
(b) Província do Rio de Janeiro	<u>1872, 1873/1881</u>		<u>1881/1886</u>	
Municípios produtores de café do Vale do Médio Paraíba:				
Zona Leste	+0,76			-11,12
Zona Oeste	+3,78			- 9,87
Zona Oeste	-1,04			-12,06
Outros municípios	-3,01			-16,51
Total da Província	-1,03			-13,24

Fonte: Tabelas 2 e 3, Anexo 2.



Este fato pode ser observado indiretamente, por meio da evolução das exportações de café durante o período de 1882-95, em que houve uma estagnação relativa, em contraposição a uma tendência ascendente para todo o século<sup>8</sup> conforme já observamos anteriormente.

## 2.2 As leis e os impostos

Uma possibilidade para explicar o declínio da população escrava em municípios produtores de café na década de 80 encontra-se nas leis provinciais de 1881 e 1882, que praticamente impossibilitavam o tráfico de escravos entre as Províncias do Norte e do Sul. Em 1881 e 1882, as províncias produtoras de café estabeleceram uma tarifa de importação - fixada em 1:500\$000 (Rio de Janeiro), 2:000\$000 (São Paulo) e 2:000\$000 (Minas Gerais) - sobre a importação de escravos oriundos de outras províncias.

Este montante era equivalente, ou mesmo superior na época, ao preço de um escravo adulto da roça. Além disto, o comércio de escravos dentro das províncias estava restrito devido a novas taxas sobre a compra, venda e transporte de escravos.

Ironicamente, o sucesso da concentração de escravos na região do café - que tornou-se mais evidente na década de 70 (após a Lei do Ventre Livre) - levou os fazendeiros de café a temerem que a

---

<sup>8</sup> As exportações de café são um bom substituto para a produção de café. Considerando as exportações entre 1882 e 1895, a taxa de crescimento foi pequena, 0,68% ao ano ( $\log E = 8,57672 + 0,0680 t \mid r^2 = 0,025$ ), quando comparada a outros subperíodos (Veja capítulo 1).

Já que existe um intervalo de quatro ou cinco anos entre o plantio de café e a colheita de seus frutos, a estagnação relativa entre 1882 e 1895 pode ter sido originada de uma estagnação relativa no plantio de novos pés de café nos anos anteriores.

drenagem (seletiva, como veremos posteriormente) de escravos de outras províncias tornasse aquelas províncias - já que teriam cada vez menos a perder - mais receptivas a propostas abolicionistas.

Desta forma, o medo de perder o apoio político das outras províncias - uma vez que perderiam todos seus escravos valiosos - pode auxiliar a explicação da pequena resistência dos fazendeiros de café frente às tarifas de importação estabelecidas por suas províncias. De acordo com o South American Journal, "the taxation... had been so raised as to become prohibitive... due to the desire to arrest that tendency of late years to localise slavery exclusively in the Southern provinces, which might drawn on them a tremendous economic and social catastrophe"<sup>9</sup>.

Embora a série de impostos visando o término ou o decréscimo do comércio de escravos fosse importante para explicar o nivelamento e o subsequente declínio em número absoluto de escravos, nos municípios produtores de café, não devemos supervalorizá-la, uma vez que certas considerações sobre demanda também desempenharam um papel importante na década de 80.

Dada uma demanda crescente de serviços de mão-de-obra escrava durante a década de 80, tais impostos podiam ser contornados de inúmeras maneiras. Também o mercado de aluguel existente poderia ser mais desenvolvido, já que não havia nenhum imposto adicional para o aluguel de escravos.

---

<sup>9</sup> The South American Journal and River Plate Mail, Jan. 6, 188, p. 2. "a taxaço (...) elevou-se a tal modo que tornou-se proibitiva (...) devido ao desejo de acabar com aquela tendência dos últimos anos localizando a escravidão unicamente em províncias do Sul, que poderia induzi-las a uma grande catástrofe econômica e social" (T. do A.)

Além disso, havia uma importante exceção, reconhecida pela lei provincial, em relação à tarifa de importação sobre o comércio interprovincial de escravos: o potencial para evasão do imposto não poderia escapar à atenção dos fazendeiros de café. Tal cláusula legal estabelecia que, em casos de escravos que já pertencessem a seus donos na data da lei e que tivessem sido levados de uma fazenda de fora da província para outra de posse do mesmo fazendeiro, este estaria isento de impostos. Esta cláusula, entretanto, contribuiu apenas para enfatizar um aspecto que se encontrava na essência do cultivo do café durante o período: a contínua expansão e transferência para novas terras, por parte dos fazendeiros de café e/ou seus filhos (e com eles seus escravos).

Em todo caso, uma política efetiva de congelamento de mão-de-obra escrava ao nível do município - levando em conta que havia diferentes taxas de crescimento para demanda de escravos (por exemplo, nos municípios produtores de café do Oeste e do Norte de São Paulo) - depois de um certo tempo, provocaria inevitavelmente uma disparidade entre as variações relativas e os valores absolutos dos preços de escravos. Além disso, esta disparidade aumentaria com o tempo, tornando-se mais evidente em meados da década de 80. Entretanto, não encontramos uma única menção a este fato na literatura contemporânea. Todas as indicações a que tivemos acesso mostram que havia um alto grau de arbitragem quanto aos preços de escravos nas diferentes regiões das províncias produtoras de café do Rio de Janeiro e de São Paulo, na década de 80.

O conjunto de impostos, principalmente as tarifas de importação, tiveram mais sucesso em acabar com o comércio de escravos de regiões não-produtoras para regiões produtoras de café, mas não conseguiram terminar absolutamente com o comércio intra-regional de escravos.

Consultando os registros de imposto de compra e venda, nos mais importantes municípios produtores de café da Província do Rio de Janeiro<sup>10</sup>, obtivemos dados sobre as transações de escravos:

VER TABELA 5

O número de escravos transacionados cada ano foi obtido pela divisão, para cada município e cada ano, da receita total com o imposto de compra e venda de escravos como numerador e o respectivo valor nominal do imposto como denominador. O imposto de compra e venda era cobrado para transferência de propriedade de escravos.

É interessante examinar essa tabela em duas décadas do período. De 1870 a 1880, antes das tarifas de importação sobre transferências interprovinciais de escravos e antes da pressão abolicionista, os resultados confirmam a evidência apresentada na tabela 3: tendência de concentração de escravos na parte Leste do Vale do Paraíba.

---

<sup>10</sup> A tarifa de importação provincial não está incluída aqui, já que, de acordo com os documentos oficiais, não existe um único caso de pagamento da taxa. Portanto, oficialmente, houve um término completo do comércio interprovincial de escravos, embora os Relatórios reclamassem muitas vezes que escravos do Município Neutro estavam sendo transferidos em grande quantidade, para a Província do Rio de Janeiro, através da artimanha de os fazendeiros terem um domicílio legal na cidade do Rio de Janeiro, lá comprando escravos, e transferindo-os para a Província. Veja Relatórios da Directoria de Fazenda da Província do Rio de Janeiro, publicações anuais, 1871 a 1889.

Tabela 5 - Número de escravos transacionados nos mais importantes Municípios produtores de café da Província do Rio de Janeiro, 1370-1883

Anos	Municípios produtores de café (os mais importantes)		Total	Total agregado dos outros municípios	Total da Província do Rio de Janeiro
	Zona Leste do Vale do Médio Paraíba *	Zona Oeste do Vale do Médio. Paraíba **			
1870 <sup>a</sup>	1.324	2.564	3.888	3.613	7.501
71 <sup>a</sup>	1.583	2.212	3.798	3.035	6.833
72 <sup>b</sup>	1.796	2.636	4.432	3.601	8.033
73 <sup>b</sup>	2.320	3.752	6.072	3.806	9.878
74 <sup>b</sup>	3.302	4.763	8.085	3.618	11.703
75 <sup>b</sup>	2.044	3.436	5.480	3.988	9.468
76 <sup>b</sup>	3.526	3.330	6.856	3.347	10.203
77 <sup>b</sup>	2.878	2.789	5.667	3.758	9.425
78 <sup>b</sup>	3.371	3.333	6.704	3.792	10.496
79 <sup>b</sup>	2.674	3.006	5.680	3.428	9.108
1880 <sup>b</sup>	1.965	3.552	5.517	5.933	11.450
81 <sup>b</sup>	1.588	1.805	3.393	3.351	6.744
82 <sup>c</sup>	1.185	1.374	2.559	2.291	4.850
83 <sup>c</sup>	846	1.606	2.452	2.216	4.668
84 <sup>c</sup>	846	1.330	2.176	1.502	3.678
85 <sup>c</sup>	1.022	900	1.922	1.265	3.187
86 <sup>d</sup>	959	1.437	2.396	2.002	4.398
87 <sup>d</sup>	865	1.572	2.437	2.005	4.432
1888 <sup>d</sup>	78	179	257	209	466

Notas: \* Municípios da Zona Leste do Vale do Médio Paraíba: Cantagalo, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São Fidélis, Sapucaia (criado em 1875).

\*\* Municípios da Zona Oeste do Vale do Médio Paraíba: Barra Mansa, Paraíba do Sul, Piraí, Resende, Valença e Vassouras.

a Imposto de 25\$000 na compra e venda de escravos.

b Imposto de 20\$000 na compra e venda de escravos.

c Imposto de 50\$000 na compra e venda de escravos sobre os escravos existentes na Província.

d Imposto de 20\$000 na compra e venda de escravos existentes na Província.

Fontes: Adaptado das tabelas com o título de "Receita da Província do Rio de Janeiro arrecadada pela Directoria de Fazenda e mais repartições que lhe são subordinadas", In: Rio de Janeiro (estado), Relatório da Directoria de Fazenda da Província do Rio de Janeiro, 1871-1880.

De 1870 a 1880, o número de escravos transacionados no Leste do Vale do Paraíba aumentou a uma taxa de crescimento de 5,9% ao ano<sup>11</sup>, no Oeste do Vale do Paraíba de 2,4% ao ano<sup>12</sup>, no agregado de municípios produtores de café de 3,9% ao ano<sup>13</sup>, em outros municípios de 2,7% ao ano<sup>14</sup> e na província, como um todo, de 3,5% ao ano<sup>15</sup>.

Após 1880, o número de transações apresentou um declínio substancial, não desaparecendo, no entanto. Mesmo em 1888, houve 466 escravos transacionados na província do Rio de Janeiro.

Entre 1880 a 1888, o número de escravos transacionados na Zona Leste do Vale do Paraíba declinou rapidamente, a uma taxa de (-24,9%) ao ano<sup>16</sup>, no Oeste a (-21,4%) ao ano<sup>17</sup>, no agregado de municípios produtores de café a (-22,7%) ao ano<sup>18</sup>, nos outros municípios a (-26,3%) ao ano<sup>19</sup> e na província, como um todo, a (-24,4%) ao ano<sup>20</sup>.

---


$$^{11}\log S_t = 7,39812 + 0,05870 t \mid r^2 = 0,35 \quad S_t = \text{n}^\circ \text{ de escravos transacionados.}$$

$$^{12}\log S_t = 7,91357 + 0,02368 t \mid r^2 = 0,14 \quad S_t = \text{n}^\circ \text{ de escravos transacionados.}$$

$$^{13}\log S_t = 8,38088 + 0,0390 t \mid r^2 = 0,30 \quad S_t = \text{n}^\circ \text{ de escravos transacionados.}$$

$$^{14}\log S_t = 8,06665 + 0,02744 t \mid r^2 = 0,29 \quad S_t = \text{n}^\circ \text{ de escravos transacionados.}$$

$$^{15}\log S_t = 8,93333 + 0,03487 t \mid r^2 = 0,47 \quad S_t = \text{n}^\circ \text{ de escravos transacionados.}$$

$$^{16}\log S_t = 7,96100 - 0,24938 t \mid r^2 = 0,54 \quad S_t = \text{n}^\circ \text{ de escravos transacionados.}$$

$$^{17}\log S_t = 8,19282 - 0,21426 t \mid r^2 = 0,52 \quad S_t = \text{n}^\circ \text{ de escravos transacionados.}$$

$$^{18}\log S_t = 8,77757 - 0,22723 t \mid r^2 = 0,54 \quad S_t = \text{n}^\circ \text{ de escravos transacionados.}$$

$$^{19}\log S_t = 8,78519 - 0,26258 t \mid r^2 = 0,62 \quad S_t = \text{n}^\circ \text{ de escravos transacionados.}$$

$$^{20}\log S_t = 9,47625 - 0,24405 t \mid r^2 = 0,58 \quad S_t = \text{n}^\circ \text{ de escravos transacionados.}$$

### 2.3 Processo seletivo

A fim de avaliar a mudança, ao longo do tempo, da mão-de-obra escrava nas fazendas de café, é muito importante examinar os aspectos relacionados com algumas características econômicas da mão-de-obra.

A tabela 6, a seguir, apresenta os ofícios dos escravos em cada província produtora de café e no agregado de outras províncias do Brasil, em 1872. Embora a maioria dos escravos esteja listada como escravos da roça - refletindo a preponderância da agricultura nas atividades econômicas do Brasil -, também ocorre uma boa variedade de ofícios.

#### VER TABELA 6

A tabela 7, evidencia o processo de concentração seletiva nas províncias produtoras de café e nas demais províncias do Brasil, segundo os resultados do Recenseamento de 1872 e as Matrículas de Escravos de 1872/73 e 1885/87.

#### VER TABELA 7

Comparando as tabelas 7 e 1, deste anexo, observamos que:

##### (1) 1872

proporção do total (Brasil) de escravos na região do café	59,0%
proporção de escravos do <u>sexo masculino</u> (Brasil) na região do café	60,5%
proporção de escravos <u>da roça</u> (Brasil) na região do café	64,8%
proporção de escravos <u>adultos</u> (Brasil) na região do café	60,0%

Tabela 6 - Ofício dos escravos nas províncias produtoras de café e no total das demais províncias do Brasil, 1872

Ofícios	PROVÍNCIAS PRODUTORAS DE CAFÉ						Total	Demais províncias (Total)	BRASIL
	São Paulo	Município Neutro	Rio de Janeiro	Minas Gerais	Espírito Santo	Total			
Artistas	37	493	275	-	1	811	1.047	1.858	
Narítimos	270	527	108	-	34	939	849	1.788	
Pescadores	92	174	104	-	12	382	880	1.262	
Costureiros	3.337	1.384	6.878	8.160	219	19.978	20.788	40.766	
Canteiros, calafates, mineiros e cavouqueiros	66	65	73	12	-	216	553	769	
Operários em metais	459	276	43	7	100	885	190	1.075	
Operários em madeiras	1.140	690	235	88	180	2.333	3.266	5.599	
Operários em tecidos	1.286	-	143	8.031	224	9.684	3.512	13.196	
Operários em edificação	751	596	49	27	51	1.474	2.539	4.013	
Operários em couros e peles	256	54	-	8	4	322	241	563	
Operários em tinturaria	21	-	-	-	-	21	23	44	
Operários de vestuários	193	232	29	5	24	483	896	1.379	
Operários de chapéus	60	34	1	-	-	95	171	266	
Operários de calçados	302	188	76	32	22	620	1.543	2.163	
Lavradores	84.620	5.695	141.575	278.767	12.917	523.574	284.827	808.401	
Serviço doméstico	21.169	22.842	23.136	14.356	3.252	88.755	86.622	175.377	
Criados e jornaleiros <sup>a</sup>	8.720	5.785	25.670	14.744	241	55.160	39.328	94.488	
Sem profissão <sup>b</sup>	33.013	9.899	90.242	44.317	4.709	182.180	175.619	357.799	
TOTAL	156.792	48.939	292.637	370.459	22.659	887.912	622.894	1.510.806	

Notas: <sup>a</sup> Inclui os escravos do ganho e alugados.

<sup>b</sup> Uma vez que as tabelas do Recenseamento em que nos baseamos para elaborar a tabela 6 abrangem a totalidade da população escrava do país, é presumível que as crianças tenham sido relacionadas sob o título de "Sem profissão". A única exceção parece ser Minas Gerais, onde as crianças, provavelmente, foram na sua maior parte listadas como escravos da roça.

Fonte: Recenseamento de 1872. In: Brasil. Recenseamento da população do Brasil a que se procedeu no dia 1º de Agosto de 1872. Rio de Janeiro, 1872-76.



Tabela 7 - Número de escravos da roça, do sexo masculino e de idades entre 14/16 a 40 anos, segundo as províncias produtoras de café e as demais províncias do Brasil, de acordo com o Recenseamento de 1872 e as Matrículas de Escravos de 1872/73 e 1886/87

Províncias	Recenseamento de 1872				Matrícula de 1872/73 <sup>a</sup>			Matrícula de 1886/87	
	Escravos da roça	Escravos do sexo masculino	Escravos com idade de 16 a 40 anos	Escravos da roça	Escravos do sexo masculino	Escravos com idade de 14 a 40 anos	Escravos da roça <sup>b</sup>	Escravos do sexo masculino	Escravos com idade de aproximadamente 15 até 40 anos
Região cafeeira	523.574	486.613	413.790	354.623	419.885	246.866	413.517	265.968	347.678
Espírito Santo	12.917	11.859	10.130	15.895	12.226	9.956	11.957	7.112	10.233
Rio de Janeiro	141.575	152.394	123.731	204.009	168.054	132.167	149.815	87.767	113.053
Município Neutro	5.693	24.886	24.633	6.914	24.402	23.524	2.220	3.653	5.514
São Paulo	84.620	88.040	74.184	127.805	95.916	81.219	95.782	62.688	78.648
Mines Gerais	278.767	199.434	181.112	---	---	---	153.743	104.748	140.230
Outras Províncias	284.827	317.721	276.204	241.229	323.942	209.956	197.678	118.647	184.222
Brasil	808.401	864.334	689.994	595.852	743.827	456.822	611.195	384.615	531.900

Notas: <sup>a</sup> O Relatório da Diretoria Geral de Estatística, em que nos baseamos para a elaboração dessa tabela, não publicou resultados completos para essas características dos escravos.

<sup>b</sup> Escravos da roça com mais de 15 anos.

Fontes: <sup>a</sup> Recenseamento de 1872. In: Brasil. Recenseamento da população do Brasil a que se procedeu no dia 1º de Agosto de 1872. Rio de Janeiro, 1872-76.

<sup>b</sup> Matrícula de 1872/73. In: Brasil. Ministério dos Negócios do Império. Diretoria Geral de Estatística. Relatório e trabalhos estatísticos... 30 de abril de 1875. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1875. Anexo G: Quadro estatístico dos escravos matriculados no Império.

<sup>c</sup> Matrícula de 1886/87. In: Brasil. Ministério da Agricultura. Relatório, 1888; 14 de maio de 1888. p. 24.

(2) 1872/1873

proporção do <u>total</u> (Brasil) de escravos na região do café	56,9%
proporção de escravos do <u>sexo masculino</u> (Brasil) na região do café	56,4%
proporção de escravos <u>da roça</u> (Brasil) na região do café	59,5%
proporção de escravos <u>adultos</u> (Brasil) na região do café	54,5%

(3) 1886/87

proporção do <u>total</u> (Brasil) de escravos na região do café	66,7%
proporção de escravos do <u>sexo masculino</u> (Brasil) na região do café	69,2%
proporção de escravos <u>da roça</u> (Brasil) na região do café	67,7%
proporção de escravos <u>adultos</u> (Brasil) na região do café	65,4%

Portanto, podemos concluir que: uma vez que os escravos adultos, do sexo masculino, que trabalhavam na roça eram os trabalhadores de maior valor nas fazendas de café, a qualidade dos escravos nas províncias de café era um pouco superior à do resto do país. Esta vantagem foi mantida, se não aumentada, entre 1872 e 1886/87.

Este processo de concentração seletiva de mão-de-obra escrava pode ser melhor observado pelos dados ao nível de município. Observe-se as tabelas seguintes:

Tabela 8 - Número de escravos do sexo masculino, escravos da roça<sup>a</sup> e escravos com idades entre 21 e 60 anos na Província do Rio de Janeiro em 1881<sup>b</sup>, segundo os municípios produtores de café e demais municípios (total) da Província

Municípios	Escravos da roça	Escravos do sexo masculino	Escravos com idade entre 21 e 60 anos	Escravos da roça, sexo masculino, de 21 a 60 anos	População escrava total
<u>Municípios produtores de café do Vale do</u>					
<u>Medio Paraíba</u>	<u>83.273</u>	<u>87.414</u>	<u>87.571</u>	<u>45.662</u>	<u>158.357</u>
<u>Zona Leste</u>	<u>36.213</u>	<u>35.283</u>	<u>38.378</u>	<u>19.710</u>	<u>65.846</u>
Cantagalo	8.673	10.928	11.393	4.860	21.600
Nova Friburgo	1.914	2.765	2.449	1.229	4.907
Santa Maria Madalena	6.758	7.527	6.614	4.086	13.277
São Fidélis	14.967	9.984	14.111	7.327	19.200
Sapucaia	3.901	4.079	3.811	2.208	7.300
<u>Zona Oeste</u>	<u>47.060</u>	<u>52.131</u>	<u>49.193</u>	<u>25.952</u>	<u>92.400</u>
Barra Mansa	4.321	6.308	5.016	2.365	11.500
Paraíba do Sul	8.540	9.119	8.573	5.069	15.300
Piraí	6.910	6.580	6.870	3.962	11.000
Resende	5.796	4.780	5.916	3.199	8.000
Valença	13.291	14.804	12.220	6.298	25.900
Vassouras	8.202	10.540	10.598	5.059	19.000
<u>Outros municípios</u>	<u>55.766</u>	<u>62.529</u>	<u>62.557</u>	<u>29.807</u>	<u>117.496</u>
<u>Total do Rio de Janeiro</u>	<u>139.039</u>	<u>149.943</u>	<u>150.128</u>	<u>75.469</u>	<u>275.347</u>

Notas: <sup>a</sup> Escravos da roça com mais de 21 anos de idade.

<sup>b</sup> Resultados atualizados em 1881 da Matrícula de 1872/73.

Fonte: Adaptado das tabelas do "Quadro demonstrativo do movimento da população escrava da Província do Rio de Janeiro, de 30 de setembro de 1873 até 30 de junho de 1881", In: Rio de Janeiro (estado). Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1881; 13 de dezembro de 1881.

Tabela 9 - Participação, em termos percentuais, dos escravos do sexo masculino e dos escravos com idades entre 21 e 60 anos na população escrava total dos mais importantes municípios produtores de café e demais municípios da província do Rio de Janeiro, 1881

(em %)

Regiões da província	Escravos da roça <sup>a</sup>	Escravos do sexo masculino	Escravos com idades de 21 a 60 anos	Escravos da roça, sexo masculino com idades de 21 a 60 anos
<u>Municípios produtores de café do Vale do Médio Paraíba</u>	<u>52,6</u>	<u>55,2</u>	<u>55,3</u>	<u>28,8</u>
Zona Leste	54,9	53,5	58,2	29,9
Zona Oeste	50,9	56,4	53,2	28,1
<u>Total agregado dos outros municípios</u>	<u>47,5</u>	<u>53,2</u>	<u>53,2</u>	<u>25,4</u>
<u>Total da província</u>	<u>50,4</u>	<u>54,4</u>	<u>54,4</u>	<u>27,4</u>

Nota: <sup>a</sup> Escravos da roça com 21 anos ou mais de idade.

Fonte: Tabela 8.

Comparando-se a "nova" região do café na Província (zona Leste do Vale do Médio Paraíba) com o agregado de municípios não-produtores de café, podemos observar que o primeiro tinha uma proporção maior de seus escravos como escravos da roça com mais de 21 anos, do sexo masculino e com idade entre 21 e 60 anos. Em consequência, a proporção de escravos apresentando simultaneamente essas três características era de 29,9% na zona Leste do Vale do Paraíba e de 25,4% para o total de municípios não-produtores de café.

A "velha" região do café - zona Oeste do Vale do Médio Paraíba -, com exceção da proporção de escravos do sexo masculino, apresentava índices de escravos da roça e escravos com idade entre 21 e 60 anos menores que os da "nova" região, porém mais elevados que os do agregado dos outros municípios da Província.

Reunindo-se todas as evidências apresentadas sobre o comportamento da população escrava, observamos que, na década de 70, o processo de concentração - e concentração seletiva - estava ocorrendo na região do café.

#### 2.4 O declínio da mão-de-obra escrava

Na década de 80, entretanto, embora continuasse a concentração seletiva em termos relativos, o número de escravos, em termos absolutos, começou a declinar. Este fato não foi causado por nenhuma inadequação do estoque de escravos do país durante o período. O número de escravos em fazendas de café em 1884 consistia em apenas 1/5 do número total de escravos no país<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> LAERNE, op. cit., p. 368.

Uma vez que o número de escravos em fazendas de café dependia do estoque total de escravos do país e de uma função de excesso de demanda de escravos nas fazendas de café, torna-se evidente que as considerações sobre demanda desempenham um papel importante. Portanto, a pressão abolicionista foi fundamental na determinação da evolução da população escrava nas fazendas de café.

Influindo tanto na demanda quanto na oferta, de escravos - como sugerem respectivamente a evolução dos preços e o estabelecimento de tarifas de importação das províncias produtoras de café - a pressão abolicionista conseguiu reduzir e, posteriormente, paralisar e inverter o crescimento da população escrava, nos municípios produtores de café.

Embora não tenhamos dados sobre a evolução do número agregado de escravos diretamente empregados em fazendas de café, os dados sobre a população escrava em municípios produtores de café indicam que tal evolução era estável ou decrescente na década de 80.

A produção de café, com um estoque decrescente de escravos, conseguiu entretanto continuar a crescer nesse período, embora ele se caracterizasse por uma relativa estagnação, como vimos anteriormente. Isto foi possível devido: (1) a entrada em produção das árvores plantadas no período anterior; (2) um aumento da produtividade causado por avanços tecnológicos nas atividades de processamento do café nas fazendas; (3) mudanças regionais para solos novos e melhores para a produções, principalmente na área de Santos; (4) aumento na especialização do cultivo de café, causado por um declínio da auto-suficiência das fazendas de café e por melhorias do transporte, que liberou parte da mão-de-obra aí utilizada para o trabalho no campo; (5) no que concerne ao cultivo do café propriamente dito, um relativo abandono do plantio de novos pés (que Laërne atribui à expectativa da abo-

lição da escravatura por parte dos fazendeiros<sup>22</sup>, outra consequência da pressão abolicionista); (6) uma concentração de cuidados com os pés já plantados, que, como já foi visto, montavam a quase 1 bilhão, dos quais quase 50% tinham sido plantados na década de 70.

## 2.5 Algumas projeções

Um tópico de considerável importância durante este período consistiu na previsão do tempo de duração do estoque de escravos, por a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários terem sido estabelecidas e postas em vigor e dada a suposição de que a taxa de manumissões foi constante em níveis que prevaleciam antes da pressão abolicionista da década de 80.

Portanto, podemos expressar este tópico na seguinte hipótese contra-factual: supondo-se a existência das Leis de 1871 e 1885 e, naturalmente, a inexistência da Lei da Abolição Total de 1888, e dadas as tendências históricas da manumissão (antes da mudança extraordinária das taxas, ocasionada pela pressão abolicionista da década de 80), qual seria a população escrava no futuro, isto é, em 1892 e 1902? Quão adequado seria esse estoque projetado de escravos, para suprir trabalhadores para as fazendas de café (supondo-se que as tarifas de importação da região do café sobre o comércio interprovincial de escravos não tivessem sido estabelecidas nem tivessem em vigor)?

---

<sup>22</sup> Existem inúmeras passagens, no Relatório de Laërne, sobre este aspecto (por exemplo, p. 272-3, 286, 339-40, 345) nas quais é típica tal afirmação: "Há quatro ou cinco anos atrás, as plantações estavam constantemente se expandindo, tanto que não havia mão-de-obra dispensável; atualmente há muito menos plantações do que é necessário para manter os cafezais existentes", (T. do A.). LAËRNE, C. F. Van Delden. Brazil and Java: report on coffee culture in America, Asia and Africa. London, W. H. Alden, 1885, p. 286.

lição da escravatura por parte dos fazendeiros<sup>22</sup>, outra consequência da pressão abolicionista); (6) uma concentração de cuidados com os pés já plantados, que, como já foi visto, montavam a quase 1 bilhão, dos quais quase 50% tinham sido plantados na década de 70.

## 2.5 Algumas projeções

Um tópico de considerável importância durante este período consistiu na previsão do tempo de duração do estoque de escravos, por a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários terem sido estabelecidas e postas em vigor e dada a suposição de que a taxa de manumissões foi constante em níveis que prevaleciam antes da pressão abolicionista da década de 80.

Portanto, podemos expressar este tópico na seguinte hipótese contra-factual: supondo-se a existência das Leis de 1871 e 1885 e, naturalmente, a inexistência da Lei da Abolição Total de 1888, e dadas as tendências históricas da manumissão (antes da mudança extraordinária das taxas, ocasionada pela pressão abolicionista da década de 80), qual seria a população escrava no futuro, isto é, em 1892 e 1902? Quão adequado seria esse estoque projetado de escravos, para suprir trabalhadores para as fazendas de café (supondo-se que as tarifas de importação da região do café sobre o comércio interprovincial de escravos não tivessem sido estabelecidas nem tivessem em vigor)?

---

<sup>22</sup> Existem inúmeras passagens, no Relatório de Laërne, sobre este aspecto (por exemplo, p. 272-3, 286, 339-40, 345) nas quais é típica tal afirmação: "Há quatro ou cinco anos atrás, as plantações estavam constantemente se expandindo, tanto que não havia mão-de-obra dispensável; atualmente há muito menos plantações do que é necessário para manter os cafezais existentes", (T. do A.). LAËRNE, C. F. Van Delden. Brazil and Java: report on coffee culture in America, Asia and Africa. London, W. H. Alden, 1885, p. 286.



A fim de realizarmos este exercício contra-factual, utilizaremos nossas estimativas de mortalidade de escravos (ver Pedro Carvalho de Mello, "Estimativa da Longevidade de Escravos no Brasil na Segunda Metade do Século XIX, mimeo, 1982), os dados sobre manumissões durante a década de 70 e 80<sup>23</sup> e a população escrava por faixas etárias, de acordo com o Recenseamento de 1872. Outro resultado deste exercício será testar a utilidade de nossas estimativas de mortalidade de escravos, pela utilização dos dados sobre manumissões efetivas, ocorridas entre o Recenseamento e a Matrícula de 1886/87 e os resultados desta Matrícula e, então, compará-los à projeção da população escrava para 1886/87.

Observemos os dados apresentados na tabela 10. Utilizamos como base para as projeções o número de escravos e a distribuição etária apresentados no Recenseamento de 1872. Os resultados não-agregados para faixas etárias de um e de cinco anos, apresentados no Recenseamento, foram usados sempre que possível. As projeções foram feitas separadamente para escravos do sexo masculino e feminino. Para todos os grupos etários, primeiramente - por interpolação linear, se necessário - obtivemos o número de escravos em cada faixa etária de um ano, centralizando-o na metade do ano, e então aplicamos os coeficientes de probabilidade de sobrevivência dez anos depois. Estes coeficientes são a média entre as estimativas do limite superior e inferior da probabilidade de sobrevivência de escravos, num período de 10 anos (ver Mello, op. cit., Tabelas 8 e 9). Finalmente, as populações escravas projetadas em 1882, 1892 e 1902 foram agregadas nas faixas etárias decenais.

#### VER TABELA 10

As projeções da população escrava apresentadas na tabela em questão não consideraram o número de manumissões no período. Isto, como veremos posteriormente, será mais que contrabalançado pela inclusão de ingênuos.

---

<sup>23</sup> Não há registros sistemáticos do número de escravos fugidos. Entretanto, antes das fugas em massa da década de 80, causadas pelo movimento abolicionista, as fugas de escravos das fazendas de café eram relativamente sem importância.

Tabela 10 - Projeções demográficas da população escrava do sexo masculino e do sexo feminino, segundo faixas etárias decenais, 1872 e 1902

a) População escrava do sexo masculino

Faixas etárias	1872 <sup>a</sup>	1882	1892	1902
0-10	195.906			
11-20	174.960			
21-30	223.606	150.164	142.835	
31-40	104.348	177.404	118.988	113.676
41-50	33.989	76.246	129.972	87.024
51-60	26.793	21.669	48.694	82.978
61-70	21.004			
71 +	22.476			
	<u>803.032</u>	<u>425.483</u>	<u>440.489</u>	<u>283.678</u>

b) População escrava do sexo feminino

Faixas etárias	1872 <sup>a</sup>	1882	1892	1902
0-10	170.033			
11-20	145.350			
21-30	196.137	123.131	150.556	
31-40	97.540	157.962	99.075	97.342
41-50	31.287	75.338	121.993	76.450
51-60	24.371	22.046	53.354	83.360
61-70	19.304			
71 +	20.206			
	<u>704.228</u>	<u>378.477</u>	<u>394.978</u>	<u>260.152</u>

c) População escrava total, de 21 a 60 anos de idade

Faixas etárias	1872 <sup>a</sup>	1882	1892	1902
21-30	419.743	273.295	263.391	
31-40	201.888	335.366	218.063	211.018
41-50	65.276	151.584	251.965	163.474
51-60	51.164	43.715	102.048	169.338
	<u>738.071</u>	<u>803.960</u>	<u>835.467</u>	<u>543.830</u>

Nota: <sup>a</sup> Resultados do Recenseamento de 1872. Para as projeções do item c, usamos como base o número de escravos e a distribuição etária apresentados no Recenseamento de 1872.

Fonte: Recenseamento de 1872. In: Brasil. Recenseamento da população do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872. Rio de Janeiro, 1872-6. Matrícula 1886/87. In: Brasil. Ministério da Agricultura. Relatório 1888.

A década de 70, no que diz respeito às manumissões que estavam ocorrendo, não foi típica das tendências históricas precedentes, devido ao número relativamente alto de manumissões, embora seja muito mais representativa da história da escravidão brasileira que a década de 80.

Além dos tradicionais fatores responsáveis por manumissões no Brasil<sup>24</sup>, muitos outros contribuíram para este fato. Logo após a passagem da Lei do Ventre Livre, algumas instituições católicas, como os Beneditinos (senhores de mais de 1.700 escravos) e a ordem dos monges Carmelitas (outros importantes senhores), começaram a liberar seus escravos<sup>25</sup>. O governo seguiu o mesmo procedimento em relação a seus quase 3.000 escravos da agricultura<sup>26</sup>. No fim da década de 60 e no início da década de 70, os escravos que prestaram serviços no Exército durante a Guerra do Paraguai, como substitutos de seus senhores recrutados ou de familiares seus, também foram libertados: eram cerca de 20.000, incluindo suas famílias<sup>27</sup>.

A Lei do Ventre Livre de 1871 continha uma cláusula (art. III) que criou o Fundo de Emancipação, oriundo de taxas sobre escravos, loterias, multas e outras fontes. Este Fundo visava a compra de escravos de seus proprietários, pagando por eles preços de mercado e libertando-os posteriormente.

---

<sup>24</sup> DEGLER, Carl N. Neither black nor white: slavery and race relations in Brazil and the United States. New York, The Macmillan Company, 1971, p. 39-47.

<sup>25</sup> GOUVEIA. História da escravidão, p. 299; CONRAD. The Destruction of Brazilian Slavery, p. 112; Henrique de Beaurepaire ROHAN. O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil. In: Congresso Agrícola: coleção de documentos, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1878, p. 248.

<sup>26</sup> CONRAD. The destruction of Brazilian slavery, p. 72-3; ROHAN, O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil, p. 248.

<sup>27</sup> CONRAD. The destruction of Brazilian slavery, p. 76.

A partir da data da Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) até 31 de dezembro de 1878, 21.342 escravos foram libertados - de acordo com as estatísticas oficiais. Desses, 24,5% pelo Fundo de Emancipação e 75,5% gratuitamente, por seus proprietários<sup>28</sup>. De 31 de dezembro de 1878 até 30 de junho de 1882, um adicional de 66.363 escravos foram libertados (40% pelo Fundo de Emancipação e outras fontes e 60% gratuitamente<sup>29</sup>).

Após os anos de 1882 e 1883, o número de manumissões elevou-se substancialmente. Entre 1º de julho de 1882 e 30 de junho de 1885, 69.951 escravos foram libertados<sup>30</sup>, e, com a Lei dos Sexagenários de 28 de setembro de 1885, libertou-se um adicional de 40.858 escravos<sup>31</sup>.

Quando os resultados da Matrícula de 1886/87 foram divulgados, a diferença entre a população escrava em 30 de setembro de 1886 (meio do período da Matrícula, feita entre 30 de março de 1886 e 30 de março de 1887) e a última atualização da Matrícula de 1872/73 (feita em 30 de junho de 1885) era de 409.809 escravos<sup>32</sup>. Uma fração substancial desta cifra, entretanto, não consistia de manumissões: foi causada por uma subcontagem de mortes de escravos, acumuladas em sucessivas atualizações da Matrícula de 1872/73, fato descoberto apenas pela segunda Matrícula de 1886/87. Já que as cifras de manumissões efetivas entre 30 de junho de 1885 e 30 de setembro de 1886 (com exceção dos escravos sexagenários libertados) não foram publicadas, estimamos que, para este período de 15 meses, o número de manumissões, em bases

<sup>28</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório, 1880, p. 44.

<sup>29</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório, 1883, p. 12.

<sup>30</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório, 1886, p. 34.

<sup>31</sup> Id. *ibid.*, p. 31.

<sup>32</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório, 1888, p. 25

anuais, foi o mesmo observado entre 30 de junho de 1882 e 30 de junho de 1885 (23.317 por ano), o que nos dá uma cifra de 29.146 manumissões para o período. Somamos a esta cifra um adicional de 59.045 manumissões de sexagenários<sup>33</sup>. Somando-se todas estas cifras, o número de manumissões, de 28 de setembro de 1871 a 30 de setembro de 1886, era de 286.695. A partir desta data até 13 de maio de 1888, um adicional de 123.419 escravos foram libertados. Quando, neste dia, foi decretada a Abolição, havia 600.000 escravos no Império<sup>34</sup>.

Considerando o período de 28 de setembro de 1871 a 30 de junho de 1882, o número total de manumissões foi de 87.695. Isto sugere, para a década de 70, uma média anual de 7.972 escravos libertados por ano.

Infelizmente, não temos evidências sistemáticas sobre sexo, idade, qualificação, saúde e domicílio dos escravos libertados. Segundo a literatura disponível, há um padrão de idade e domicílio, e talvez de saúde e qualificação, mais que de sexo, no sentido de que os escravos mais velhos e urbanos, e talvez os doentes e os qualificados (estes últimos por disporem de uma maior possibilidade de obterem a liberdade indenizando os seus donos) tivessem mais probabilidade de serem libertados<sup>35</sup>.

Já que estamos interessados na taxa de manumissões representativa das tendências históricas prevaletentes na história da escravidão brasileira, utilizaremos a média da década de 70 como taxa representativa (79.720 por década), embora isto provavelmente

---

<sup>33</sup>BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório, 1887. p. 39.

<sup>34</sup>The south... op. cit., p. 436.

<sup>35</sup>DEGLER. Neither black nor white, p. 43-4; Viotti da COSTA. Da senzala à Colônia, p. 263-4; CONRAD. The destruction of Brazilian slavery, p. 111-3

te seja uma superestimativa das tendências tradicionais. Além disso, uma vez que estamos interessados em estimar o impacto de manumissões sobre as faixas etárias de 21 a 60 anos, e já que os escravos mais velhos eram os que tinham mais possibilidade de serem libertados, podemos afirmar que o impacto cumulativo de manumissões, estimado ao final da década sobre estas faixas etárias determinadas, seria reduzido de 79.720 para 50.000 por década<sup>36</sup>.

Podemos afirmar, então, apenas como uma aproximação da ordem de grandezas envolvida aqui, que o total de escravos entre 21 e 60 anos, em 1892, seria menor em cerca de 100.000 escravos (12%), ou igual a 735.467 escravos, ao invés dos 835.467 apresentados na tabela 10 c, devido a manumissões. Em 1902, já que assumimos uma taxa cumulativa de 50.000 manumissões por década, o número de escravos projetados entre 21 e 60 anos seria menor em cerca de 150.000 escravos (28%), ou igual a 393.830. ao invés dos 543.830 escravos projetados.

---

<sup>36</sup> A faixa etária de relevância aqui é de 11 a 50 anos, com uma década de antecedência, já que estes se tornariam escravos de 21 a 60 anos ao final da década. O único exemplo de alforriados por faixas etárias que encontramos diz respeito aos efeitos do Fundo de Emancipação no Município Neutro, citado em CONRAD, Robert. The destruction of Brazilian slavery, 1850-88. Berkeley, Univ. of California Press, 1972, p. 112. Apresenta dados sobre a distribuição etária de 1.567 pessoas libertadas, das quais pode-se estimar que 54,5% tinham menos de 21 anos e 29,4% mais de 40 anos. Se afirmamos que metade dos escravos de menos de 21 anos estavam na faixa de 11 a 21 anos e que metade das pessoas de mais de 40 anos estavam na faixa de 41 a 50 anos, então a proporção de pessoas de 11 a 50 anos libertadas, em relação ao número total de manumissões, seria de 58,1% - que é a cifra aproximada (62,7%) que usamos, com as diferenças originadas do arredondamento para 50.000.

A drenagem no estoque projetado de escravos em 1892 e 1902, causada por manumissões, podia ser mais que contrabalançada pelo emprego de ingênuos na força de trabalho.

Como já foi observado anteriormente, a Lei do Ventre Livre continha uma cláusula determinando que os filhos de mães escravas permanecessem sob os cuidados e o controle do proprietário de sua mãe. Este era obrigado a manter estas crianças até seu oitavo aniversário, tendo, então, direito a uma opção: poderia escolher entre entregar as crianças ao governo e receber uma indenização de 600 mil-réis em obrigações do governo (com prazo até 30 anos após esta data, com juros de 6%), ou aproveitar os serviços destas crianças, sem remunerá-las, até que atingissem a idade de 21 anos. Virtualmente todos os proprietários escolhiam reter seus ingênuos.

O número de ingênuos em 30 de junho de 1885 era de 439.831 dos quais 269.354 eram do sexo masculino e 220.760 do sexo feminino. Deste total, 269.354 moravam na região do café<sup>37</sup>. Isto sugere que, considerando-se uma distribuição etária uniforme, 167.000 estavam entre idades de 10 a 15 anos<sup>38</sup>. Dada a evolução da população de ingênuos, pudemos fazer uma estimativa grosseira de 334.000 ingênuos, entre 10 e 20 anos, para 1892 e 1902.

Nossas estimativas de rendimento líquido anual de escravos por idade e sexo (veja figuras 6, no capítulo 7) sugerem que crianças entre 10 e 17 anos produziam um rendimento de 20 a 50% em relação ao atingido no ápice da distribuição dos rendimentos dos escravos segundo a idade, e de 50 a 75%, em relação aos ingênuos de 17 a 21 anos. Nossas estimativas sugerem que os ingênuos de 10 a 21 anos davam um rendimento de pelo menos 60% da média de rendimentos de escravos de 21 a 60 anos.

---

<sup>37</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório, 1-86. p. 36.

<sup>38</sup> Em junho de 1885, os ingênuos poderiam ter no máximo 15 anos.

Isto indica que os 334.000 ingênuos seriam, em termos de eficiência, equivalentes a pelo menos 200.000 escravos libertados, que teriam drenado as projeções de escravos de 1892 e 1902, o que nos leva à conclusão de que os ingênuos na força de trabalho podiam mais que compensar aquelas perdas sofridas pelo impacto das manumissões.

Portanto, este exercício bastante especulativo sugere que, dadas as tendências históricas das manumissões que prevaleciam na década de 70 e dada a utilização de ingênuos entre 10 e 20 anos na força de trabalho, as projeções da população escrava na tabela 10 podem dar uma ordem de aproximação para responder à questão de qual seria a população escrava em 1892 e 1902.

Já que temos a estimativa do estoque total de escravos que estariam disponíveis no Brasil, vigentes as suposições da hipótese contra-factual, surge uma nova questão: Quão adequado seria este estoque projetado de escravos para suprir as fazendas de café, supondo-se não existirem restrições legais ou taxações proibitivas sobre o comércio interprovincial de escravos?

De acordo com Laërne, o número de escravos diretamente ligados a fazendas de café, no início de 1884, era<sup>39</sup>:

Na Área do Rio .....	233.333
Na Área de Santos .....	<u>50.674</u>
	284.007

Segundo seu método para obter estas estimativas, um escravo de roça representa uma produção de exportação de 18 sacas de café na Área do Rio<sup>40</sup> e de 26,7 sacas na Área de Santos<sup>41</sup>.

<sup>39</sup>LAËRNE. op. cit., p. 368.

<sup>40</sup>LAËRNE. op. cit., p. 338.

<sup>41</sup>LAËRNE. op. cit., p. 354.



Os carregamentos de café, partindo do Porto de Santos nos anos comerciais de 1892/93 e 1902/03, montavam, respectivamente, a 3.412.882 e 8.542.881 sacas de 60kg.; partindo do Porto do Rio de Janeiro, montavam a 3.013.357 e 4.147.343 sacas de 60kg. , nos anos de 1892/93 e 1902/03, respectivamente.

Utilizando as estimativas de LAËRNE do produto médio de escravos e pressupondo não ocorrer nenhuma mudança no produto médio durante as duas décadas, estas exportações requeriram, em 1892, a seguinte força de trabalho nas fazendas de café: na Área do Rio, 167.409 escravos e na Área de Santos, 127.823, perfazendo um total de 295.232 escravos. O volume de exportações em 1902 exigiria uma força de trabalho de 230.408 escravos nas fazendas de café na Área do Rio e de 319.958 nas fazendas de café na Área de Santos, totalizando 550.366 escravos.

Comparando-se estas estimativas com as projeções da população escrava no Brasil em 1892 e 1902 (tabela 10), pode-se chegar às seguintes conclusões: com a população projetada de escravos de 21 a 60 anos, para o Brasil em 1892, totalizando 835.467 escravos, seria bastante provável, com um volume de migrações internas relativamente pequeno, concentrar 35% deste total em fazendas de café e produzir tal colheita. Como Laërne comentou em 1884:

"So long as the Emancipation Act of 1871 continues in force, there is not reason to expect... for the first 6 or 7 years at least - any important diminution of the Brazilian coffee crop. As to how long the slave system will continue to furnish sufficient hands for coffee

---

<sup>42</sup> WILEMAN, J. P. Brazilian Year Book. Rio de Janeiro, The Offices of Brazilian Year Book, 1908-1909, p. 19.

planting - that is a question, which it is difficult at present to answer with any degree of certainty<sup>43</sup>".

A projeção de uma população escrava total de 543.830 escravos em 1902 mostra que, embora ainda fosse virtualmente possível atender às exigências de 550.366 escravos para fazendas de café, seria extremamente difícil, devido a diversas razões de ordem social e política, mobilizar e concentrar toda a força de trabalho escrava do País em fazendas de café<sup>44</sup>.

Este exercício sugere, portanto, que, dada a espetacular expansão das exportações de café ocorrida na década de 90, o possível estoque de escravos disponível (sem a Abolição da Escravatura de 1888) dificilmente atenderia à demanda de mão-de-obra no final da década de 90. Portanto, neste sentido, os argumentos demográficos têm uma força preponderante.

Mas, para a década de 80 e o início da década de 90, o estoque de escravos era apropriado para satisfazer as exigências de mão-de-obra nas fazendas de café. Para entendermos o declínio da escravidão na economia do café, iniciado após 1881, temos de observar que foram os fatores de demanda, e não os fatores de

---

<sup>43</sup> LAÏRNE. op. cit., p. 378-9.

"Enquanto a Lei da Emancipação de 1871 continuar vigorando, não existirá razão para se esperar - para os primeiros seis ou sete anos, pelo menos - qualquer diminuição relevante na colheita de café no Brasil. Durante quanto tempo ainda o sistema de escravos continuará a fornecer mãos suficientes para o plantio do café - esta é uma pergunta difícil de ser respondida, no momento, com algum grau de certeza" (T. do A.).

<sup>44</sup> Este aspecto baseia-se na suposição - não confirmada pela experiência histórica em muito exemplos (na fazenda de café Ybicaba, entre outras) - de que, nas fazendas de café, os escravos poderiam ser usados apenas na base do "tudo-ou-nada", isto é, de que a força de trabalho mista de escravos e imigrantes ou trabalhadores livres nunca poderia ser usada.

oferta de escravos, os que desempenharam o papel mais importante.

Finalmente, podemos testar a utilidade de estimativas da mortalidade de escravos, fazendo uma projeção da população escrava de agosto de 1872 a setembro de 1886. Utilizando o mesmo método empregado na tabela 10, estimamos o total de escravos, com idade de 15 a 60 anos, como sendo 993.525.

Segundo a Matrícula de Escravos de 1886/87, a população escrava era de 723.419. O número de manumissões, a partir da lei do Ventre Livre até a Matrícula, como vimos anteriormente, era de 286.695 pessoas. Se somarmos as duas cifras, o resultado obtido - 1.010.114 - é apenas 1,6% superior à população escrava projetada - 993.525. Isto mostra a utilidade das nossas estimativas da mortalidade de escravos, já que utilizamos a média dos limites superior e inferior para calcular as estimativas apresentadas aqui e o teste mostra um valor muito próximo ao ponto médio do intervalo.

### CAPÍTULO 3

#### COMPRA, VENDA E ALUGUEL DE ESCRAVOS NO RIO DE JANEIRO

##### 2.1 Fontes de informação

Os dados sobre os preços efetivos de escravos, no mercado de compra e venda, são de difícil obtenção. Existem, entretanto, aproximações relevantes, como anúncios de compra e venda de escravos publicados em jornais, avaliações de escravos em inventários de fazendeiros de café, etc... Pesquisando essas fontes, obtivemos cerca de 11.121 preços individuais, segundo o sexo e a atividade econômica do escravo. Para a maior parte desses preços conseguimos ainda informações sobre idade, profissão, saúde, família etc...

O Jornal do Commercio da cidade do Rio de Janeiro publicava diariamente anúncios de compra e venda de escravos. Cobria principalmente o mercado de escravos do Município Neutro, incluindo a cidade do Rio de Janeiro - porto, centro comercial e de serviços para a área do Rio - e sua área agrícola de influência, que se estendia das chácaras situadas nas cercanias da cidade até as fazendas de café do Vale do Paraíba. Grande parte desses anúncios apresentava o preço pretendido na transação oferecida, assim como o sexo, a profissão, a qualificação e a idade explícita ou implícita em outras indicações. Obtivemos uma série de preços para todos os anos, de 1850 a 1888. Para a maior parte, entre 1855 e 1879, utilizamos o critério amostral de escolher os números diários da primeira semana de cada mês. Para os anos de 1880, consultamos todos os números de cada mês, pois nessa época os anúncios de compra e venda estavam diminuindo progressivamente, o que não acontecia com os de aluguel.

Os inventários dos fazendeiros de café são uma fonte muito rica de informações para diversos aspectos da economia cafeeira, in-

clusive para os preços de escravos de fazendas de café. Na pesquisa que fizemos no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, obtivemos, para diversos anos e para diversos municípios da Província do Rio de Janeiro, dados sobre a avaliação individual de escravos, em 34 fazendas produtoras de café, com a seguinte distribuição:

<u>Classificação das fazendas</u>	<u>número</u>
com menos de 20 escravos .....	5
com 20 a 50 escravos .....	6
com 51 a 100 escravos .....	5
com 101 a 150 escravos .....	6
com 151 a 200 escravos .....	7
com 201 a 300 escravos .....	2
com mais de 300 escravos .....	<u>3</u>
	34

Portanto um total de 4.150 escravos. Os preços foram observados segundo o sexo, para o total dessa amostra, e segundo a idade, para 87,7%; para muitos, conseguimos dados sobre a qualificação, a saúde, a família, a cor, a origem (africana, segundo as diversas nacionalidades, ou crioula, segundo as províncias brasileiras de proveniência).

Os documentos da família Werneck constituem uma coleção de fontes manuscritas, em dez volumes, disponíveis para consulta no Arquivo Nacional, contendo papéis, cartas, memórias, etc... dos Werneck, uma importante família com várias gerações de fazendeiros de café, centrada em Vassouras, um dos mais importantes municípios produtores de café da província do Rio de Janeiro. Entre os documentos, encontramos cópias de nove inventários de fazendas e sítios de café, perfazendo um total de 875 escravos.

Todos os preços individuais continham dados sobre sexo, 41,6% sobre idade e outro tanto sobre cor, origem, qualificação, profissão, saúde etc...

No Cartório do Primeiro Ofício de Vassouras, localizado na cidade de Vassouras, selecionamos 37 inventários, com preços de escravos de fazendas e sítios das freguesias de Conceição, Mendes, Pati do Alferes, Ferreiros e Sacra Família do Tinguã, e de imóveis urbanos da cidade de Vassouras. Obtivemos um total de 1.307 preços individuais, todos com informações sobre sexo, 82,2% sobre idade, outro tanto sobre qualificação, profissão, cor, origem, saúde etc... Dado esta amostra possuir um grande número de pequenos estabelecimentos, ela é complementar à amostra obtida no Arquivo Nacional e, portanto, representa de uma maneira mais abrangente a distribuição por tamanho das fazendas de café. Se somarmos as informações sobre fazendas de café contidas nos Documentos da Família Werneck ao que levantamos no cartório do Primeiro Ofício de Vassouras, obteremos a seguinte distribuição de propriedade para os 2.182 escravos:

<u>Classificação da propriedade</u>	<u>número</u>
com menos de 20 escravos .....	24
com 20 a 50 escravos .....	9
com 51 a 100 escravos .....	8
com 101 a 200 escravos .....	1
com 201 a 300 escravos .....	2
com mais de 300 escravos .....	2
	<u>46</u>

Para os últimos quatro anos da escravidão, tivemos muita dificuldade em obter dados sobre preços, nas fontes descritas, pois não encontramos inventários com informações de preços de escravos por idade e o Jornal do Commercio, como resultado da pressão abolicionista, estava publicando cada vez menos anúncios de

de compra e venda. Foi, portanto, muito alvissareiro encontrar no Arquivo Histórico da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município do Rio de Janeiro, as Cartas de Libertação dos Escravos, com informações sobre o preço recebido como indenização, a idade, a qualificação, o sexo etc., para 86 escravos em 1885, 51 em 1886 e 361 em 1887. As Cartas de Libertação dos Escravos listavam os escravos libertados por seus donos, em troca de uma indenização paga pelo Governo, por particulares ou pelos próprios escravos, após a obtenção de um acordo mútuo entre as partes.

Finalmente, conseguimos localizar em Brasília as Atas da Gerência do Banco do Brasil, manuscrito em que examinamos, para os anos de 1867 a 1870, os resumos de pedidos de hipotecas de 113 sítios e fazendas de café da província do Rio de Janeiro, com avaliações - examinadas e julgadas por técnicos do Banco - de seus bens e rendimentos. Encontramos, para 41 desses estabelecimentos, informações sobre o número de escravos e seus valores globais, totalizando 6.866 escravos<sup>1</sup>.

#### VER TABELA 1

---

<sup>1</sup> Usamos a análise de regressão para testar se o preço médio dos escravos (P) crescia com o tamanho (T), medido como o número de escravos trabalhando no estabelecimento. Os resultados são:

$$P = 1.003,34 - 0,281587 T \quad r^2 = 0,0233 \\ (35,491) \quad (0,295595)$$

Havia 40 sítios e fazendas de café na amostra, com os tamanhos variando de 11 a 322 escravos. Os resultados da regressão mostram uma inclinação pequena e um  $r^2$  bastante reduzido, o que sugere que o preço médio dos escravos não variava muito entre pequenos sítios e grandes fazendas de café, e que, portanto, o viés de nossas informações (em parte extraídas de inventários de grandes fazendas) provavelmente não causa uma tendenciosidade nos resultados que obtivemos com a pesquisa sobre o comportamento dos preços de escravos.

Tabela 1 - Listagem das fontes de informação sobre preços de escravos

FONTES	NÚMERO DE ESCRAVOS
Anúncios do <u>Jornal do Commercio</u> , Rio de Janeiro	4.291
Inventários de Fazendeiros de Café, Arquivo Nacional	4.150
Inventários de Fazendeiros de Café, em <u>Documentos da Família Werneck</u>	875
Inventários de Fazendeiros de Café, <u>Cartório do Primeiro Ofício de Vassouras</u> (Vassouras, Estado do Rio de Janeiro).	1.307
<u>Carta de Libertação dos Escravos</u> , Arquivo Histórico, Divisão do Patrimônio Histórico e artístico, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	498
Requerimento de Hipotecas de Fazendas de Café, <u>Banco do Brasil</u> , Brasília. Museu do Banco do Brasil	<u>6.866</u>
TOTAL	17.987



## 2.2 A amostra

De acordo com o Recenseamento de 1872, existiam 48.939 escravos no Município Neutro e 292.637 na província do Rio de Janeiro. Portanto, a amostra sobre as respectivas unidades geográficas, com 17.987 preços de escravos, representa 5,27% desse total. Se, ao contrário, tomássemos a região cafeeira - adicionando portanto as populações escravas de São Paulo (156.612), Minas Gerais (370.479) e Espírito Santo (22.207) - a mesma amostra representaria 2,0%.

Com as informações contidas nas diversas fontes que compuseram nossa amostra, construímos séries de preços de escravos para o período assinalado, segundo diversas características que julgamos de interesse. Nosso propósito é examinar as tendências verificadas nesse período e discutir a validade de fazermos inferências sobre o comportamento dos preços de escravos das fazendas de café da província do Rio de Janeiro, quando uma parte importante de nossa amostra originou-se de anúncios de um jornal da cidade do Rio de Janeiro.

Dentre os 4.291 escravos da amostra do Jornal do Comércio, excluimos 11,3%. Esta percentagem englobava aqueles que foram listados como "velho", "meia-idade", "50 anos ou mais", "16 anos ou menos", ou aqueles cujas indicações sugeriam pertencerem a esta última faixa etária, como, por exemplo, os "moleques", "molecotes", "pardinho"(a) e "negrinho"(a). A razão para esta exclusão foi tornar a série de preços comparável à série de alugueis, como será visto adiante. Em termos absolutos, se compararmos a série de preços mais completa com aquela depurada, o valor da primeira para qualquer ano, nunca excederá 10% da série que exclui aqueles escravos. Conse-

quentemente, o efeito de tal exclusão não altera muito o preço médio dos escravos, já que o menor preço médio relativo a velhos e a muito jovens era parcialmente compensado por um preço médio mais alto referente aos de meia-idade e aos jovens de aproximadamente 16 anos<sup>2</sup>.

Vejamos em gráfico o que se refere a todos os escravos da amostra, de ambos os sexos, pertencentes à faixa etária de 17 a 49 anos:

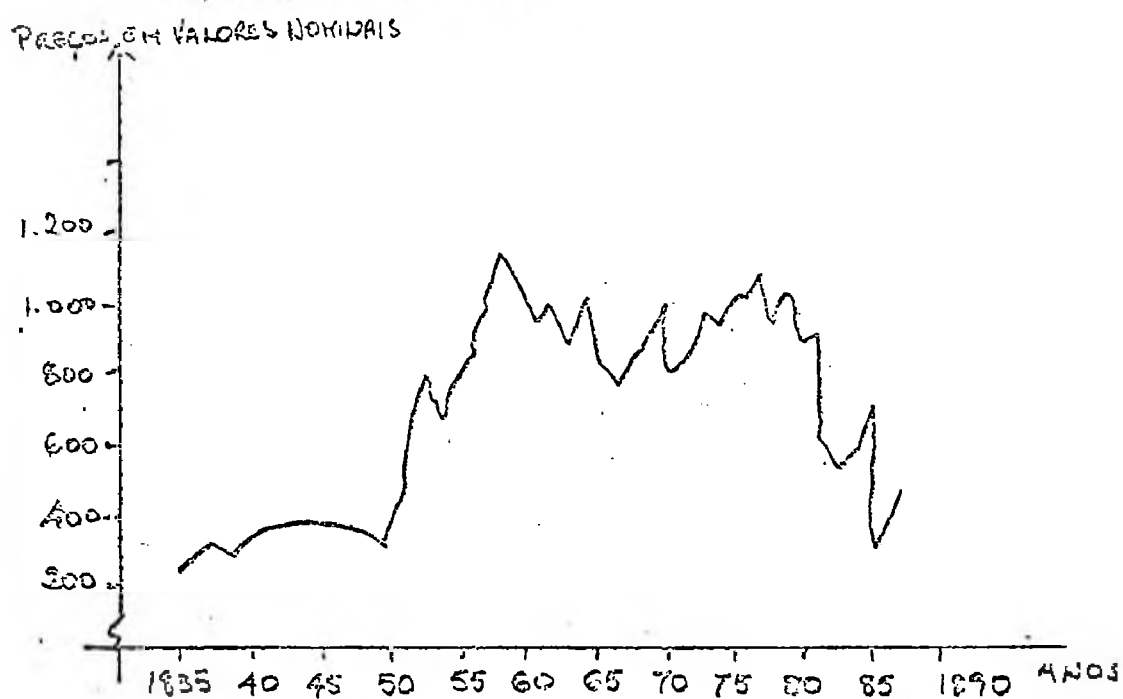
VER FIGURA 1

---

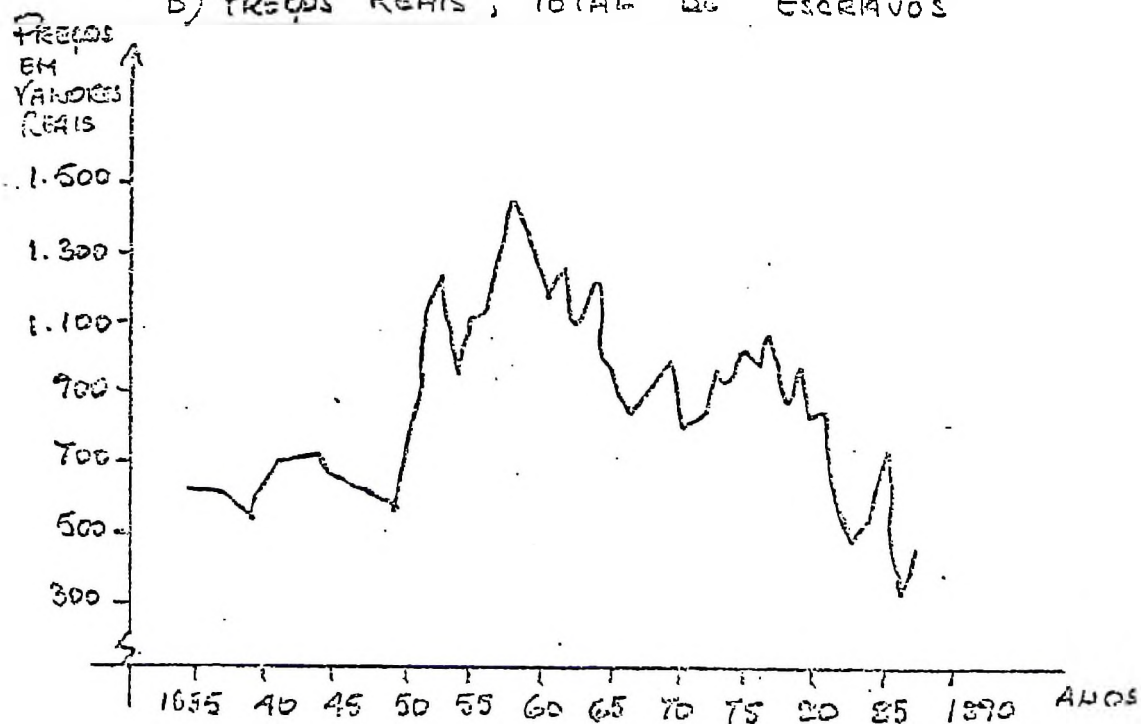
<sup>2</sup> Apenas aqueles explicitamente listados como pertencentes a estes grupos etários são excluídos, mas é possível que alguns dos escravos não-listados também pertençam a eles. Entretanto, este tipo de viés pode também ocorrer nas séries de aluguel, não constituindo, portanto, um problema grave.

FIGURA 1. PREÇOS NOMINAIS E REAIS, TOTAL DE ESCRAVOS, 1835-1885

a) PREÇOS NOMINAIS, TOTAL DE ESCRAVOS



b) PREÇOS REAIS, TOTAL DE ESCRAVOS



Completando:

VER TABELA 2

Tabela 2 - Preços de escravos do Rio de Janeiro, 1835-1887: preço médio (nominal e real), desvio-padrão, tamanho da amostra e coeficiente de variação

(em mil-réis)

Ano	Preço médio (nominal)	Desvio-padrão	Tamanho da amostra <sup>b</sup>	Coeficiente de variação	Preço médio (Real) <sup>a</sup>
1835	272\$100	59,9	57	0,22	627\$000
37	310\$700	57,5	55	0,19	616\$500
39	294\$500	73,6	51	0,25	551\$500
1841	359\$800	84,5	40	0,23	700\$000
44	378\$500	95,9	40	0,25	716\$900
45	369\$700	95,2	35	0,26	683\$400
47	366\$400	98,6	55	0,27	646\$200
49	338\$800	93,2	60	0,28	614\$900
1850	320\$000	150,2	16	0,47	589\$300
51	448\$600	202,7	80	0,45	780\$200
52	694\$000	269,7	72	0,39	1.139\$600
53	806\$500	349,6	69	0,43	1.250\$400
54	668\$800	368,5	43	0,55	973\$500
55	811\$100	379,4	62	0,47	1.111\$100
56	874\$400	399,9	80	0,46	1.126\$800
57	1.006\$400	553,0	66	0,55	1.290\$300
58	1.151\$500	390,6	73	0,34	1.470\$600
59	1.090\$300	485,6	78	0,45	1.387\$200
1860	1.016\$500	379,6	111	0,37	1.288\$300
61	938\$500	394,0	92	0,42	1.185\$000
62	1.007\$200	405,4	81	0,40	1.266\$900
63	900\$000	343,1	116	0,38	1.100\$200
64	1.031\$900	353,7	126	0,34	1.227\$000
65	896\$600	408,3	97	0,45	1.035\$300
66	797\$100	309,3	82	0,39	894\$600
67	768\$500	337,4	66	0,44	838\$100
68	859\$500	326,3	113	0,38	910\$500
69	931\$600	420,9	103	0,45	958\$400
1870	1.007\$900	326,8	177	0,32	1.007\$900
71	815\$800	292,9	99	0,36	816\$600
72	859\$200	347,0	254	0,40	860\$900
73	975\$700	305,0	297	0,31	977\$700
74	958\$500	354,3	105	0,37	961\$400
75	1.028\$300	304,3	184	0,30	1.032\$400
76	1.025\$700	325,9	111	0,32	1.016\$600
77	1.093\$500	339,0	124	0,31	1.070\$000
78	932\$400	368,3	83	0,40	900\$900
79	1.035\$100	371,9	154	0,36	986\$700
1880	893\$200	342,0	73	0,38	840\$300
81	917\$800	325,0	45	0,35	850\$600
82	607\$900	252,6	42	0,42	555\$200
83	550\$000	178,0	10	0,32	495\$000
84	584\$400	286,8	16	0,49	536\$600
85	796\$700	279,8	6	0,35	746\$700
86	325\$000	106,1	2	0,33	311\$300
87	450\$000	44,7	6	0,10	439\$900

Notas: <sup>a</sup> Índice de preços de Buescu, 1870:100.

<sup>b</sup> O tamanho da amostra equivale ao número de escravos anunciados individualmente naquele ano.

Observando a evolução dos preços reais de todos os escravos no período 1835-87, podemos dividi-la em cinco períodos: (1º) 1835-50 - preços reais quase constantes, elevando-se a uma taxa de crescimento de 0,11% ao ano<sup>3</sup>; (2º) 1851-58 - período imediatamente posterior à abolição de tráfico de escravos africanos, quando os preços de escravos atingiram a maior taxa de crescimento, 5,80% ao ano<sup>4</sup>; (3º) 1859-67 - preços reais de escravos declinando durante este período, a uma taxa negativa de (-5,68%) ao ano<sup>5</sup>; (4º) 1868-77 - preços reais de escravos aumentando a uma taxa de crescimento de 1,57% ao ano<sup>6</sup>; (5º) 1878-87 - os preços reais dos escravos apresentaram um declínio firme e substancial, a uma taxa de crescimento negativa de (-10,07%) ao ano<sup>7</sup>.

A série de preços de todos os escravos pode ser dividida em séries de preços de homens e mulheres.

VER FIGURA 2

---


$$^3 \log P_{st} = 6,4449 + 0,0011t \quad r^2 = 0,0056 \quad P_{st} = \text{preços de escravos.}$$

$$^4 \log P_{st} = 6,7644 + 0,0580t \quad r^2 = 0,551 \quad P_{st} = \text{preços de escravos.}$$

$$^5 \log P_{st} = 7,3068 - 0,05668t \quad r^2 = 0,832 \quad P_{st} = \text{preços de escravos.}$$

$$^6 \log P_{st} = 6,7782 + 0,0157t \quad r^2 = 0,32 \quad P_{st} = \text{preços de escravos.}$$

$$^7 \log P_{st} = 6,9969 - 0,1007t \quad r^2 = 0,67 \quad P_{st} = \text{preços de escravos.}$$

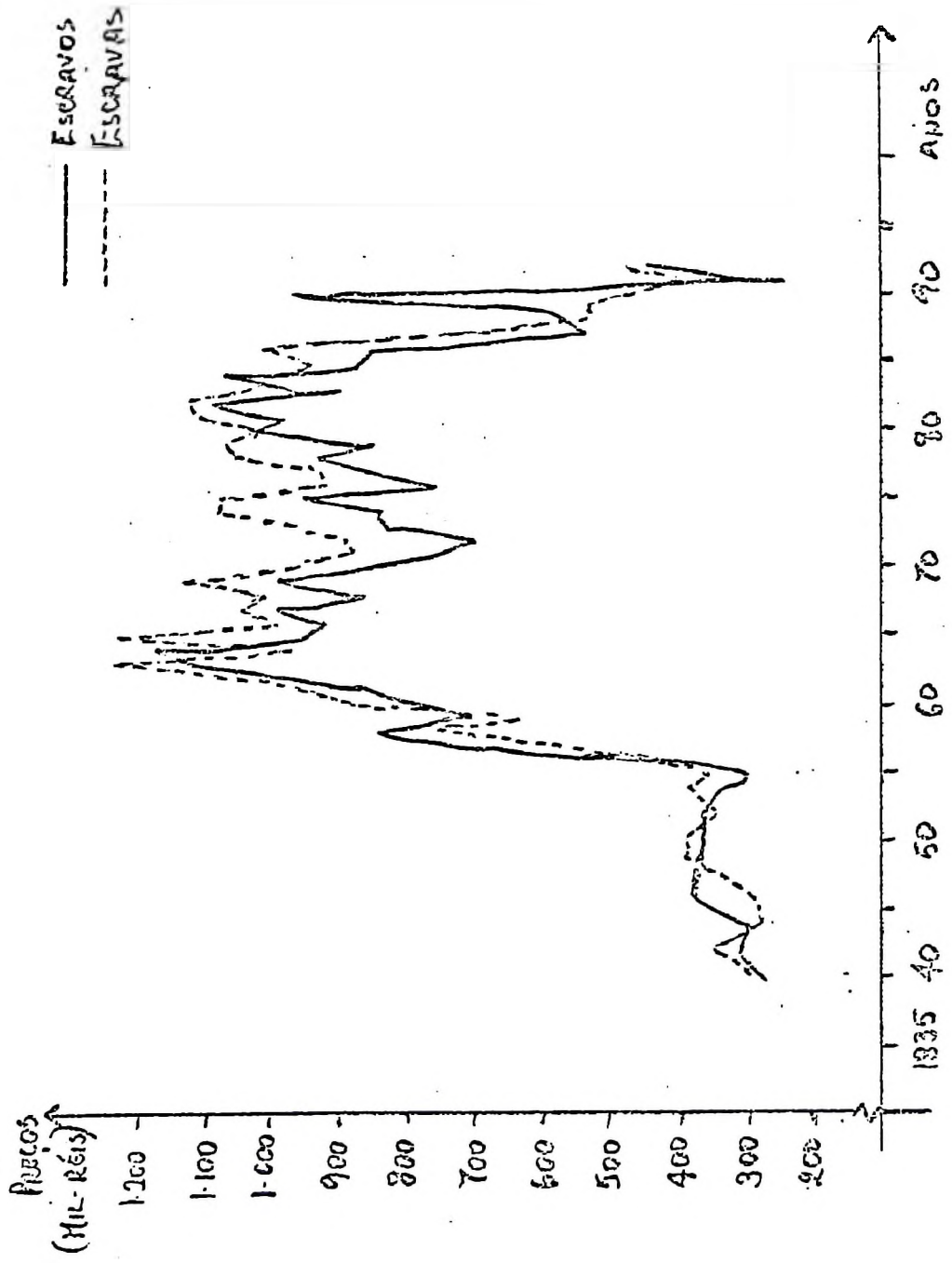


FIGURA 2. PREÇOS DE ESCRAVOS DO SEXO MASCULINO E DO SEXO FEMININO, RIO DE JANEIRO, 1835 - 1887.

Dentre os 3.807 escravos da amostra, 2.573 (67,6%) eram homens e 1.234 (32,4%) eram mulheres. Dada a variedade de qualificações dos escravos urbanos e a representação relativamente alta, nesta amostra, de ocupações urbanas dentre as mulheres escravas, em relação aos homens escravos, o preço das escravas tende a ser mais alto que o dos escravos.

### 2.3 Escravos rurais e urbanos

Outro modo de classificar a série de preços de todos os escravos é pelo uso das informações sobre a qualificação e a profissão, apresentadas em todos os anúncios. O primeiro item a ser observado refere-se à cidade do Rio de Janeiro, que funcionou como um importante centro de distribuição de escravos para as áreas rurais de produção de café das cercanias. Os anúncios em si sugerem tal hipótese.

Classificamos como escravos rurais aqueles que eram explicitamente especificados como tendo qualificações agrícolas, por exemplo, "escravos da roça", "lavoura", "chácara", "todo serviço inclusive roça" etc... Não incluímos alguns escravos que eram oferecidos como "do ganho", "serviço braçal" etc., isto é, escravos não qualificados que poderiam, presumivelmente, ser utilizados no campo. Classificamo-los como escravos urbanos, juntamente com todos os outros escravos com qualificações que compreendiam desde serviço doméstico (camareiro, mordomo, cozinheiro etc...) até carregadores, carpinteiros, alfaiates, pedreiros, pescadores, jardineiros, marinheiros etc...

A gama de qualificações que agrupamos como urbanas era representativa da estrutura ocupacional de escravos na cidade. Assim, o Recenseamento de 1872 listou, para o Município Neutro, 498 artistas, 527 marítimos, 174 pescadores, 1.384 costureiras, 65 canteiros, calafates, mineiros e cavouqueiros, 276 operários em metais, 690 operários em madeiras, 596 operários em edificações, 54 operários em couro e peles, 232 operários de



vestuários, 34 operários de chapéus, 188 operários de calçados, 5.785 criados e jornaleiros e 22.842 escravos para serviços domésticos (categoria onde 94,7% de todas as escravas urbanas estavam listadas).

Este mesmo Recenseamento apresentou 3.207 homens e 2.488 mulheres como lavradores, ou 16,5% do total da força de trabalho escravo. Estes escravos rurais trabalhavam em chácaras que abasteciam a cidade com vegetais, frutas, leite, aves domésticas etc... e também em fazendas de café e fazendas de açúcar e aguardente, das freguesias rurais do Município Neutro<sup>7a</sup>.

Existia, portanto, um setor rural no país, que podia tanto suprir quanto demandar escravos, usando o Jornal do Comercio como veículo de informações. Mas, além disso, a cidade também tinha a função de distribuidor de escravos para as províncias produtoras de café na Província do Rio de Janeiro. Existem muitas indicações disso. Em primeiro lugar, 52,6% dos escravos anunciados em bases individuais, com preço, eram escravos rurais. Em segundo lugar, pelas informações dos anúncios no mercado de alugueis, observamos que, devido a custos de transportes e a outras causas que tornavam a proximidade física uma necessidade, a tendência era a orientação para a demanda efetiva de serviços no mercado local de escravos - apenas 22% dos anúncios referiam-se a escravos rurais.

Finalmente, este fato pode ser notado pela frequência com que aparecem anúncios de grupos de escravos (não estamos incluindo famílias) oferecidos como tendo qualificações agrícolas. Em

---

<sup>7a</sup> M. BARBARA LEVY, "Participação da população livre e escrava numa codificação sócio-profissional do Rio de Janeiro (1850-1870): alguns aspectos", in Trabalho livre e trabalho escravo, vol. I, (S. Paulo: Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 1973), p. 655-56.

1872, por exemplo, havia em nossa amostra, 98 anúncios no Jornal do Commercio oferecendo grupos de escravos para venda. Encontramos muitos casos em que os escravos eram oferecidos em grupos da mesma idade e sexo, ou então da mesma origem ou província, refletindo um comércio interno de escravos, ou então mencionando explicitamente que o grupo de escravos tinha treinamento em trabalho de lavoura e era bom para o trabalho em fazendas de café etc... Dentre esses 98 anúncios, 78% especificavam o tamanho do grupo, perfazendo um total de 662 escravos oferecidos. Existia a seguinte distribuição:

Tamanho do grupo	Porcentagem de anúncios	Porcentagem de escravos
3-5 escravos	59,2	26,3
6-10 escravos	19,7	17,8
11-15 escravos	14,5	21,3
16-20 escravos	4,0	8,9
21-50 escravos	2,6	25,7
	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>

A partir das fontes históricas disponíveis, pode-se observar outros exemplos a fim de enfatizar o aspecto de a cidade do Rio de Janeiro ter desempenhado um importante papel no mercado de escravos para municípios produtores de café da Província do Rio de Janeiro. Havia firmas especializadas na compra e venda de escravos, como pode ser notado pelas licenças emitidas na cidade<sup>8</sup>. Isto pode também ser observado pela frequência com que al-

<sup>8</sup> Rio de Janeiro (cidade). Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município do Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Município do Rio de Janeiro. Códices 6-1-9, 6-1-23, 6-1-32, 6-2-11.

guns endereços aparecem nos anúncios do Jornal do Commercio. Outro exemplo é dado por uma das funções desempenhadas pelo Comissário de Café no Rio de Janeiro: suprir de escravos seus clientes em lavouras de café no Vale do Paraíba<sup>9</sup>.

Notamos que, dos 3.807 escravos anunciados, 2.003 (52,6%) eram escravos rurais, 1.804 (47,4%) eram escravos urbanos. Como podemos observar na figura que se segue, ambas as séries apresentam o mesmo comportamento que as outras já vistas, isto é, um rápido aumento na década de 50, subsequente à abolição de tráfico de escravos africanos, variações cíclicas, mas com preços mais elevados, nas décadas de 60 e 70, e um firme declínio na década de 80:

VER FIGURA 3

---

<sup>9</sup> Esta função tornou-se mais importante nas décadas de 60 e 70, devido à inauguração da estrada de ferro unindo a cidade do Rio de Janeiro aos municípios produtores de café.

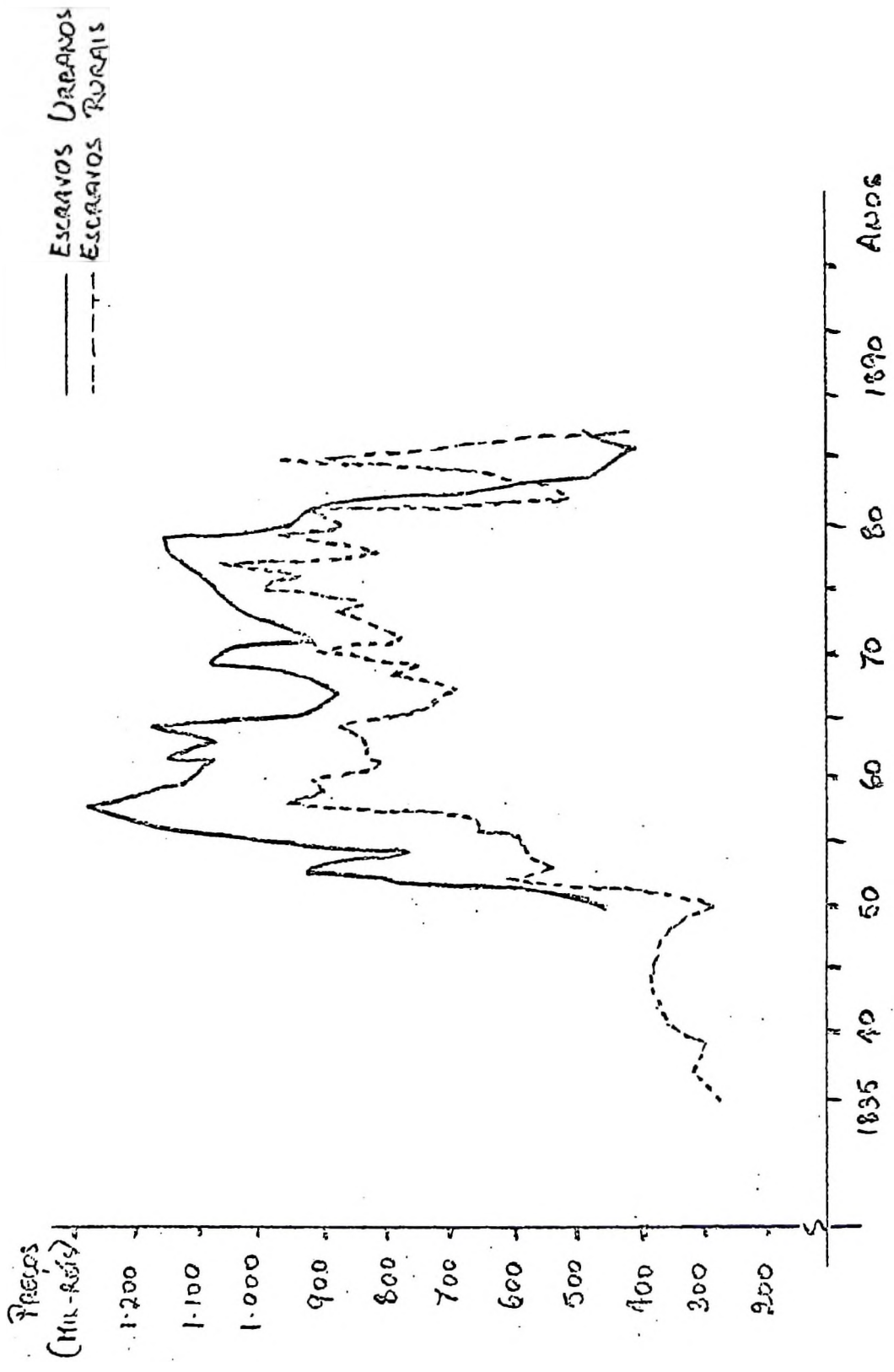


FIGURA 1. PREÇOS DE ESCRAVOS URBANOS E RURAIS; RIO DE JANEIRO, 1835 - 1887

#### 2.4 Preços por faixa etária

Uma série mais precisa e homogênea que as apresentadas anteriormente pode ser vista pela utilização de informações sobre escravos da faixa etária entre 20 e 29 anos, obtidas de fazendas de café, Cartas de Libertação dos Escravos e anúncios do Jornal do Commercio.

A partir do uso de informações sobre os preços dos escravos, de acordo com a idade, obtidas à base de 6.332 preços individuais de inventários de fazendeiros de café, chegamos a preços individuais para 414 escravos de sexo masculino, com idades variando entre 20 e 29 anos, durante o período 1826-86, ou seja, 6,5% da amostra dos inventários.

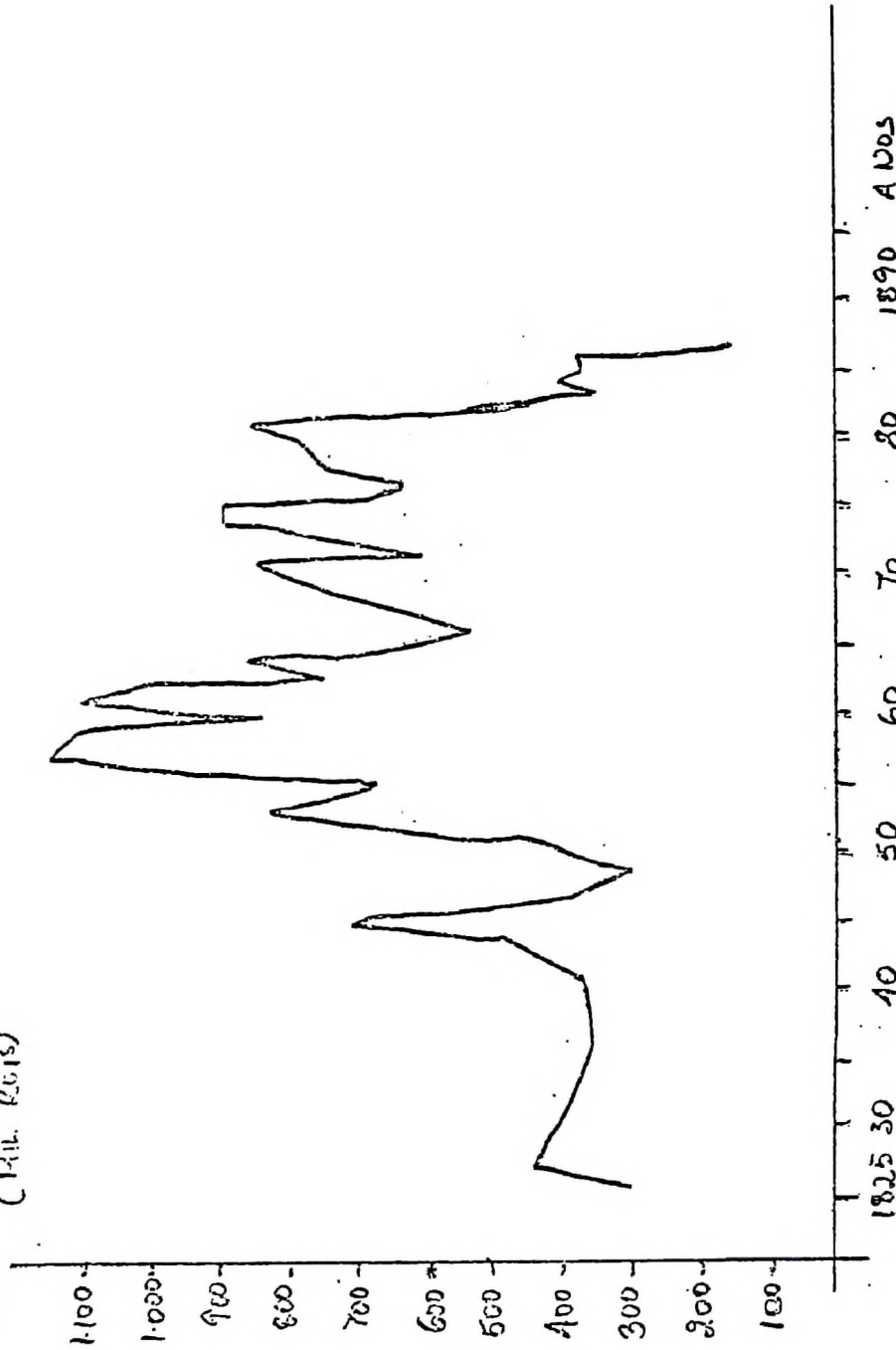
Essa amostra está calcada em avaliações de escravos e não nos preços publicados nos anúncios do Jornal do Commercio ou na amostra das Cartas de Libertação dos Escravos, que refletiam com maior propriedade os preços de mercado. Infelizmente, para alguns anos do período estudado, não temos informações sobre preço na amostra dos inventários dos fazendeiros de café, ou então a informação sobre escravos de sexo masculino na faixa etária entre 20 e 29 anos existe, mas com um número de observações muito pequeno. Além disso, não temos informações suficientes para os últimos três anos de escravatura, que foram os anos mais cruciais.

Portanto, para complementar a amostra dos inventários de fazendeiros de café, utilizamos as informações obtidas nos anúncios do Jornal do Commercio num total de 166 preços para o período de 1837-83 e, para o período crucial de 1885-87, utilizamos informações contidas na amostra das Cartas de Libertação dos Escravos, num total de 35 preços individuais de escravos masculinos com idade variando entre 20 e 29 anos.

A série de preços agregados para escravos do sexo masculino com idade variando entre 20 e 29 anos, durante o período 1826-87, pode ser assim apresentada:

VER FIGURA 4

PREÇOS EM MILHARES DE REAIS  
(MIL. REIS)



a. Índice de Preços de Boves, 1850: 100

FIGURA V. PREÇOS DE ESCRAVOS DO SEXO MASCULINO, EM MILHARES DE REAIS, DO ANO 29 ANOS DE IDADE, 1826-1887.

Dado o peso da amostra dos inventários de Fazendeiros de Café na amostra total, esta série pode ser interpretada como uma apresentação dos movimentos de preço, em termos reais, da mão-de-obra escrava masculina mais valiosa na lavoura de café durante este período.

Por meio de uma comparação visual desta série com a série de preços de todos os escravos em termos reais (veja Figura 1b, deste anexo), podemos observar um padrão semelhante, ao longo do tempo, do comportamento destas duas séries. Este fato pode ser melhor observado, se compararmos as taxas de mudança de preços.

Podemos distinguir nove subperíodos entre 1826-1887, no que diz respeito à série de preços de escravos do sexo masculino, na faixa etária entre 20 e 29 anos: (1º) 1826-45 - os preços aumentaram a uma taxa de 2,3% ao ano<sup>10</sup>, (2º) 1845-49 - neste período, imediatamente anterior à abolição do tráfico de escravos africanos, os preços de escravos declinaram -22,6% ao ano<sup>11</sup>, devido em parte à enorme importação de 247.500 escravos africanos, que chegaram ao Brasil entre 1846 e 1852 - a grande maioria chegando antes de 1850; (3º) 1849-57 - os preços dos escravos aumentaram rapidamente, 14,6% ao ano<sup>12</sup>, (4º) 1857-66 - os preços de escravos caíram -7,2% ao ano<sup>13</sup>, (5º) 1866-71 - os preços de escravos aumentaram 8,9% ao ano<sup>14</sup>.

---


$$^{10} \log P_{st} = 5,7616 + 0,0225 t r^2 = 0,37 \quad P_{st} = \text{preços de escravos.}$$

$$^{11} \log P_{st} = 6,7739 - 0,2258 t r^2 = 0,97 \quad P_{st} = \text{preços de escravos.}$$

$$^{12} \log P_{st} = 5,7147 + 0,1462 t r^2 = 0,84 \quad P_{st} = \text{preços de escravos.}$$

$$^{13} \log P_{st} = 7,1926 - 0,0723 t r^2 = 0,69 \quad P_{st} = \text{preços de escravos.}$$

$$^{14} \log P_{st} = 6,2195 + 0,0890 t r^2 = 0,97 \quad P_{st} = \text{preços de escravos.}$$



Para os anos do período de maior interesse para nós - as décadas de 70 e 80 -, observemos os dados referentes a 440 preços individuais:

VER TABELA 3

Tabela 3 - Preço médio de escravos do sexo masculino com idades entre 20 e 29 anos, 1870-1887

(preços em mil-réis, valores nominais e reais)

Ano	Preços nominais	Número de escravos	Desvio-padrão	Preços reais <sup>a</sup>
1870	1:428\$900	57	190,1	1:428\$900
71	1:550\$000	1	--	1:551\$600
72	1:104\$300	2	298,8	1:106\$500
73	1:371\$600	146	165,5	1:375\$100
74	1:662\$500	8	244,6	1:667\$500
75	1:643\$300	30	344,8	1:649\$900
76	1:257\$100	7	269,9	1:245\$900
77	1:193\$800	8	182,1	1:168\$100
78	1:406\$300	9	312,2	1:358\$700
79	1:472\$700	11	380,4	1:403\$900
1880	1:533\$300	3	152,8	1:442\$400
81	1:700\$000	3	173,2	1:575\$500
82	1:341\$100	28	342,7	1:224\$700
83	723\$500	17	164,0	651\$200
84	800\$000	1	--	734\$600
85	715\$900	22	203,2	670\$900
86	647\$800	23	271,1	620\$500
87	255\$700	44	82,3	250\$000

Nota: <sup>a</sup> Índice de preços de Buescu, 1870:100.

Fontes: Vassouras, Cartório do Primeiro Ofício, Rio de Janeiro. Inventários de fazendeiros de café, 1825-1886.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. Anúncios. Amostras de edições diárias. 1835-1888.

Cartas de libertação dos escravos: 1881-1887. In: Rio de Janeiro (cidade). Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município do Rio de Janeiro. Arquivo Histórico do Município do Rio de Janeiro. Códices: 6-1-13/17; 6-1-41; 6-2-6; 6-2-8/9.

Podemos discernir dois subperíodos básicos: 1871-81 e 1881-87. No total dos anos entre 1871-81, os preços reais de escravos aumentaram 0,74% ao ano<sup>15</sup>, mas podemos ainda distinguir detalhadamente mais três subperíodos: (6º) 1871-75 - o preço de escravos elevou-se 6,0% ao ano<sup>16</sup>, atingindo o ápice em 1875, e então declinando; (7º) 1875-77 - decresce a uma taxa de -19,2% ao ano<sup>17</sup>, elevando-se continuamente em (8º) 1877-81, a uma taxa de 6,6% ao ano<sup>18</sup>. Após 1881, durante (9º) 1881-87, os preços de escravos caíram continuamente e rapidamente, a uma taxa anual de -23,7% ao ano<sup>19</sup>.

Sumariando as conclusões sobre a pesquisa referente a preços reais de escravos; há um comportamento de crescimento rápido na década de 50, subsequente ao final de tráfico de escravos africanos; variações cíclicas porém com preços mais elevados nas décadas de 60 e 70; e um firme declínio na década de 80. Estas conclusões podem ser confirmadas pela outra fonte disponível de preços de escravos de fazendas de café - a pesquisa de Stein em Vassouras<sup>20</sup>.

$$^{15} \log P_{st} = 7,2082 + 0,0074 t r^2 = 0,023 \quad P_{st} = \text{preços de escravos.}$$

$$^{16} \log P_{st} = 6,4976 + 0,0597 t r^2 = 0,29 \quad P_{st} = \text{preços de escravos.}$$

$$^{17} \log P_{st} = 6,9858 - 0,1918 t r^2 = 0,87 \quad P_{st} = \text{preços de escravos.}$$

$$^{18} \log P_{st} = 6,4239 + 0,0660 t r^2 = 0,91 \quad P_{st} = \text{preços de escravos.}$$

$$^{19} \log P_{st} = 6,9261 - 0,2367 t r^2 = 0,77 \quad P_{st} = \text{preços de escravos.}$$

<sup>20</sup> A pesquisa de Stein sobre preços baseava-se em documentos de cartórios. Apresenta um gráfico mostrando o preço médio de homens e mulheres entre 20 e 25 anos em Vassouras - o mesmo município no vale da Paraíba do Rio de Janeiro de onde tiramos parte de nossa amostra. Calculamos visualmente os valores em mil réis e os deflacionamos pelo Índice de Preços de Buescu. Observamos, novamente, o mesmo comportamento de rápido aumento na década de 50, aumentos lentos levando os preços para um pico em 1879, e então um firme declínio na década de 80. STEIN, Stanley. Vassouras: a Brazilian coffee county, 1850-1900. 2.ed. New York, Atheneum, 1970. p. 229.

Finalmente, os ingênuos, ou crianças nascidas de mães escravas, postas em liberdade sob certas condições, pela Lei do Ventre Livre de 1871, também recebiam preço. Nos inventários de fazendeiros de café sempre se fazia uma distinção, quando da avaliação. A dos escravos era chamada "preço" e a de ingênuos era chamada "valor dos serviços de ingênuos". Entretanto, tanto os escravos como os ingênuos eram listados juntos na lista de avaliação.

Observemos uma amostra de média de preços, obtida em três inventários de fazendeiros de café, feitos em 1882, em Vassouras. Como se pode observar, o preço do ingênuo aumenta com a idade, refletindo a capitalização de rendimentos líquidos positivos esperados:

VER TABELA 4

Tabela 4 - Preço de ingênuos do sexo masculino e do sexo feminino, Vassouras, 1882

(em mil-réis).

Idade	Ingênuos (sexo masculino)		Ingênuos (sexo feminino)	
	Preço	Número	Preço	Número
2 meses	5\$000	1	-	-
4 meses	-	-	10\$000	1
1 ano	5\$000	5	6\$000	10
2 anos	8\$300	6	10\$000	4
3 anos	25\$000	4	37\$100	7
4 anos	46\$700	6	35\$000	4
5 anos	65\$000	2	56\$700	6
6 anos	98\$700	4	90\$000	2
7 anos	150\$000	1	-	-
8 anos	162\$000	4	-	-
9 anos	-	-	-	-
10 anos	160\$000	3	136\$000	5
11 anos	-	-	150\$000	1

Fontes: Inventários em Cartório do Primeiro Ofício de Vassouras, Fazer Conceição, Oriente e B.F. Cruz.

Vassouras. Cartório do Primeiro Ofício. Inventários de fazendeiros de café, 1825-1886.

Werneck, Família. Documentos ... 1840-1882; inventário da Fazenda Conceição, 1882. In: Brasil. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código 112.

.....; inventário da Fazenda Oriente, 1882. In: Brasil. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código 112.

Inventário de Bento Francisco da Cruz, 1882. In: Vassouras. Cartório do Primeiro Ofício, Rio de Janeiro. Inventários de fazendeiros de café.

## 2.5 Mercado de aluguel

Além do mercado de compra e venda, existia o mercado de aluguel de escravos, onde se estabeleciam os preços dos seus serviços. É muito difícil obter informações sistemáticas e diretas sobre aluguel de escravos em fazendas de café. Embora tenhamos encontrado, em inventários de fazendeiros de café, indicações de que se emprestavam escravos a outras fazendas das redondezas, em certas ocasiões, tais negociações dificilmente assumiam explicitamente a transação implícita de taxas de aluguel. Além disso, mesmo que se tornassem explícitas, há grande dificuldade em encontrar tais registros.

A única fazenda em que encontramos registros sistemáticos sobre taxas de aluguel foi a Fazenda Imperial de Santa Cruz, uma fazenda experimental de propriedade do Governo, situada no Município Neutro. Encontramos 305 taxas de aluguel individual para o período de 1857-68<sup>21</sup>.

A composição da amostra, por sexo, era de 51,1% de mulheres e 48,9% de homens. Havia muitos escravos qualificados alugados neste período: 11 pedreiros, 25 oleiros, 22 carpinteiros, 1 bombeiro, 3 tanceiros, 2 barbeiros, 1 cesteiro e 1 costureiro. A maioria dos escravos, no entanto, consistia de trabalhadores do eito. Os aluguéis para escravos qualificados eram, em média, de 100 a 150% mais altos que os dos escravos do eito.

---

<sup>21</sup> Fazenda Imperial de Santa Cruz. In: Brasil. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Código 1122.

A média mensal de alugueis (em mil-réis) neste período, para todos os escravos, era:

<u>Ano</u>	<u>Mil-réis</u>
1857	16\$5
1860	24\$0
1861	16\$5
1862	12\$9
1863	11\$0
1864	9\$0
1865	11\$2
1866	12\$5
1867	8\$6
1868	10\$0

Outra indicação que encontramos foi um inventário no Cartório do Primeiro Ofício de Vassouras, em que dois escravos da lavoura estavam listados, tanto com o preço quanto com a taxa de aluguel: Camilo e Maria foram alugados de 5 de abril de 1866 até 13 de maio de 1888 por 453.000 mil-réis e 337.000 mil-réis respectivamente. Sua avaliação em 10 de março de 1887 era 800 mil-réis para Camilo, de 40 anos de idade e 600 mil-réis para Maria, de 39.

A fim de se ter uma melhor visão do mercado de alugueis, entretanto, precisamos de evidências mais sistemáticas. Felizmente, o Jornal do Comércio também publicava alugueis mensais. Usando os mesmos métodos de amostra da pesquisa de preços, obtivemos 4.829 anúncios individuais, todos baseado em sexo, qualificação e profissão, e alguns baseados em idade. Excluimos destes escravos 7,6%, referentes aos listados como velhos, de meia-idade, de 50 anos ou mais, de 16 anos ou menos, moleques, molecotes, negrinhos e pardinhos. Raramente os anúncios apresentavam explícita a palavra escravo. Esta afirmação também é verdadeira

para os anúncios de preço, mais, neste caso, não há dúvida de que eram escravos. Embora no caso de aluguéis possa existir algum grau de arbitrariedade, na nossa diferenciação entre escravos e trabalhadores livres, para uma posterior seleção dos primeiros existem alguns padrões, como a construção de frases, o uso das mesmas palavras, a frequência com que o mesmo endereço aparece, ou, mais importante, a indicação da cor - preto(a), negro(a), pardo(a) etc... - que não deixa a menor dúvida de que o anúncio se refere a algum escravo.

Apresentamos, na figura e na tabela que se seguem, a taxa de aluguel mensal para todos os escravos, entre 1835 e 1888. Podemos observar que os aluguéis de escravos estavam aumentando durante todo o período. Deflacionamos esta série pelo Índice de Preços de Buescu e apresentamos, na mesma figura, as taxas de aluguéis reais.

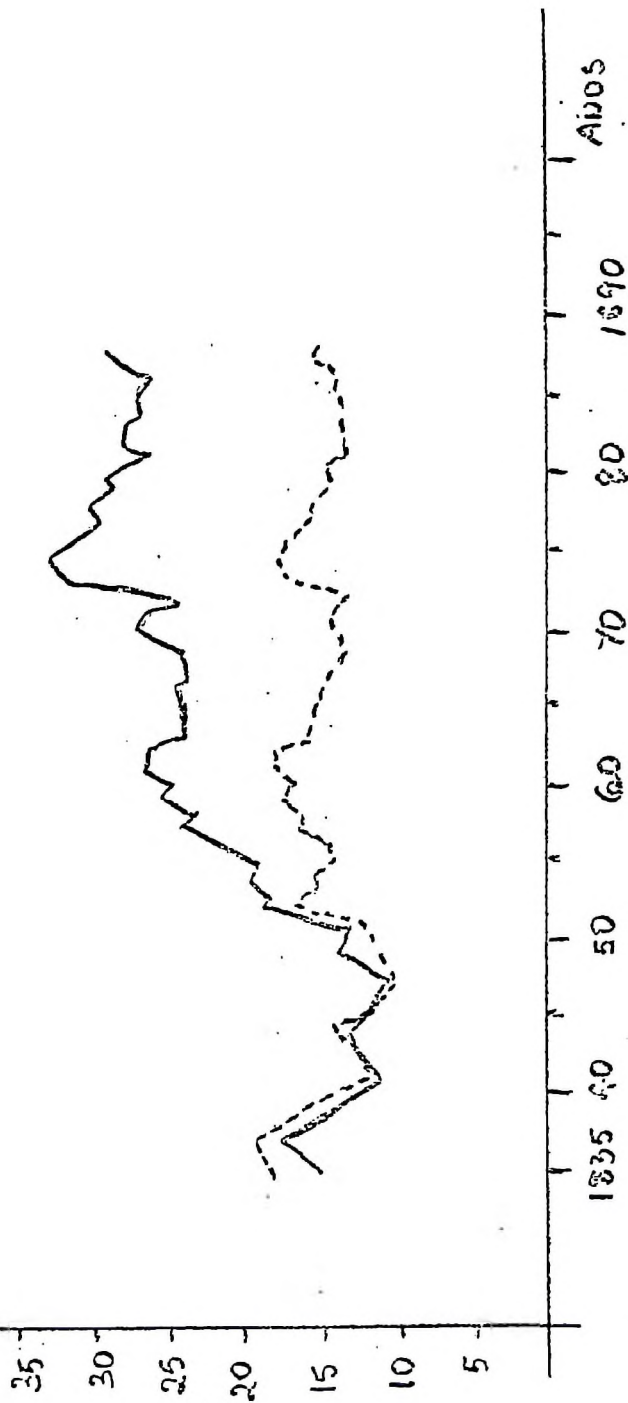
VER FIGURA 5

VER TABELA 5



ALUGUEL  
MENSAL  
(MIL-REIS)

— NOMINAL  
- - - REAL



o Índice de Preços de Bueiro, 1850: 100  
FIGURA 5. ALUGUÉIS MENSALIS DE ESCRAVOS, NOMINAIS E REAIS,  
RIO DE JANEIRO, 1835 - 1890.

Tabela 5 - Aluguéis mensais de escravos do Rio de Janeiro, 1835-1888, aluguel mensal médio (nominal e real), desvio-padrão, número de escravos (tamanho da amostra) e coeficiente de variação (em mil-réis)

Ano	Preço médio (nominal)	Desvio-padrão	Tamanho da amostra <sup>b</sup>	Coeficiente de variação	Preço médio (real) <sup>a</sup>
1835	15\$000	1,41	2	0,09	18\$800
37	18\$000	6,93	3	0,39	19\$400
1841	11\$000	1,16	4	0,11	11\$600
44	13\$700	1,53	3	0,11	14\$100
45	12\$300	3,74	9	0,30	12\$400
47	10\$500	0,90	12	0,09	10\$100
49	13\$700	3,25	18	0,24	13\$800
1851	13\$000	3,90	108	0,30	12\$800
52	18\$600	5,20	122	0,28	16\$600
53	18\$400	6,66	110	0,36	15\$500
54	19\$600	5,82	137	0,30	15\$800
55	19\$100	5,18	117	0,27	14\$200
56	20\$800	5,93	109	0,29	14\$600
57	23\$700	6,23	109	0,26	16\$500
58	23\$400	6,22	117	0,27	16\$300
59	25\$100	7,24	96	0,29	17\$400
1860	25\$000	6,75	70	0,27	16\$700
61	26\$100	8,37	97	0,32	17\$900
62	26\$400	5,17	77	0,20	18\$000
63	24\$000	6,34	85	0,26	15\$900
64	24\$200	7,01	63	0,29	15\$600
65	24\$300	5,05	86	0,21	15\$200
66	24\$500	6,51	80	0,27	14\$900
67	23\$900	5,46	88	0,23	14\$200
68	24\$000	5,72	65	0,24	13\$800
69	24\$500	6,33	52	0,26	13\$700
1870	26\$900	5,28	130	0,20	14\$600
71	25\$900	6,18	42	0,24	14\$100
72	24\$200	4,34	46	0,18	13\$200
73	31\$000	8,87	102	0,29	16\$900
74	32\$700	7,35	117	0,22	17\$800
75	32\$000	8,03	102	0,25	17\$500
76	30\$500	8,00	99	0,26	15\$400
77	29\$500	6,89	85	0,23	15\$700
78	29\$700	7,83	89	0,26	15\$600
79	28\$400	8,22	89	0,29	14\$700
1880	29\$000	8,12	82	0,28	14\$800
81	26\$600	8,70	172	0,33	13\$400
82	27\$200	8,22	189	0,30	13\$500
83	27\$200	8,89	235	0,33	13\$300
84	26\$600	8,71	242	0,33	13\$300
85	26\$900	11,50	237	0,43	13\$700
86	26\$700	10,10	235	0,38	13\$900
87	27\$900	10,80	229	0,39	14\$800
88	28\$700	10,30	99	0,36	15\$200

Notas: <sup>a</sup> Índice de preços de Buescu, 1850=100.

<sup>b</sup> Número de escravos.

Fonte: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. Anúncios. Amostras de edições diárias. 1855-1888.

Podemos distinguir seis subperíodos; nesta série de aluguéis reais, com durações diferentes: (1º) entre 1835 e 1841 declinam em (-8,7%) ao ano<sup>22</sup>; (2º) entre 1841 e 1862 os aluguéis aumentam a 2,2% ao ano<sup>23</sup>; (3º) entre 1862 e 1872 os aluguéis reais declinam a uma taxa de (-2,3%) ao ano<sup>24</sup>; (4º) entre 1872 e 1874, os aluguéis aumentam rapidamente, a uma taxa de 14,9% ao ano<sup>25</sup>; (5º) de 1874 a 1883, os aluguéis baixam a uma taxa de (-3,4%) ao ano<sup>26</sup>; (6º) nos anos críticos compreendidos entre 1883 e 1888, os aluguéis apresentam um aumento de 2,9% ao ano<sup>27</sup>.

---


$$^{22} \log H_{st} = 3,10363 - 0,08734 t \quad r^2 = 0,86 \quad H_{st} = \text{aluguel de escravos.}$$

$$^{23} \log H_{st} = 2,40337 + 0,02164 t \quad r^2 = 0,68 \quad H_{st} = \text{aluguel de escravos.}$$

$$^{24} \log H_{st} = 2,83073 - 0,02286 t \quad r^2 = 0,76 \quad H_{st} = \text{aluguel de escravos.}$$

$$^{25} \log H_{st} = 2,46325 + 0,14949 t \quad r^2 = 0,86 \quad H_{st} = \text{aluguel de escravos.}$$

$$^{26} \log H_{st} = 2,91031 - 0,03446 t \quad r^2 = 0,96 \quad H_{st} = \text{aluguel de escravos.}$$

$$^{27} \log H_{st} = 2,53984 + 0,02864 t \quad r^2 = 0,92 \quad H_{st} = \text{aluguel de escravos.}$$

Observemos as figuras seguintes que demonstram as mesmas tendências básicas descritas para a série de todos os escravos:

VER FIGURA 6

VER FIGURA 7

Aluguéis Mensais (Mil-Réis)

128

— ESCRAVOS URBANOS  
- - - ESCRAVOS RURAIS

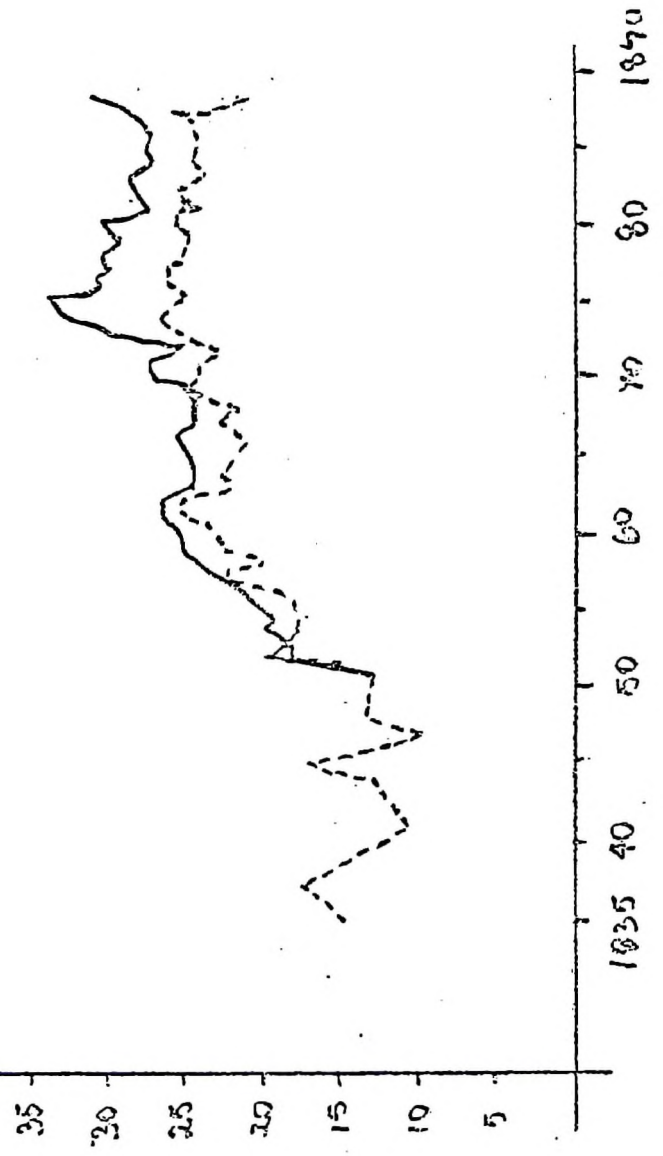


FIGURA C. Aluguéis Mensais de Escravos Rurais e Urbanos, Rio de Janeiro, 1855 - 1868.

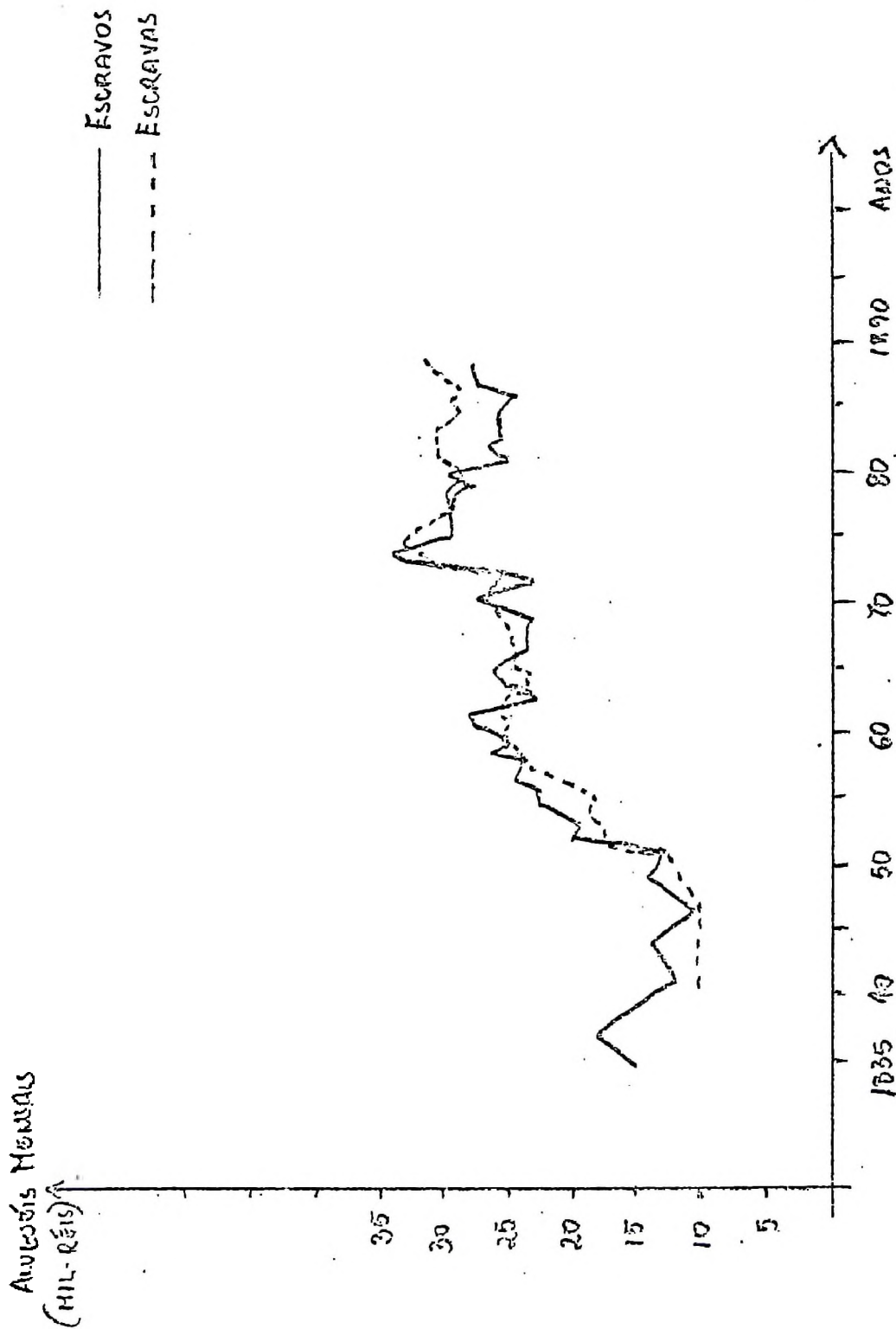


FIGURA 7. ANUENSIS MENSUAIS DE ESCRAVOS DO SEXO FEMININO E DO SEXO MASCULINO, RIO DE JANEIRO, 1835 - 1868.

Portanto, o principal fato a ser assinalado sobre o mercado de alugueis de escravos diz respeito ao aluguel real, que mostra uma clara tendência ascendente nos últimos anos da década de 80. Se considerarmos todo o período de 1847-88, também notaremos uma tendência ascendente, embora fraca e não significativa<sup>28</sup>.

Este padrão de aumento de alugueis de escravos é também assinalado em dois trabalhos sobre o Rio de Janeiro. Soares<sup>29</sup> apresenta dados sobre alugueis de escravos pesquisados no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia, cobrindo o período de 1748 a 1871, que mostram uma tendência ascendente em valores nominais. Apresenta também os seguintes dados sobre alugueis mensais e número de amas escravas, retirados da Casa dos Espostos Lobo<sup>30</sup>

Período	Aluguel mensal (mil-réis)
1847-48	15\$000
1849-53	16\$000
1854-57	28\$000
1858-74	85\$000
1875-88	40\$000

<sup>28</sup>  $\log H_{st} = 14,9704 + 0,0207 t \quad r^2 = 0,005 \quad H_{st} = \text{aluguel de escravos.}$

<sup>29</sup> Soares, Ubaldo. A escravatura na misericórdia: subsídios. Rio de Janeiro, Sec. Gráf. Fund. Romão Matos Duarte, 1958. p. 61.

<sup>30</sup> Lobo, Eulália L. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930: resultados preliminares. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 25 (4): 252-3, out./dez. 1971.

---

Período	Número de escravos
1849-57	159
1858-67	105
1868-77	155
1878-88	27

---

relata que na Cia. Stearica - fábrica de velas do Rio de Janeiro - o aluguel mensal de escravos eleva-se de 12\$000 em 1840/41 para 25\$000 em 1871; cai para 20 mil-réis em 1874, mantendo este nível até dezembro de 1884.

As séries sobre aluguéis mensais apresentadas são muito úteis para representar as flutuações do período. Entretanto, se interpretadas como estimativas da renda líquida recebida por proprietários de escravos, mostram limitações importantes. Tal fato só não ocorrerá se forem feitos alguns ajustes. Esses ajustes baseiam-se nas condições contratuais e em outras características do aluguel de escravos, como: duração do contrato, risco de fuga, comissão de corretagem, custo de anúncios, impostos e taxas, seguro médico, tempo despendido pelos proprietários na busca de novos contratos etc...





## CAPÍTULO 4

### CARACTERÍSTICAS DO MERCADO LOCAL DE ESCRAVOS NA REGIÃO CAFEIEIRA

#### I. INTRODUÇÃO

Os preços dos escravos constituem-se num dos indicadores fundamentais para o conhecimento do funcionamento da economia da escravidão. A composição dos preços dos escravos segundo o sexo, a idade, a ocupação e outras características, assim como as variações desses preços ao longo do tempo, sintetizam valiosas informações sobre a estrutura e evolução da sociedade e economia escravista.

As informações sobre preços de escravos, no entanto, apresentam dificuldades para sua obtenção. As fontes mais utilizadas são os inventários e os anúncios de jornal.

Essas duas valiosas fontes apresentam, entretanto, um grande obstáculo. Destarte, os preços aí informados não se referem ao resultado de um processo de negociação efetivamente realizado, em que o confronto das forças de oferta e demanda determina o preço de equilíbrio para cada escravo. No caso dos inventários, trata-se de uma avaliação dos escravos e no caso dos anúncios, trata-se do preço de venda (caso mais usual) ou do preço de compra pretendido. Em ambos os casos, embora as pesquisas efetuadas mostrem haver uma coerência interna quanto ao perfil dos preços, segundo diversos atributos de sexo, idade, ocupação, saúde e outras características, os preços não refletem negociações efetivamente realizadas.

Existe uma terceira fonte de informação sobre preços, no entanto, que supera esses problemas. Essa fonte, praticamente inexplorada na literatura de história econômica, é constituída pelas escrituras de venda de escravos. Como o nome indica, trata-se da documentação que registra formalmente o contrato de

transmissão de propriedade do escravo, fruto de um processo de negociação efetivamente realizado.

Nesse capítulo, utilizando uma amostra de escrituras de venda de escravos de Vassouras, iremos analisar e apresentar diversas características do efetivo funcionamento de um mercado local de escravos.

## 2. ESCRITURAS DE VENDA

As escrituras de venda trazem, em geral, diversas informações sobre cada escravo vendido: preço, idade, sexo, origem, nome do comprador e vendedor, às vezes profissão.

O seguinte contrato de venda de escravos, registrado às fls. 114 do Cartório do 1º Ofício de Vassouras, encontrado entre as Escrituras de Venda constantes do Livro de Notas 1861-1868, exemplifica o tipo de informação apresentada:

*"Escritura de Venda do Escravo Moyses, que faz Leopoldo Tertuliano Valdetaro a João Francisco da Costa Torres, e quitação. Saibão quantos este publico instrumento de Escripura de venda de um escravo, e quitação virem, que no anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e sessenta e tres, aos vinte e um de Maio, nesta Cidade de Vassouras, em meo Cartorio comparecerão partes justas e contractadas, como outorgante vendedor Leopoldo Tertulliano Valdetaro, e como outorgado comprador João Francisco da Costa Torres, moradores desta cidade e reconhecidos pelos proprios de mim Tabelião de que dou fé, e das testemunhas abaixo nomeadas e assynadas, perante as quaes pelo outorgante foi dito, que vende de hoje para sempre ao outorgado o seo escravo Moyses de nação cabinda, idade trinta annos, mais ou menos, solteiro, e de todo serviço; e assim vendido tinha ao dito outorgado pela quantia de um cento e duzen-*

tos mil reis, que ja havia recebido em dinheiro corrente deste Imperio, e de que dava plena e geral quitação ao outorgado para mais lhe não pedir em tempo algum, nem por si e seos herdeiros; e desde ja cede e transpassa na pessoa do outorgado todo o direito, dominio e acção que tem no referido escravo para que o outorgado o possua como seo que fica sendo e o ha por impossado por bem da clausula constituti . E pelo outorgado foi dito, que accita esta Escripura na forma della; sob numero cem pagou quarenta mil reis de meia sisa, e sob numero quatro pagou mil e duzentos reis de sello proporcional na Colectoria desta Cidade em data de hoje. E assim me pedirão lhes lavrasse esta Escripura, que lhes li, aceitarão e assinarão com as testemunhas presentes, José Joaquim Rodrigues Pereira e Antonio José de Oliveira Guimarães. Eu, José Florindo de Fonseca Silva o escrevi.

4 assinaturas

Leopoldo Tertuliano Valderato

João Francisco da Costa Torres

José Joaq<sup>o</sup> Rcia Pereira .

Antonio José d'Oliveira Guim<sup>s</sup> "

É importante notar que essa negociação representava um fato gerador de impostos, nesse caso a meia-sisa. Com efeito, em 03 de junho de 1809, o Príncipe Regente assinou no Rio de Janeiro o Alvará estabelecendo a sisa das compras e vendas. O texto completo do Alvará está apresentado no Anexo I. É importante destacar o seguinte trecho:

"a meia sisa, que se deve pagar na venda dos escravos ladinos, se arrendará a quem mais der ... havendo porém diverso livro em que se lancem as verbas pelo mesmo Escrivão, especificando-se o dia, mez e anno, os nomes dos vendedores e compradores, o nome e a nação do escravo, e o preço da venda, para delle se extrahir o conhecimento que deve acompanhar as remessas e as competentes certidões que se devem dar às partes, quando as vendas se fizerem por escriptura publica."

O Alvará, além de caracterizar os diversos itens informacionais requeridos, ainda dispunha sobre a fiscalização do seu cumprimento. Deve-se atentar que, como a meia sisa era um imposto proporcional ao preço do escravo negociado (5%), havia uma preocupação e fiscalização governamental para que o preço registrado reproduzisse de fato o valor negociado entre as partes.

As escrituras de venda constituem-se, portanto, num importante depositário de informações sobre diversas características do mercado de escravo, tais como preço, sexo, idade, tamanho dos lotes transacionados, quinzena e mês do ano das negociações, que serão analisadas a seguir.

### 3. PREÇO DOS ESCRAVOS TRANSACIONADOS EM VASSOURAS

Foram levantadas um total de 986 Escrituras de Vendas de escravos em Vassouras, referentes ao período 1861 a 1886. Os escravos eram vendidos individualmente ou em lotes de 2 ou mais escravos. Do total de escrituras, 674 registraram vendas individuais, e as restantes 312 registraram vendas de lotes de escravos, representando 1.569 escravos. No total, as Escrituras abarcam 2.243 escravos, sendo 1.287 homens e 956 mulheres.

As informações sobre o preço de escravos eram individualizadas para vendas de um escravo. No caso de venda de lotes de escravos, no entanto, era apresentado, em geral, apenas o valor global da venda, sem que fosse especificado o preço de cada escravo componente do lote. Para esse último caso, a informação obtida refere-se ao preço médio dos escravos pertencentes ao lote.

O Quadro 1 apresenta a evolução dos preços dos escravos, segundo o sexo, no período 1861 a 1886. De um modo geral, os pre-

Quadro 1 - Preço dos Escravos triangulacionados em Vasouras, - todas as idades, segundo o sexo

ANO	ESCRAVOS MULHERES				ESCRAVOS HOMENS			
	PREÇO MÉDIO	NÚMERO DE OBSERVAÇÕES	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIACÃO	PREÇO MÉDIO	NÚMERO DE OBSERVAÇÕES	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIACÃO
1861	1295,5	30	482,7	0,37	1411,3	41	479,5	0,34
1862	1518,6	18	455,1	0,30	1439,6	33	351,9	0,24
1863	1071,5	29	352,1	0,33	1275,2	47	312,3	0,24
1864	1015,1	62	282,8	0,28	1052,3	78	258,1	0,25
1865	1172,5	20	341,0	0,29	1185,7	33	406,1	0,34
1866	1161,1	9	480,0	0,41	1457,6	17	226,6	0,15
1867	1014,7	47	330,9	0,33	1242,3	51	354,4	0,29
1868	872,4	18	372,5	0,42	1245,6	25	308,1	0,25
1869	1061,5	26	349,8	0,33	1043,9	33	646,4	0,62
1870	1076,2	29	335,2	0,31	1218,9	35	449,2	0,37
1871	898,6	27	326,7	0,36	1266,0	40	401,8	0,32
1872	1195,8	25	342,6	0,29	1382,1	64	417,3	0,30
1873	1032,2	99	372,6	0,36	1331,2	187	453,9	0,34
1874	1011,2	23	234,2	0,23	1489,2	24	573,7	0,39
1875	1207,7	107	602,7	0,50	1399,6	134	648,1	0,46
1876	1347,3	46	448,8	0,33	1521,3	52	564,7	0,37
1877	1115,2	55	285,9	0,26	1337,1	59	463,5	0,35
1878	1195,2	51	397,3	0,33	1567,6	73	505,9	0,32
1879	1257,0	50	481,0	0,38	1470,5	66	634,2	0,43
1880	1427,6	17	218,3	0,15	1405,3	15	446,0	0,32
1881	1457,6	38	415,8	0,29	1656,2	46	378,9	0,23
1882	1073,8	100	337,5	0,31	1243,9	111	471,0	0,38
1883	-	-	-	-	-	-	-	-
1884	1000,0	1	-	-	1000,0	1	-	-
1885	600,0	3	300,0	0,50	668,8	4	268,8	0,40
1886	1033,2	10	484,8	0,47	1272,9	25	453,9	0,36
1887	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	940	-	-	-	1294	-	-

ços caem de 1861 a 1864, dado que em fins da década dos 1850's tinha havido uma alta considerável dos preços. De 1865 a 1881 há uma tendência de alta, com flutuações. A partir desse ano os preços começam a cair continuamente, embora o pequeno número de observações a partir de 1884 não permita uma confiável definição quanto à representatividade dos preços médios apurados. Em todos os anos, com apenas duas exceções, os preços dos escravos homens foram superiores aos das mulheres.

Os preços médios, mesmo considerando-se separadamente os sexos, tendem a ser afetados por diferenças quanto à idade dos escravos transacionados, além de também serem afetados por diferenças quanto à qualificação profissional, estado de saúde, complexão física, aptidão e temperamento para o trabalho, e outras características. A principal delas a afetar o preço, no entanto, era a idade.

A fim de se homogeneizar o fator idade, identificou-se os escravos pertencentes à faixa etária de 14 a 27 anos, em geral aquela mais valorizada pelos proprietários. O Quadro 2 mostra o preço dos escravos transacionados em Vassouras, segundo o sexo e pertencentes à faixa etária de 14 a 27 anos. Os preços anuais dos escravos no período 1861-1886, em comparação com o quadro anterior, salvo o fato dos preços desses escravos serem superiores aos preços médios, mostram tendências semelhantes quanto à evolução dos preços ao longo do tempo e o comportamento dos preços dos escravos segundo os sexos. A última coluna do Quadro 2 apresenta o índice da relação de preços de escravos mulheres e escravos homens. Nota-se que os preços das mulheres, vis a vis os dos homens, crescem de 1863 a 1867, mas começam a declinar a partir daí. Uma das causas explicativas desse comportamento pode ser atribuído às discussões sobre a Lei do Ventre Livre, que começam nesse período, sendo finalmente aprovada em meados de 1871. A partir dessa lei, o fruto da procriação dos escravos deixa de pertencer aos proprietários dos escravos, o que provavelmente deprimiu os preços dos escravos mulheres em termos de

Quadro 2 - Preço dos Escravos Transacionados em Vassouras, idades de 1 a 27 anos, segundo os sexos

ANO	ESCRAVOS MULHERES				ESCRAVOS HOMENS				ÍNDICE DA RE- LAÇÃO DO PRE- ÇO DE ESCRA- VOS MULHERES/ PREÇO DE ES- CRAVOS HOMENS
	PREÇO MÉDIO	NÚMERO DE OBSERVAÇÕES	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PREÇO MÉDIO	NÚMERO DE OBSERVAÇÕES	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	
1861	1.630,0	5	592,2	0,36	1.966,7	3	251,7	0,13	82,9
1862	1.820,0	5	238,7	0,13	1.450,0	6	393,7	0,27	125,5
1863	966,7	3	351,2	0,36	1.500,0	6	609,9	0,27	64,4
1864	1.466,7	6	140,2	0,10	1.600,0	1	-	-	91,7
1865	1.521,4	7	237,8	0,16	1.620,8	6	515,9	0,32	93,9
1866	1.433,3	3	340,3	0,24	1.450,0	5	244,9	0,17	98,8
1867	1.412,5	8	432,4	0,31	1.311,1	9	464,2	0,35	107,8
1868	1.433,3	3	115,5	0,08	1.383,3	3	361,7	0,26	103,6
1869	1.338,9	9	179,9	0,13	1.512,5	4	193,1	0,13	88,5
1870	1.450,0	3	132,3	0,09	1.550,0	4	369,7	0,24	93,5
1871	-	-	-	-	1.650,0	4	404,1	0,24	-
1872	1.275,0	4	221,7	0,17	1.537,5	4	411,0	0,27	82,9
1873	1.324,2	12	138,2	0,10	1.534,0	27	344,0	0,22	86,3
1874	1.400,0	1	-	-	1.775,0	4	50,0	0,03	78,9
1875	1.536,4	22	298,1	0,19	1.801,6	16	526,7	0,29	85,3
1876	1.435,3	17	193,5	0,13	1.881,1	14	574,2	0,30	76,3
1877	1.259,4	16	266,0	0,21	1.833,3	6	287,5	0,16	68,7
1878	1.307,8	9	364,8	0,28	1.988,2	17	450,2	0,23	65,8
1879	1.483,3	12	263,1	0,18	1.850,0	8	378,9	0,20	80,2
1880	1.337,5	4	249,6	0,19	1.750,0	3	672,7	0,38	76,4
1881	1.233,3	3	208,2	0,17	1.512,5	4	370,5	0,24	81,5
1882	1.047,7	11	350,1	0,33	1.707,1	21	307,5	0,18	61,4
1883	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1884	-	-	-	-	550,0	1	-	-	-
1885	450,0	2	212,1	0,47	400,0	1	-	-	112,5
1886	450,0	1	-	-	1.600,0	2	-	-	28,1
1887	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		166		0,21 (média)		179		0,22 (média)	



tendência, embora não se possa especular quanto ao seu significado em termos quantitativos.

#### 4. SEXO E IDADE DOS ESCRAVOS VENDIDOS EM VASSOURAS

Os Quadros 3 e 4 mostram, respectivamente, a distribuição dos escravos homens e mulheres segundo faixas etárias quinquenais, para cada ano do período 1861 a 1886. O Quadro 5 resume essa informação para o total do período.

Com base nesses resultados, pode-se verificar algumas características do mercado de escravos em Vassouras. O Quadro 6 mostra que, do total de escravos negociados, 42,1% era constituído por mulheres e 57,9% por homens. Os três anos com maior número de negociação, tanto de homens como de mulheres, foram 1873, 1875 e 1882, embora o pique de negociação de escravos homens fosse 1873 e de mulheres 1875.

O Quadro 7 mostra que, em média, no período 1861 a 1886, 43,5% das mulheres e 37,7% dos homens vendidos eram escravos com idade de 14 a 27 anos. Subdividindo-se o período, nota-se que tendem a haver uma tendência de concentração de vendas nessa faixa etária tanto para homens quanto para mulheres. É interessante ainda notar nesse quadro que, no período 1861-1871, 22,1% dos escravos vendidos tinham até 14 anos, caindo esse total para 16,0% no período 1872-1886, em grande parte devido aos efeitos da Lei do Ventre Livre, fato esse que fica mais evidente nos Quadros 3, 4 e 5.

Comparando-se a relação entre as faixas etárias 14-27 e 28 ou mais anos, apresentada em forma de índices no Quadro 8, observa-se uma tendência de queda, mais acentuada em escravos do sexo feminino. Ou seja, observa-se em média um progressivo envelhecimento dos escravos vendidos em Vassouras, com um gradual

QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS VENDIDOS EM VASSOURAS SEGUNDO O SEXO E POR FAIXAS ETÁRIAS - HOMENS

FAIXA ETÁRIA	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1884	1885	1886	SUB-TOTAL 1861-1871	SUB-TOTAL 1872-1886	TOTAL GERAL	
0-4	1	-	1	8	1	-	3	2	2	3	4	2	5	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	9	34	
5-9	1	-	1	7	1	-	9	1	1	9	3	4	-	1	6	-	6	4	-	-	-	-	-	-	-	28	37	65	
10-14	7	4	5	3	4	2	1	6	6	1	4	5	24	5	25	2	11	12	5	2	8	12	-	1	2	42	116	158	
0-13	8	2	7	18	4	1	13	4	5	13	8	10	29	6	24	8	16	14	3	1	7	8	-	-	2	81	128		
15-19	4	1	6	4	1	8	5	3	2	6	2	7	29	2	21	9	2	6	14	2	9	17	-	1	4	42	123	155	
20-24	8	3	8	4	2	2	1	5	4	1	6	3	24	3	19	7	6	14	16	1	6	12	-	-	3	50	114	164	
14-27	13	11	23	14	14	12	10	9	14	10	11	20	69	8	55	22	10	27	35	4	21	39	-	2	12	152	324	476	
25-29	1	7	9	8	11	1	3	2	5	3	3	11	12	4	12	6	3	5	7	2	5	10	-	-	5	60	82	142	
30-34	2	8	7	15	2	3	2	3	3	2	6	2	9	1	6	3	7	5	3	2	1	3	2	2	2	6	54	52	106
35-39	3	5	4	12	5	-	-	6	3	-	5	7	4	1	4	3	3	4	3	2	4	5	-	-	2	50	42	92	
40-44	1	-	1	3	2	-	5	2	2	5	4	12	17	3	6	5	6	2	9	2	3	5	-	-	2	25	72	97	
45-49	-	1	1	2	1	-	-	1	4	-	1	3	34	1	18	1	3	11	5	-	4	4	-	-	-	12	84	96	
50-54	2	-	-	4	3	-	4	-	1	4	1	5	14	2	10	4	8	5	1	1	3	8	-	-	1	15	63	78	
55-59	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	2	3	-	-	3	23	-	-	-	1	35	36	
60-64	2	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	1	1	-	1	1	-	-	5	-	-	-	5	16	21	
65+	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	4	-	-	-	2	6	8	
28+	11	17	13	43	15	3	18	12	14	11	21	32	89	10	53	21	31	32	28	9	18	61	2	2	11	178	399		
N1	9	4	5	2	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	22	3		
TOTAL	41	34	49	77	33	16	50	25	33	35	40	63	187	24	132	51	57	73	66	15	46	109	2	4	25	433	654		

QUADRO 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS VENDIDOS EM VASSOURAS SEGUNDO O SEXO E POR FAIXAS ETÁRIAS - 1861-1866 - MULHERES

FAIXA ETÁRIA	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1884	1885	1886	SUB-TOTAL 1861-1871	SUB-TOTAL 1872-1886	TOTAL GENRAL
0-4	2	-	2	7	1	1	5	3	3	1	4	2	4	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	9	38
5-9	-	-	1	8	2	1	3	1	-	1	7	1	5	4	10	4	6	7	1	-	-	-	-	-	-	24	38	62
10-14	7	3	3	7	1	-	4	2	2	5	-	4	15	3	14	5	5	7	2	6	6	16	-	-	-	34	83	117
0-13	6	2	6	18	4	2	11	6	4	6	11	6	22	8	20	8	8	12	2	6	2	13	-	-	-	76	107	183
15-19	3	3	3	2	3	2	6	2	4	5	-	2	16	5	23	10	13	9	11	-	-	13	-	-	1	33	104	137
20-24	5	6	5	3	4	2	11	2	8	5	7	6	11	5	20	10	9	4	13	3	4	11	-	2	1	58	99	157
14-27	13	12	9	14	10	4	23	5	16	11	11	12	35	10	58	23	29	18	29	5	12	35	1	2	2	128	271	399
25-29	2	2	3	11	3	-	5	2	3	-	5	6	8	-	11	2	6	6	6	5	3	6	11	1	-	36	66	102
30-34	2	1	3	7	2	2	4	3	1	3	2	-	8	1	1	3	4	4	2	1	7	8	-	1	1	30	41	71
35-39	-	1	-	3	2	-	2	2	3	2	-	1	5	1	3	4	1	3	4	1	4	9	-	-	-	15	37	52
40-44	-	-	3	5	1	-	4	-	1	5	-	1	7	-	3	4	6	6	1	3	2	3	-	-	3	19	39	58
45-49	1	-	1	2	1	1	1	-	-	1	-	1	6	2	6	2	2	-	4	-	1	5	-	-	-	8	29	37
50-54	1	1	-	1	-	-	2	-	-	1	1	1	5	1	9	1	1	3	4	-	2	6	-	-	2	7	35	42
55-59	-	-	-	3	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	3	-	-	-	1	-	-	14	-	-	-	4	22	26
60-64	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	1	1	1	1	-	-	-	1	-	-	-	3	8	11
65+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2	-	-	-	2	-	-	-	-	6	6
28+	4	3	9	29	6	3	13	6	6	12	5	7	39	5	28	15	18	21	18	6	21	51	-	1	8	96	238	334
NI	8	-	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	3	1	-	-	-	13	7	20
TOTAL	31	17	28	62	20	9	47	17	26	29	27	25	98	23	106	46	55	51	50	17	38	100	1	3	10	313	623	936

Quadro 5 - Distribuição dos escravos vendidos em Vassouras, segundo o sexo e por faixas etárias quinquenais

FAIXA ETÁRIA	MULHERES		HOMENS		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0-4	38	4,1	34	2,7	72	5,3
5-9	62	6,8	65	5,2	127	5,8
10-14	117	12,8	158	12,5	275	12,6
15-19	137	15,0	165	13,1	302	13,9
20-24	157	17,1	164	13,0	321	14,7
25-29	102	11,1	142	11,3	244	11,2
30-34	71	7,8	106	8,4	177	8,1
35-39	52	5,7	92	7,3	144	6,6
40-44	58	6,3	97	7,7	155	7,1
45-49	37	4,0	96	7,6	133	6,1
50-54	42	4,6	78	6,2	120	5,5
55-69	26	2,8	36	2,9	62	2,8
60-64	11	1,2	21	1,7	32	1,5
mais de 65	6	0,7	8	0,6	14	0,6
TOTAL	916	100,0	1262	100,2	2178	99,8

QUADRO 6

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESCRAVOS NEGOCIADOS,  
POR SEXO, SEGUNDO O ANO E O TOTAL DA AMOSTRA, 1861-1887

ANOS	ESCRAVOS MULHERES			ESCRAVOS HOMENS			TOTAL GERAL		
	Nº	%	%	Nº	%	%	Nº	%	%
1861	31	3,3	43,1	41	3,1	56,9	72	3,2	100,0
62	17	1,8	33,3	34	2,6	66,7	51	2,3	100,0
63	28	3,0	36,4	49	3,8	63,6	77	3,5	100,0
64	62	6,6	44,6	77	6,0	55,4	139	6,3	100,0
65	20	2,1	37,7	33	2,6	62,3	53	2,4	100,0
66	9	1,0	36,0	16	1,2	64,0	25	1,1	100,0
67	47	5,0	48,5	50	3,9	51,5	97	4,4	100,0
68	17	1,8	40,5	25	1,9	59,5	42	1,9	100,0
69	26	2,8	44,1	33	2,6	55,9	59	2,7	100,0
1870	29	3,1	45,3	35	2,7	54,7	64	2,9	100,0
71	27	2,9	40,3	40	3,1	59,7	67	3,0	100,0
72	25	2,7	28,4	63	4,9	71,6	88	4,0	100,0
73	98	10,5	34,4	187	14,5	65,6	285	12,7	100,0
74	23	2,5	48,9	24	1,9	51,1	47	2,1	100,0
75	106	11,3	44,5	132	10,3	55,5	238	10,7	100,0
76	46	4,9	47,4	51	4,0	52,6	97	4,4	100,0
77	55	5,9	49,1	57	4,4	50,9	112	5,0	100,0
78	51	5,4	41,1	73	5,7	58,9	124	5,6	100,0
79	50	5,3	43,1	66	5,1	56,9	116	5,2	100,0
1880	17	1,8	53,1	15	1,2	46,9	32	1,4	100,0
81	38	4,1	45,2	46	3,6	54,8	84	3,8	100,0
82	100	10,7	47,8	109	8,5	52,2	209	9,4	100,0
83	-	-	-	-	-	-	-	-	-
84	1	0,1	33,3	2	0,2	66,7	3	0,1	100,0
85	3	0,3	42,9	4	0,3	57,1	7	0,3	100,0
86	10	1,1	28,6	25	1,9	71,4	35	1,6	100,0
87	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	936	100,0	42,1	1.287	100,0	57,9	2.223	100,0	100,0

Quadro 7 - Distribuição dos Escravos Vendidos em Vassouras, segundo o sexo e faixas etárias 0-13, 14-27 e de 28 ou mais anos, 1861-1871 e 1872-1886

FAIXAS ETÁRIAS	MULHERES		HOMENS		TOTAL	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
<u>1861-1871</u>						
0-13	76	25,3	81	19,7	157	22,1
14-27	128	42,7	152	37,0	280	39,4
28 ou mais	96	32,0	178	43,3	274	38,5
TOTAL	300	100,0	411	100,0	711	100,0
<u>1872-1886</u>						
0-13	107	17,4	128	15,0	235	16,0
14-27	271	44,0	324	38,1	595	40,6
28 ou mais	238	38,6	399	46,9	637	43,4
TOTAL	616	100,0	851	100,0	1467	100,0
<u>1861-1886</u>						
0-13	183	20,0	209	16,6	392	18,0
14-27	399	43,5	476	37,7	875	40,2
28 ou mais	334	36,5	577	45,7	911	41,8
TOTAL	916	100,0	1262	100,0	2178	100,0

Quadro 8 - Escravos vendidos em Vassouras, Índice da relação entre as faixas etárias 14-27 e 28 ou mais anos, segundo o sexo, 1861-1886

ANOS	FEMININO			MASCULINO			TOTAL		
	14-27	28 <sup>+</sup>	ÍNDICE	14-27	28 <sup>+</sup>	ÍNDICE	14-27	28 <sup>+</sup>	ÍNDICE
1861	13	4	3,25	13	11	1,18	26	15	1,73
62	12	3	4,00	11	17	0,65	23	20	1,15
63	9	9	1,00	23	13	1,77	32	22	1,45
64	14	29	0,48	14	43	0,33	28	72	0,39
65	10	6	1,67	14	15	0,93	24	21	1,14
66	4	3	1,33	12	3	4,00	16	6	2,67
67	23	13	1,77	21	18	1,17	44	31	1,42
68	5	6	0,83	9	12	0,75	14	18	0,78
69	16	6	2,67	14	14	1,00	30	20	1,50
1870	11	12	0,92	10	11	0,91	21	23	0,91
71	11	5	2,20	11	21	0,53	22	26	0,85
72	12	7	1,71	20	32	0,63	32	39	0,82
73	35	39	0,90	69	89	0,78	104	128	0,81
74	10	5	2,00	8	10	0,80	18	15	1,20
75	58	28	2,07	55	53	1,04	113	81	1,40
76	23	15	1,53	22	21	1,05	45	36	1,25
77	29	18	1,61	10	31	0,32	39	49	0,80
78	18	21	0,86	27	32	0,84	45	53	0,85
79	29	18	1,61	35	28	1,25	64	46	1,39
1880	5	6	0,83	4	9	0,44	9	15	0,60
81	12	21	0,57	21	18	1,17	33	39	0,85
82	35	51	0,69	39	61	0,64	74	112	0,66
84	1	-	-	-	2	-	-	-	-
85	2	1	2,00	2	2	1,00	4	3	1,33
86	2	8	0,25	12	11	1,09	14	19	0,74

aumento de vendas de escravos de 28 ou mais anos.

Esse progressivo envelhecimento é melhor destacado no Quadro 9, onde observa-se a ocorrência da tendência para ambos os sexos. Deve-se ressaltar que a média de idade dos escravos homens era 28,2 anos, maior que a média de 25,6 anos das escravas mulheres.

##### 5. TAMANHO DOS LOTES E ÉPOCAS DO ANO DE VENDAS DE ESCRAVOS

O Quadro 10 mostra a distribuição das vendas dos escravos, segundo o sexo e o número de escravos incluídos na venda, por quinzenas e meses do ano. Para a construção do quadro foi considerada a média do período 1861 a 1886. Foram considerados quatro tamanhos de lotes: individuais, 2 escravos, 3 a 5 escravos e 6 ou mais escravos.

O Quadro 11, com base nesse quadro, mostra índices (média anual = 100) da distribuição quinzenal de vendas. As maiores concentrações de negociações se davam na última quinzena de julho e primeira quinzena de agosto, na época da colheita de café. Outras quinzenas de maior negociação são a última de dezembro e primeira de janeiro, a primeira quinzena de abril e o mês de maio.

O Quadro 12 apresenta a evolução anual ao longo do período da distribuição das vendas de escravos por lotes. Com base nessas informações, o Quadro 13 mostra a relação entre o número de vendas em lotes e o número total de escravos vendidos. Observa-se que o número médio de escravos por vendas no período é de 2,28 escravos. Essa média foi maior nos anos de 1861, 1864, 1871-1872 e 1881.



Quadro 9

IDADE MÉDIA DOS ESCRAVOS VENDIDOS EM VASSOURAS, POR SEXO, 1861-1857

ANOS	IDADE MÉDIA DOS ESCRAVOS					
	MULHERES		HOMENS		TOTAL	
	ESCRAVOS	IDADE MÉDIA	ESCRAVOS	IDADE MÉDIA	ESCRAVOS	IDADE MÉDIA
1861	23	19,9	32	24,9	55	22,8
62	18	22,7	30	27,3	48	25,6
63	25	23,1	43	23,5	68	23,4
64	61	25,1	76	28,4	137	26,9
65	20	23,0	33	28,2	53	26,3
66	9	21,8	17	20,1	26	20,7
67	44	23,8	51	23,1	95	23,5
68	18	20,2	25	26,2	43	23,7
69	26	22,7	33	26,1	59	24,6
1870	29	25,2	34	22,1	63	23,5
71	27	19,3	40	25,7	67	23,1
72	25	22,1	63	28,2	88	26,5
73	97	26,7	187	29,9	284	28,5
74	23	20,3	24	26,5	47	23,5
75	107	24,4	134	26,6	241	25,6
76	46	24,9	52	27,4	98	26,2
77	56	24,9	58	29,6	114	27,3
78	51	25,8	73	29,2	124	27,8
79	49	28,9	66	28,7	115	28,7
1880	17	24,2	14	28,9	31	26,5
81	35	30,4	46	29,1	81	29,6
82	99	32,2	110	36,6	209	34,5
83	-	-	-	-	-	-
84	1	26,0	2	33,0	3	30,1
85	3	26,3	4	22,5	7	24,1
86	10	35,5	25	26,8	35	29,3
87	-	-	-	-	-	-
TOTAL	919	25,6	1.272	28,2	2.191	27,1

Obs.: Leva-se em consideração apenas os escravos da amostra cuja idade apareça explicitamente registrada.



Quadro 16 - DISTRIBUICAO DAS VENDAS DOS ESCRAVOS, SEGUNDO O SEXO E O Nº DE ESCRAVOS INCLUIDOS NA ZIRADA POR QUINZENAS E MESES DO ANO, 1967

MÊS E QUINZENA	Nº DE ESCRAVOS (LOTES INDIVIDUAIS)			Nº DE ESCRAVOS (LOTES DE 2 ESCRAVOS)			Nº DE ESCRAVOS (LOTES DE 3 a 5 ESCRAVOS)			Nº DE ESCRAVOS (LOTES DE 6 OU MAIS ESCRAVOS)			Nº TOTAL DE VENDAS (LOTES)		Nº TOTAL DE ESCRAVOS			
	MAS	FEM	ESC.	MAS	FEM	ESC.	MAS	FEM	ESC.	MAS	FEM	ESC.	MAS	FEM	MASC	FEM	TOTAL	
	17	12	29	8	2	5	10	15	14	7	29	44	19	4	45	84	47	131
JAN 1-15	17	12	29	8	2	5	10	15	14	7	29	44	19	4	45	84	47	131
JAN 16-31	14	14	28	4	4	4	8	9	3	3	12	-	-	35	27	21	48	
	31	26	57	12	6	9	18	24	17	10	41	44	19	4	80	111	68	179
FEB 1-15	19	10	29	7	3	5	10	6	7	4	13	18	17	3	41	50	37	87
FEB 16-28	11	11	22	2	6	4	8	5	3	2	8	38	32	2	31	56	52	108
	30	21	51	9	9	9	18	11	10	6	21	56	49	6	72	106	89	195
MAR 1-15	15	10	25	8	8	8	16	7	7	3	14	27	13	5	41	57	38	95
MAR 16-31	16	14	30	6	4	5	10	10	11	6	21	9	14	3	44	41	43	84
	31	24	55	14	12	13	26	17	18	9	35	36	27	8	85	98	81	179
ABR 1-15	10	19	29	7	5	6	12	10	9	5	19	55	33	5	45	82	66	148
ABR 16-30	22	18	40	2	4	3	6	8	10	5	18	28	10	4	52	60	42	102
	32	37	69	9	9	9	18	18	19	10	37	83	43	9	97	142	108	250
MAI 1-15	20	6	26	4	2	3	6	8	8	5	16	44	32	2	36	76	48	124
MAI 16-31	18	11	29	6	6	6	12	9	9	5	18	37	34	5	45	70	60	130
	38	17	55	10	8	9	18	17	17	10	34	81	66	7	81	146	108	254
JUN 1-15	17	9	26	7	5	6	12	12	2	4	14	10	3	2	38	46	19	65
JUN 16-30	19	10	29	6	2	4	8	5	7	3	12	-	-	-	36	30	19	49
	36	19	55	13	7	10	20	17	9	7	26	10	3	2	74	76	38	114
JUL 1-15	13	22	35	12	6	9	18	7	9	5	16	10	5	2	51	42	42	84
JUL 16-31	19	19	38	8	6	7	14	21	16	10	37	40	22	8	63	88	63	151
	32	41	73	20	12	16	32	28	25	15	53	50	27	10	114	130	105	235
AGO 1-15	12	6	18	12	8	10	20	9	5	4	14	51	44	4	36	84	63	147
AGO 16-31	18	8	26	6	6	6	12	17	13	8	30	8	19	3	43	49	46	95
	30	14	44	18	14	16	32	26	18	12	44	59	63	7	79	133	109	242
SET 1-15	14	10	24	6	2	4	8	8	3	3	11	13	10	2	33	41	25	66
SET 16-30	17	6	23	2	4	3	6	17	11	7	28	-	-	-	33	36	21	57
	31	16	47	8	6	7	14	25	14	10	39	13	10	2	66	77	46	123
OUT 1-15	17	22	39	6	8	7	14	5	6	3	11	3	4	1	50	31	40	71
OUT 16-31	13	10	23	6	6	6	12	2	1	1	3	9	8	2	32	30	25	55
	30	32	62	12	14	13	26	7	7	4	14	12	12	3	82	61	65	126
NOV 1-15	11	17	28	5	5	5	10	5	5	3	10	41	17	4	40	62	44	106
NOV 16-30	12	7	19	8	6	7	14	8	10	4	18	-	-	-	30	28	23	51
	23	24	47	13	11	12	24	13	15	7	28	41	17	4	70	90	67	157
DEZ 1-15	18	13	31	4	8	6	12	7	5	3	12	16	5	2	42	45	31	76
DEZ 16-31	14	14	28	11	7	9	18	7	5	4	12	40	15	3	44	72	41	113
	32	27	59	15	15	15	30	14	10	7	24	56	20	5	86	117	72	189
TOTAL	376	298	674	153	138	276	217	179	107	396	897	541	356	67	986	1287	956	2243
MEDIA QUINZENA	15,7	12,4	28,1	6,4	5,1	11,5	9,0	7,5	4,5	16,5	37,4	22,5	14,8	2,8	41,1	53,6	39,8	93,4



QUADRO 11

DISTRIBUIÇÃO QUINZENAL DE VENDAS, ÍNDICES (MÉDIA ANUAL = 100)

MESES E QUINZENAS		VENDAS ESCRAVOS HOMENS	VENDAS ESCRAVOS MULHERES	VENDAS TOTAL ESCRAVOS	VENDAS LOTES
JAN	1-15	156	117	140	110
	16-31	50	53	51	85
FEV	1-15	93	93	93	100
	16-28	104	131	116	75
MAR	1-15	106	95	102	100
	16-31	76	108	90	107
ABR	1-15	153	166	158	110
	16-30	112	105	109	127
MAI	1-15	142	121	133	88
	16-31	131	151	139	110
JUN	1-15	86	48	70	92
	16-30	56	48	52	88
JUL	1-15	78	105	90	124
	16-31	164	158	162	153
AGO	1-15	157	158	157	88
	16-31	91	115	102	105
SET	1-15	76	63	71	80
	16-30	67	53	61	80
OUT	1-15	58	100	76	122
	16-31	56	63	59	78
NOV	1-15	116	110	113	97
	16-30	52	58	55	73
DEZ	1-15	84	78	81	102
	16-31	134	103	121	107

QUADRO 1.2

DISTRIBUIÇÃO DAS VENDAS DE ESCRAVOS SEGUNDO O TOTAL DE VENDAS DE ESCRAVOS POR LOTES, CONSIDERANDO LOTES DE 1, 2, 3 A 5 E 6 OU MAIS ESCRAVOS, 1861-1887

ANOS/LOTES	1 ESCRAVO		2 ESCRAVOS		3 A 5 ESCRAVOS		6 OU MAIS ESCRAVOS		TOTAL DE VENDAS	TOTAL DE ESCRAVOS
	VENDAS	ESCRAVOS	VENDAS	ESCRAVOS	VENDAS	ESCRAVOS	VENDAS	ESCRAVOS		
1861	13	13	2	4	4	17	4	38	23	72
62	25	25	7	14	1	3	1	10	34	52
63	18	18	7	14	6	23	2	20	33	75
64	16	16	3	6	6	25	3	94	28	141
65	22	22	5	10	6	21	-	-	33	53
66	11	11	4	8	2	7	-	-	17	26
67	26	26	6	12	1	3	6	66	39	107
68	19	19	4	8	3	10	1	6	27	43
69	22	22	4	8	6	20	1	9	33	59
1870	20	20	15	30	3	9	1	6	39	65
71	10	10	5	10	5	22	2	26	22	68
72	14	14	1	2	3	9	5	63	23	88
73	77	77	11	22	14	53	12	134	114	286
74	16	16	3	6	4	16	1	10	24	48
75	62	62	9	18	7	25	7	135	85	240
76	56	56	7	14	7	24	1	7	71	101
77	46	46	8	16	4	13	3	40	61	115
78	45	45	10	20	10	38	3	21	68	124
79	36	36	7	14	3	14	4	52	50	116
1880	18	18	2	4	2	10	-	-	22	32
81	16	16	2	4	4	15	3	49	25	84
82	73	73	11	22	5	17	6	100	95	212
83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
84	1	1	1	2	-	-	-	-	2	3
85	4	4	-	-	1	3	-	-	5	7
86	8	8	3	6	1	4	2	17	14	35
87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	674	674	137	274	108	401	68	903	987	2.252

QUADRO 13

RELAÇÃO ENTRE O Nº DE VENDAS E O Nº DE ESCRAVOS TRANSACIONADOS, 1861-1887

ANOS	Nº DE VENDAS	Nº DE ESCRAVOS	Nº MÉDIO DE ESCRAVOS POR VENDAS
1861	23	72	3,13
62	34	52	1,53
63	33	75	2,27
64	28	141	5,04
65	33	53	1,61
66	17	26	1,53
67	39	107	2,74
68	27	43	1,59
69	33	59	1,79
1870	39	65	1,67
71	22	68	3,09
72	23	88	3,83
73	114	286	2,51
74	24	48	2,00
75	85	240	2,82
76	71	101	1,42
77	61	115	1,88
78	68	124	1,82
79	50	116	2,32
1880	22	32	1,45
81	25	84	3,36
82	95	212	2,23
83	-	-	-
84	2	3	1,50
85	5	7	1,40
86	14	35	2,50
87	-	-	-
TOTAL GERAL	987	2.252	2,28

## 6. DOMICÍLIOS DE ORIGEM DOS VENDEDORES E COMPRADORES DE ESCRAVOS

A maior parte das escrituras trazia o nome e o domicílio de origem dos vendedores e compradores de escravos. Em algumas, no entanto, essa informação não era apresentada; já em outras, aparecia apenas o nome do procurador, representando o outorgante vendedor ou o outorgado comprador. Os Quadros 14 e 15 mostram, respectivamente, o domicílio de origem dos vendedores e compradores. Essas informações devem ser vistas com cautela. Com relação à cidade de Vassouras, registramos os casos em que a informação aparece explicitamente. Fica a dúvida, porém, se em casos em que aparece apenas a informação Vassouras, a referência é para o município, excluindo a cidade, ou para o município em geral, existindo aí a possibilidade de estar se referindo à sede. Como Vassouras, além dos casos em que é feita uma menção explícita ao município, incluímos também as diversas freguesias que o compunham. Nos anos de 1860, em geral, havia a menção às freguesias e suas subdivisões, tais como Paty dos Alferes, Mendes, Rodeio, Ribeirão, Ferreiros, etc. Na década dos 1870, e principalmente na década de 1880, a designação em geral já explicita o nome Vassouras. Destacou-se a cidade do Rio de Janeiro (Corte), pela sua importância como o polo dominante da região cafeeira a que pertencia a Vassouras. Por outros municípios do Rio de Janeiro, o que aparece com maior frequência é o de Valença, seguido de longe por outros, tais como Itaguahy, Nova Iguaçu, São João do Príncipe, Piraí, etc.

Minas Gerais é de longe a mais importante das províncias nesse contexto de negociações dos escravos vendidos em Vassouras. Os municípios de Mar de Espanha, São João del Rey, Leopoldina, Rio Preto e Juiz de Fora são mencionados algumas vezes explicitamente. De um modo geral, salvo alguns escravos vendidos por proprietários domiciliados no Nordeste, a maior parte das negociações provinha da própria região e suas cercanias, com exceção do caso do Rio de Janeiro, que aparece como exportador líquido de escravos. Nesse último, parte desse processo pode ser

QUADRO 14

DOMICÍLIO DE ORIGEM DOS VENDEDORES DE ESCRAVOS, 1861-1869; 1870-1879; 1880-1886

DOMICÍLIO DE ORIGEM DOS VENDEDORES	1861-1869		1870-1879		1880-1886		TOTAL (1861-1886)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
CIDADE DE VASSOURAS	51	19,2	70	12,4	12	7,3	133	13,4
MUNICÍPIO DE VASSOURAS	101	38,1	298	52,7	102	61,8	501	50,4
RIO DE JANEIRO (CORTE)	21	7,9	56	9,9	6	3,6	83	8,3
OUTROS MUNICÍPIOS DA PROVÍNCIA RJ	76	28,8	83	14,7	19	11,5	178	17,9
OUTRAS PROVÍNCIAS DO IMPÉRIO	7	2,6	36	6,4	5	3,0	48	4,8
NÃO IDENTIFICADO	<u>9</u>	<u>3,4</u>	<u>22</u>	<u>3,9</u>	<u>21</u>	<u>12,8</u>	<u>52</u>	<u>5,2</u>
TOTAL	265	100,0	565	100,0	165	100,0	995	100,0

QUADRO 15

DOMICÍLIO DE ORIGEM DOS COMPRADORES DE ESCRAVOS, 1865-1869; 1871-1879; 1880-1886

DOMICÍLIO DE ORIGEM DOS COMPRADORES	1865-1869		1870-1879		1880-1886		TOTAL (1865-1886)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
CIDADE DE VASSOURAS	10	6,4	49	8,7	13	7,9	72	8,1
MUNICÍPIO DE VASSOURAS	90	57,7	358	63,4	101	61,2	549	62,0
RIO DE JANEIRO (CORTE)	1	0,6	7	1,2	1	0,6	9	1,0
OUTROS MUNICÍPIOS DA PROVÍNCIA RJ	47	30,1	102	18,0	23	13,9	172	19,4
OUTRAS PROVÍNCIAS DO IMPÉRIO	2	1,3	30	5,3	4	2,5	36	4,1
NÃO IDENTIFICADO	<u>6</u>	<u>3,9</u>	<u>19</u>	<u>3,4</u>	<u>23</u>	<u>13,9</u>	<u>48</u>	<u>5,4</u>
TOTAL	156	100,0	565	100,0	165	100,0	886	100,0

explicado pelo papel dos Comissários de Café no fornecimento de escravos aos fazendeiros de café dos quais eram correspondentes. Em linhas gerais, portanto, percebe-se um padrão de polarização nessas vendas de escravos, com uma subordinação de Vassouras ao Rio de Janeiro. Ademais, percebe-se também, no período, um deslocamento líquido de escravos do Rio de Janeiro, Vassouras e desta para Valença e a Zona da Mata de Minas Gerais.

O Quadro 16 ilustra essa situação, apresentando o índice da relação do domicílio de origem de vendedores/compradores de escravos vendidos em Vassouras no período 1865-1886. O índice é construído com base nos Quadros 14 e 15, e a média 100 pode ser interpretada como mostrando um equilíbrio entre local de venda e de compra; acima de 100 sugere exportação líquida, e um índice abaixo de 100 sugere importação líquida. Dessa maneira, nota-se uma crescente diminuição, ao longo do período, do papel exportador das cidades de Vassouras e Rio de Janeiro, com uma crescente tendência à compra e venda de escravos no próprio município de Vassouras, excluindo a sede, e uma exportação líquida de Vassouras para outros municípios da província, principalmente Valença. Os dados sobre as outras províncias, como misturam em seu total províncias com maior frequência de compradores (Minas Gerais) e maior frequência de vendedores (províncias do Nordeste), não se prestam para essa comparação.

Finalmente, o Quadro 17, com base no ano de 1875 - ano com relativamente grande número de vendas - exemplifica essas considerações.

## 7. OUTRAS CARACTERÍSTICAS

Uma questão que aparece com frequência na literatura sobre a escravidão, principalmente em seus aspectos sociais, diz respeito ao problema de separação de famílias por via de vendas. Pode



QUADRO 16

ÍNDICE DA RELAÇÃO DO DOMICÍLIO DE ORIGEM DE VENDEDORES/COMPRADORES DOS ESCRAVOS  
NEGOCIADOS EM VASSOURAS, 1865-1869; 1870-1879 e 1880-1886 (TOTAL = 100)

DOMICÍLIO DE ORIGEM DE VENDEDORES E COMPRADORES	1865-1869*	1870-1879	1880-1886	TOTAL (1865-1886)
CIDADE DE VASSOURAS	223	143	92	143
MUNICÍPIO DE VASSOURAS	71	83	101	84
RIO DE JANEIRO (CORTE)	1.700	825	600	856
OUTROS MUNICÍPIOS DA PROVÍNCIA RJ	102	82	83	85
OUTRAS PROVÍNCIAS DO IMPERIO	208	121	120	125
NÃO IDENTIFICADO	36	115	92	94
TOTAL	100	100	100	100

\* Para o período 1865-1869 foram os seguintes os domicílios de origem dos vendedores de escravos: Cidade de Vassouras: 21 (14,3%); Município de Vassouras : 60 (40,8%); Rio de Janeiro: 15 (10,2%); Outros Municípios da Província do Rio de Janeiro: 45 (30,6%); Outras Províncias do Império: 4 (2,7%) e Não Identificados: 2 (1,4%).

QUADRO 17

ORIGEM DOS DOMICÍLIOS DE COMPRADORES E VENDEDORES DOS  
ESCRAVOS NEGOCIADOS EM VASSOURAS, 1875

DOMICÍLIO DE ORIGEM	NEGOCIAÇÕES			
	VENDEDOR		COMPRADOR	
	nº	%	nº	%
CIDADE DE VASSOURAS	20	21,3	7	7,4
MUNICÍPIO DE VASSOURAS	37	39,4	68	72,3
RIO DE JANEIRO (CORTE)	5	5,3	-	-
PARAÍBA DO SUL	2	2,1	1	1,1
ITAGUAHY	7	7,4	1	1,1
CANTAGALLO	3	3,2	-	-
MAGÉ	2	2,1	-	-
SÃO JOÃO DO PRÍNCIPE	1	1,1	-	-
CAMPOS	1	1,1	-	-
VALENÇA	-	-	11	11,7
NOVA IGUASSU	1	1,1	1	1,1
ALAGOAS	2	2,1	-	-
PERNAMBUCO	3	3,2	-	-
MINAS GERAIS *	4	4,2	3	3,2
BAHIA	2	2,1	-	-
MARANHÃO	1	1,1	-	-
SANTA CATARINA	1	1,1	-	-
NÃO IDENTIFICADO	2	2,1	2	2,1
TOTAL	94	100,0	94	100,0

\* Município de Leopoldina, São João del Rey, Rio Preto, Mar de Espanha.

mos identificar, com base nas escrituras de venda, os lotes de escravos em que aparece explicitamente registrada a venda de mãe com filhos. Em alguns casos raros, aparece também o pai. O Quadro 18 mostra a evolução, no período 1861-1886, do número de vendas de escravas com filhos, comparando essas vendas com as vendas de lotes de 2 ou mais escravos. É interessante constatar que 31,7% dos lotes de 2 ou mais escravos negociados no período são referentes à vendas de mães com filhos (as). Evidentemente, não se pode fazer muitas ilações, pois desconhece-se quantas das vendas individuais de mulheres - em que escravas de 14 a 24 anos constituíam 46% das vendas - representavam uma quebra de famílias. É de se notar também a virtual ausência de menções explícitas a pais nos lotes vendidos.

Finalmente, tomando como base o ano de 1875, o Quadro 19 apresenta a distribuição dos escravos e escravas segundo a ocupação. Para 47,7% das escravas e 39,7% dos escravos, essa informação não é dada, em muitos casos por se tratar de crianças. A maior parte dos escravos de ambos os sexos com ocupação era classificada como "de roça". Cabe notar, com relação às escravas, as ocupações de serviços domésticos, lavagem de roupas, cozinha, costura, engomação de roupas e trato de crianças. Com relação aos escravos, aparecem mencionadas as seguintes ocupações, além da roça: serviços domésticos, cozinheiro, copeiro, todo o serviço, carpinteiro, pagem e pedreiro. No total do período, pode-se constatar que escravos carpinteiros e pedreiros obtinham altos preços, mesmo aqueles de mais idade.

## 8. CONCLUSÕES

Procurou-se explorar, ao longo desse capítulo, algumas características dos escravos negociados, tal como registradas em escrituras de vendas. Utilizou-se informações referentes à Vassouras. A importância dessa fonte decorre de retratar negociações efetivamente realizadas, em contraste com as informações de ou-

QUADRO 18

NÚMERO DE VENDAS DE ESCRAVAS COM FILHOS, 1861-1886

ANOS	MÃE COM 1 FILHO (1)	MÃE COM 2 OU MAIS FILHOS (2)	TOTAL DE VENDAS DE MÃES COM FILHOS (1) + (2) = (3)	Nº DE VENDAS DE LOTES DE 2 OU MAIS ESCRAVOS(4)	% (3) ÷ (4) X 100
1861	1	-	1	10	10,0
62	-	-	-	9	-
63	2	1*	3	15	20,0
64	6	1	7	12	58,3
65	-	1	1	13	7,7
66	1	-	1	6	16,7
67	-	1	1	13	7,7
68	2	1	3	8	37,5
69	2	2	4	11	36,4
1870	7	2	9	19	47,4
71	2	6	8	12	66,7
72	-	1	1	9	11,1
73	8	8	16	37	43,2
74	2	1	3	8	37,5
75	4	4	8	23	34,8
76	4	3	7	15	46,7
77	3	2	5	15	33,3
78	9	4	13	23	56,5
79	2	-	2	14	14,3
1880	1	-	1	4	25,0
81	1	-	1	9	11,1
82	4	1	5	22	22,7
83	-	-	-	-	-
84	-	-	-	1	-
85	-	-	-	1	-
86	-	-	-	6	-
<b>TOTAL</b>	<b>61</b>	<b>39</b>	<b>100</b>	<b>315</b>	<b>31,7</b>

\* Família com pai, mãe e filhos.

QUADRO 19

PROFISSÃO DOS ESCRAVOS NEGOCIADOS EM VASSOURAS. 1875

PROFISSÃO	ESCRAVAS		ESCRAVOS	
	nº	%	nº	%
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	13	12,1	4	3,0
ROÇA	36	33,7	71	53,0
LAVADEIRA	2	1,9	-	-
MUCAMA	2	1,9	-	-
ENGOMADEIRA	1	0,9	-	-
COZINHEIRA (O)	1	0,9	1	0,7
COSTUREIRA	1	0,9	-	-
COPEIRO	-	-	1	0,7
CARPINTEIRO	-	-	2	1,5
PAGEM	-	-	1	0,7
PEDREIRO	-	-	1	0,7
NÃO IDENTIFICADO	<u>51</u>	<u>47,7</u>	<u>53</u>	<u>39,7</u>
TOTAL	107	100,0	134	100,0

tras fonte como inventários e anúncios de jornais. Outros municípios do Brasil ainda conservam, em seus cartórios, escrituras de vendas de escravos, que devidamente exploradas poderão se constituir numa valiosa fonte para historiadores da economia e da sociedade escravista. Ademais, dado o pagamento do imposto de meia sisa nessas transações, uma fonte paralela, também praticamente inexplorada, é constituída pelos livros de lançamento desse imposto sobre vendas de escravos, que ainda existem para alguns municípios.

#### ANEXO 1

Alvará de 03 de junho de 1809, instituindo a Sisa.

dimentos Reaes que se achão estabelecidos, para supprir as necessarias despezas do Estado que se tem augmentado pela mudança das circumstancias, exigindo as actuaes multo maiores do que as que até agora se fazião: e sendo por isso preciso que se imponhão novas taxas para sustentação da causa publica, e devendo concorrer todos os meus fieis vassallos com a regular proporção das suas possibilidades; achando-se a vacca do vacca em toda este Estado e dominios em preço muito commode para poder supportar alguma contribuição, sem encrestar demasiadamente; e considerando além disto a facilidade desta arrecadação: hei por bem ordenar, que daqui em diante de toda a carne verde de vacca que se cortar, nos açougues e lathos publicos, se pague 5 réis por arroto para a minha Real Fazenda; em todo este Estado do Brazil e dominios Ultramarinos, arrematando-se este imposto na maneira por que se fazem as demais arrematações, ou administrando-se, como se pratica com outras rendas Reaes, segundo o melhor convier, e vendendo-se por isto ao povo com 3 réis mais do preço por que se vendia cada arroto.

Pelo que mando, etc. Dado no Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Junho de 1809. — PAISCIRZ da guarda. — Conde do Aguiar. — Com os Reaes e Conselheiros.

ALVARÁ DO S. DE JUNHO.

Coñ. Braz. — Delgado.

Eu o Principe Regente faço saber aos que o presente Alvará com força de lei virem: que, sendo necessario e torposo estabelecer novos impostos, por umas urgentes circumstancias em que se achão o Estado, poder supprir-se ás despezas publicas que se tem augmentado; não podendo bastar os rendimentos que havião, e que erão apropriados a outros tempos e a mais moderadas precisões: e convindo lançar mão dos que são já conhecidos desde o principio da monarchia, e que me recebem preferencia por menos gravosos, e por terem methodo de arrecadação mais suave e approvedo pela pratica e experiencia: e tendo estas conhecidas vantagens a sisa das compras e vendas, maiormente por se pagar em occasião menos penosa, e quando se transfere o dominio: desejando gravar o menos que fôr possível o livre giro das transações dos meus fieis vassallos, no tráfico ordinario da vida civil, para que no uso do direito de propriedade tenham a maior liberdade que fôr compativel com o interesse da causa publica: tendo ouvido o parecer de pessoas doutras e zelosas do meu Real serviço, sou servido determinar o seguinte:

1.º De todas as compras, vendas e arrematações de bens de raiz que se fizerem em todo este Estado e dominios Ultramarinos, se pagará sisa para a minha Real Fazenda, que será de dez por cento do preço da compra, sem que desta contribuição se entenda ser isenta pessoa ou corporação alguma, por mais caracterizada ou privilegiada que seja a que intervier em semelhantes contrac-

ções; em conformidade do que se achã estabelecido nos Alvarás de 24 de Outubro de 1793, e de 8 de Julho de 1800.

2.º Pagar-se-ha tambem em todo este Estado do Brazil para a minha Real Fazenda meia sisa, ou cinco por cento do preço das compras e vendas dos escravos ladinos, que se entenderão todos aquelles que não são havidos por compra feita aos negociantes de negros novos, e que entrão pela primeira vez no paiz, transportados da Costa d' Africa.

3.º Para a arrecadação da sisa dos bens de raiz proporão as Camaras tres pessoas das mais abonadas que houver, para se escolher hum para Recebedor ou Thesoureiro nesta Corte e districto da Capitania do Rio de Janeiro pelo Conselho da minha Real Fazenda, e nas demais Capitania pelas Juntas da Administração e Arrecadação della; por maneira que haja hum em cada Cidade e Villa em que houver Camaras; e os Officiaes dellas ficarão, e os seus herdeiros, responsaveis pelas faltas das pessoas que propuzerem e que forem approvadas.

4.º Os Recebedores nomeados receberão as sisas que lhes forem as partes pagar, carregando-lhas em receita os Escrivães das Camaras, que hei por bem que sirvão de Escrivães das sisas, sendo Juizes dellas os mesmos Juizes de Fóra, onde os houver, e os Ordinarios em cada huma das Villas respectivas. Para esta carga haverá hum livro rubricado pelos Ouvidores das Comarcas, nas Villas em que forem Juizes das sisas os Ordinarios, e nas demais pelos mesmos Juizes de Fóra; e perceberão, o Escrivão hum por cento pelo feitiço e escripturação das certidões, e o Thesoureiro tambem hum por cento pela guarda do dinheiro; sem mais ordenado ou emolumento, alguma.

5.º No fim de cada tres mezes, e nos primeiros oito dias seguintes, se remetterá ao meu Real Erario o que se tiver arrecadado nesta Corte e Provincia, com o competente conhecimento extrahido do respectivo livro assignado pelo Juiz, Recebedor e Escrivão, dando-se a necessaria quitação para resalva do referido Recebedor com as clarezas precisas. Nas Capitania deste Estado e dos dominios Ultramarinos se fará a mesma ás Juntas da Administração e Arrecadação da minha Real Fazenda, por onde se expedirá tambem a respectiva quitação.

6.º A sisa da sisa, que se deve pagar na venda dos escravos ladinos, se arrematará a quem mais der, fazendo-se as arrematações na forma dos mais Contractos nesta Corte e Provincia no Conselho da minha Real Fazenda, e nas referidas Capitania nas Juntas da Administração e Arrecadação della.

7.º Em quanto porém se não arrematão, ou por não ser o tempo proprio e opportuno, ou por parecer conveniente administrar por algum tempo para se regular melhor o preço das arrematações, arrecadar-se-ha pelo mesmo recebedor das sisas dos bens de raiz da mesma forma acima prescripta, havendo porém diverso livro em que se lancem as verbas pelo mesmo Escrivão, especificando-se o dia, mez e anno, os nomes dos vendedores e compradores, o nome e a nação do

escravo, e o preço da venda, para delle se extrahir o conhecimento que deve acompanhar as rentessas e as competentes certidões que se devem dar às partes; quando as vendas se fizerem por escriptura publica. Quando porém forem feitas por escriptos particulares, nellas declarará o Escriptor das sisas, que foi paga a daquella venda, e que fica em carga ao recebedor, assignandó ambos esta declaração e conservando-se em mão do comprador o titulo da compra; e o apresentará quando lhe for exigido, incurrindo nas penas deste Alvará quando o não mostrar com a competente verba.

8.º Todas as compras e vendas de bens de raiz, de que se não houver pago a respectiva sisa, serão nullas e de nenhum effeito o vigor, e as proprias partes contractantes, ou os seus herdeiros poderão desfazer-las em qualquer tempo, e os Escriptores ou Tabellães que fizerem as escripturas sem certidão do pagamento da sisa com as clausulas determinadas no Capitulo 20 do Regimento dos eccabecamentos das sisas, e do § 14 da Ord. Riv. 1. tit. 78 incorrerão na pena do perdimento do officio, na forma da mesma Lei e Regimento.

9.º Na mesma pena de nullidade incorrerão as vendas dos escravos ladinos que se fizerem sem o pagamento da meia sisa, e serão além disto multados os vendedores e compradores em igual parte na perda do valor do escravo, sendo metade para o denunciante, se o houver, e a outra, ou toda, não o havendo, para a minha Real Fazenda. Além de admittirem os Juizes das sisas e os Ouvidores das Comarcas denuncias das vendas que assim se fizerem sem o pagamento da sisa, ou com diminuição do verdadeiro preço, perguntarão nas devassas geraes e nas de correição de cada hum anno por este artigo. E isto se entenderá nas vendas que forem feitas da data deste Alvará em diante, admitindo-se as provas legais dos que se quizerem escusar com esta defeza, e decidindo os Juizes das sisas com assistencia do Procurador da Fazenda respectivo, e podendo as partes interpor o competente recurso nesta Côrte e Provincia do Rio de Janeiro para o Conselho da minha Real Fazenda, e nos mais lugares para a Relação do districto. E nesta mesma pena incorrerão os que fizerem vendas de bens de raiz, ou os arrematarem sem o pagamento da sisa, ou com diminuição do preço, guardando-se e praticando-se em tudo as mesmas disposições acima decretadas:

10.º Os Ouvidores nas devassas de correição examinarão os livros das receitas das sisas nas Villas em que só ha Juizes ordinarios e proverão não que for necessario corrigir ou emendar, pronunciando o Juiz e o Escriptor sendo culpados; e nas devassas das residencias, que tirarem os syndicantes dos Juizes de Fora e Ouvidores, perguntarão pelo modo com que se houverão na fiscalisação deste ratin das minhas rendas Reaes, dando-se-lhes em culpa as previcações ou omisões que houverem commettido.

Este se cumprirá como nelle se contém: pelo que mando, etc. Dado no Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Junho de 1809. — PATRIARCA COM GUARDA: — Conde de Aguiar. — Com os registos competentes.

## OFFICIO DE 4 DE JUNHO.

Manuscripto authentico.

Levei ao conhecimento da Serenissimo Senhor Infante Almirante General, na forma que V. S. me recommendou, os dous escriptos appensos á sua carta, referindo-se o primeiro ás ordens para a policia e regulamento da Bibliotheca da Companhia dos Guardas-Marinhas; e o segundo a annunciar ao publico estas mesmas ordens. Sua Alteza achou muito conveniente o dito estabelecimento, e approva mienos os artigos 2.º e 3.º: quanto ao segundo em qual limita a facultade de ingresso na Bibliotheca aos Grandes do Reino, e dos officiaes da Marinha que se apresentarem vestidos na forma das ordens de Sua Alteza: o mesmo Senhor considerando não haver nesta Côrte Bibliotheca publica, e conhecendo a grande utilidade que se segue ao Estado de se patentear a da Companhia dos Guardas-Marinhas, ordena que se conceda franca entrada na mencionada Bibliotheca a todas as classes de pessoas que, além das mencionadas, se conhecer podem tirar fructo do seu trabalho; devendo residir effectivamente hum Bibliothecario, ou Porteiro que de tal serve; ou seu Ajudante, para que tenha cuidado na boa ordem da dita e de que as pessoas que a frequentarem tratem os livros como devem. Quanto ao quarto, ordena o mesmo Senhor que a todas as pessoas que se quizerem aproveitar dos conhecimentos da Bibliotheca possam escrever copia dos artigos, paragraphos, ou outros quizesquer titulos que lhes convier não sendo permitido a ninguem levar livros ou obra alguma para fora da mencionada Bibliotheca. Outrosim determina o mesmo Senhor que V. S. lhe mande participar logo se as Casas das Aulas da Academia são occupadas de tarde para alguns exercicios, ou se a essa hora se achão desembaraçadas. Deos guarde a V. S. Quartel General, em 4 de Junho de 1809. — José Esteves de Seixas Gusmão Vasconcellos. — Sr. José Maria Dantas Pereira.

## ORDEM DE 5 DE JUNHO.

Manuscripto authentico.

O Serenissimo Senhor Infante Almirante General, da resposta de V. S. relativa ao officio que lhe dirigi em data d'hontem, resolveu que na Bibliotheca da Companhia dos Guardas-Marinhas ninguem mais entre do que os officiaes do Real Corpo da Marinha, e que só será permitido levar volumes e escriptos para suas casas aos professores da Academia da Marinha que V. S. propoz ao mesmo Senhor. Deos guarde a V. S. Quartel General da Marinha, em 5 de Junho de 1809. — José Esteves de Seixas Gusmão Vasconcellos. — Sr. José Maria Dantas Pereira. — A fl. 5 c. do Liv. 1.º da Contadoria da Marinha.

## PROVISÃO DE 6 DE JUNHO.

Manuscripto authentico.

O Conde de Aguiar, do Conselho de Estado, etc. Faço saber á Junta da Real Fazenda da Ca-





## CAPÍTULO 5

### ESTIMATIVA DA LONGEVIDADE DE ESCRAVOS NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Pedro Carvalho de Mello\*

#### I. INTRODUÇÃO

O conhecimento das condições de mortalidade - e consequentemente da longevidade - dos escravos constituiu-se num dos mais importantes temas da história econômica da escravidão. Essas condições, na experiência brasileira, determinavam não só o volume e intensidade do tráfico africano destinado em diferentes épocas às suas diversas regiões, como também condicionavam os padrões sociais, étnicos e culturais característicos da sociedade escrava do país.

O mesmo tema constituía-se também no fulcro de um intenso debate travado no cenário político do Brasil na segunda metade do século XIX. A Lei do Ventre Livre de 1871, promulgada apenas duas décadas após o término do tráfico africano de escravos, determinou um fim previsível para a escravidão, cuja concretização dependeria das condições médias de mortalidade dos escravos que existiam naquela época.

\*Professor Conferencista do Mestrado de Transportes do Instituto Militar de Engenharia.

.O autor agradece os comentários do Prof. Robert W. Slenes e a colaboração de Eduardo Peixoto da Silva e de Solange Maria da Rocha Rodrigues. O trabalho contou com o suporte do Programa Nacional de Pesquisa Econômica - PNPE do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA.

Na hipótese de um cumprimento integral desta Lei, essas condições demográficas determinariam a duração do período de anos que restaria até o final da escravidão. A questão crucial - um tema de grande discussão e com um alto apelo emocional naqueles anos - era quais seriam realmente as condições de mortalidade típicas da população escrava. As previsões sobre a longevidade dos escravos segundo as faixas etárias estavam entre os tópicos de maior importância, uma vez que o aspecto mais sensível da questão era a previsão de porte futuro da força de trabalho escrava, nas faixas etárias de maior produtividade (15 a 45 anos).

Com efeito, o tema despertou grandes controvérsias no debate sobre a abolição da escravatura, nas décadas de 70 e 80. Após a promulgação da Lei do Ventre Livre, as previsões (discrepantes) sobre a mortalidade e longevidade dos escravos foram usadas como argumento ou contra-argumento por duas correntes distintas de opinião. Os Emancipacionistas, em cujas fileiras, "faute de mieux", estavam quase que a totalidade dos fazendeiros e elementos favoráveis à manutenção do regime escravista que se manifestavam, defendiam o ponto de vista de que as condições de mortalidade (que diziam ser severas) trariam, por si só, um fim bem próximo à escravidão, e portanto não seriam necessárias medidas adicionais. Esta posição era rebatida com veemência pelos Abolicionistas, que, também baseados em suas próprias estimativas de mortalidade, previam que a escravidão continuaria por um período bem mais longo, e pressionavam por outras medidas para acelerar o fim ou mesmo acabar imediatamente com a instituição.

Infelizmente, tanto para aqueles que participavam deste debate quanto para os estudos mais recentes que tratam do assunto de demografia dos escravos, os registros confiáveis de óbitos de escravos eram raramente feitos no Brasil. Mesmo quando feitos, referiam-se a algumas cidades ou províncias, o que impedia, inclusive após ajustes e correções, uma generalização criteriosa para o país como um todo. As es-

timativas de mortalidade, do mesmo modo, também padeciam de sérios problemas, por basearem-se principalmente em conjeturas, devido à falta de qualquer coleção sistemática de estatísticas de mortalidade, e por não serem em geral representativas das condições médias de mortalidade do país.

No que se segue, vamos apresentar, na seção 2, um retrospecto do material existente sobre a mortalidade de escravos no Brasil, com ênfase nas estimativas e considerações demográficas feitas na segunda metade do século XIX no Brasil. Na seção 3 apresentaremos nossas próprias estimativas da longevidade dos escravos no Brasil naquele período, com base em diversas fontes de informação, sendo o Recenseamento de 1872 a mais importante delas. Na seção 4 culminamos o trabalho com a construção de tábuas de sobrevivência, utilizando métodos demográficos e atuariais, pois julgamos ser este o método mais apropriado para analisar e sintetizar as condições de mortalidade de escravos. Finalmente, na seção 5, concluimos o artigo com a discussão de outros aspectos da questão, não necessariamente de natureza demográfica, porém não de somenos importância para uma correta avaliação da longevidade dos escravos no Brasil naquela época.

## II. RETROSPECTO DAS ESTIMATIVAS SOBRE MORTALIDADE DOS ESCRAVOS

As estimativas de mortalidade de escravos no Brasil, realizadas no século XIX, bem como as apresentadas na literatura moderna - embora estas últimas sejam, quase sem exceção, baseadas nas contas das primeiras<sup>1</sup> - apresentam uma série de problemas.

O principal deles decorre da dificuldade de se conseguir, à época, uma coleção sistemática e fidedigna de estatísticas de óbitos. Ademais, os dados demográficos utilizados para o cálculo das taxas de mortalidade também apresentavam questões. Provinham geralmente das informações esparsas e in-

completas coletadas dos diversos censos então realizados<sup>2</sup>. No caso da população escrava, outro fato agravante é a negligência quanto às distorções causadas pelas variações na composição do sexo e da idade da população, devido à volumosa entrada de escravos africanos no país e às manumissões e fugas. Finalmente, a maior parte das estimativas usava como indicador a taxa bruta de mortalidade da população escrava<sup>3</sup>, embora o mais apropriado fossem estimativas de taxas específicas de mortalidade segundo a faixa etária<sup>4</sup>.

Na apresentação do retrospecto, vamos, inicialmente, apresentar as estimativas de taxa bruta e, a seguir, as estimativas de taxas específicas de mortalidade. Normalizamos as estimativas feitas pelos autores como taxas por mil.

A tentativa mais conhecida para medir diretamente as estatísticas vitais das populações livre e escrava, segundo a cor, foi realizada por ESCHWEGE, em Minas Gerais, em 1814<sup>5</sup>:

<u>População</u>	<u>Taxas brutas de mortalidade (por mil)</u>	
	<u>livre</u>	<u>escrava</u>
Branca	28,3	-
Mulata	27,5	60,0
Preta	53,8	68,6
Índia	37,0	-

Baseado nos resultados do Recenseamento de 1847 e 1848 no Rio Grande do Sul, considerado por ele como a província que oferecia as melhores condições de vida e trabalho para os escravos do país, FERREIRA SOARES estimou as taxas brutas de mortalidade (por mil) como 20,8 para escravos e 8,5 para a população livre<sup>6</sup>. Para o país como um todo, dadas as condições de mortalidade mais desfavoráveis em comparação com o Rio Grande do Sul, estimou uma taxa bruta de mortalidade pa

ra escravos, de 23,8 por mil<sup>7</sup>.

Em 1867, quando se começou a debater as propostas que quatro anos mais tarde redundariam na Lei do Ventre Livre, foram apresentadas algumas estimativas de mortalidade pelos membros do Conselho de Estado Pleno<sup>8</sup>.

O Visconde de ABAETÉ, baseado nas estatísticas vitais das Índias Ocidentais Britânicas, estimou que a população escrava brasileira apresentava uma taxa bruta de mortalidade de 27,8, por mil<sup>9</sup>. O Visconde de JEQUITINHONHA estimou esta mesma taxa como situando-se um pouco abaixo de 50,0 por mil<sup>10</sup>, e o Barão do Rio BRANCO, como sendo não mais que 50,0 por mil<sup>11</sup>.

Três anos mais tarde, a COMISSÃO ESPECIAL da Câmara dos Deputados, encarregada do projeto da Lei do Ventre Livre, estimou, baseada nas estatísticas da Cidade do Rio de Janeiro em 1870, que a taxa bruta de mortalidade para escravos seria de 41,0 por mil<sup>12</sup>. SOUZA E SILVA, convidado pela Câmara dos Deputados como um perito em assuntos demográficos, embora não tenha se fundamentado em nenhuma estatística, estimou a expectativa de vida de escravos como 1/3 da dos homens livres<sup>13</sup>.

OTTO NI, contrário à Lei do Ventre Livre, adotou a taxa bruta de mortalidade para escravos de 50,0 por mil, em seu parecer<sup>14</sup>. Em 1878, CORREIA, apresentando o relatório da Diretoria Geral de Estatística sobre a matrícula de Escravos de 1872/73, estipulou taxas brutas de mortalidade para quatro províncias em 1876, no Norte (Amazonas 9,2 por mil) e Nordeste (Piauí 10,3, Rio Grande do Norte 5,4 e Bahia 11,8 por mil)<sup>15</sup>.

Em 1878, durante o Congresso Agrícola, o Barão do RIO BONITO estimou a mortalidade entre escravos (embora tenha usado o termo raça negra) como apresentando uma taxa bruta de 50,0 em mil<sup>15</sup>.

Em 1883, MARIANI estimou taxas brutas de mortalidade para o conjunto de escravos e ingênuos. Tentou superar, por meio dessa agregação, o fato de que, usando apenas taxas de mortalidade de escravos, isto causaria uma subestimativa e um quadro falso das condições de mortalidade de escravos, já que no período 1877 - 1881 os escravos mais jovens estariam na faixa etária de pelo menos 5 anos e 5 meses a 9 anos e 5 meses e, portanto, a taxa bruta de mortalidade dessa população seria, na realidade, uma taxa específica de mortalidade relativa à idade. Encontrou os seguintes resultados<sup>17</sup>:

Taxa bruta de mortalidade de  
escravos e ingênuos  
(Por mil)

<u>Ano</u>	<u>Sexo feminino</u>	<u>Sexo masculino</u>	<u>Total</u>
1877	20,0	17,1	18,9
1878	20,6	18,4	19,6
1879	19,6	17,6	18,7
1880	19,2	17,3	18,3
1881	17,1	15,3	16,3

As estimativas de MARIANI basearam-se nos resultados atualizados da Matrícula de Escravos e eram parte de um relatório apresentado à Assembléia Legislativa (Congresso). O TONNI, nesta época membro do Senado, criticou essas cifras por achá-las muito baixas. Estimou, ao contrário, apenas para o componente escravo da população, uma taxa bruta de mortalidade de 35,0 por mil<sup>18</sup>. VIEIRA SOUTO, em 1884, em suas estimativas de mortalidade escrava, também considerou as cifras publicadas da taxa de mortalidade da Matrícula de Escravos muito baixas e adotou uma taxa de 20,0 por mil para a taxa bruta de mortalidade<sup>19</sup>.

Todas as estimativas apresentadas anteriormente diferem muito entre si, apresentando um grande intervalo de va-

riação. Se forem transformadas em estimativas de longevidade de escravos recém-nascidos (ou esperança de vida ao nascer)<sup>20</sup>, podemos estimá-las aproximadamente como variando entre 16 e 44 anos para as estimativas de mortalidade anteriores a 1871. Para as estimativas posteriores à 1871, deparamo-nos com o problema de que um número crescente de filhos de escravos (ingênuos) não fazia parte da população escrava. Se, então, usarmos as estimativas de MARIANI, a esperança de vida ao nascer variaria entre 51 e 63 anos.

Para colocar esses resultados em perspectiva, devemos lembrar que a esperança de vida para a população total do Brasil era estimada em 27,4 anos em 1872, em 32,0 anos em 1920 e 55,5 anos em 1960<sup>21</sup>.

As tentativas para estimar diretamente a longevidade de escravos, de acordo com determinadas faixas etárias, foram bem mais errôneas que as estimativas das taxas brutas de mortalidade.

SIMONSEN apresentou como sendo 7 anos sua estimativa para a "vida efetiva de um escravo" de engenho no século XVII, ressaltando, porém, numa nota de rodapé, que "*vários documentos, referentes à exploração de engenhos e mineração, atribuem vida média de dez ou mais anos*"<sup>22</sup>.

BOXER<sup>23</sup> comentou que um Missionário Capuchinho Italiano que visitou a Bahia em 1862 apurou que o trabalho dos escravos era tão intenso e a sustância tão pequena, que calculava-se que viveriam muito se resistissem sete anos. Tecendo comentários sobre a região de mineração (o comentário anterior referia-se a fazendas de açúcar), citou um viajante que fez um inquérito exaustivo em Minas Gerais, em 1734, concluindo que um proprietário de escravos normalmente não esperaria obter mais que 12 anos de trabalho de um escravo comprado ainda jovem.



Para a região de cultivo do café, no século XIX, não diferia muito o tipo de estimativa. STEIN, escrevendo sobre a província produtora de café do Rio de Janeiro, em meados do século XIX, comentou que: "*escravos trabalhavam em demasia e não se esperava que durassem indefinidamente e que provas destes fatos eram visíveis em qualquer situação. No ápice da prosperidade de Vassouras um fazendeiro captou toda a situação quando escreveu, em 1852, que está amplamente demonstrado que a vida útil média de um escravo empregado no cultivo de café é de 15 anos.*"<sup>24</sup>.

FERNANDES citou uma estimativa mais baixa para este período, segundo a qual um escravo podia oferecer, em média, a penas 10 anos de trabalho<sup>25</sup>.

SIMONSEN apresentou uma estimativa ainda mais baixa - vida útil média de sete anos para escravos em fazendas de café, entre 1800 e 1850<sup>26</sup>.

Talvez uma estimativa melhor tenha sido feita por um correspondente - jornalista do Ceilão, em 1882, obviamente interessado, como representante de um país (colônia britânica) competidor do Brasil no mercado mundial do café<sup>27</sup> - numa avaliação precisa de todas as questões relativas à produção de café e a força de trabalho empregada nesse cultivo. De acordo com suas observações:

*"looking at a gang of slaves working in a coffee plantation, one is struck with the large proportion of young and strong looking people amongst them. Were I asked to say what could be got out of the gang I have seen working on the coffee estates - very few being about forty and most of them between the ages of 15 to 30 years - I would be safe in calculating thirty years as the average workable time."*<sup>28</sup>

As estimativas de taxas específicas de mortalidade de escravos, segundo a idade, e a probabilidade de sobrevivência, segundo faixas etárias, também apresentam muitas discrepâncias. Anteriormente, em 1822, em Campos - então importante município produtor de açúcar na Província do Rio de Janeiro - um proprietário de uma fazenda de açúcar com 200 escravos informou a GRAHAM, um viajante, que "*not half the negroes born in her estate live to be ten years old*"<sup>29</sup>.

COUTY, em 1883, informou que a mortalidade infantil era alta e o número de crianças de um mês a dois anos era grande, porém poucas sobreviviam até seis a dez anos. Ele calculou que de mil escravos nascidos, 120 sobreviveriam aos primeiros anos de vida<sup>30</sup>. STEIN também citou um observador inglês que comentou em 1872 que na classe escrava afirma-se ser um fato reconhecido que 50% das crianças recém-nascidas morrem antes de atingir a idade de oito anos<sup>31</sup>. VALETE, em 1871, apresentou estimativas diferentes. Segundo ele, 53,6% dos escravos recém-nascidos morreriam até atingirem 19 anos (de mil escravos nascidos vivos, ele calculou que 353 morreriam entre 0 e 5 anos, 77 entre 5 e 9 anos, 45 entre 10 e 14 anos, e 61 entre 15 e 19 anos)<sup>32</sup>.

Essa apresentação, um pouco extensa, das estimativas sobre taxas brutas de mortalidade, esperança de vida e taxa específica de mortalidade segundo a idade, pretende enfatizar o fato de mostrarem resultados tão diferentes que os estudos históricos modernos, que almejam maior precisão, não se podem nelas basear.

O problema principal dessas estimativas é que elas foram baseadas principalmente em conjeturas, devido à falta de qualquer coleção sistemática de estatísticas de mortalidade. Mas este não foi o único problema. Para as poucas tentativas de utilização de estatísticas vitais razoáveis, deparamo-nos com o problema de representatividade, já que se reco-

rem a uma ocupação, a uma província ou ao contexto rural versus o contexto urbano. E, mais importante: não se deu atenção suficiente aos efeitos do tráfico de escravos africanos, do desequilíbrio de sexos, das manumissões e migrações internas sobre a distribuição etária dos escravos, e, portanto, sobre as estimativas de mortalidade. Em consequência, na seção seguinte, tentaremos construir as estimativas de longevidade dos escravos, levando em consideração esses problemas.

### III. RUMO A ESTIMATIVAS DEMOGRÁFICAS

Para estimar a longevidade dos escravos no Brasil, durante a segunda metade do século XIX, vamos construir tábuas de sobrevivência, que é o método mais apropriado para analisar e sintetizar as condições de mortalidade. Segundo MORTARA, "*(...) a tábua de sobrevivência, construída conforme a mortalidade observada em dada população durante determinado período, descreve a variação do número de sobreviventes, decrescente com o crescer da idade, de uma geração hipotética, que se supõe submetida em cada ano de idade a uma mortalidade igual à verificada, na mesma idade, na população observada durante o período de observação*".<sup>33</sup>

Para a construção das tábuas de sobrevivência utilizaremos métodos demográficos e atuariais. Diversas fontes de informação nos servirão de base, sendo o Recenseamento de 1872 a mais importante delas.

O Recenseamento de 1872 foi o primeiro recenseamento global do país e o único desta espécie efetuado durante todo o período que durou a escravidão. Os demógrafos consideram este recenseamento bastante satisfatório, levando-se em conta a época e as condições em que foi realizado.

Como este foi o único recenseamento completo realizado no período, isto impede a utilização de técnicas de cohort survival para a construção de tábuas de sobrevivência, pois elas necessitam de pelo menos dois recenseamentos em anos diferentes. Felizmente, entretanto, o método desenvolvido por ARRIAGA<sup>34</sup>, com base na teoria da estabilidade da população, pode ser usado com o Recenseamento de 1872, pois permite estimar uma tábua de sobrevivência apenas com um único recenseamento, fazendo uso dos dados sobre a distribuição etária da população livre e escrava, segundo a cor e o sexo.

Este método é apropriado, quando não se podem utilizar estatísticas vitais e é muito útil para os estudos de história demográfica, nos casos de uma quase total ausência de dados populacionais e quando outros métodos de maior acurácia não podem ser aplicados.

São necessários muitos ajustes para corrigir os dados do recenseamento, o que será feito nesta seção, antes de aplicarmos diretamente o método, apresentado na seção seguinte.

Os dados básicos que necessitamos para a utilização do método são os da distribuição proporcional por faixas etárias quinquenais, para a população de cada sexo, com idades entre 10 e 59 anos. Para tal, o método requer apenas que a contagem da população por faixas etárias decenais, feita pelo recenseamento, tenha o mesmo grau relativo de completeza em cada uma das seis faixas de população com idades de 10 a 59 anos de idade.

Vejamos o espectro da população brasileira em 1872:

Tabela 1 - Brasil, 1872. População livre e escrava por sexo e cor (a)

Estado jurídico	Masculino	Feminino	Total
<u>Livre</u>	<u>4.388,7</u>	<u>4.100,9</u>	<u>8.429,6</u>
Branços	1.971,8	1.815,5	3.787,3
Mulatos	1.684,0	1.650,3	3.334,3
Pretos	472,0	449,1	921,1
Caboclos <sup>(b)</sup>	200,9	186,0	386,9
<u>Escrava</u>	<u>805,1</u>	<u>705,7</u>	<u>1.510,8</u>
Mulatos	252,8	224,7	477,5
Pretos	552,3	481,0	1.033,3
<u>Total</u>	<u>5.133,8</u>	<u>4.806,6</u>	<u>9.940,4</u>

Notas: a) Os resultados apresentados nesta tabela são os resultados agregados da distribuição por idade dos "Quadros Gerais".

b) Os caboclos eram os descendentes puros de índios, ou aqueles com predominância dessa raça, geralmente misturados com brancos.

Fonte: Recenseamento de 1872. In: BRASIL. Recenseamento da população do Brasil a que se procedeu no dia 1º de Agosto de 1872. Rio de Janeiro, 1872-76.

Podemos fazer duas considerações com base nesses dados: quando a população parda, mulata e preta é considerada em sua totalidade, vemos que a participação relativa dos escravos é pequena, representando somente 26,2%. Esta proporção é pequena, quando comparada com o mesmo fenômeno no sul dos Estados Unidos ou mesmo em Cuba, quando de suas respectivas experiências com a escravidão<sup>3,5</sup>. A segunda consideração é que

nem todos os escravos eram pretos, pois uma significativa proporção deles - cerca de 32% - referia-se a pardos e mulatos. Embora seja verdade que os pardos e mulatos livres representassem cerca de 78% do total da população livre de cor, muito mais do que a população de pardos e mulatos escravos no total da população escrava de cor, o fato de cerca de um terço do total dos escravos ser constituído por pardos e mulatos é bastante importante para uma análise demográfica da escravidão neste período. Em relação à população preta, cerca de 52,9% dela eram escravos, e quanto à população parda e mulata, os escravos representavam cerca de 12,5%.

Estas considerações mostram que, para uma análise expressiva da população escrava, temos que apreciar tanto a contribuição dos pretos quanto dos pardos e mulatos. De outro ponto de vista, revelam a extensão do volume de manumissões que ocorreu no Brasil. O fato de cerca de 3/4 da população de cor ser livre em 1872 é um testemunho eloquente do quão significativo havia sido para esta população o processo de manumisões no Brasil, tanto para a geração recenseada em 1872 como para as gerações de seus antepassados<sup>36</sup>.

Como nesse artigo pretendemos mediar a longevidade de escravos em sentido biológico, as "mortes" de escravos devido a manumissões e fugas entrarão apenas indiretamente em nossos cálculos.

O método de ARRIAGA deve ser utilizado somente quando duas condições se verificam:

a) Uma migração internacional relativamente insignificante; ou seja, uma população aproximadamente fechada, com uma inexpressiva migração externa para dentro ou de nacionais para fora do país;

b) uma fecundidade aproximadamente constante nos anos anteriores ao recenseamento.

Com relação ao item "a" anterior, examinaremos em primeiro lugar a questão da emigração.

As manumissões podem ser vistas como uma emigração de elementos da população escrava para a livre. Dada a expressiva importância das manumissões, não podemos afirmar que a população escrava era fechada. Não conhecemos o número, por sexo e idade, da parcela da população do Brasil em 1872, que nasceu escrava, mas foi alforriada antes da data do censo. Dada a extensão e o grau de manumissões e a importância da população preta, parda e mulata na população escrava, nossa análise abrange o total da população de cor, livre e escrava, ao invés de apenas a população escrava.

Portanto, usando a população total de cor, o problema das manumissões se torna irrelevante. Além do mais, como os outros ajustes que serão feitos são de pequena grandeza em relação à população escrava, as estimativas de longevidade do total da população de cor podem ser usadas com certa confiança, como uma aproximação do limite superior da longevidade dos escravos.

Além disso, dadas as condições de mortalidade entre pretos, pardos e mulatos livres não diferirem muito das que prevaleciam entre os escravos, como veremos adiante, estas estimativas podem ser interpretadas como um limite superior de um intervalo relativamente pequeno.

A emigração de pretos, pardos e mulatos para o exterior era praticamente nula. O mesmo não se pode dizer da imigração. A fim de obtermos uma população fechada de pretos, pardos e mulatos, teremos de realizar ajustes em relação aos imigrantes.

Estes imigrantes eram pretos vindos da África<sup>37</sup>. São necessários dois ajustes para efeito de uma subtração posterior:

a) Estimar o número de africanos existentes em cada faixa de sexo e idade, na população preta, em 1872;

b) estimar o número de escravos de primeira geração no Brasil, para cada faixa de sexo e idade, da imigração africana durante o século XIX. Denominamos isto de ajuste para eliminar o impacto da primeira geração.

A metodologia e o cálculo dos dois ajustes são apresentados, respectivamente, nos anexos 1 e 2.

Para satisfazer ainda a primeira condição de aplicação do Método B de ARRIAGA, precisamos fazer algumas correções na distribuição etária das populações nativas de cor e escrava. O Método B requer que não haja distorções no grau de completeza das faixas etárias decenais de 10 a 59 anos no recenseamento. Não importa que o recenseamento tenha sido completo ou incompleto, desde que o grau de completeza seja o mesmo para as cinco faixas etárias.

O problema do Recenseamento de 1872 é que existiam irregularidades em algumas faixas etárias. Conferimos a possibilidade de que esse subregistro seria observado somente na população escrava ou de cor, pois, se esse fosse o caso, talvez não significasse uma irregularidade, e sim uma característica peculiar - merecendo estudos - dessas populações. Infelizmente, o subregistro foi generalizado e o encontramos seja considerando a população total, por sexo, por cor, por condição jurídica ou, até mesmo, usando os resultados agregados por províncias, em vez dos "Quadros Gerais".

ARRIAGA, usando uma análise gráfica, também observou essas deficiências<sup>38</sup>. O mesmo fenômeno foi visto por GIORGIO MORTARA, em sua análise dos erros existentes nas distribuições por idade do Recenseamento de 1872<sup>39</sup>. Em seus estudos, MORTARA corrigiu os erros, com o uso de uma técnica de "cohort survival" e os dados do Recenseamento de 1890. Calcu-



lou a distribuição etária corrigida da população em 1872, mas não discriminou os resultados segundo o sexo ou a cor, ou segundo ser população livre ou escrava.

Com base nesses resultados obtidos por MORTARA, estendemos os cálculos para abranger essas características<sup>40</sup>. Em primeiro lugar, estimamos a distribuição etária da população nativa de cor branca, estimando a distribuição por idades dos estrangeiros, em 1872, e subtraindo esses resultados da população branca recenseada em 1872<sup>41</sup>. Após esse cálculo, adicionamos os caboclos e a população nativa de cor, obtendo a população nativa do Brasil, e a subdividimos e selecionamos as categorias em termos percentuais de participação no total da população de cor e escrava, por sexo. Finalmente, utilizamos os coeficientes de MORTARA para corrigir as idades da população nativa do Brasil e multiplicamos pelas categorias em termos percentuais, obtendo assim a população de cor e escrava segundo o sexo.

Vejamos os resultados finais:

#### VER TABELA 2

A segunda condição necessária para a utilização do método de ARRIAGA diz respeito a uma fecundidade aproximadamente constante nos anos anteriores ao recenseamento. Como veremos a seguir, não existe uma razão "prima facie" que nos induza a acreditar que tal não tenha havido. Com relação à população de cor livre, não temos nenhuma razão para esperar qualquer grande mudança nos padrões de fecundidade, uma vez que não houve mudanças discerníveis durante esse período em sua saúde, ou em suas condições econômicas, sociais ou culturais, que pudessem provocar mudanças nos padrões de fecundidade.

Entretanto, para o componente escravo da população

TABELA 2 - Brasil, 1872. População de cor, total e escrava, segundo o sexo, e classificada por faixas etárias decenais de 0-9 até 60-69

Faixas etárias	População escrava		Total da população de cor	
	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino
0-9	161.344	140.297	797.871	756.981
10-19	166.755	143.035	679.808	648.636
20-29	145.339	129.800	540.326	510.161
30-39	99.240	91.585	389.098	376.858
40-49	58.984	57.620	205.540	211.590
50-59	39.321	36.428	125.104	129.151
60-69	29.241	25.749	81.652	81.960

de cor, representando 26,2% desse total, necessitamos tecer algumas considerações. Após o término do tráfico de escravos da África em 1852 e o aumento subsequente nos preços de escravos, houve, segundo alguns autores, uma tendência, entre os donos de escravos, a adotar uma política de melhoria no tratamento de seus escravos. Um dos aspectos dessa política de bons tratos seria um maior cuidado com as escravas gestantes e os recém-nascidos, bem como maiores incentivos para o acasalamento e a procriação. Embora não existam argumentos nessa literatura assemelhados aos existentes na literatura norte-americana sobre a criação de escravos no sul dos Estados Unidos, acreditamos que possa realmente ter havido uma melhoria em algumas das condições, afetando a fecundidade.

Achamos concebível, portanto, que a supressão do tráfico em 1852 tenha provocado algum efeito positivo na taxa de fecundidade da população escrava. A extensão desse efeito; entretanto, foi provavelmente mínima. A resposta do comportamento demográfico a mudanças nas condições econômicas é um processo de longo prazo, pois necessita de um certo intervalo de tempo para começar e mais tempo ainda para que seus efeitos finais atinjam uma significação importante. Como o intervalo de tempo entre a extinção do tráfico e a data do recenseamento foi de apenas 20 anos, não haveria tempo suficiente para estas condições econômicas estarem plenamente operando ou seus efeitos se fazendo sentir de maneira significativa sobre a população escrava.

Acrescente-se a isso que o debate sobre a Lei do Ventre Livre começou a adquirir contornos definidos já em 1867 e por conseguinte, fatalmente teria afetado as expectativas dos donos de escravos quanto aos benefícios de longo prazo e lucratividade a serem obtidos com tal política de bons tratos aos escravos. Além disso, havia grandes diferenças nas diversas regiões geográficas do país quanto às expectativas sobre a adequação da oferta de trabalho de longo prazo, suas necessidades e incentivos econômico para essa política de melhoria

no tratamento de escravos. Nesse sentido, o tráfico inter-regional de escravos oferecia uma alternativa para a política de melhoria de tratamento de escravos. Finalmente, dado o estado de insalubridade e de enfermidade dos escravos, característico do período de 1852-1872, as condições de epidemicidade eram grandes e poderiam facilmente subjugar qualquer esforço deliberado de aumentar a taxa de fecundidade <sup>42</sup>. Portanto, achamos extremamente duvidoso que tenham havido mudanças mensuráveis nas condições de fecundidade da população de cor livre e escrava - no Brasil entre 1852 e 1872.

#### IV. ESTIMATIVA DA LONGEVIDADE DOS ESCRAVOS POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DE TÁBUAS DE SOBREVIVÊNCIA

Para estimarmos a longevidade dos escravos por meio de tábuas de sobrevivência, consideraremos duas classificações da população. A primeira inclui a população de cor (parda, mulata e preta), tanto escrava quanto livre. A segunda considera apenas o componente escravo dessa população. O grau de arbitrariedade envolvido nas muitas etapas do cálculo das estimativas segundo esta última classificação é bem maior que na primeira situação, pois ficamos dependentes também de estimativas de manumissões por sexo e idade, um dado bastante difícil de se conseguir. Portanto, vamos apresentar a seguir estimativas das tábuas de sobrevivência para as duas populações.

A tabela seguinte apresenta a normalização e a distribuição dos resultados da tabela 2 em faixas etárias quinquenais entre 0 e 59 anos:

VER TABELA 3

Tabela 3 - Brasil, 1872. Distribuição proporcional normalizada da população de cor nativa, total e escrava, por sexo e faixa etária quinquenal, idades de 10-59

Faixas Etárias	Escravos		População de cor	
	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino
Total	1,0000000	1,0000000	1,000000	1,000000
10-59	0,7031520	0,7103431	0,681829	0,684865
10-14	0,1138646	0,1105266	0,123084	0,121724
15-19	0,1086455	0,1064904	0,111715	0,110380
20-24	0,1024073	0,1014490	0,100066	0,098840
25-29	0,0910739	0,0913959	0,087016	0,086325
30-34	0,0764663	0,0784537	0,072933	0,073043
35-39	0,0635354	0,0661514	0,059711	0,060501
40-44	0,0492962	0,0523586	0,045249	0,046956
45-49	0,0398646	0,0425584	0,035280	0,037144
50-54	0,0320749	0,0340691	0,026841	0,028605
55-59	0,0259230	0,0268895	0,019930	0,021342

O Método B de ARRIAGA utiliza a transformação de uma das equações fundamentais da Teoria da Estabilidade da População:

$$(1) \ln \frac{C(x, x+5)}{5L_x} = \ln b - r'(x+2,5)$$

onde:

$\ln$  = logaritmo neperiano

$x$  = idade

$C(x, x+5)$  = proporção da população total incluída entre as idades de  $x$  até menos de  $x+5$  anos.

$5L_x$  = número total de pessoas com idades de  $x$  até menos de  $x+5$ , numa tábua de sobrevivência onde

$$I_0 = 1$$

$b$  = taxa intrínseca de natalidade da população

$r'$  = estimativa pela regressão da taxa intrínseca de crescimento populacional.

A equação (i) pode ser escrita de outro modo:

$$(2) y = a - r'(x+2,5)$$

onde:

$$y = \ln \frac{C(x, x+5)}{5L_x}$$

$$a = \ln b$$

Os valores de  $C(x, x+5)$  foram apresentados na tabela 3. Os valores de  $5L_x$  não são disponíveis. Podem ser obtidos, entretanto, das tábuas de sobrevivência modelo, "Família Oeste", de COALE e DEMENY<sup>43</sup>. Nossa intenção é a de utilizar os valores de  $5L_x$  de tábuas de sobrevivência que representem o mais aproximadamente possível as condições de mortalidade das populações de cor e escrava no Brasil em 1872. Usamos, pois, as tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 da "Família Oeste", para ambos os sexos.

Aplicamos esses valores de  $5^Lx$  na equação (1) e calculamos 10 regressões (5 para cada sexo, usando uma tabela de cada vez), para a população de cor e para a população escrava. Seleccionamos o conjunto de valores de  $5^Lx$  que satisfizesse a condição de que a inclinação da reta ajustada ( $r'$ ) fosse o mais semelhante possível à taxa intrínseca de crescimento observada ( $r$ ) para a população em 1872.

Para a população nativa de cor, o valor de  $r$  pode ser obtido pelo cálculo de taxas de crescimento geométrico inter-censais. Um estudo bem aprofundado do crescimento da população brasileira segundo a cor, entre 1872 e 1940, estimou que os valores de  $r$  para a população de cor ( $r_c$ ) seriam de 16 a 17 por mil<sup>44</sup>.

As seguintes regressões para a população de cor masculina ( $y_{cm}$ ) e feminina ( $y_{cf}$ ), baseadas na "Família Oeste" - tabela 3,

$$(3) y_{cm} = 1,383824 - 0,016100 (x+2,5) \quad r^2 = 0,98$$

$$(4) y_{cf} = 1,314371 - 0,017389 (x+2,5) \quad r^2 = 0,96$$

foram seleccionadas, pois são as em que o valor  $r' = 16,744$  (média dos valores de  $r'_{cm} = 16,1$  e  $r'_{cf} = 17,389$ ) é o mais aproximado possível do valor médio de  $r_c$ .

Em relação à população escrava, é muito difícil obter uma estimativa de taxa intrínseca de crescimento ( $r_e$ ). Muitos contemporâneos levantavam a hipótese de uma população declinante de escravos, mas já vimos que eram apreciações superficiais, pois não faziam os ajustamentos e correções necessárias, o que era agravado mais ainda pela pobreza das estatísticas vitais existentes na época<sup>45</sup>. Em vista desses problemas, optamos por um procedimento de seleccionar as regressões que se basearam na "Família Oeste" - tabela 1, que representam as condições mais severas de mortalidade da "Família Oeste",

$$(5) y_{em} = 1,70214 - 0,004922 (x+2,5) r^2 = 0,70$$

$$(6) y_{ef} = 1,616747 - 0,006840 (x+2,5) r^2 = 0,77$$

e que mostram os valores mais baixos de  $r'_e$  (5,88 por mil).

Finalmente, com base nos valores estimados de  $n^L_x$  e empregando os métodos costumeiros de construção de tábuas de sobrevivência, estimamos as tabelas 4 e 5, respectivamente para a população de cor e a população escrava, segundo o sexo.

VER TABELAS 4 e 5

## V. CONCLUSÕES

Para obtermos os resultados finais apresentados nas tabelas 4 e 5, realizamos diversas pressuposições, correções e ajustes.

O número dessas pressuposições foi muito maior quando nos baseamos no componente de escravos do que quando tomávamos a população de cor como um todo. Portanto, nossas estimativas para essa última devem ser encaradas como mais precisas do que as observadas para o componente de escravos.

Deve-se notar, entretanto, que a população livre de cor ocupava o estágio mais baixo da estratificação social da população livre no Brasil e suas condições de alimentação, saúde e moradia não eram muito diferentes das condições da população escrava<sup>46</sup>. Em contrapartida, não só a parcela economicamente ativa no total da população, em termos relativos, era maior entre os escravos do que entre os homens livres de cor, mas também os escravos trabalhavam mais intensivamente. Em consequência, a população escrava podia estar enfrentando condições mais severas de mortalidade<sup>47</sup>. Mas não devemos exage-



Tabela 4 - Tábua resumida de sobrevivência: população de cor (limite superior dos cravos) Brasil, 1872.

a) População de cor, sexo masculino

Idade x n	$l_x$	$n^d_x$	$n^p_x$	$n^q_x$	$n^L_x$	$T_x$	$e_x$
0 1	100.000	32.700	0,67292	0,32708	79.319	2.337.791	23,28
1 4	67.292	14.544	0,78387	0,21613	230.956	2.250.472	33,56
0 5	100.000	47.252	0,52748	0,47252	310.275	2.337.791	23,28
5 5	52.748	2.965	0,94379	0,05621	255.967	2.027.516	30,44
10 5	49.783	2.445	0,95089	0,04911	242.681	1.771.549	35,59
15 5	47.338	2.840	0,94001	0,05999	230.371	1.528.868	32,30
20 5	44.498	2.842	0,93613	0,06387	214.473	1.290.497	29,18
25 5	41.656	3.734	0,91036	0,08964	201.102	1.084.024	26,62
30 5	37.922	4.481	0,88134	0,11816	177.327	882.922	23,28
35 5	33.441	3.828	0,88553	0,11447	157.628	705.595	21,10
40 5	29.613	4.147	0,85996	0,14004	138.217	547.967	18,50
45 5	25.466	4.323	0,83024	0,16976	116.251	409.750	16,09
50 5	21.143	4.158	0,80334	0,19666	95.331	293.499	12,88
55 5	16.985	4.098	0,75873	0,24127	74.617	198.168	11,67
60 5	12.887	3.925	0,69543	0,30457	54.495	123.551	9,59
65 5	8.962	3.476	0,61214	0,38786	35.693	69.056	7,71
70 5	5.486	2.701	0,50766	0,49234	20.127	33.363	6,08
75 5	2.785	1.692	0,39246	0,60754	8.986	13.236	4,78
80 5	1.093	777	0,28868	0,71089	3.522	4.250	3,85
85+	316	316	0,00000	1,00000	728	728	2,20

b) População de cor, sexo feminino

Idade x n	$l_x$	$n^d_x$	$n^p_x$	$n^q_x$	$n^L_x$	$T_x$	$e_x$
0 1	100.000	27.713	0,72287	0,27713	83.400	2.553.160	25,53
1 4	72.287	15.735	0,78233	0,21767	248.032	2.469.760	34,17
0 5	100.000	43.448	0,56552	0,43448	331.432	2.553.160	25,53
5 5	56.552	3.424	0,93945	0,06055	273.885	2.221.728	39,29
10 5	53.128	2.983	0,94376	0,05624	258.058	1.947.843	36,50
15 5	50.140	3.224	0,93570	0,06430	243.116	1.689.785	33,70
20 5	46.916	3.690	0,92135	0,07865	225.530	1.446.667	30,87
25 5	43.226	3.869	0,91049	0,08951	206.492	1.221.137	28,23
30 5	39.357	3.907	0,90073	0,09927	187.028	1.014.645	25,78
35 5	35.450	3.837	0,89176	0,10824	167.556	827.617	23,37
40 5	31.613	3.634	0,88505	0,11495	148.792	660.061	20,90
45 5	27.979	3.554	0,87298	0,12702	131.079	511.269	18,27
50 5	24.425	3.755	0,84626	0,15376	112.937	380.190	15,57
55 5	20.670	4.116	0,80087	0,19913	93.347	267.253	12,92
60 5	16.554	4.398	0,73432	0,26568	71.889	173.906	10,49
65 5	12.156	4.252	0,65021	0,34979	49.068	102.217	8,42
70 5	7.904	3.614	0,54276	0,45724	29.975	52.149	6,54
75 5	4.290	2.457	0,42727	0,57273	14.384	22.174	5,23
80 5	1.833	1.210	0,34012	0,66012	6.182	7.790	4,25
85+	623	623	0,00000	1,00000	1.603	1.603	2,1

Tabela 5 - Tábua resumida de sobrevivência: população escrava (limite inferior)  
Brasil, 1872

a) Escravos do sexo masculino

Idade $x$	$l_x$	$n^d_x$	$n^p_x$	$n^q_x$	$n^l_x$	$T_x$	$e_x$
0 1	100.000	41.191	0,52809	0,41191	72.809	1.825.819	16,26
1 4	58.809	15.102	0,74320	0,25680	194.792	1.753.010	29,31
0 5	100.000	56.293	0,43707	0,56293	267.601	1.825.819	18,25
5 5	43.707	2.950	0,93251	0,06749	210.330	1.558.218	35,65
10 5	40.757	2.234	0,94519	0,05481	198.066	1.347.800	33,07
15 5	38.523	2.541	0,93304	0,06696	186.866	1.149.922	29,55
20 5	35.982	3.180	0,91162	0,08838	172.251	962.956	26,75
25 5	32.802	3.431	0,89540	0,10460	155.433	790.705	24,11
30 5	29.371	3.566	0,87859	0,12141	138.160	635.272	21,53
35 5	25.805	3.533	0,86231	0,13769	120.370	497.112	19,76
40 5	22.252	3.632	0,83678	0,16322	102.132	375.742	16,93
45 5	18.620	3.546	0,80956	0,19044	84.172	274.610	14,75
50 5	15.074	3.409	0,77385	0,22615	66.738	190.438	12,53
55 5	11.665	3.197	0,72593	0,27407	50.177	123.700	10,60
60 5	8.468	2.901	0,65742	0,34258	34.886	73.523	8,69
65 5	5.567	2.403	0,56835	0,43165	21.405	38.637	6,94
70 5	3.164	1.710	0,45954	0,54046	11.082	17.232	5,45
75 5	1.454	963	0,33769	0,66231	4.389	6.150	4,23
80 5	491	385	0,21538	0,78461	1.487	1.761	3,52
85+	106	106	0,00000	1,00000	274	274	2,52

b) Escravos do sexo feminino

Idade $x$	$l_x$	$n^d_x$	$n^p_x$	$n^q_x$	$n^l_x$	$T_x$	$e_x$
0 1	100.000	35.418	0,64582	0,35418	77.584	2.035.179	20,36
1 4	64.582	16.704	0,74135	0,25865	213.760	1.957.595	30,31
0 5	100.000	52.122	0,47878	0,52122	291.344	2.035.179	20,35
5 5	47.078	3.500	0,92690	0,07310	229.756	1.743.835	36,42
10 5	44.378	2.817	0,93652	0,06348	214.721	1.514.079	34,11
15 5	41.561	3.029	0,92712	0,07288	200.701	1.299.358	31,29
20 5	38.532	3.470	0,90994	0,09006	184.139	1.098.657	28,51
25 5	35.062	3.610	0,89704	0,10296	166.296	914.518	26,01
30 5	31.452	3.605	0,88538	0,11462	148.227	748.222	23,71
35 5	27.847	3.482	0,87496	0,12504	130.395	599.095	21,5
40 5	24.365	3.225	0,86764	0,13236	113.543	469.600	19,2
45 5	21.140	3.076	0,85449	0,14551	98.026	356.057	16,8
50 5	18.064	3.173	0,82435	0,17565	82.513	258.031	14,2
55 5	14.891	3.382	0,77288	0,22712	66.170	175.518	11,7
60 5	11.509	3.474	0,69815	0,30185	48.046	109.348	9,5
65 5	8.035	3.164	0,60622	0,39378	31.893	60.502	7,5
70 5	4.871	2.470	0,49292	0,50708	17.666	28.609	5,0
75 5	2.401	1.517	0,36818	0,63182	7.536	10.943	4,5
80 5	894	658	0,25663	0,74337	2.824	3.407	3,8
85+	226	226	0,00000	1,00000	583	583	2,5

rar essas diferenças, pois o ambiente epidemiológico no Brasil durante o século XIX, ao produzir em geral severas condições de mortalidade, tendia a reduzir tais dissimilaridades.

Os resultados apresentados na tabela 4 para a população de cor, já que enviesam na direção de superestimarem as condições de mortalidade, podem ser interpretados como o limite superior dos intervalos das estimativas referentes à longevidade de escravos. Com respeito aos resultados da população escrava (limite inferior), mostrados na tabela 5, já que a nossa metodologia utilizou a "Família Oeste" das tábuas modelo, representando-se as condições mais severas de mortalidade, eles podem ser interpretados como o limite inferior das estimativas de longevidade dos escravos.

Servindo-nos dessas tábuas, elaboramos a tabela 6, que representa a expectativa de vida segundo faixas etárias quinquenais e sexo para a população escrava do Brasil em 1872. Como assinalado, podemos tomar os resultados para a população de cor como consistindo no limite superior das expectativas de vida dos escravos, e os resultados especificamente para a população escrava como seu limite inferior.

#### VER TABELA 6

Os resultados que encontramos para a expectativa de vida ao nascer de um escravo do sexo masculino - que estimamos entre 18 e 23 anos - sustentam as interpretações que apontam as condições de mortalidade vigentes no Brasil muito mais próximas das de Cuba, Índias Ocidentais e Surinam do que da experiência dos Estados Unidos. A expectativa de vida ao nascer para um escravo do sexo masculino foi avaliada como de 18 anos na Jamaica e de 35,5 no Sul dos Estados Unidos em 1850<sup>48</sup>. Deve-se levar em conta, entretanto, que as condições de mortalidade da população livre eram também muito desfavoráveis

Tabela 6 - População de cor, total e escrava, expectativa de vida, segundo faixas etárias quinquenais, sexo masculino e feminino Brasil, 1872.

Idade	Limite inferior dos escravos		Limite superior dos escravos	
	$C_x$ Escravo	$C_x$ Escrava	$C_x$ pop. Masc. de cor	$C_x$ pop. Fem. de cor
0	18,26	20,35	23,38	25,53
1	29,81	30,31	33,56	34,17
0	18,26	20,35	23,38	25,53
5	35,65	36,42	38,44	39,29
10	33,07	34,11	35,59	36,66
15	29,85	31,26	32,30	33,70
20	26,76	28,51	29,18	30,84
25	24,11	26,08	26,02	28,25
30	21,63	23,79	23,28	25,78
35	19,26	21,55	21,10	23,35
40	16,93	19,27	18,50	20,88
45	14,75	16,84	16,09	18,27
50	12,63	14,28	13,88	15,57
55	10,60	11,79	11,67	12,93
60	8,68	9,50	9,59	10,51
65	6,94	7,53	7,71	8,39
70	5,45	5,87	6,08	6,60
75	4,23	4,56	4,75	5,17
80	3,59	3,85	3,89	4,25
85+	2,30	2,58	2,30	2,58

Fonte: Tabelas 4 e 5

quando comparadas com as populações da América do Norte ou da Europa Ocidental. Isto seria de esperar, dado o importante papel assumido pelo ambiente epidemiológico do Brasil no século XIX<sup>49</sup>.

Finalmente, do ponto de vista do dono de escravos, não eram apenas as condições de mortalidade que determinavam sua percepção sobre a duração de vida dos escravos. Economicamente, o capital em escravos podia ser depreciado por doenças e acidentes que o tornassem totalmente improdutivo para o trabalho (incapaz de produzir renda e, num caso extremo, mesmo impondo um valor negativo total de capital para este determinado escravo, devido ao ônus de sua manutenção). Contudo, a duração de vida dos escravos, tal como medida pelas tábuas de sobrevivência, é sem dúvida o fato mais importante como determinante da longevidade dos escravos e acreditamos que as estimativas que apresentamos são úteis e razoáveis para um entendimento deste relevante aspecto da demografia e da economia da escravidão do Brasil<sup>50</sup>.

1. Dentre as importantes exceções ressalte-se, pelo emprego de modernas técnicas demográficas e profundidade das pesquisas empíricas, os recentes trabalhos de ROBERT WAYNE SLENES, The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888, Ph.D Dissertation, .... Stanford University, 1976, especialmente o capítulo VIII ; ROBERTO BORGES MARTINS, Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth Century Minas Gerais, Brazil, Ph.D Dissertation, Vanderbilt Univ., 1980, especialmente o capítulo IV; MARIA LUIZA MARCÍLIO, org., Demografia Histórica: Orientações Técnicas e Metodológicas, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977; THOMAS W. MERRICK e DOUGLAS H. GRAHAM, População e Desenvolvimento Econômico no Brasil de 1800 até a Atualidade, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981; MARIA LUIZ MARCÍLIO, A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974; IRACI DEL NERO DA COSTA, Populações Mineiras (Sobre a Estrutura Populacional de alguns Núcleos Mineiros no Século XIX), São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981; FRANCISCO VIDAL ILINA, Minas Gerais: Escravos e Senhores (Análise da Estrutura Populacional e Econômica de alguns Centros Mineratórios, 1718-1804), São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981; IRACI DEL NERO DA COSTA, Vila Rica: População (1719-1826), São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1979; WARREN DEAN, Rio Claro: A Brazilian Plantation System, 1820-1920, Stanford University Press, 1976.

2. Constituem exceção o Recenseamento de 1872, como será visto adiante, e as Matrículas Gerais dos Escravos (1873 e 1887).
3. Se  $D$  representa o total de mortos entre os escravos do país durante um certo ano, e  $P$  o número médio de escravos vivendo no país no mesmo período, então a taxa bruta de mortalidade (TBM) é definida como:

$$m = \left( \frac{D}{P} \right) K,$$

onde  $K$  é uma constante, que toma o valor de 1.000. Esta fórmula é uma versão modificada daquela apresentada por SPIEGELMAN, Mortimer. Introduction to demography. Chicago, The Society of Actuaries, 1955, p. 54-5.

4. Se, para qualquer sexo,  $n^D_x$  é o número de mortes entre os escravos com idades de  $x$  a  $x+n$  num determinado ano e país, e  $n^x$  é o número médio de escravos com idade de  $x$  e  $x+n$  vivendo no país durante o mesmo período, então a taxa específica de mortalidade segundo a faixa etária é:

$$n^m_x = \left( \frac{n^D_x}{n^x} \right) 1.000$$

SPIEGELMAN, Mortimer. op. cit., p. 55-6.

5. W.L. VON ESCHWEGE, Pluto Brasiliensis, Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979; estas estatísticas foram reproduzidas em VIANNA, F.J. Oliveira. "O povo brasileiro e sua evolução". In: BRASIL. Recenseamento do Brazil, 1920. Introdução. Rio de Janeiro, 1922, vol. 1, p.339.
6. SOARES, Sebastião Ferreira. Elementos de estatística compreendendo a theoria da sciencia e a sua applicação a estatística commercial do Brazil. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1865, t. 2, p. 46-7.
7. Id. *ibid.*, p. 49.
8. BRASIL. Conselho de Estado Pleno. Trabalho sobre a extinção da escravatura no Brazil. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867.
9. Id. *ibid.*, p. 25-6.
10. Id. *ibid.*, p. 32.
11. Id. *ibid.*, p. 53.
12. BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Elementos Servil. Parecer e projecto de Lei Apresentados a Câmara dos Srs. Deputados na sessão de 16 de agosto de 1870 pela Comissao especial nomeada pela mesma Camara em 24 de maio de 1870. Rio de Janeiro; Typ. Nacional, 1870.
13. Id. *ibid.*, Anexo O, p. 158. SOUZA E SILVA não deixa claro se está se referindo ao tempo esperado de vida a partir do nascimento ou já considerando um escravo adulto.
14. OTTONI, Christiano B. A emancipação dos escravos: parecer. Rio de Janeiro; Typ. Perseverança, 1871, p. 30, 35-41. Na realidade, por engano, ele menciona a taxa bruta de mortalidade em 25,0 por mil. Alguns anos depois, já alertado, corrige este engano através da adoção da taxa bruta de mortalidade de 50,0. Veja PADUA, Ciro T. de. "Um capítulo na história econômica do Brasil!" Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 11: 140, jan./fev., 1945.
15. BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Directoria Geral de Estatística. Relatório, e trabalhos estatísticos ... 20 de novembro de 1878, p. 122.
16. CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878. Colleção de documentos. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1878, p. 237.

17. BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira Sessão da Decima Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Império, Pedro Joao Velloso; Anexo J: Estatística. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883, p. 11-2.
18. Citado em PADUA, Ciro T. de. op. cit., p. 141.
19. Citado em BARBOZA, Ruy. Emancipação dos escravos, parecer formulado pelo Deputado Ruy Barbosa como relator das Comissoes Reunidas de Orçamento e Justiça Civil, Camara dos Deputados, Sessão de 4 de agosto de 1884, Projecto nº 48. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1884, p. 40.
20. Para esta transformação, interpretamos o inverso da taxa bruta de mortalidade como aproximadamente equivalente à expectativa de vida ao nascer.
21. ARRIAGA, Eduardo E. op. cit., p. 42.
22. SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil, 4. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969, p. 134.
23. BOXER, Charles Ralph. The golden age of Brazil. Berkeley, Los Angeles, Univ. of California Press, 1964, p. 174.
24. STEIN, Stanley. Vassouras: a brazilian coffee country, 1850-1900. 2. ed. New York, Atheneum, 1970, p. 183.
25. FERNANDES, Florestan. "Do escravo ao cidadão". In: BASTIDE, ROGER & FERNANDES, Florestan. Branco e negro em São Paulo. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959, p. 35.
26. SIMONSEN, Roberto C. "Aspectos da história econômica do café". In: CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL, 3º. Anais. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1941, vol. 4, p. 263.
27. É interessante notar que muitos observadores de países competidores produtores de café (ou colônias), como LAERNE, vieram do Brasil no período de 1881 a 1884. Isto deveu-se em grande parte à depressão mundial nos mercados mundiais para produtos tropicais e a importância do Brasil nesse contexto. Estavam obviamente interessados em obter perspectivas da produção brasileira futura de café, face à expectativa da abolição e seus efeitos na força de trabalho. Veja C.F. VAN DELDEN LAERNE, Brazil and Java: Report on Coffee Culture in America, Asia and Africa, Londres, 1885.



28. SCOTT-BLACKLAW, A. "Slavery in Brazil". South American Journal and River Plate Mail, 20 July, 1882, p. 10.
- "Observando uma turma de escravos trabalhando em uma fazenda de café, depara-se com uma grande proporção de pessoas aparentemente jovens e fortes entre eles. Caso me fosse perguntado o que poderia ser deduzido a partir das turmas que vi trabalhando nas fazendas de café - muito poucos com cerca de 40 anos e a maioria na faixa etária compreendida entre 15 e 30 anos - estaria seguro em calcular em 30 anos a média de vida útil de trabalho". (T. do A.).*
29. GRAHAM, Mary. Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823. London, Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown and Green, 1823. "... *nem a metade dos negros nascidos em sua fazenda vive o suficiente para atingir os 10 anos de idade*". (T. do A.).
30. COUTY, Louis. Étude de biologie industrielle sur le café; rapport adressé à M. le Directeur de l'École Polytechnique. Rio de Janeiro, Im prensa do "Messager du Brésil", 1883, p. 111.
31. STEIN, op. cit., pg. 186, nota de rodapé 77.
32. VALETE, pseud. Carta dos fazendeiros e comerciantes fluminenses sobre o elemento servil, ou refutação do parecer do Sr. Conselheiro Christião Benedicto Ottoni acerca do mesmo assumpto por um conservador. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1871, p. 37.
33. MORTARA, Giorgio. "Pesquisas demo-econômicas: o custo de produção de um homem adulto e sua variação em relação à mortalidade". Estudos Brasileiros de Demografia, 1 (2): 143, out. 1946. Veja também: PAUL HUGON, Demografia Brasileira, São Paulo: Ed. Atlas, 1977; WLADEMIR PEREIRA, Demografia do Subdesenvolvimento, São Paulo: Ed. Saraiva, 1978; J. F. DE CAMARGO, Demografia econômica, Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960.
34. Método B, em ARRIAGA, Eduardo E. New life tables for Latin American populations in the Nineteenth and Twentieth Centuries. Berkeley, Univ. of California Press, 1968. (Population Monograph Series, 3).
35. No sul dos Estados Unidos menos de 6% da população negra era livre em 1860. Veja FOGEL, Robert W. & ENGERMAN, Stanley. "The economics of American negro slavery". In: Time on the cross. Boston, Little, Brown and Co., 1974, vol. 1, p. 37. Em Cuba a percentagem de escravos na população negra era de 74,1% em 1841 e 62,9% em 1861. CUBA. Recenseamento da República de Cuba, 1919 e CURTIN, Philip, D. The Atlantic slave trade: a census. Madison, Univ. of Wisconsin Press, 1969, p. 34; BARRY W. HIGMAN, "The Slave Populations of the British Caribbean: Some Nineteenth Century Variations", in Proctor, Samuel, ed. Eighteenth

Century Florida and the Caribbean, Gainesville: University Presses of Florida, 1976, pg. 60-74; MANJEL MORENO FRAGINALS, "Africa in Cuba: a Quantitative Analysis of the African Population in the Island of Cuba", In: Comparative Perspectives on Slavery in New World Plantation Societies, ed. by Vera Rubin & Arthur Tuden, New York: The New York Academy of Sciences, Annals, 1977, p. 187-201. Veja também LUIZ R. B. MOTT, "Pardos e Pretos em Sergipe: 1774-1851", In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, nº 18, 1976, p. 7-37.

- <sup>36.</sup> Um aspecto desse processo é retratado por FRANCISCO VIDAL LUNA e IRA CI DEL NERO COSTA, em seu artigo "A Presença do Elemento Forro no Conjunto de Proprietários de Escravos", In: Ciência e Cultura, vol. 32 (7), Julho de 1980, p. 836-841.
- <sup>37.</sup> HERBERT S. KLEIN, "The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade", Princeton: Princeton University Press, 1978; JOSE CAPELA, Escravidão: a Empresa de Saque, o Abolicionismo (1810-1875), Porto: Edições Afrontamento, 1974; Henry A. Genery e Jan S. Hogendorn, eds., The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade, New York: Academic Press, 1979; MARI-LÍO DE GOUVEIA, Historia da Escravidão, Rio de Janeiro: Gráfica Tupy Ltda. Ed., 1955.
- <sup>38.</sup> ARRIAGA, op. cit., p. 26.
- <sup>39.</sup> MORTARA, Giorgio. "Estudos sobre a utilização do Censo Demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil: análise dos erros existentes nas distribuições por idade da população do Brasil, baseadas nos censos". Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, 1 (3): 433-72, jul./set. 1940.
- <sup>40.</sup> Tivemos, entretanto, que transformar as suas faixas etárias 0 - 10, 11 - 20, ... em faixas etárias 0 - 9, 10 - 19, ... e corrigir a concentração nos números de final 0 ou 5 e ainda distribuir as "não declararam", de acordo com a técnica de MORTARA, apresentada em MORTARA, Giorgio. "Retificação da distribuição por idade da população natural do Brasil". Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, 3 (5): 39-89, jan./mar. 1941.
- <sup>41.</sup> Para estimar a distribuição por idades da população estrangeira de cor branca em 1872 empregamos coeficientes baseados no Recenseamento de 1920.
- <sup>42.</sup> Com base num período de cinco anos de observação em cinco fazendas de café, TEUSCHER apresentou uma tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro com observações sobre a estatística sanitária dos escravos em fazendas de café, contendo evidências quantitativas sobre a

importância das epidemias, doenças e condições morbígenas. As fazendas Santa Rita, Boa Sorte, Boa Vista, Areas e Itaoca, situadas no Vale do Médio Rio Paraíba, tinham ao todo 925 escravos. O período de observação foi de 1848 a 1852, na época em que deveria estar começando a adoção da política de bons tratos. Os escravos viviam, segundo o médico, em casas bem construídas, num local salubre, possuíam roupas de algodão e lã, e, segundo TEUSCHER "a comida é preparada em comum, e tão abundante que cada um pode comer quanto quiser. É composta, para almoço e para jantar de angü, de farinha de milho, de feijão bem temperado com toucinho, e de carne seca de dois em dois dias. A cêa é de canjica". As fazendas de Santa Rita e Areas tinham hospitais, que também serviam às outras três em casos graves. Na Fazenda Santa Rita (160 escravos, 106 escravas e 64 crianças escravas com menos de 10 anos) nasciam em média, por ano, de 15 a 20 escravos. No total das fazendas de Areas e Itaoca (159 escravos, 101 escravas e 55 crianças escravas) nasciam anualmente, somente em Areas, de 9 a 12 crianças: A Fazenda Boa Sorte tinha 66 escravos, 37 escravas e 32 crianças e Boa Vista 76 escravos, 49 escravas e 20 crianças escravas. A mortalidade anual entre as crianças escravas era a seguinte:

Fazenda / Ano	1848	1849	1850	1851	1852
Santa Rita e Boa Sorte	5	10	9	19	16
Areas e Boa Vista	...	...	9	10	23

Segundo o tipo de diagnóstico da época, as moléstias mais frequentes eram a anemia intertropical (opilação), constipação, bronquite, diarreia, desintéria e febres intermitentes. De acordo com TEUSCHER, "as crianças são muito expostas às diarreias; causadas a maior parte das vezes por indigestão, vermes intestinais ou pela época da dentição; o maior perigo correm no período de saída dos dentes comuns, entre 18 e 20 meses ...". A mortalidade era pois muito elevada, e esse quadro era agravado por epidemias de doenças infantis, como as de coqueluche, sarampo e desintéria, ocorrida em 1852 (refletida na tabela desta nota pela maior mortalidade verificada). Em resumo, como o próprio médico afirmou, "certo é que a mortalidade das crianças depende de muito menos de tratamento nas moléstias do que na educação física que elas recebem, motivo este por que elas se criam tanto melhor em quanto menor número se acham reunidas", REINHOLD TEUSCHER, "Algumas Observações sobre a Estatística Sanitária dos Escravos em Fazendas de Café", Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 22 de Julho de 1853.

43. COALE, Ansley & DEMENY, Paul. Regional model life tables and stable population. Princeton, Univ. Press, 1966. Os próprios autores (p. 29) sugerem o emprego da "Família Oeste" para os países subdesenvolvidos em que geralmente não se encontram registros confiáveis sobre o padrão etário de mortalidade existente.

44. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. "A composição da população segundo a cor, no conjunto do Brasil, nas regiões fisiográficas e nas unidades de federação". In: Estudos de estatística teórica e aplicada. Rio de Janeiro, IBGE, 1950, p. 37-8 (Estatística demográfica, II).

45. O relatório de 1878 da Directoria Geral de Estatística afirmou que, se a população de ingênuos fosse adicionada à população de escravos (e ambos os dados aparecem nos resultados atualizados da Matrícula em 31 de Dezembro de 1877), teria que reconhecer-se que a escravidão havia aumentado consideravelmente no Brasil, não fosse a interferência da Lei do Ventre Livre. BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Directoria Geral de Estatística. Relatório e trabalhos estatísticos ... 20 de novembro de 1878, p. 121.
46. GILBERTO FREYRE inclusive argumenta que a comida e as condições de nutrição dos escravos eram melhores do que as dos homens livres de cor. FREYRE, Gilberto. Casa Grande e senzala. 16. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, p. 33-4, 44, 46, 75.
47. Em 1884 LAERNE fez o seguinte comentário: "*ficaria muito surpreso se as condições dos escravos não estivessem pior agora do que há dez anos atrás, isto é, se eles não têm de trabalhar mais do que anteriormente, quando então a mesma quantia de dinheiro podia comprar o dobro da força de trabalho. Eles (os escravos) recebem um melhor tratamento, melhor alimentação e maior cuidado, mas têm de trabalhar mais duramente*". (T. do A.) LAERNE, C.F., Van Delden. Brazil and Java: report on coffee culture in America, Asia and Africa. London, W. H. Alden, 1885, p. 91.
48. CIRO FLAMARTON S. CARDOSO. Agricultura, Escravidão e Capitalismo, Petrópolis: Ed. Vozes, 1979; EVANS JR., Robert. "The economics of American negro slavery". In: Universities - National Bureau Committee For Economic Research. Aspects of labor economics. Princeton Univ. Press, 1962, p. 212; FOGEL, Robert W. & ENGERMAN, Stanley L. Evidence and methods: a supplement. In: Time on the cross. Boston, Little, Brown and Co., 1974, vol. 2, p. 120; JUAN PEREZ DE LA RIVA, El Barracón: Esclavitud y Capitalismo em Cuba, Barcelona: Editorial Crítica, 1978; FRANKLIN W. KNIGHT, Slave Society in Cuba during the Nineteenth Century, Madison: The University of Wisconsin Press; B. W. HIGMAN, Slave Population and Economy in Jamaica, 1807-1834, London: Cambridge University Press, 1976; MARIS A. VINOUSKIS. "The Demography of the Slave Population in Antebellum America", .... Journal of Interdisciplinary History, v. 3 (Winter 1975), p. 459-467.
49. Compare a expectativa de vida ao nascer da população brasileira em 1872 - cerca de 27,4 anos - com as existentes ao redor de 1850 na Noruega (44,9 anos) Holanda (36,4 anos), Estados Unidos (Branços: 40,7 anos), Inglaterra e País de Gales (39,9 anos) e França (39,1 anos). EVANS, Jr., op. cit., p. 213.
50. PEDRO CARVALHO DE MELLO e ROBERT W. SLENES, "Análise Econômica da Escravidão no Brasil", In: Paulo Neuhaus, coord. Economia Brasileira: Uma Versão Histórica, Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980, p. 89-122.

## ANEXO 1

### ESTIMATIVA DO NÚMERO DE AFRICANOS NO BRASIL EM 1872 SEGUNDO SEXO E IDADE

O Recenseamento de 1872 apresenta o número de africanos segundo a condição - livres e escravos - e segundo o sexo - masculino e feminino. O número total de africanos no Brasil na data do censo era de 183.140, correspondendo a cerca de 3% do total da população de cor (negros, mulatos e pardos), ou a cerca de 9% da população negra.

O número de escravos entre os africanos era de 138.560, equivalente a 75,7% do total. A população de escravos africanos no total dos escravos negros era de 13,4% e a mesma proporção no total dos escravos de cor era de 9,2%.

Entretanto, o Recenseamento de 1872 não apresentou os africanos por faixas etárias. Como essa informação é necessária para o ajustamento do componente negro das populações de cor e de escravos aos imigrantes africanos, teremos de estimar essas faixas etárias segundo o sexo.

Possuímos informações sobre o número de africanos que entraram no Brasil entre 1801 e 1852. Após essa data e até 1872, nenhum africano entrou no país. Com as indicações que temos sobre a presumida distribuição etária dos escravos importados, a proporção dos sexos, as condições de mortalidade na travessia Atlântica e as condições de mortalidade durante o período de aclimação ao Brasil, podemos reconstituir a distribuição etária da população africana no Brasil em 1872.

Vejamos o número de escravos embarcados na África entre 1801 e 1830 (isto é, estatísticas segundo a origem) e o número de escravos desembarcados no Brasil entre 1831 e 1852 (isto é, estatísticas segundo o local de destino):

## VER TABELA A-1

Começamos o trabalho de ajustamento com o pressuposto que havia uma taxa de mortalidade de 10% durante a travessia Atlântica, ou seja, que apenas 90% dos escravos embarcados na África chegava com vida aos portos brasileiros. Os escravos africanos eram embarcados em diversas partes da África e chegavam a diferentes partes do Brasil. Portanto, a taxa de mortalidade era variável, principalmente de acordo com a estação do ano e com a distância do porto africano de origem ao porto brasileiro de destino e também de acordo com o número de dias ao mar, durante a travessia Atlântica. Este valor de 10% representa, pois, uma taxa média, que foi aplicada apenas aos escravos importados entre 1801-1830. Além disso, é um valor mencionado com frequência na literatura, implícita ou explicitamente<sup>1</sup>. Aplicando essa taxa aos dados sobre escravos embarcados na África, obtemos o número de escravos desembarcados no Brasil entre 1801 e 1830. Uma vez que os dados para 1831-1852 já se referem a escravos desembarcados no Brasil, podemos obter uma série homogênea para 1801-1852 e não precisamos fazer mais nenhum outro ajustamento para a mortalidade durante a viagem.

Uma vez chegados ao Brasil, os escravos africanos sofriam uma alta taxa de mortalidade durante seu período de aclimação, ou seja, de ajustamento ao novo meio, sob muitos aspectos diferente das condições africanas. Diversas causas contribuíam para isso. Em primeiro lugar, muitos já chegavam doentes da viagem e morriam logo nos dias ou meses seguintes. Em segundo lugar, encontravam no Brasil um ambiente epidêmico diferente da África, podendo também ser acometidos de doenças não existentes no seu meio natural. Em terceiro lugar, tinham de se adaptar a novas roupas, alimentação, cultura e hábitos, a uma nova e rígida disciplina de trabalho, a um clima diferente e, finalmente, a um grande ajuste psicológico às novas condições de se tornar um escravo. Em quarto lugar, os escra-

Tabela A.1- Importação de escravos da África para o Brasil, 1801-1852

Anos	Total
1801 - 1810	206.200 <sup>(a)</sup>
1811 - 1820	266.800 <sup>(a)</sup>
1821 - 1830	325.000 <sup>(a)</sup>
1831 - 1835	2.981 <sup>(b)</sup>
1836 - 1840	143.409 <sup>(b)</sup>
1841 - 1845	92.636 <sup>(b)</sup>
1846 - 1852	247.500 <sup>(b)</sup>

Fontes: (a) Escravos embarcados na África. Curtin, Philip D. The atlantic slave trade: a census. Madison, University of Wisconsin Press, 1969. Tabelas 62 a 67.

(b) Escravos desembarcados no Brasil, em Bethell, Leslie. The abolition of the Brazilian slave trade. Cambridge, Cambridge at the University Press, 1970, p. 390.

vos destinados às cidades do interior ou às fazendas, tinham de viajar novamente, algumas vezes para distâncias consideráveis do porto de destino do Brasil.

Não possuímos estimativas apuradas da taxa de mortalidade durante o período de aclimação no Brasil, mas, se assumirmos que 30% dos escravos morriam durante seus três primeiros anos de permanência no Brasil, após o quê estavam aclimatados - no sentido de que passavam a sofrer as mesmas condições de mortalidade que os demais escravos da mesma idade nascidos no Brasil - , estaríamos cometendo provavelmente uma subestimação da experiência observada<sup>2</sup>. Utilizamos essa taxa para todos os escravos desembarcados no Brasil no período de 1801-1852, com o quê obtivemos a população africana "aclimatada", existente no Brasil de 1804 a 1855.

O Recenseamento de 1872 discriminava a população africana de acordo com o sexo, arrolando 115.329 homens e 67.811 mulheres. Esses dados mostram que a relação entre o número de homens e de mulheres é ligeiramente superior a 1,7:1. Este resultado está de acordo com os encontrados em pesquisas sobre o tráfico de escravos africanos para outros países, que invariavelmente mostram uma desproporção entre os sexos, com uma grande preferência pela importação de escravos do sexo masculino, em detrimento de escravos do sexo feminino. A proporção homens/mulheres apresentada nesses estudos geralmente é até mesmo superior ao que encontramos no Recenseamento de 1872<sup>3</sup>. Como quase vinte anos se tinham passado entre a última importação de escravos e a data do recenseamento, e dado que a mortalidade masculina era maior que a feminina, vamos assumir que a proporção homens/mulheres era de 1,75:1.

Não temos indicações diretas da distribuição etária dos escravos africanos importados para o Brasil. Sabemos, entretanto, que havia uma grande preferência pelas idades entre 15 e 29, que os escravos acima de 35 anos eram evitados sempre que possível e que crianças com menos de 10 anos também



não eram muito desejadas<sup>4</sup>. Vamos assumir, portanto, a seguinte distribuição etária para os escravos embarcados na África:

---

<u>Faixa etária</u>	<u>Porcentagem</u>
0 - 9	5
10 - 14	10
15 - 19	20
20 - 24	25
25 - 29	20
30 - 34	10
35 +	10

---

Essa distribuição, embora hipotética, reproduz os padrões gerais do tráfico para os países da América, de acordo com os estudos que consultamos. A idade média implícita nessa distribuição é de 22,65 anos, o que também se assemelha aos padrões internacionais.

Usando essas percentagens por faixas etárias, calculamos a distribuição etária segundo o sexo dos escravos africanos aclimatados - isto é, imediatamente após a conclusão dos três anos do período de aclimação. A parte mais difícil e problemática foi transformar essa distribuição etária segundo os diversos anos do período de 1804 a 1855, numa distribuição única e referente ao ano de 1872, já que havia um intervalo de 68 a 17 anos.

Para essa transformação necessitamos uma tábua de sobrevivência para a população negra no Brasil, que fosse representativa do período. Como estamos assumindo que os africanos, após o período de aclimação, experimentariam idênticas condições de mortalidade à população nativa negra, cairíamos num círculo vicioso, já que a tábua de mortalidade que neces-

sitamos é exatamente aquela que estamos procurando estimar. Podemos superar este problema utilizando uma tábua de sobrevivência construída por ARRIAGA para a população nativa total - masculina e feminina - no Brasil em 1872<sup>5</sup>. Isto traz como efeito uma subestimação das condições de mortalidade da população africana, já que essas tábuas incluem a população branca, que era preponderantemente pertencente aos estratos sócio-econômicos mais altos do país e que, por conseguinte, enfrentava condições de mortalidade mais brandas que aquelas da população de cor. O efeito final, entretanto, será o de causar uma superestimação das condições de mortalidade da população nativa de cor (total e componente escravo). Isto se deve à representação proporcional relativamente maior nas faixas etárias mais velhas da população africana, como resultado do emprego dessas tábuas, pois quando descontamos a população estrangeira em cada faixa etária da população total de cor, o efeito líquido é de uma sub-representação da população de cor nas faixas etárias mais velhas, em relação à população total (branca e de cor). Existe pois um viés, embora relativamente pequeno, no sentido de uma superestimação das condições de mortalidade da população nativa de cor.

Nossa técnica foi a de construir uma matriz de população africana aclimatada no Brasil, para cada sexo, como se todos tivessem sobrevivido até 1872. Usamos faixas etárias quinquenais como colunas e quinquênios, de data de chegada (incluindo os três anos de aclimação), como linhas. Construímos então uma segunda matriz, segundo o sexo, com os coeficientes obtidos de uma transformação da coluna  $l_x$  das tábuas de ARRIAGA, que mostra o número esperado de sobreviventes em determinadas idades. Aplicamos os coeficientes da segunda matriz à primeira e obtivemos uma terceira, formada pelos africanos sobreviventes em 1872. A distribuição relativa da agregação de cada coluna dessa terceira matriz e a transformação em faixas etárias decenais aparece nas colunas (2) e (3) da tabela seguinte:

VER TABELA A-2

Começamos com a faixa etária de 20-29, pois mesmo um africano recém-nascido que entrasse no Brasil no último ano do tráfico, 1852, teria pelo menos 20 anos de idade em 1872<sup>6</sup>. Usamos, então, os totais do censo de 280.219 africanos para o número de africanos livres e escravos segundo o sexo, utilizamos como pesos a distribuição proporcional por faixa etária mostradas nas colunas (2) e (3) e obtivemos as colunas de (4) a (9). Essas colunas são a nossa estimativa final da população africana por faixas etárias em 1872, discriminadas segundo o sexo e a condição livre ou escrava<sup>7</sup>.

Tabela A.2- Estimativa dos sobreviventes em 1872, por sexo e faixas etárias, dos escravos africanos que chegaram ao Brasil no período de 1801-1852

Faixas Etárias (1)	Porcentagem		Africanos livres		Africanos escravos		Total de africanos	
	Masc. (2)	Fem. (3)	Masc. (4)	Fem. (5)	Masc. (6)	Fem. (7)	Masc. (8)	Fem. (9)
20-29	1,38	1,38	411	204	1.181	732	1.592	936
30-39	14,42	13,86	4.296	2.050	12.334	7.349	16.630	9.399
40-49	32,55	31,22	9.695	4.618	27.845	16.552	37.540	21.170
50-59	27,48	27,14	8.186	4.014	23.506	14.390	31.692	18.804
60-69	16,35	17,17	4.871	2.540	13.985	9.103	18.856	11.643
70-79	6,73	7,70	2.005	1.139	5.757	4.082	7.762	5.221
80 +	1,09	1,53	325	226	932	812	1.257	1.038
	100,00	100,00	29.789	14.791	85.540	53.020	115.329	67.811

## NOTAS DE RODAPÉ DO ANEXO 1

1. Segundo os dados obtidos por HERBERT KLEIN para um total de 170.651 escravos africanos embarcados para o Rio de Janeiro entre 1795-1811, a taxa de mortalidade nos navios era de 95 mil. KLEIN, Herbert. "The trade in African slaves to Rio de Janeiro, 1795-1811: estimates of mortality and patterns of voyages". Journal of African History, 10 (4): 558, 1969. Em outro artigo KLEIN apresenta dados de que entre 1825 e 1830, dos 169.502 escravos embarcados na África, 11.869 morreram durante a travessia, significando pois uma taxa de mortalidade de 70 por mil: KLEIN, Herbert. "O tráfico de escravos africanos para o porto do Rio de Janeiro, 1825-1830", em Separata dos Anais da História, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (5): 99, .. 1973; GOULART estima em 10% a taxa de mortalidade de escravos na travessia atlântica para o Brasil nos séculos XVIII e XIX. GOULART, Maurício. Escravidão africana no Brasil. 3a. ed. São Paulo, Alfa-Omega. 1975, p. 278; BANDEIRA DE MELLO também estima em 10% a mortalidade nos navios e no porto de desembarque atribuindo isso à pouca higiene, maus tratos e à péssima alimentação a bordo. MELLO, Afonso B. de. O trabalho servil no Brasil. Rio de Janeiro, Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1959, p. 55. Segundo MANCHESTER, "antes da tentativa da Inglaterra de suprimir o tráfico, 15% dos escravos morriam durante a travessia, enquanto depois do início da tentativa, a perda aumentou para 25%". MANCHESTER, Allan. Preeminência inglesa no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973, p. 144.
2. Existem indicações esparsas que talvez possam nos ajudar a quantificar a taxa de mortalidade no período de aclimação. TAUNAY menciona um Livro Contábil de um negociante brasileiro, na primeira metade do século XIX, que comprava africanos no mercado de escravos junto ao porto e os revendia a fazendeiros de café no interior. Portanto, comprava escravos que já haviam desembarcado no Brasil. Os escravos que morriam em sua posse, durante o período de intermediação, eram em média 15%. Após efetuada a venda aos fazendeiros, a porcentagem (do número original) que morria durante a viagem da costa para o interior era de 11%. Portanto, mesmo sem contarmos com a parcela de escravos desembarcados no Rio de Janeiro que morriam durante sua permanência no Mercado do Valongo - mercado central de distribuição do Rio de Janeiro, ou mesmo sem contar com os escravos que pereciam nas fazendas de café no restante do período de aclimação, já temos aí 26%, como a taxa média de mortalidade. TAUNAY, Affonso d'Escragnole. "Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil". Anais do Museu Paulista. São Paulo, 10: 277-85, 1941; STEIN cita FERREIRA SOARES como sustentando que as condições na fazenda eram tais que era comum um fazendeiro ficar com 25 escravos aclimatados e treinados, que restavam três anos após a chegada de um lote de cem escravos. STEIN. op. cit., p. 70. É interessante cotejar com o original de SOARES: "É preciso, porém, observar que pelo menos uma terça parte (dos escravos importados da Costa da África e indo para a lavoura) destes era ceifada pelas moléstias e pelas fugas, pelo que, no fim de três anos (tempo necessário para industrializá-los), sendo muito felizes os lavandeiros,

podiam contar com 14.744 escravos para a lavoura (dos 22.160 africanos que iam anualmente para a lavoura). Não exagero este cálculo, por que sou informado que o fazendeiro que comprava 100 cativos, calculava tirar no fim de três anos 25 escravos para o seu serviço". SOARES, Sebastião Ferreira. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e a restia dos gêneros alimentícios no Imperio do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Imp. de J. Villeneuve, 1860, p. 134-5. Num trabalho subsequente, FERREIRA SOARES reduziu esta estimativa de um quarto para um terço de escravos que restavam após o período de aclimação de três anos: "de cada 100 escravos que compravam (vindo da África) no fim de três anos os mais felizes não podiam contar com mais de 33, porque os outros dois terços eram desaparecidos do trabalho pela mortalidade, pela fuga e pela inutilização de seu organismo". SOARES, Sebastião Ferreira. op. cit., p. 224.

Em vista desses testemunhos, nossa hipótese de uma taxa de mortalidade de 30% durante o período de aclimação parecer ser razoável, pecando talvez por uma subestimação. Um estudo demográfico bastante criterioso feito para a Jamaica obteve também uma taxa de mortalidade de 30% para o período de aclimação. CRATON, Michael & WALVIN, James. A Jamaican plantation: the history of Worthy Park, 1670-1870. Toronto, Univ. of Toronto Press, 1970.

3. Segundo DEGLER, os registros de navios negreiros capturados nos anos de 1830 e 1840 mostram proporções de 4 para 1 ou mesmo 5 para 1, em favor dos homens. DEGLER, Carl N. Neither black nor white. Slavery and race relations in Brazil and the United States. New York, The MacMillan Company, 1971, p. 66-72.
4. De acordo com Herbert KLEIN, a maior parte dos escravos africanos importados para o Brasil tinham de 18 a 40 anos. KLEIN. op. cit., p. 100. Num outro artigo KLEIN apresenta algumas estimativas de faixas etárias de escravos africanos. Ele notou que havia geralmente uma subcontagem de crianças, portanto suas estimativas de crianças (crias de peito e crias de pê) exportadas de Benguela (3,1%) e de Luanda (6,0%) entre 1738-1781 estão subestimadas. Segundo KLEIN, as estatísticas holandesas, mais confiáveis, mostram que entre 8 e 13% do total de escravos embarcados tinham menos de 15 anos. KLEIN, Herbert. "The Portuguese slave trade from Angola in the eighteenth century". Journal of Economic History, 32 (4): 905, dez. 1972. SOUSA FRANCO, em seu parecer de 1867, afirma que os escravos importados eram quase que exclusivamente adultos. Em BRASIL, Conselho de Estado Pleno, op. cit., p. 68. Uma tentativa sistemática de examinar as características demográficas dos escravos importados para a Carolina do Sul (Estados Unidos) mostra que os africanos chegando em 1735-1740 provinham principalmente de Angola - o maior fornecedor para o Brasil - e que escravos com menos de 10 anos representavam 13,5% da carga de escravos. WOOD, Peter H. Moore. "Like a negro country: demographic patterns in colonial South Carolina, 1700-1740". In: ENGERMAN, Stanley L. & GENOVESE, Eugene D. ed. Race and slavery in the Western hemisphere: quantitative studies. Princeton, Univ. Press, 1974, p. 131-72.
5. ARRIAGA, Eduardo E. op. cit., tabela III-3, masculina e feminina, p. 29-30.

6. Os resultados que obtivemos em termos absolutos (com 175.402 homens e 104.817 mulheres) foram 53% maiores do que os totais mostrados no Recenseamento de 1872. Pode ser considerado um resultado bastante razoável, pois partimos de hipóteses e dados completamente independentes do censo. Essa diferença pode ser explicada por dois fatores. Em primeiro lugar, o uso das tábuas de ARRIAGA superestima o número de sobreviventes em 1872. Em segundo lugar, e certamente mais importante, nossos resultados dão suporte às alegações, bastante difundidas na época, que os donos de escravos deixaram de declarar - ou então de clararam como nascidos no Brasil - um número considerável de africanos.
7. Estamos implicitamente assumindo a mesma taxa de manumissão para cada faixa etária.

## ANEXO 2

### ESTIMATIVA DO IMPACTO INDIRETO DA IMIGRAÇÃO ÁFRICANA (PRIMEIRA GERAÇÃO) SOBRE A POPULAÇÃO DE COR

Antes de subtrair os resultados obtidos no Anexo 1 do total das populações de cor e escrava, a fim de obter as respectivas populações nativas, precisamos fazer um outro tipo de ajustamento, que consiste na estimativa (também para posterior subtração) do impacto indireto desta imigração africana sobre a população de cor. Colocando em termos simples, se deduzirmos os africanos mas não os seus descendentes, seria como se aparecessem na população nativa de cor, em 1872, "crianças sem pais", e isto iria, naturalmente, distorcer as inferências que podemos fazer sobre a mortalidade, com a utilização da distribuição etária dessa população.

A estimativa do impacto indireto dessa imigração africana sobre a população de cor é uma tarefa extremamente difícil. O impacto de primeira ordem, ou da primeira geração, é o mais importante. Vamos nos concentrar na estimativa do impacto da primeira geração, causado pela imigração feminina da África, de 1801 a 1852<sup>1</sup>.

A estimativa desse impacto segue três etapas:

a) Do número total de escravos africanos do sexo feminino que desembarcaram no Brasil entre 1801-1852, somente 303.254 continuaram vivos imediatamente após o período de aclimação. Assumimos que somente estes tiveram filhos e somente após ultrapassado o período de aclimação.

b) Estamos interessados apenas em estimar o número de crianças dessas imigrantes africanas, que nasceram no Brasil. Sabemos, todavia, dada a sua distribuição etária ao desembarcarem no Brasil, que:



b.1) parte de sua atividade de procriação já havia sido feita na África antes de seu embarque. Nesse caso, seus filhos ou lá permaneceram ou então vieram com as mães, e seriam incluídos nas estatísticas da tabela A1 do Anexo 1 como africanos;

b.2) algumas das imigrantes nunca completaram ou sequer começaram sua atividade de procriação, pois morreram antes disso. Assim, muitas das crianças que poderiam nascer no Brasil nunca chegaram a fazê-lo, em decorrência das condições de mortalidade prevalecentes na população escrava do país;

b.3) finalmente, uma parcela dessas imigrantes teve filhos no Brasil, e apresentamos abaixo um método para computar o seu número total.

c) Com o mesmo método, também estimamos o número de crianças segundo o ano em que nasceram (centrando em períodos quinquenais entre 1805-1871), e então usamos os coeficientes da esperança de vida (homens e mulheres) da tábua de sobrevivência de ARRIAGA para a população brasileira em 1872, a fim de estimar o número total, segundo o sexo e a distribuição etária da primeira geração, sobrevivente em 1872.

Na tabela B1 mostramos os passos metodológicos utilizados - com base nas chegadas anuais das imigrantes africanas - para o cálculo do número total de crianças nascidas vivas (em cada 100), durante seu período inteiro de fecundidade. Assumimos que o período de fecundidade começou no Brasil (para as imigrantes sobreviventes), imediatamente após a conclusão do período de aclimação. Do número total de mulheres africanas chegadas ao Brasil entre 1801 e 1852, somente 303.254 continuaram vivas imediatamente após o período de aclimação.

VER TABELA B-1

Tabela B1 - Estimativa do número de crianças nascidas no Brasil de escravas africanas que chegaram ao país entre 1801 e 1852

Faixas etárias (1)	mi/M (2)	mi/Mi (3)	Fi/mi (4)	Fi/Mi (5)	Fi/M (6)	400 -(Fi/Mi) (7)	(7) . (2) (8)	Sobreviventes de Mi (9)	(8) . (9) (10)
0-9	0,5	-	-	-	-	400	20,0	0,56	11,2
10-14	0,10	-	-	-	-	400	40,0	0,77	30,8
15-19	0,20	0,08	100	8	1,6	392	78,3	0,80	62,7
20-24	0,25	0,42	250	105	26,3	295	73,8	0,84	62,0
25-29	0,20	0,66	300	198	39,6	202	40,4	0,87	35,1
30-34	0,10	0,75	375	281	28,1	119	11,9	0,92	10,9
35 +	0,10	0,80	500	400	40,0	-	-	0,96	-
					135,6		264,4		212,7

As colunas (1) e (2) mostram a distribuição etária dos escravos desembarcados no Brasil. A coluna (3) mostra a participação relativa do número de imigrantes africanas fecundas ( $m_i$ ) em cada faixa etária ou, dito de outro modo, o número de filhos nascidos vivos durante o seu período fértil. Baseamo-nos num estudo de fecundidade de mulheres negras no Brasil, feito com os dados do Recenseamento da População de 1940<sup>2</sup>. Se examinarmos a faixa etária aberta 35+, que é a mais importante, quando estamos interessados na experiência completa de fertilidade, em termos biológicos, dessas mulheres (que por conveniência assumimos como completamente realizada com 35 anos ou mais), podemos observar que apenas 80 de cada 100 mulheres africanas teve filhos nascidos vivos. Portanto, a quota de mulheres fecundas era de 80% e o número das imigrantes africanas fecundas entre 1801 e 1852 foi de  $0,80 (303.254) = 242.603$ . Devemos registrar que as mulheres negras com mais de 60 anos de idade que foram registradas pelo Recenseamento de 1940 - das quais pelo menos a metade tinha nascido escrava ou ingênua - apresentaram quota de fecundidade de 80,7%. A coluna (4) apresenta, para cada faixa etária, o número de crianças nascidas vivas para cada 100 mulheres férteis: a taxa de fecundidade. Assumimos, devido ao número de anos passados e as melhorias nas condições de vida da população, levando em conta também a maior participação na força de trabalho e horas de trabalho mais intensas da mulher escrava, em comparação com as mulheres negras de condição livre, que essa taxa era aproximadamente 30% menor que a (relativamente alta) taxa de fecundidade das mulheres negras no Brasil em 1940<sup>3</sup>. A coluna (5) é o produto das colunas (3) e (4) e pode ser interpretada como a fecundidade acumulada para cada 100 mulheres. Se observarmos a faixa etária de 35 anos e mais, vemos que cada grupo de 100 mulheres (fecundas e não fecundas) que sobreviveram até aquela idade tinha tido 400 filhos nascidos durante seu período total de fecundidade. A coluna (6) é o produto das colunas (5) e (2) e mostra que, dada a distribuição etária destas mulheres ao embarcarem, elas já haviam tido parte de sua prole na África. Portanto, desses 400 filhos nascidos

por 100 africanos, cerca de 136 já haviam nascido na África e/ou permaneceram lá ou vieram ao Brasil como escravos africanos (se pequenos, como crias de peito ou crias de pé), sendo contabilizados na tabela A1 (anexo 1). A coluna (7) é igual a 400 (a taxa acumulada de fecundidade da faixa etária de 35 anos e mais) menos a coluna (5). Multiplicando esta coluna (7) pela coluna (2), obtemos, na coluna (8), o número de crianças nascidas vivas no Brasil, quando não fazemos nenhum ajustamento que leve em conta as condições de mortalidade das mães; para fazer este ajustamento, a coluna (9) baseia-se na probabilidade de uma escrava africana, chegando ao Brasil e, tendo concluído o período de três anos de aclimação, sobreviver até uma idade de pelo menos 38 anos. Os coeficientes são derivados da coluna  $n^p x^{40}$  da tábua de sobrevivência para mulheres, em 1872, feita por ARRIAGA (para a faixa etária 0-9 o coeficiente foi  $0,5 (0-4) + 0,5 (5-9)$  de  $n^p x$ ). Finalmente, na coluna (10), igual ao produto das colunas (8) e (9), apresentamos a estimativa do número de crianças nascidas no Brasil dessas mães.

Resumindo, pois, a tabela B1, observamos que, dos 400 possíveis filhos a nascerem vivos de cada 100 imigrantes africanas, 136 nasciam na África, 213 no Brasil e 51 não chegaram a nascer, porque suas possíveis mães morriam antes de completar o período de fecundidade.

A seguir, construímos uma matriz com as colunas centradas nos subperíodos quinquenais em que dividimos o período de 1804 a 1855. Centramos as linhas em quatro colunas consecutivas, a primeira começando no subperíodo em que ocorreu a imigração, calculando um quarto o produto do número de mulheres africanas, imediatamente após o período de aclimação, vezes o fator de 213/100. Somando os resultados de cada coluna, obtemos a estimativa do número de crianças nascidas no Brasil em cada subperíodo. Usando novamente os coeficientes de sobrevivência de ARRIAGA para o número de crianças centradas em cada subperíodo, obtemos o número de sobreviventes em 1872

(após corrigir pelo fator de 1,53, obtido quando da estimação da distribuição etária dos africanos recenseados em 1872). Desse modo, obtivemos a distribuição etária, em 1872, do impacto da primeira geração das imigrantes africanas no Brasil. A distribuição dos sexos foi feita assumindo um equilíbrio (1:1).

Para obter a estimativa dos descendentes dos africanos em termos de cor - isto é, o número de pretos e o número de pardos e mulatos - utilizamos, com base numa amostra de fazendas de café, um coeficiente de 90% para pretos e 10 para mulatos e pardos<sup>5</sup>. Nessa amostra, encontramos 76 casais em que se mencionava explicitamente a cor e a origem africana do escravo, apresentando a seguinte distribuição: homem africano e mulher africana: 48; homem africano e mulher crioula: 8; homem africano e mulher sem declaração de cor ou origem: 11; homem crioulo e mulher africana: 1; homem sem declaração de cor ou origem e mulher africana: 8. Dos 19 casais onde a cor ou a origem de um dos membros não foi declarada, 9 casais tinham filhos, dos quais 7 casais com filhos pretos e 2 casais com filhos mulatos. Todavia, dado que a amostra de mulheres africanas incluía somente escravas e fazendo um ajustamento para o fato de que as mulheres livres poderiam ter filhos com homens brancos ou mulatos, usamos a proporção entre pretos e pardos ou mulatos de 9:1.<sup>6</sup>

Observemos as estimativas de sobrevivência:

#### VER TABELA B-2

Somando as colunas (8) e (9) da tabela A.2 com as colunas (6) e (7) da tabela B2, e subtraindo este total da população de cor, obtemos a população nativa<sup>7</sup> de cor por faixas etárias. Para estimar o componente escravo dessa população, primeiro subtraímos da população escrava recenseada a população africana escrava por faixas etárias (colunas (6) e (7) da

Tabela B2 - Estimativas para 1872 dos sobreviventes do impacto da primeira geração das escravos africanas que chegaram ao Brasil durante o período 1801-1852

Faixas etárias (1)	Cor preta		Cor parda		Total	
	Sexo Masculino (2)	Sexo Feminino (3)	Sexo Masculino (4)	Sexo Feminino (5)	Sexo Masculino (6)	Sexo Feminino (7)
0-9	11.481	11.482	1.276	1.276	12.757	12.758
10-19	19.940	19.940	2.215	2.216	22.155	22.156
20-29	16.161	16.160	1.795	1.796	17.956	17.956
30-39	13.923	13.923	1.547	1.547	15.470	15.470
40-49	12.470	12.471	1.386	1.385	13.856	13.856
50-59	5.559	5.560	618	617	6.177	6.177
60-69	819	820	91	91	910	911
	80.353	80.355	8.928	8.928	89.281	89.284

da tabela A2 (anexo 1). Assumimos que apenas uma parte dos so brevientes de cor mostrados na tabela B2 nasceram escravos . Para calcular seu número, supusemos que as taxas de manumis são das populações africanas masculina e feminina (25,8 a 21,83%) também se aplicariam a eles, e, além disso, não haveria diferenças dessas taxas de manumissão entre faixas etá- rias. Também deduzimos, portanto, estes resultados da popula- ção escrava e obtivemos a população<sup>8</sup> nativa de escravos.

Necessitamos um ajustamento adicional para a popula- ção nativa de escravos: somar aqueles que nasceram escravos, mas foram alforriados antes da data do recenseamento. Calcula mos que esta proporção era de 7,5%, em relação à população es crava de 1872.

Obtivemos esta taxa com um estudo que fizemos, no Re censeamento de 1856, da Província do Rio de Janeiro, em que a proporção era de 7,33%<sup>9</sup>. Para obter o número de alforriados por sexo e faixa etária, fizemos três tipos de cálculo: em primeiro lugar, tomamos em consideração que a taxa de manumis são de escravos africanos não era típica da população escrava como um todo<sup>10</sup>; em segundo lugar, tivemos de estimar o número desses libertos segundo o sexo<sup>11</sup>; finalmente, estimamos a dis tribuição dos libertos segundo faixas etárias<sup>12</sup>. A estimativa final dos libertos por sexo e idade em 1872 é, portanto, a se guinte:

VER TABELA B-3

TABELA B3 - ESTIMATIVA FINAL DOS LIBERTOS POR SEXO E IDADE  
EM 1872

<u>Faixas etárias</u>	<u>Libertos do</u> <u>sexo masculino</u>	<u>Libertos do</u> <u>sexo feminino</u>
0 - 10	1.170	992
11 - 20	2.731	2.314
21 - 30	3.121	2.645
31 - 40	4.682	3.967
41 - 50	7.803	6.611
51 - 60	7.802	6.611
61 - 70	7.803	6.614
71 +	<u>3.901</u>	<u>3.207</u>
	39.013	33.061



## NOTAS DE RODAPÉ DO ANEXO 2

1. De certo modo, há um grau de arbitrariedade envolvido em nossa escolha do período. Embora cíclica, a vinda dos escravos africanos para o Brasil foi um processo contínuo, desde o primeiro século da colonização portuguesa até o século XIX. Num caso absurdo, se fôssemos recuar muito longe, até o começo do tráfico, teríamos que eliminar toda a população de cor. Por outro lado, concentrando-se no século XIX, estamos levando em conta de 37 a 40% do total do volume de tráfico africano para o Brasil, desde os primórdios da colonização até 1852.
2. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. "A fecundidade da mulher, segundo a cor, nas diversas unidades da Federação". In: Estudos de estatística teórica e aplicada. Rio de Janeiro, IBGE, 1952, p. 83.
3. Id. *ibid.* p. 71-2
4. ARRIAGA, *op. cit.*, p. 30.
5. VASSOURAS. Cartório do Primeiro Ofício. Inventários de fazendeiros de café 1825-1886; inventário de Candida Maria de Sousa (1855); C. M. J. Correa (1851); Caetano de S. Barboza (1846). WERNECK, Família, Documentos ... 1840-1882; inventários da Fazenda de Pindobas, Fazenda da Conceição e Fazenda da Prata. In: BRASIL. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código 112.
6. Com base no Recenseamento de 1890 para o Município do Rio de Janeiro, T. Lynn SMITH comparou os padrões interraciais de casamento e mostrou que 70% dos casamentos eram entre pretos; os outros 30% com um dos cônjuges preto e o outro branco, caboclo ou mestiço. SMITH, Thomas L. M. Brazil, people and institutions. Baton Rouge, Louisiana State Univ. Press, 1947, p. 240.
7. Usando o termo nativa na acepção ampla, que inclui nos cálculos o impacto da primeira geração.
8. Para a distribuição etária da população escrava, estamos usando os resultados agregados que obtivemos com a adição dos dados de cada província do Império, segundo as faixas etárias. Não se sabe a razão, mas existe uma diferença entre esses resultados agregados e a distribuição etária mostrada nos "Quadros Gerais" do Recenseamento de 1872. Em relação à população de cor, entretanto, estamos usando a distribuição etária dos "Quadros Gerais" pois não diferem muito dos resultados agregados das províncias e o viés que existe é na direção de superestimar as condições de mortalidade da população de cor.

9. Esta foi a única fonte em que encontramos tal informação. Os resultados desse recenseamento estão publicados no Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1858. In: RIO DE JANEIRO (Estado) Relatório . . . . 1858. A proporção de 7,5% para 1872 é provavelmente subestimada, já que nos cinco anos imediatamente anteriores os escravos pertencentes ao Imperador (190), à Corte (3.000 escravos na Fazenda Imperial de Santa Cruz) e aos monges das ordens dos Beneditinos e dos Carmelitas (4.000) tinham sido libertados, assim como os escravos (e seus familiares) que participaram da Guerra do Paraguai (20.000). Os dados sobre alforria de escravos são de CONRAD, Robert. The destruction of Brazilian slavery, 1850-1888. Berkeley, The Univ. of California Press, 1972, p. 72-3, 112-3.
10. Somamos aos 1.510.806 escravos recenseados em 1872 os 44.580 africanos livres. Multiplicando o coeficiente de 7,5% por esse total, resultam 116.654. Subtraindo novamente os africanos livres, obtemos a estimativa final de 72.074 nativos libertos.
11. Para isso utilizamos uma razão homens/mulheres de 1,18:1. A obtenção desse coeficiente foi feita pela correção (divisão) da razão homens/mulheres de 2,014:1 dos africanos livres pela respectiva razão do total de africanos em 1872, 1,7:1.
12. Ao invés de assumir uma taxa constante de manumissão para todas as faixas etárias, fizemos a hipótese de que quanto mais velho fosse o escravo maior seria a probabilidade de ter sido alforriado. Ponderando pela distribuição etária da população, isto nos sugere a seguinte distribuição percentual para os libertos:

<u>Faixa etária</u>	<u>Porcentagem</u>	<u>Faixa etária</u>	<u>Porcentagem</u>
0 - 10	3	51 - 60	20
11 - 20	7	61 - 70	20
21 - 30	8	71 +	10
31 - 40	12		
41 - 50	20		
		Total	100,0

## SÉRIE FAC-SÍMILE

- F. 1 - INFLAÇÃO E BALANÇO DE PAGAMENTOS: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DAS OPÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA. *André L. Resende e Francisco L. Lopes.* 86 p.
- F. 2 - INFLAÇÃO E NÍVEL DE ATIVIDADE NO BRASIL. *Francisco L. Lopes.* 98 p.
- F. 3 - ABERTURA FINANCEIRA AO EXTERIOR: PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS. *Edmar Lisboa Bacha.* 142 p.
- F. 4 - AS CAUSAS DA DIFUSÃO DA POSSE DOS BENS DE CONSUMO DURÁVEIS NO BRASIL. *João L. M. Saboia.* 148 p.
- F. 5 - ORGANIZAÇÃO E POLÍTICA ECONÔMICA. *Jorge Vianna Monteiro.* 76 p.
- F. 6 - ANÁLISE DA VIABILIDADE DE UM ESTUDO SOBRE A MAGNITUDE E O PERFIL DA IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA PARA O BRASIL NO PERÍODO 1873-1932. *Elisa Maria da C. Pereira Reis.* 46 p.
- F. 7 - URBANIZAÇÃO E CUSTOS NUMA ECONOMIA EM DESENVOLVIMENTO: O CASO DE MINAS GERAIS. *Afrânio Alves de Andrade e Roberto Luiz de Melo Monte-Mór.* 112 p.
- F. 8 - ENERGIA E ECONOMIA: UM MODELO INTEGRADO. *Eduardo Marco Modiano.* 226 p.
- F. 9 - SALÁRIOS E EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: 1970/1976. *Paulo Eduardo de Andrade Baltar e Paulo Renato Costa Souza.* 198 p.
- F.10 - DESEQUILÍBRIO EXTERNO E REORIENTAÇÃO DO CRESCIMENTO E DOS INVESTIMENTOS: UMA ANÁLISE MULTISSETORIAL DAS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA. *Rogério L. Furquim Werneck.* 130 p.
- F.11 - DEMANDA DE FATORES E OFERTAS DE PRODUTOS NA AGRICULTURA BRASILEIRA : SUBSÍDIOS PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS AGRÍCOLAS. *José Carlos de Souza Santos.* 112 p.
- F.12 - POTENCIAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MANUFATURADOS. *Maurício Barata de Paula Pinto.* 46 p.
- F.13 - ESTRUTURAS INTRA-URBANAS E SEGREGAÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO: ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DA CIDADE NA TEORIA ECONÔMICA. *Martim Oscar Smolka.* 353 p.
- F.14 - SALÁRIOS MÉDIOS E SALÁRIOS INDIVIDUAIS NO SETOR INDUSTRIAL: UM ESTUDO DE DIFERENCIAÇÃO ENTRE FIRMAS E ENTRE INDIVÍDUOS. *Raul José Ekerman e Uriel de Magalhães.* 106 p.
- F.15 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL: FIXAÇÃO, VALOR REAL E DIFERENCIAÇÃO REGIONAL. *João L. M. Saboia.* 106 p.
- F.16 - A ECONOMIA DA ESCRAVIDÃO NAS FAZENDAS DE CAFÉ DE VASSOURAS E CAMPINAS: 1850-1888. *Pedro Carvalho de Mello.* 2 volumes, 416 p.

A coleção completa das publicações do PNPE pode ser encontrada em quaisquer dos centros de pós-graduação filiados à ANPEC nos seguintes endereços:

1. Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste (CAEN)  
Universidade Federal do Ceará  
Av. da Universidade, 2700  
60000 - Fortaleza - CE
2. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR)  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Rua Curitiba, 832 - 9º andar  
30000 - Belo Horizonte - MG
3. Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE)  
Universidade Estadual de Campinas  
Cidade Universitária, Caixa Postal 6110  
13100 - Campinas - SP
4. Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE)  
Fundação Getúlio Vargas  
Praia de Botafogo, 190  
22253 - Rio de Janeiro - RJ
5. Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE)  
Faculdade de Ciências Econômicas  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Av. João Pessoa, 31  
90000 - Porto Alegre - RS
6. Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE)  
Faculdade de Economia e Administração  
Universidade de São Paulo  
Cidade Universitária - Caixa Postal 11474  
01000 - São Paulo - SP
7. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)  
Universidade Federal do Pará  
Campus Universitário - Guamã  
66000 - Belém - PA
8. Curso de Mestrado em Economia (CME/PIMES)  
Universidade Federal de Pernambuco  
Cidade Universitária  
50000 - Recife - PE
9. Departamento de Economia  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea  
22453 - Rio de Janeiro - RJ
10. Curso de Mestrado em Economia  
Faculdade de Ciências Econômicas  
Universidade Federal da Bahia  
Praça 13 de Maio, 6 - 5º andar - Piedade  
40000 - Salvador - BA
11. Departamento de Economia  
Universidade de Brasília  
Campus Universitário  
70910 - Brasília - DF
12. Instituto de Economia Industrial (IEI)  
Faculdade de Economia e Administração  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Av. Pasteur, 250 - Urca - Caixa Postal 56028  
22290 - Rio de Janeiro - RJ

Endereço para correspondência: PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA - PNPE  
INPES/�PEA  
Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 16º andar  
20020 - Rio de Janeiro - RJ

